INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

BOLETIM

N.º 16

1958

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Patrocinado e subsidiado pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo

SÉDE

Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo — Angra do Heroísmo

DIRECÇÃO

Presidente — *Dr. Teotónio Machado Fires*
Tesoureiro — *Francisco Coelho Maduro Dias*
Secretário — *Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima*

TODA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
Á DIRECÇÃO DO INSTITUTO

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115
Angra do Heroismo

Boletim

do

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Sócios Efectivos :

Dr. Cândido Pamplona Forjaz — (Professor efectivo do Liceu de Angra do Heroismo)
Francisco Coelho Maduro Dias — (Escritor e Artista)
Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr. — (Advogado)
Tenente-Coronel Frederico Augusto Lopes da Silva Jr.
Governador do Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira
P.e Inocêncio Enes — (Vigário da Freguesia dos Altares)
Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral — (Professor efectivo do Liceu de Angra do Heroismo)
Tenente-Coronel José Agostinho
Cónego José Augusto Pereira
Capitão Luis Ferreira Machado Drumond
Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima — (Director do Arquivo Distrital, Biblioteca Pública e do Museu Regional de Angra do Heroismo)
Major Miguel Cristóvam de Araujo
Dr. Teotónio Machado Pires — (Chefe da Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo)

Sócios honorários :

Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. D. José Pedro da Silva — (Bispo Titular de Tiava e Auxiliar do Patriarcado)
Prof. Doutor António de Almeida Garrett — (Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)
Prof. Doutor António de Medeiros Gouveia — (Secretário do Instituto para Alta Cultura)
Dr. Armando Côrtes-Rodrigues - (Professor efectivo do Liceu de Ponta Delgada)
Dr. João Hickling Anglin — (Professor efectivo e Reitor do Liceu de Ponta Delgada)
Presidente da Casa dos Açores do Rio de Janeiro
Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral — (Escritor e Etnógrafo)
Prof. Doutor Vitorino Nemésio — (Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
Prof. Doutor Wilhelm Giese — (Catedrático da Universidade de Hamburgo).

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM

Vol. XVI

ANGRA DO HEROISMO
Tipografia Andrade

1958

A Conferência do Professor Doutor Manuel Silveira Cardozo

Palavras proferidas pelo Dr. Teotónio Pires, Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, ao apresentar o conferente, Professor Doutor Manuel Silveira Cardozo, em 11 de Agosto de 1958, no Salão Nobre da Junta Geral de Angra do Heroismo.

É para mim extremamente honroso e sumamente grato ter esta oportunidade de dizer algumas palavras sobre o Prof. Doutor Manuel Silveira Cardozo, que vai para vinte anos, lecciona História, em Washington, na Universidade Católica da América.

O conferente que é Prof. Universitário conquistou os seus graus pelo seu esforçado e meritório trabalho, pela sua brilhante inteligência e inexcedivel aprumo moral. Num meio daqueles não há lugar para cabotinos ou aventureiros. Escalar posições de tão transcendente relêvo, só o valor intelectual e moral podem servir de armadura. E o Prof. Manuel Cardozo tem dado sobejas provas de ambos os valores possuir. Além do seu lugar de Catedrático muitos outros desempenha e tem desempenhado, só compatíveis com as qualidades já apontadas. Ainda há pouco tempo, em 1950 organizou e secretariou o I «Coloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros» realizado na Biblioteca do Congresso, em Washington, que tão larga projecção teve, especialmente em

Portugal e no Brasil, dando na florescente República Norte Americana a justa medida de potencialidade intelectual dos dois gloriosos povos de civilização latino-cristã.

É com homens da envergadura intelectual e da têmpera moral do Prof. Cardozo que se vai construindo e restaurando um Mundo Melhor, esclarecido nos seus Ideais, firme nas suas convicções, independente e altivo nos seus Rumos, proclamando sem tergiversação ou ambiguidade a superioridade imperecivel do Espírito milenário do Cristianismo.

A grandeza da Norte América reside, em úlima análise, na nobreza corajosa com que ela empunha o facho cristão, batido por tantos ventos da violência, insânia e ódio no Mundo hodierno.

Mais do que as suas fabulosas riquezas materiais e audazes empreendimentos técnico-económicos e científicos, vale a sua indómita nobreza em defender, afirmar, cimentar e propagar os ideais cristãos de dignidade humana e primado do Espírito.

Não foi em vão qne o grande Pontífice Pio XI, esperou da América a preservação das Liberdades humanas essenciais, quando o Mundo foi assolado e batido pela mais alterosa onda de Paganismo, Ódio e Escravidão.

Nessas horas, ainda prementes, de escuridão e de terror, o Espírito cristão e serenamente humano da América do Norte, soube dar em todos os cantos da Terra o generoso sangue dos seus filhos para que se não perdesse a última garantia de sobrevivência com dignidade, a última esperança de vida, iluminada e acalentada pelo Espírito Latino-Cristão.

Acabei, há semanas, de ler, em tradução, um livro admirável de Henry Morton Robinson. A figura central e máxima da efabulação desse livro Steve Fermoyle que chegou a Cardeal, é bem a síntese e o símbolo da América Cristã — que não obstante a densidade enleiante dos interesses materiais absorventes sabe e pode elevar-se acima deles, para, magistralmente, iniludivelmente, proclamar, o Primado do Espírito.

O P.e Fermoyle, atravez das procelas do tempo e da vida, ora recurvando-se sobre si mesmo, ora mergulhando na luta externa, é uma lição magnífica de tenacidade iluminada por um grande Ideal, é a prova eloquente da vitória inelutável dos que

trazem dentro de si o verbo candente de uma grande missão a cumprir.

Tenho pena de não conhecer a língua inglêsa, para poder acompanhar de perto a floração intelectual e moral da América do Norte. Mas o que conheço e sei da evolução da História dessa grande Nação, é o suficiente para dela fazer uma ideia perfeita, para aquilatar da luta sem tréguas das suas gentes para sobreviver, firmar um agregado humano coerente, criar uma comunidade nacional, definir-lhe jurídica e moralmente a estrutura e finalmente traçar-lhe os grandes rumos de actuação na comunidade dos Povos Civilizados.

A luta épica para essa grande unidade atravez da pluralidade de raças, línguas e conteúdos psíquicos, é uma glória de espírito jurídico e moral que tem objectivação plena na criação mística do seu nacional «Thanksgiving Day».

Sòmente a alma cristã, amalgamada em sofrimentos sem nome em dores inenarráveis, poderia ter dado aos povos derramados pelo vasto território da América setentrional, a compreensão da sua solidariedade fraternal, criando a Confederação.

Forte e una, rica e generosa, a América do Norte é hoje, num Mundo quase totalmente tocado pelo espírito malígno do dessídio, o supremo refúgio dos grandes Ideais de Liberdade e fraterno amor cristão. E ao culto destes ideiais não é estranha uma esclarecida minoria de elite que vinca, prestigia e propaga o sentido da catolicidade, impondo-se, com excepcional rigor de coerência e fé viva e operante.

A História da Nação Americana é um dos mais sugestivos e ilucidativos fenómenos do milenário esforço humano para criar um agregado nacional informado pelo Direito e pela Justiça.

Conhecer o sentido desse esforço, equacionar-lhe os conteúdos étnicos e morais é missão aliciadora que para nós, portugueses, tem um significado transcendente.

Escolheu o Prof. Manuel Cardozo para têma da sua Conferéncia — **«A PRESENÇA DE PORTUGAL NOS ESTADOS UNIDOS».**

Ninguém melhor do que êle nos poderá demonstrar o imenso labor, tantas vezes obscuro e quase anónimo dos portugueses que, há quase cinco séculos, impelidos para a grande aventura

consciente dos Descobrimentos, tocaram e se fixaram nos então remotos e misteriosos territórios das apelidades Indias Ocidentais.

As suas palavras serão mais um dos documentos vivos da história do esforço português no Mundo, por onde temos a nossa alma repartida.

Isolado no extremo ocidental da Península Espânica, consolidadas a sua unidade e independência após Aljubarrota, Portugal, sob a égide do Infante de Sagres, selou definitivamente a era Mediterrânica, abrindo o período Ibero-Atlântico das comunicações. O Mar Tenebroso, o verde Mar das Tervas, foi esquadrinhado em todos os sentidos pelas Caravelas Henriquinas, terminando a lenda Ptolomaica do Almagesta de que a oeste das Colunas de Hercules não havia mais terras.

O achamento das Ilhas açóricas e do bloco continental das Américas setentrionais e meridionais e as outras navegações portuguesas, marcaram o levantar do véu a três quartas partes do Planeta. Abrira-se assim uma nova era na história humana — a era oceânica e com ela, o decisivo contributo de Portugal para a mundividência quinhentista, tão magistralmente apontada por Hernani Cidade.

A partir dessa hora a alma portuguesa, idealista e desinteressada, ía revelar em plenitude a vocação navegadora e missionária.

Dispersa pelo Mundo, a alma lusíada, nas grandezas e nas desventuras, nunca mais deixou de dar testemunho de que o português não compreende a vida sem sonho e sem glória, substâncias inconsúteis do Idealismo puro.

O precioso depoimento do conferente, vai confirmar estas afirmações.

Perdoe-me, meu Caro Prof. Cardozo o enfado destas minhas descoloridas palavras, que tanto retardaram o justo anseio de todos em o ouvir, e creia que é, com sincero júbilo que o recebemos nestas açóricas terras do seu nascimento.

A Presença de Portugal nos Estados Unidos

Conferência feita pelo Prof. Dr. Manuel da Silveira Cardozo, Professor Catedrático da Universidade Católica da América (Washington, D. C.) e director da Biblioteca de Oliveira Lima, da mesma Universidade, no Salão Nobre da Junta Geral, no dia 11 de Agosto de 1958.

As relações entre Portugal e os Estados Unidos, embora de longa tradição, nunca foram intensas, nem deixaram, de ambos os lados, profundas influências de ordem intelectual. Visto num plano relativo, o assunto não se presta a uma visão de conjunto da civilização americana. Oferece no entanto a ocasião de se apresentar alguns elementos interessantes e mesmo simpáticos, outros talvez pouco conhecidos, e de se avaliar atravez deles o que tem sido a presença de Portugal nos Estados Unidos.

Portugal entra na história dos Estados Unidos quando entra na história universal, na época dos descobrimentos. Foram portugueses os pilotos que vieram nas primeiras expedições inglesas ao Novo Mundo, já em tempo de Henrique VII. Pelos mesmos anos são as peripécias dos Cortes-Reais, na Terra Nova — foram eles no dizer de Samuel Eliot Morison, os seus verdadeiros descobridores — e a Nova Inglaterra, entre os Indios da região, segundo

o depoimento da Pedra de Digton. Tem qualquer coisa de heroico este pormenor à primeira vista insignificante, de ter sido um Português o primeiro imigrante europeu de Massachusetts (para onde se dirigiriam, quase em nossos dias, milhares de outros portugueses, dos Açores, Cabo Verde, continente).

Depois dos Corte-Reais vieram outros. Veio Estêvão Gomes, a serviço de Espanha, que pelo ano de 1525 descobriu uma grande parte da costa Atlântica da América do Norte. Mais para o sul, na Flórida, desembarcou o chamado e anónimo Fidalgo de Elvas, que acompanhou Hernando do Soto na sua expedição por terra ao Mississippi, e nos deixou em português uma crónica do que viu.

Talvez não seja descabido lembrar aqui que os Portugueses desempenharam um papel de certa importância na fundação do império ultramarino espanhol, e lamentar que este aspecto da história dos portugueses ainda se não tenha estudado a fundo. Além da edição da crónica do Fidalgo de Elvas, feita pelo falecido Perry Vidal, e da edição que se fez depois da narrativa de Pigafetta, está-me a parecer bem pouco se sabe. Creio, por exemplo, que geralmente se ignora que havia portugueses na expedição de Cortês, fundador do México. Bernal Díaz del Castilho, cronista da epopeia, conta (para escolher apenas um episódio da conquista) que foram os portugueses que deram o nome de «Castillo Blanco» a um local do país por lhes fazer lembrar o Castelo Branco de cá. Depois da conquista para lá foram outro portugueses, entre eles um arquitecto que traçou os únicos edifícios de estilo manuelino que existiram na Nova Espanha. Foi ainda do México que saiu o navegador português, João Rodrigues Cabrilho, que, quando entrou na Baía de San Diego em 1542, descobriu a Califórnia.

Hoje o descobridor da Califórnia (de quem o pouco que se sabe se encontra principalmente na história do cronista Herrera) está em moda, pelo menos para nós Californianos, e merece a pena contar a história do «Cabrilhismo». Nos Estados Unidos, onde muito pouco se aprende de geografia, existem algumas ideias estrambóticas enquanto à geografia da Península Ibérica, e não se estranha que Cabrilho tivesse sido apresentado aos rapazes das escolas como espanhol. Quando os luso-americanos da Califórnia

se deram conta de que Cabrilho era de facto português, iniciaram uma campanha, que teve ressonância mesmo nas Câmaras estaduais, a favor do aportuguesamento de Cabrilho. Fundou-se o Cabrilho Civic Club, espécie de Rotary Club, que depressa se espalhou pela Califórnia. Proclamou-se o Dia de Cabrilho. Portugal por sua vez ofereceu uma estátua do navegador e fizeram-lhe uma linda festa e um lindo monumento num dos sítios mais belos de San Diego. Em duas palavras, Cabrilho tornou-se o Santo Padroeiro dos luso-americanos da Califórnia.

Enquanto ao Novo México, que passou a ser parte dos Estados Unidos, depois da Guerra contra o México, uma das primeiras crónicas desta região, do século XVII, o «Benevides Memorial», é obra dum frade franciscano português, natural da Ilha de S. Miguel.

Regressemos agora ao período colonial para falar dos judeus portugueses, os primeiros a chegar aos Estados Unidos. Deu-se isto em 1656, e vieram fugidos de Pernambuco, restaurado dois anos antes. Houve posteriormente outras levas de israelitas portugueses, ou das Ilhas do Caribe ou da Europa. Uma delas se dirigiu a Charleston, na Carolina do Sul, onde os judeus portugueses criaram fama. Foi aqui que se estabeleceram os ascendentes de Benjamim Nathan Cardozo, ministro do Supremo Tribunal de Justiça durante os primeiros anos do governo de Franklin D. Roosevelt. Ás vezes é bem difícil aprender as lições da história No caso dos judeus portugueses da América, que foram perseguidos pela Inquisição e obrigados a sair de Portugal, conservaram sempre os seus apelidos portugueses, mesmo no exílio. Em compensação, alguns dos portugueses que nunca foram perseguidos e que imigraram da sua livre vontade não tardaram a americanizar os seus nomes de família.

Durante o período colonial houve, com certeza, um ou outro imigrante português, à parte os judeus portugueses. O caso do soldado portugnês do exército de George Washington, o soldado mais destemido daquele exército no dizer do General, não deve ter sido único, embora não possamos acreditar que a corrente de imigrantes, que muito depois se dirigiu aos Estados Unidos, tivesse começado tão cedo, devido à intolerância religiosa dos colo-

nos ingleses. Depois da declaração da independência de 1776, os casos repetem-se. Basta dizer que a tripulação do «Bonhomme Richard», navio comandado durante a Guerra da Independência (1779) contra a Inglaterra por John Paul Jones, um dos fundadores da Marinha de Guerra americana, era em grande parte constituida de portugueses.

Para isto devem ter contribuído poderosamente as facilidades de transporte oferecidas aos portugueses a partir do século XVIII pelos barcos americanos que faziam a carreira entre a Nova Inglaterra, Portugal e as ilhas do Caribe. Este era o chamado «comércio triangular» que tornou possível a afeição que o americano muito cedo teve pelo vinho da Madeira. No seu tempo foi o vinho da Madeira o vinho elegante dos senhores de escravos e terras da Virgínia, o vinho de George Washington, o vinho que, por assim dizer, fez a guerra da independência. O vinho do Porto só muito mais tarde, talvez por influência inglesa, conseguiu generalizar-se nos Estados Unidos, mas mesmo assim nunca alcançou ser o vinho de classe na escala em que foi o vinho da Madeira.

Temos ainda o caso curioso de Mr. Thomas Atwood Digges, que nasceu por volta de 1741 e morreu por volta de 1821, íntimo de Washington, Jefferson, Franklin, and Madison, isto é, dos grandes daquela época, que viveu em Lisboa durante a guerra da Independência onde se mostrou partidário dos que lutavam contra a Inglaterra. Diz-se que escreveu *Adventures of Alonso : containing some striking Anecdotes of the Present Prime Minister of Portugal*, um romance, sem nome de autor, «by a native of Maryland, some years resident in Lisbon», publicado na Inglaterra em 1775. É a história amorosa e picaresca dum comerciante português, com algumas passagens sobre os pecados do despotismo (pois estávamos então no período pombalino). O romance quase que não tem valor estético, mas como tem a felicidade de ser o primeiro romance escrito por um americano, sempre encontra lugar nos manuais.

Durante o século XVIII e princípios do século XIX, a história registra ainda outros acontecimentos interessantes. O primeiro, de importância para a história das relações diplomáticas entre os dois países, foi o reconhecimento da independência americana

pelo governo de Dona Maria I. Mais tarde, quando da guerra contra os piratas argelinos, recebeu a América a solidariedade da mesma soberana. Foi também por essa altura que chegou aos Estados Unidos, em missão científica e comercial do governo português, Hipólito José da Costa, futuro director do *Correio Brasiliense*, que só acabou de publicar-se em Londres com a independência do Brasil. No diário que ele escreveu durante a sua estadia em Filadélfia, que o Dr. Robert Smith publicou na *Pennsylvania Magazine of History*, mostrou-se impaciente perante algumas das incoerências da democracia americana. Achava ridículo, por exemplo, que um país que prègava a liberdade não a consentisse a um Português aos domingos. É que a influência protestante era ainda tão grande e tão puritana, que aos domingos tudo fechava. Hipólito José da Costa, apesar da sua conversão à Maçonaria, estava longe de abraçar o Protestantismo. Abraçou-o depois na Inglaterra, ao que parece. Pelo menos está enterrado numa antiga igreja anglicana dos arredores de Londres, para onde me levou, em romaria histórica, Harold Livermore.

Incomparavelmente maior foi a influência na vida política e intelectual da América do Ministro de Portugal, do sábio português, como era conhecido, o Abade Correia da Serra. Estávamos então na época indecisa da côrte portuguesa no Rio de Janeiro, do Reino Unido de Portugal, Brasil e os Algarves. Não deixava de ser estranho aos olhos dos americanos cultos esta monarquia americana e tropical. Servia mesmo assim, e admiravelmente, para despertar interêsse, teve o seu grande valor publicitário. Correia da Serra, no entanto, impunha-se como um sábio europeu. Privava com Thomas Jefferson. Jantava com John Marshal, o primeiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a quem o desenvolvimento constitucional do país tanto deve. Era amigo do Dr. Wister de Filadélfia. Abriam-se-lhe todas as portas, como ao Marquês de Soveral na Inglaterra, mas o Abade era muito mais do que o Marquês. O abade também era procurado pela sociedade, mas era acima de tudo homem de ciência, naturalista, o melhor, de facto que então havia na América. Creio que a estadia de Correia da Serra nos Estados Unidos representa qualquer coisa de *sui generis*. Continua sendo o Abade, que consta nunca ter celebrado missa

na América, o diplomata português de todos os tempos que mais se impôs à sociedade americana.

Depois do Abade, que ainda representava o antigo e extensíssimo império português, vieram as misérias das guerras liberais o desiquilíbrio de Portugal, as complicações de toda a ordem — económicas, políticas, psicológicas — provenientes da perda do Brasil. Talvez se deva a isto o facto de ser o século XIX o século por excelência da emigração portuguesa, principalmente para o Brasil mas também para a América.

Para a América quem ia era de preferência a gente dos Açores, quase vizinhos, a meio caminho. Muito cedo mesmo habituaram-se os americanos a meter gente nos Açores, como se metia água. Para tripulantes dos barcos da carreira, para baleeiros, para jornaleiros. Depois, com a descoberta do ouro na Califórnia em 1849, mais outro atractivo se acrescentou aos que já existiam. E para lá foi meu avô paterno, como tantos outros. Não sei como chegou à Califórnia, se a cavalo, se nas caravanas típicas dos pioneiros do Far West, se através de Panamá ou de Tehuantepec, porque nesses dias o comboio mal alcançava a terra do Snr. Henry Truman, nem chegaria a S. Francisco antes de 1869. Não se deixou ficar, apesar de ter feito duas viagens à costa do Pacífico, mas foi, enquanto duraram os seus trabalhos, um autêntico Peregrino da América.

Também foi gente da Madeira, mas nem sempre nas mesmas condições. E' o caso dos Madeirenses que em meados do século passado abraçaram as crenças dum missionário protestante americano. Quando a vida destes novos protestantes se tornou particularmente difícil na Madeira, resolveram embarcar para os Estados Unidos. Tiveram uma calorosa recepção em Nova York por parte dos seus colegas em matéria religiosa, e dali seguiram para Illinois onde se estabeleceram pouco antes de estalar a Guerra Civil. Foi deste núcleo português que surgiu o chamado Rei da Marcha, John Philip Sousa, tão conhecido na América, filho de pai português e de mãe austríaca. Outro americano com ascendência madeirense é o escritor John dos Passos. Não sei se o avô foi para os Estados Unidos nesta leva de heterodoxos. Duvido. Contou-me Mr. dos Passos que seu avô português se estabelecera em

Filadélfia. Ali casou e constituíu família. Não era com certeza a família portuguesa da tigela de caldo verde a fumegar de que nos canta a Amália Rodrigues, mas o primeiro dos Passos deve ter deixado pelo menos um legado de saudade ao herdeiro, que se serviu dele para, na companhia do filho, que depois se tornaria o grande escritor que é, visitar a terra dos seus maiores.

*

Até aqui tenho falado do passado dos portugueses e de Portugal nos Estados Unidos. Quero agora dizer alguma coisa do presente.

No jornalismo moderno pouco se fala dos países pequenos e ordeiros, muito dos pequenos que são ambiciosos ou vivem em desordem. E' defeito, parece-me mesmo que não tem cura. Foi preciso o fracasso tão completo da apregoada primeira invasão de Goa para despertar, por uns dias, os jornais americanos. E' preciso um novo vulcão para voltar a atenção dos jornais para os Açores. Sob o ponto de vista da tranquilidade internacional, é preferivel, nestas condições, que Portugal permaneça como até aqui. Mas se por um lado o silêncio dos jornais representa um louvor, pelo outro lado faz com que Portugal sofra da falta de propaganda jornalística. Não podemos ignorar que a presença dum país estrangeiro na América se avalia, até certo ponto, pela atenção que lhe dedica a grande imprensa. E de Portugal, infelizmente, fala-se muito pouco. Aparece, é claro, um ou outro artigo sobre Portugal nas grandes revistas. Uma reportagem, aliás azeda e tendenciosa de Mary McCarthy, na Revista *New Yorker*. Comentários avulsos na *Time Magazine*. Uma ou outra fotografia na *Life Magazine*, como na ocasião da visita da Rainha Isabel a Portugal. Uma reportagem, muito bem ilustrada, da revista *Holiday*. Um trabalho do Dr. Oliveira Salazar sobre a posição de Portugal perante a União Indiana que se publicou na nossa revista mais categorizada de assuntos internacionais. No campo dos estudos portugueses, principalmente nas Universidades, que serve de barómetro de prestígio, mais alguma coisa se pode dizer, mas fica este aspecto do tema para outra ocasião. No que diz respeito à

música portuguesa, tanto ligeira como séria, há uma série de discos à venda, de fados quase todos mas também alguns de músicas portuguesas dos séculos XVII e XVIII. Músicas que em determinados casos entusiasmaram o grande público, como por exemplo o fado «Coimbra» que teve e ainda tem imensa popularidade nos Estados Unidos com o título de «April in Portugal». Ou a outra canção popular, «Lisboa Antiga», apresentada na América por um grupo orfeónico espanhol que actuou no Hotel Waldorf Astoria de Nova York. Ou ainda a peça «Portuguese Washerwomen» (Lavadeiras de Portugal) que embora escrita por um francês, representa mesmo assim uma influência portuguesa.

Nos Estados Unidos, como na Europa, determinados produtos comerciais servem admiravelmente para fazer a propaganda entre o grande público do país de origem : artigos de vidro da fábrica da Marinha Grande, sardinha em conserva, vinhos do Porto e de mesa, bordados e artigos de verga da Madeira, que se encontram à venda, se não em toda a parte, pelo menos nas cidades mais importantes. Deve haver ainda outros produtos que entram na balança comercial, como cortiça, água raz, café de Angola, cacau de São Tomé, sisal de Moçambique, mesmo urânio, mas produtos desta natureza, por mais interessantes que sejam nas estatísticas ao fim do ano, não entram nos cálculos do público consumidor.

Contactos mais directos são os do turista, e o turismo de lá para cá tende a aumentar. Creio que Portugal é muito mais conhecido entre Católicos do que os não Católicos, precisamente por causa da devoção a Nossa Senhora de Fátima. Não falo apenas das peregrinações à Cova da Iria. Falo também dos peregrinos que antes ou depois da sua visita a Fátima passam uns dias em Lisboa, admiram as belezas de Alcobaça e da Batalha, vão a Leiria, entram em conhecimento, enfim, por mais ligeiro que seja, com a terra portuguesa Falo dos livros de recreação piedosa, das devoções em tantas igrejas do país em louvor de Nossa Senhora sob o seu título português. Há é claro, os turistas que vem aqui por outras razões, os mais mundanos, que também começam a «descobrir» Portugal.

Nas poucas regiões do país onde predominam, ou são numericamente importantes, os luso-americanos, na Califórnia, em

Massachussetts, nas Ilhas Hawaii, sente-se de facto a presença duma cultura lusíada, pouco intelectualizada, com certeza, atenuada aqui, mais viva ali, mas também mais enraizada do que se pensa, no folclore, nas tradições, na gastronomia local. As pequenas coisas, enfim, que um Gilberto Freyre saberia aproveitar para fazer delas toda uma história social, as festas do Espírito Santo, a couve portuguesa (tipo diferente da americana), a linguiça de tipo açoreano, a morcela (que os americanos chamam «Portuguese blood sausage), o «Portuguese Bread» (pão português). Afinal de contas, cada descendente de português, cada americano com algum sangue português nas veias, como o Snr. John dos Passos, é um cartaz mais ou menos vivo que fala da terra dos seus antepassados. Não diz tudo, é claro, e pode exagerar, mas sempre diz alguma coisa.

Falei há bocado da imigração portuguesa para a América desde o período colonial até os meados do século XIX. Foi esta uma imigração muito restrita, de indivíduos. A imigração em massa, a que criou as colónias populacionais dos Estados Unidos, quase toda dos Açores, mas também da Madeira, de Cabo Verde e do continente, só se verificou anos depois, já nos fins do século XIX. Não sei porquê os portugueses dos Açores escolheram a Califórnia quando o Brasil, que lhes ficava muito mais perto, estava em moda.

Talvez por razões de clima. Talvez pela tradição que ficou da época das minas de lavagem. O que é certo é que na Califórnia o português dedicou-se aos afazeres que já conhecia, à pesca, à lavoura, à criação de gado. Estabeleceu-se de preferência no campo, no vale de São Joaquim, no de Sacramento. Na nova Inglaterra, a situação sendo outra, não havendo condições de vida favoráveis à agricultura, existindo já um alto nível de industrialização, o português entrou para as fábricas de tecidos ou então como em Gloucester, dedicou-se às fainas do mar. Hoje as colónias populacionais portuguesas estão muito longe do que eram há uns anos atraz. Com a enorme facilidade que o caracteriza, o português adaptou-se ao meio, americanizou-se, integrou-se no meio americano, frequentou escolas, melhorou a situação. Soube aproveitar a mobilidade sociológica da vida americana. Os filhos dos

operários de ontem são hoje advogados, médicos, jornalistas, sacerdotes, engenheiros, empreiteiros, armadores, capitalistas, juízes, políticos. Ocupam cargos públicos. Um luso-americano (Micaelense) acaba de ser eleito presidente da Câmara Municipal de Fall River. Outros luso-americanos fazem parte de conselhos distritais, são deputados estaduais, chefes de polícia. Na Califórnia tivemos um presidente da Câmara Municipal da capital do Estado, um ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Nas Ilhas Hawaii, além de juízes dos tribunais territoriais, sempre encontramos luso-americanos na administração pública. E em todo o arquipélago o instrumento predilecto, típico, universalmente conhecido, o «ukelele», não passa de ser o cavaquinho da Madeira, levado de cá pelos trabalhadores contratados para o serviço dos engenhos de açúcar. Temos tido também alguma gente de fortuna, os Medinas, de San Diego, o Lourenço Oliveira, os Garcia da Rosa, o Pedro Borba, o velho Freitas, dono de fartas e extensíssimas terras, que foi o primeiro grande ricaço português da Califórnia. Na radiodifusão temos outro luso-americano, que fez figura, mesmo nacional, o chamado «Great Gildersleeve». E no campo da religião, por assim dizer folclórica, temos um caboverdeano extraordinário armado em pontífice protestante duma seita que conta alguns milhões de crentes, entre negros, principalmente, mas também entre brancos. Refiro-me a «Daddy Grace», o Pai da Graça, que acaba de ser absolvido por um tribunal de Washington, do deslise, que uma senhora lhe imputava, de ser além de Pai da Graça, pai da filha. Verificou-se durante o julgamento que a senhora estava enganada, que Daddy Grace não era quem ela dizia, que Daddy Grace era natural de Cabo Verde.

O tempo não chega para focar ainda outros aspectos da vida colectiva dos luso-americanos, nem dizer o que se poderia dizer sobre os estudos luso-brasileiros nos Estados Unidos. A grande imprensa conserva sobre Portugal um silêncio profundo, mas nem por isso se deve pensar que igual silêncio se observa em todos os sectores intelectuais. Não podemos, infelizmente, tratar nesta ocasião desta faceta das relações entre os Estados Unidos e Portugal, mas basta dizer, em abono da verdade, que o país se encontra dotado de algumas bibliotecas portuguesas de primeira

categoria e que temos também alguns professores universitários que se dedicam ao estudo da cultura portuguesa. Portugal não ocupa entre nós, evidentemente, um lugar igual ao da França (para citar apenas um exemplo) nem ocupa o mesmo lugar em todas as regiões do país. Mas seria de facto fugir à verdade se não dissesse que sentimos qualquer coisa da presença de Portugal. O que agora desejamos é que essa presença se sinta cada vez mais.

A Fidelidade da Ilha Terceira

Recompensas a Combatentes da Restauração

Pelo Dr. Manuel de Sousa Menezes

As pesquisas feitas nos registos militares para organizar a relação de médicos e cirurgiões, que desde o povoamento exerceram a sua profissão na Ilha Terceira, constituindo elementos para a publicação do trabalho que se apresentou neste Boletim, deram margem a tomar conhecimento com factos passados durante as lutas da restauração, que mereceram citação e recompensa, os quais possivelmente esquecidos, vale a pena recordar, fazer reviver, como homenagem não só aos que foram distinguidos mas como honroso registo digno de ficar seriado e arquivado para conhecimento da fidelidade da ilha.

É essa a razão porque o trazemos à publicação. Um acontecimento de tamanha grandeza como foi o cêrco do Castelo, levado a efeito, sómente com os recursos da Ilha, estando ele fortemente guarnecido pelos castelhanos, tinha de ser acompanhado por actos humanos de apreciavel relevo, e eles não faltaram como verdadeira expressão do valor duma população.

Mereceram de facto todas as recompensas que lhes foram dadas os denodados combatentes da Restauração. A eles se fez referência, sempre que foram encontrados na relação dos profissionais, que o citado trabalho procurou organizar.

Estão escritas, narradas com pormenor, as precárias condições do cêrco ao Castelo, a deficiência de meios de combate locais, a escassez de recursos, a fadiga permanente da vigilância, tudo isso que foram dificuldades e afirmam persistência e vontade de vencer. Digno de permanente recordação, para glória da sua população, inútil se torna portanto voltar ao seu louvor. É honra que ficou para a Ilha Terceira e que não esquece.

Como lembrança das principais citações e recompensas colhidas nos livros de «Registo do Castelo de 1642 a 1720» não nos furtamos ao desejo de as arquivar também na revisão empreendida de factos e pessoas do passado. São elas afinal a continuidade da vida na ilha a partir dos primeiros povoadores, cujos descendentes pouco mais de século e meio passado, empreendiam tão arrojado intento de fidelidade à Pátria, avançando para o cêrco do Castelo, ocupado, como estava ainda, por forte núcleo de tropas castelhanas e poderosamente armadas.

Reunindo-os e agrupando-os na recordação que fica e nos serviços que prestaram, assim trazemos a seguir todos esses nomes dispersos.

Capitão Sebastião Cardoso Machado, é o primeiro que encontramos, nomeado a 8 de Fevereiro de 1642 pelos próprios companheiros de armas do cêrco ao Castelo, para Tenente da Fortaleza e assim se poder tratar das condições da rendição com o Governador Castelhano, D. Alvaro de Viveiros, com o qual se assentou 5 dias de tréguas, nomeação que foi depois confirmada pelo General de mar e terra António de Saldanha, que veio aos Açores na esquadra de socorro, investido de altos poderes, que passou a carta patente da nomeação a 4 de Agosto do citado ano. A rendição da fortaleza efectuou-se a 7 de Março do mesmo ano, tudo efectuado portanto com os meios locais, antes do socorro da esquadra.

Dado o interesse do documento da nomeação, a seguir o reproduzimos na íntegra, e por ignorarmos se já o teria sido:

> «João de Betancor de Vasconcellos e Francisco de Ornellas da Camara fidalgos da Casa de Sua Mag.ᵉ, Caval-

leiros professos da Ordem de Xt.°, Cpp.ães mores nesta Ilha 3.ª e Gv.res da Guerra pello dito Senhor, por quanto se tem assentado sinco dias de tregua pera dentro nelles se tratarem os meios e partidos com que o mestre de campo Dom Alvaro de Viveiros hade fazer entrega da fortaleza de Sam Ph.e do monte do Brazil desta cidade de Angra e conforme as ordens do ditto Snr. dadas a nos e ao Reverendo P.e Francisco Cabral visitador da Companhia de Jesus se não pode nem deve declarar a pessoa que hade governar a ditta fortaleza athe estar rendida e he necessario antes disso aver quem acuda tanto e se ouver de fazer a ditta entrega as causas della assentamos com o ditto Reverendo P.e Franc.° Cabral se devia nomear Tenente p.ª a ditta fortaleza: e porque na pessoa do Capp.am e sargento mor Sebastião Cardoso Machado concorrem as partes vallidas e suficiencia pera servir bem o ditto cargo e ter servido a sua Mag.e em todo o discurso desta guerra com plenaria satisfação correndo por sua ordem as fortificações deste sitio de dia e de noite com grande risco de sua vida, achandosse em todos os rebattes de maior perigo aonde foi duas vezes ferido gravemt.e e ser das primeiras pessoas que concorrerão na Aclamação de Elrey Nosso Sr. alem de outros muitos serviços que tem feito a sua Mag.e em differentes ocasiões, o nomeamos em nome do ditto Snr. e com o votto do ditto R. do P.e Francisco Cabral por Tenente do ditto Castello São Ph.e do monte do Brazil desta ditta Cidade pera que o servira assim e da maneira que athegora o servirão os que forão Tenente pella Coroa de Castella acudindo as obrigações do ditto cargo como he obrigado e convem ao serviço do ditto Snr. emquanto Sua Mag.e o ouver por bem e não mandar o contrario, e avera com elle o soldo de Capp.am de Infantaria que he o mesmo que toca ao ditto cargo, e os proes e precalssos que direitamente lhe pertensserem, e avera a posse e juramento no dia da ditta entrega de que se fara assento nas costas desta Patente que lhe

mandamos passar por nos assinada e pello ditto Rvd.º P.e Francisco Cabral e sellada com o sello de nossas Armas. Angra outto de fevereiro seiscentos e corenta e dous. Manoel Fer.ª o Moço G.º da Guerra o fez. João de Betancor de Vasconcellos — Francisco de Ornellas da Camara — Francisco Cabral.»

O juramento da posse do cargo efectuou-se no dia 7 de Março perante os mesmos capitães-mores dentro do Castelo de São Filipe ao ser entregue pelos castelhanos.

Alferes António Dias Xodré, a 17 de Abril de 1641 é nomeado por D. João IV, como ajudante para servir em Companhia do P.e Francisco Cabral «a quem envio às Ilhas Terceiras e dos Açores e nelas exercitará o dito cargo à ordem do dito Padre e do Capitão mor da Vila da Praia.» Prestou juramento a 4 de Maio perante Francisco d'Ornelas da Camara na cidade de Angra. A 1 de Janeiro de 1643 foi confirmada por El-Rei a nomeação pelos serviços que prestara — «*indo de socorro à Ilha Terceira, servindo no cerco ao presidio com dois filhos, cavalos e creados*».

P.e António Teixeira, é nomeado capelão-mor do Castelo a 31 de Maio de 1642 com o seguinte fundamento :

A posse é dada pelo próprio capitão-general de mar e terra António de Saldanha — «*sob meu sinal somente*» — tais os poderes de que viera investido, a qual se realizou na igreja do Castelo de São Filipe do Monte Brasil, com a invocação de St.ª Catarina de Sena, constando do respectivo termo — «porque em todo o tempo que esteve o cerco e sitio deste Castelo, assistio com grande trabalho e zelo do serviço de Sua Magestade em todas as ocaziões que no dito sitio se ofereceram, assim em assistir nas trincheiras a onde mais necessario era como em tratar (com grande virtude sua) dos feridos e mortos que no dito sitio houve, assinando e trabalhando nas covas que se fizeram para defença do dito Castelo dando exemplo a muitos para que o fizessem e por tambem haver servido de Capelão-mor da Armada que andava na guarda da Costa desta cidade e por expor suas partes e virtudes

merecedor de toda a mercê que sua Magestade foi servido fazer-lhe, hei por bem de lhe fazer mercê em nome do dito Senhor Capelão-mor da gente de guerra e confessor... em que haverá a praça de quatro mil reis cada mez.»

Era uma justissima recompensa, mas também um magnifico louvor pelos serviços prestados na guerra «e para efectivação da posse do cargo tomou conta das chaves da porta da Igreja e sacristia, abriu e fechou as ditas portas e subindo ao altar levantou em suas mãos um calice, casula, missal, galhetas e mais coisas do culto.»

José Dias, soldado, tem procedimento de assinalado destaque. Feito prisioneiro pelos castelhanos numa sortida às trincheiras do cêrco e intimado por estes a dar vivas ao rei de Castela, a sua resposta invariavel foi sempre aclamar D. João IV como rei de Portugal. Acutilado pelos que o levavam preso foi morto no trajecto para a fortaleza, ficando a assinalar o local e o facto, a pequena memória que hoje se levanta a meio da ladeira que sobe para a entrada principal, homenagem recente do comando do batalhão que guarnece o Castelo, a ficar em permanente recordação.

Mas não ficara esquecido o procedimento ao Comissário régio General António de Saldanha, porque se encontra registado a 5 de Agosto de 1642, a concessão à viuva Maria Fernandes Frois, da pensão de dois moios de trigo por ano e em sua vida, não só pelo procedimento de fidelidade do marido, mas ainda pela circunstância de no próprio dia em que o mataram e no assalto às trincheiras, lhe haverem ferido o filho Manoel Dias, que depois de curado dos ferimentos recebidos continuou a lutar nas trincheiras com o irmão Bartolomeu Dias, que estando de sentinela foi morto com uma bala na cabeça.

Era uma família de herois e devotados patriotas e assim «*á viuva que se achava pobre, perdido o marido e um filho e ainda com 8 pequenos que não podia sustentar e era de gente limpa e com agencia do marido viviam em abundancia, foi concedida aquela pensão*» e em nome de El-Rei um alvará para que um outro filho P.e Pedro Fernandes fosse provido numa Igreja da ilha.

Por tamanho merecimento há pouco relembrado em comemo-

ração militar, bem digno de ficar arquivado, transcrevemos na entígra a citação do Comissário Régio ao conceder a pensão:

«António de Saldanha do conselho de guerra de Sua Mag.e Governador da torre de Belem e Capitão General de Mar e Terra etc.

Avendo respeito ao que por sua petição me enviou dizer Maria Fernandes Frois, Vizinha e moradora desta cidade de Angra de como lhe foi morto nesta guerra seu Marido José Dias o qual com grande animo e valor em seguimento dos Castelhanos foi sempre aclamando a Voz e nome de sua Mag.e athe que sercado por grande numero delles depois de haver Recebido muitas feridas estando quaze morto o quizerão levar ao Castello obrigando a que dicece Viva el-Rei Dom Fhelipe, sem o querer consentir antes cada vez mais, repetindo muitas vezes Viva el Rey Dom João athe que a ultima lhe derão foi com um Arcabuz na cabeça, de que caya morto e se ficou no Campo e q. outro y no proprio dia da sua morte lhe ferirão os ditos enemigos em hu asalto que derão em nossas trincheiras a seu filho Manuel Pirez e contudo depois de se curar foi continuando na dita guerra com a obrigação de sua companhia e outro Irmão seu mais velho por nome Bartolomeu Dias o qual estando de sentinela aos vinte e seis de Novembro lhe derão os ynimigos com hũa balla pella cabeça com que ficou logo morto, e ella suplicante, sem Marido, sem filho, e com outro tão Mal ferido todos em serviço de Sua Mag.e e em cumprimento da sua obrigação com que se achava pobre e sem quem lhe precurasse o remedio e sustento da vida, pera oito filhos que mais lhe ficarão vivos sendo gente limpa e que sempre com Agencia do dito seu marido vivião com abundancia, e presedendo as ymformações necessarias pelo provedor da fazenda de sua Magestade Agostinho Borges de Sousa, e de como o asima Relatado passava na verdade e consultando o com o mestre de Campo Manuel de Sousa Pacheco e o Almi-

rante Jeronimo Cavalganti de Albuquerque: Hey por bem de lhe fazer mercê em nome de Sua Magestade a dita suplicante de dois moios de trigo em cada hu Anno em sua vida pera ajuda do seu sustento as quais vencera da data deste em diante em lugar de praça morta enquanto sua Mag.ᵉ o ouver por bem e não mandar o contrario que se lhe pagarão no Castello como aos demais, e outro sy de hũ Alvara em nome do dito Senhor pera seu filho o p.ᵉ Pedro Fernandes clerigo presbitero ser provido em hu beneficio dos da apresentação de sua Magestade nas igrejas desta ilha. Angra 5 de Agosto de 1642».

Manoel da Terra, foi outro combatente que — «*servio sempre no sitio do Castelo com grande zelo e valor*» e foi morto a 1 de Agosto de 1641 nas trincheiras durante um assalto dos castelhanos. À viuva Ana Dias, por alvará de 15 do mesmo mês de 1642, pobre, com tres filhos e uma filha, menores, padecendo muita necessidade, era igualmente concedida pelo General Saldanha idêntica pensão de dois moios de trigo em cada ano e em vida.

Por despacho de D. Afonso, de 5 de Abril de 1672, é confirmada a pensão, e este combatente Manoel da Terra é designado por Alferes.

Amaro Luis, — «*por ser muito bom artilheiro e havendo respeito a ele servir a Sua Mag.ᵉ nas guerras e sitio que se fez a este Castelo*», era nomeado *condestavel* a 11 de Novembro de 1642. Era o pai do P.ᵉ Manoel Luis Maldonado, autor da *Fenix Angrence*, que antes de ser ordenado sacerdote, foi igualmente nomeado para suceder ao pai naquele cargo por sua morte, a 1 de Março de 1670. *Condestavel* era situação militar equivalente a sargento de artilharia.

Miguel da Mota, por alvará de 28 de Fevereiro de 1643, — «*havendo respeito aos serviços feitos no sitio que se poz ao Castelo, servindo de soldado e cabo de esquadra e ser aleijado na guerra pelejando de hua pelourada que lhe levou o braço direito; hei por Bem de lhe fazer mercê que se lhe dê hua praça no Cas-*

telo, em que vença outro tanto soldo como vencia antes de ser aleijado».

Afonso Gomes, era castelhano e a recompensa foi por ter flectido, a qual lhe é dada por alvará de 26 de Abril de 1643, porque «*fugira do Castelo para vir servir no sitio e ser meu vassalo, dando mostra de fidelidade e noticias dos dessenhos do inimigo*», além da praça de sargento reformado como recompensa é-lhe dado «*sobre qualquer soldo*» dois escudos de «*vintagem*».

Seria possivelmente já apego à terra, vontade de nela permanecer, prevista como estava a rendição mais tarde ou mais cedo, que o levaria a esta decisão, a qual se coaduna com a de muitos outros que por cá se deixaram ficar depois, aportuguesando os nomes e casando com mulheres da terra, na maioria viuvas, como logo a seguir à rendição, quatro meses depois, começamos a encontrar nos registos paroquiais e quase todos com a presença de pessoas importantes a servirem de testemunhas.

Incontestavelmente era um forte poder de absorpção que se manifestava. A população da ilha, só por si, tinha resolvido um problema nacional e não obstante 60 anos de domínio castelhano era ela que absorvia os estrangeiros, que assim, pelo casamento, se fixavam e ingressavam nas antigas famílias da ilha.

Luis Gomes da Costa, por alvará de El-Rei, de 16 de Fevereiro de 1644, é nomeado boticário do Hospital da Boa Nova com o formidável fundamento que a seguir se transcreve, fazendo-se-lhe justiça e reparando a falta que expoz ao ser preterido ou esquecido a tão pouco tempo dos serviços que havia prestado nas lutas do cêrco ao Castelo e que eram do valioso fundamento que o alvará real agora revelava — «*tendo consideração ao que se me representou por parte de Luis Gomes da Costa acerca dos serviços que me fez no discurso do tempo que durou a guerra da Ilha Terceira até à Restauração do Castelo de San Filipe, dando a sua custa todas as medecinas necessárias para os soldados feridos, pobres da Misericordia e Castelhanos rendidos, e acudir com suas armas, entrando e saindo de Guarda nas ocaziões que se ofereceram sem soldo algum*», serviços que levaram o General

António de Saldanha a nomea-lo boticário do dito Castelo e agora se recordava.

O alvará fechava do seguinte modo:— «*hey por bem e me praz de lhe confirmar a patente de oficio de Boticario da gente de guerra do 'dito Castelo com declaração que será sem soldo e que as medecinas se lhe pagarão pelos preços correntes*».

Não era novidade, a tão pouca distância de episódios de tal valor na luta contra os castelhanos, ir esquecendo o ardor dos que com maior sinceridade melhor se bateram pela causa, o que a tempo vinha corrigir e lembrar a justiça real com esta magnífica citação e reposição em verdadeiro e justo destaque.

Já não devia ser novo o ardoroso combatente, pois colho a notícia da sua morte em 1652, oito anos depois, o que a não ser por doença aguda, na mediania usual da existência, indica-nos que o seu ardor patriótico o levara a combater com idade já avançada.

Joam Gonçalves da Costa, filho do alferes Dioguo Gonçalves, natural da Ilha Terceira, — «*por serviços feitos em praça de soldado ha Armada da Costa de que foi general António Teles, no ano de 1642 em que procedeu com satisfação e nas fronteiras da Provincia do Alemtejo, servio na mesma praça de soldado desde 11 de Abril daquele ano até 29 de Abril de 1644 e acompanhado no de 1643 o exército na tomada e sitios dos lugares de Valverde e Vila Nova de Fresno, pleijando e tendo perdido a mão esquerda a 12 de Dezembro de 1644 é-lhe dada a pensão de praça morta de 4 vintens ao dia*».

Ainda a muitos outros encontramos referências dos quais alguns mencionaremos, velhos soldados do cêrco ao Castelo ou outras campanhas da Restauração, a quem foram dadas recompensas, usualmente a chamada «*praça morta*», garantia dum vencimento certo como verdadeira reforma, mas o número era restrito e ia passando de uns a outros por falecimento de algum anteriormente beneficiado.

Manoel Gonçalves Gato, por alvará real de 19 de Janeiro de 1645, *tendo respeito ao zelo e animo com que ele, natural da*

Ilha Terceira, procedeo na guerra e recuperação do Castelo da cidade de Angra dando principio ao sitio que se lhe poz com seu esforço e a eu ser nele aclamado e na assistencia da mesma guerra perder de todo a vista por causa de hua bala de Artilharia que lhe passou pelos olhos e quebrou o arcabuz que tinha nas mãos estando de guarda e ficar inhabil depois para poder tornar a servir... hey por bem de lhe fazer mercê em sua vida de hua praça morta de soldado do mesmo Castelo de Angra a começar a vencer a 25 de Dezembro de 1644.

Alonso Gomes, sargento já reformado, por alvará real de 2 de Fevereiro de 1646 é deferido o requerimento para lhe darem mais 2 escudos por mês de «*vintagem*» o que já lhe fora autorizado mas teve de requerer novamente.

Manoel da Ponte, que serviu na Bahia durante dois anos contra os holandeses — «*foi passado na Ilha Terceira por tres balassos e ficou aleijado do braço esquerdo, como prova a certidão do surgião mor*». A 6 de Dezembro de 1648 era-lhe concedida a mercê duma praça morta.

António Gonçalves, que ficou manco duma perna nas guerras do Brasil, recebia idêntica concessão a 11 de Junho de 1655.

Alferes Simão Ferreira da Silveira, que se bateu durante 15 anos em todas as campanhas da restauração, na Terceira, no mar, no Brasil e no Alemtejo, Montijo, por alvará real de 20 de Junho de 1656 é-lhe concedida a pensão do posto de capitão entretenido por trespasse e por falecimento do capitão Simão Ferreira de Sá, que tinha igual pensão.

João da Silva da Costa, por alvará real de 15 de Agosto de 1658 é provido na praça de capitão entretenido pela morte de seu sogro Francisco Pedroso de Sousa e por ter casado com a filha deste.

Este João da Silva da Costa era fidalgo da sua casa e morador em Angra e requereu porque El-Rei havia feito a mercê ao

dito Pedroso de capitão entretenido no Castelo de São João Baptista:

> «...em consideração de seus serviços feitos nas guerras do Brazil a sua custa por espaço de 26 anos e dar mais cavalos e escravos, que pudesse nomear em sua vida ou por morte a dita capitania entretenida na pessoa que casasse com dona Maria de Toledo sua filha sendo capaz e benemerito de a poder servir e em efeito em seu testamento com que faleceu fez a nomeação. E porque estando ela comprometida para casar com Manuel da Silveira Borges se lhe passou alvará da propriedade da dita praça entretenida com clauzula que não haveria efeito sem a receber em face da igreja e posto que forão recebidos contudo se anulou o matrimónio por ela ao tempo do recebimento ser menor de doze anos de idade e repudiando ao dito Manuel da Silveira Borges, casou com ele João da Silva da Costa estando recebidos em face da Igreja e por essa rezam e lhe pertencer a dita praça entretenida por ter as partes necessarias, o Governador do Castelo o proveu na serventia dela como tudo constaria dos papeis que oferecia, o que foi deferido».

João Teixeira de Carvalho, por alvará de D. Afonso, de 31 de Maio de 1659 é-lhe dada a praça de capitão entretenido, por morte do que a gosava Capitão Simão Pacheco da Silveira e por o primeiro — «*no sitio e rendição do Castelo São João Bautista o ter servido sempre com muita satisfação*». Eram 30$000 rs. de pensão por ano enquanto servisse de sargento-mor mas o posto era de 80$000 rs.

António Rodrigues Madeira, morador na cidade de Angra, é nomeado a 21 de Setembro de 1653 por provizão de El-Rei D. João e em atenção aos serviços que lhe prestou na sua aclamação, para mestre das obras de pedraria e alvenaria da Sé e com o ordenado de 100 mil reis cada um ano, por vagar de Bartolomeu Fernandes que fora nomeado a 20 de Setembro de 1633 por D. Filipe, substituindo Luís Mendes que tinha falecido. As cartas de

«mestre das obras de pedraria e alvenaria» era para trabalharem na Sé e todos com 100 mil reis ao ano, mais que um médico ganhava.

Capitão Pedro Chadum, por alvará de D. Afonso, de 28 de Janeiro de 1659, é-lhe dada carta para poder andar no corso contra os mouros, piratas e corsários, inimigos desta coroa, fazendo a guerra à sua custa. Não se encontra qualquer outra referência a saber se realizou o seu intento e quais os resultados.

Capitão-Mor Francisco de Ornelas da Camara Paim, fidalgo terceirense que assistira em Lisboa à proclamação de D. João IV e por este foi enviado à Ilha Terceira com o P.e Francisco Cabral, para provocar a rendição do Presidio castelhano e a sua aclamação, é nomeado por alvará real de D. Afonso, de 4 de Fevereiro de 1660, governador do Castelo de Angra. Passaram assim 18 anos entre os feitos notaveis que efectuara e a merecida recompensa. Episódios diversos se haviam então intercalado desmerecendo o seu valor, manchando a sua reputação e só por sentença ficou ilibado das culpas de que o acusavam, muitos dos que eram picados pela inveja, outros a quem a mesquinhice era usual sentir.

Na carta patente da nomeação referia El-Rei — «*...que tendo respeito a qualidade, merecimento e mais partes que concorrem na pessoa do nomeado e aos importantes serviços que me fez de (32) trinta e dous annos desta parte embarcandose em sinco armadas, sustentar dez soldados nas guerras do Brazil e depois de haver sido capitão de emfantaria ocupar o posto de Capitão mor da Vila da Praia da Ilha Terceira até ao presente e achando-se nesta Corte na aclamação d'Elrey meu senhor e pay que Santa Gloria aja o mandou aclamar naquela ilha e reduzir a sua obediencia o Castelo da Terceira fiando delle esta impresa pella satisfação que tinha de seu zelo dando-lhe faculdade para que em seu nome pudesse oferecer ao Governador Castelhano o titulo de Conde com des mil cruzados de renda pello entregar e instrução secreta deregida a este efeito e por não ho querer fazer lhe poz sitio que durou hun anno por fim do qual se rendeo e avendo tão bem armado alguns navios*

para impedir-lhe não entrassem os socorros que de Castella lhe vierão e foram tomados governando aquela guerra com tanto risco, aserto e cuidado como se via pelos sucessos della despendendo muito da sua fazenda : em consideração dos quais serviços e em particular por haver tido tanta parte em se ganhar aquella fortaleza ; e por isso pedirem por governador della as Camaras daquela ilha e ter por serto que em tudo ho de que ho encarregar me servira a toda minha satisfação correspondendo a grande confiança e estimação que faço de sua pessoa», o nomeava Governador do Castelo de São João Bautista do monte Brazil da cidade de Angra da Ilha Terceira.

Chegara tarde a recompensa, 18 anos passados, mas com ela vinha a justiça no imperativo do triunfo da verdade sobre a mentira, da razão sobre o que era falso e entrara no repúdio da própria população como o manifestava o pedido das Camaras, verídica expressão do sentir geral.

Faleceu quatro anos depois, em 1664.

Alferes António de Macedo, é nomeado a 13 de Agosto de 1664 por El-Rei D. Afonso, alferes do Castelo — «*tendo em consideração os serviços que tinha feito no Estado do Brazil por espaço de 20 anos*».

Capitão Francisco Pires de Avila, era irmão do cónego João Correia de Avila a quem fizemos referência servindo como Capelão-mor no Castelo e Hospital da Boa Nova. Tinha apreciaveis serviços prestados quer no Alemtejo e armada da Costa, como nos mares do Brasil onde, para se não render, morreu queimado na sua nau, em combate com os flamengos, nas costas da Baía.

Manoel Gonçalves, por portaria de 13 de Julho de 1661, é-lhe dada a mercê duma praça morta de um tostão «*...tendo respeito aos serviços no terço da armada em praça de soldado desde 20 de Setembro de 1643 até 3 de Agosto de 1659, achando-se nas campanhas dos anos 43 e 44 e defensa de Elvas na ocasião em que o Marquez de Terrachega veio a sitiar aquela cidade na jornada de França do ano de 47 e se embarcou mais nas armadas dos anos de 51 e 52*

54, 55, 56. E ultimamente passados ao Alemtejo no ano de 58 assistir ao sitio de Badajoz tendo feito sua obrigação nas ocasiões referidas nos abroxos do forte de São Cristovão brigando como bom soldado e na linha de comonicação da cidade e forte dela o aleijarão em hua perna de uma bala que lhe deu.»

Antonio Pereira, por carta patente de D. Afonso, de 10 de Setembro de 1661, é nomeado ajudante da gente paga do Castelo de São João Baptista da Ilha Terceira, por vagar por falecimento de Paulo Henrique de Saa com a mesma paga e pela brilhante folha de serviços durante muitos anos «.. *— embarcou como soldado na armada que no ano de 639 passou a restauração de Pernambuco a cargo de D. Rodrigo Lobo e no cabo de Santo Agostinho o navio em que ia pelejou com tres holandezes que o renderão ficando com sete feridas de que esteve em perigo de morte e sendo deitado nas Indias de Castela veio ter à Ilha Terceira e se achou no sitio do Castelo dela e passando a este Reino se embarcou em duas armadas da Costa e se achar na campanha de 43 e sitio da Praça de Elvas servindo a sua custa e embarcando-se para o Brazil o ano 645 por alferes de hua Companhia de infantaria a servir na Bahia 13 anos, 9 mezes e 5 dias servindo sempre com valor e satisfação no posto de ajudante supra-numerario e vindo com licença à Ilha Terceira foi nomeado ajudante do terço que nella levantou o mestre de Campo Sebastião Correia Lorvela e embarcar com ele para este Reino foi prisioneiro no mar por inimigo e esteve em Castela mais de hu ano e ultimamente se achar nesta campanha».*

Soldado Cristovão Fernandes, por alvará de 12 de Agosto de 1667 é-lhe concedida a mercê da praça morta «*de tostão que se dava a João Lopes Rosa para com ela melhor se sustentar por ser pobre, casado com filhos e lhe foi concebida em vista dos muitos serviços durante anos, sem auzencia.*»

Manoel Correia, por alvará de 2 de Dezembro de 1669, o Principe regente concede a praça morta de 80 rs. diários, que vagou por falecimento de Mateus de Azevedo por serviços feitos

— «*desde a felice aclamação*» e por ter embarcado para a corte na Capitania de S. Pedro de Alcantara «*e ser já velho*».

Manoel da Silva, carpinteiro, por alvará de 13 de Julho de 1672 é-lhe dada a praça morta que tinha Miguel da Mota de 1$000 rs. em dinheiro e 6 alqueires de trigo por mês — «*pelos achaques e muita idade que tinha*».

Sebastião Lopes da Costa, é-lhe concedida a 15 de Outubro do 1676, por alvará do Principe regente, a pensão duma praça morta de 1$000 rs. em dinheiro e 6 alqueires de trigo, pensão que vagara por morte de Manoel da Silva e porque o beneficiado «*tinha 60 anos, muitos achaques e servira desde a Rendição do Prezidio Castelhano e embarcara várias vezes nas naus da India que a ela foram para esta cidade*».

Domingos Fernandes, pelo Principe Regente, a 15 de Março de 1680, é-lhe dada a praça morta de um tostão por dia que vagara por falecimento de Manoel Gonçalves: era soldado, serviu 22 anos, e embarcou 3 vezes em navios com guarnição de Infantaria ficando aleijado dum braço, impossibilitado de servir e com muita idade e filhos.

João Estacio Amaral, serviu durante 29 anos, 4 mezes e 3 dias, a começar em 30 de Setembro de 1650, como soldado no Castelo de S. João Baptista onde ficou 4 anos, depois 5 no Faial e 19 de alferes, prestando grandes serviços a comboiar navios entre as ilhas, livrando-os dos turcos e outros piratas, razões que levaram D. Pedro, a 26 de Agosto de 1681 a nomeá-lo, como recompensa, escrivão da receita e despesa do Hospital de Nossa Senhora da Boa Nova.

Antonio Pachequo, soldado do Castelo e mordomo do Hospital, pelo Principe Regente, a 27 de Março de 1683, é-lhe concedida a praça morta de 4 vintens por dia na vaga deixada por falecimento de João Gonçalves da Costa.

Gaspar Pays de Novais, sargento supra, por ter baixa por sua idade e achaques, é-lhe dada a praça morta vaga por falecimento de Antonio Pacheco a 2 de Abril de 1687.

Alguns outros, naturalmente haveria ainda a acrescentar. O esforço fora tão grande, a decisão tão formal, o sacrifício de todos tão patente, que outros actos individuais de valor e altruísmo por certo se impozeram. Sem registos, que os mencionem, sem recordação que os fixasse, ficam na glória geral, que a todos os habitantes da ilha cabe uma parcela bem ganha.

São assim os heroísmos colectivos e foi isso de facto, incontestavelmente, o que a população da Ilha Terceira afirmou nas lutas da Restauração.

Um Fidalgo e um Alfaiate, agitadores políticos na Cidade de Angra, em 1821 a 1823!

A vida desse tempo.

Pelo Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior

A história da Ilha Terceira está feita, nos seus traços gerais, por Drumond, que beneditamente rebuscou e leu, atento, copiosa documentação de varios Arquivos. Em alguns pontos está feita mesmo em pormenor, e sujeita a uma exegese, ansiosa da verdade integral, como o atestam os estudos insertos no «Boletim do Instituto Histórico». E' assim possível fixar e apreciar a curva evolutiva da politica terceirense e da sua administração pública. Mas há muito ainda que esclarecer e desenvolver na história da «Terceira» analisando facto a facto, incidente a incidente, à Lenotre, indo mesmo à vida quotidiana para poder penetrar o substratum espiritual da sua população, a sua directriz mental, o estos psicológico, sua capacidade de acção. Ao mesmo tempo que se obtem a verdade, desde o penoso e duro trabalho do povoamento até ao dra-

ma da defesa contra os piratas e castelhanos, em pelejas sangrentas, e das encarniçadas lutas políticas, se engrandece, a Terceira, multiplicando-a e mostrando-a em facetas iriadas, nas suas virtudes, na sua intrepidez, abnegação e generosidade, nos seus defeitos e truculencias.

Os franceses, perspicazes, adoram a «petite histoire», que enche as suas numerosas Revistas da especialidade, com brilhantes e esforçados colaboradores, tocando a imaginação da Mocidade estudiosa, e dest'arte revelam ao Mundo a sua Pátria, multiplicando-a, elevando-a em toda a sua grandeza e gloria.

Na Ilha, o período que vai da Revolução Constitucional de 1 de Abril de 1821 e da Contra-Revolução que se lhe seguiu, triunfante, e do juramento das Bases da Constituição, logo depois da noticia de que D. João VI a aceitara, — até à restauração, em 1823, com o Movimento Militar de Vila Franca, dos direitos do Rei «absoluto», — é fertil em acontecimentos e episódios, que mostram uma grande irritação dos espiritos, como se a tarantula os tocasse, e a irredutibilidade das correntes partidárias, a dos «malhados» e «corcundas», embora a primeira de redusidíssimo número, mas com o apoio, em Lisboa, do Governo saído da Revolução de 20, no Porto.

Francisco de Borja Garção Stockler, o Capitão-General que o Povo estremecia,—recebera ordem da Regência para se apresentar em Lisboa, e assim que chegou, entrou, preso, em São Julião da Barra. Obteve a auréola de mártir e santo, e os «forasteiros» constitucionais a cujas intrigas se atribuia a perseguição ao ex-Governador, eram olhados com rancor pela população. Stockler fizera cessar as violências do Capitão-General Francisco António de Araujo e apaniguados, quási todos estranhos à Terra, — e a população enfureceu com a ideia de que o idolo estivesse preso vitima dos pedreiros-livres. Os terceirenses tinham jurado, as Bases da Constituição, a 15 de Maio de 1821, porque El-Rei as jurara previamente, e apenas por isso, num dever, que lhes era grato apregoar, de fidelidade ! Mas odiavam a «Constituição», confundindo-a com os seus mais ferventes defensores, os «Araujanos», que tinham arrematado, por preços irrisórios, grandes tratos dos melhores Baldios, para os arrendar em seguida, e que os tinham

vexado, com requisições e chibatadas, na construção da «estrada militar», e com prisões em massa das gentes das freguesias rurais recalcitrantes, derrubando paredes, ou escondendo as cabras que se pretendia exterminar. Versejava um pasquim, no momento : (1)

«Constituição se chamou
A quadrilha de ladrões,
Que para as suas funções,
No Castelo se ajuntou.»

A Constituição acabara com a distinção de classes, extinguindo previlégios, limitara o Poder do Rei e dera a liberdade politica, — mas o Povo não vira qualquer benefício pratico de tais disposições, e em compensação vira, com estupefacção e desgosto, dominando a governança local, os seus perseguidores !

O «Juiz de Fora», Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade, que entrara na Revolução de 1 de Abril, acirrou os animos com as suas atitudes, por vezes intempestivas e provocadoras. Andava marcado no ódio popular ! Alguns fidalgos,—as elites do tempo, — aderiram, ostensivamente, à nova ordem de cousas. O Brigadeiro, Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, da Casa da Madre de Deus, foi para além da simples formal adesão, angariou assinaturas para uma mensagem, que fez registar nos livros da Câmara, afirmando «obediência firme», ao que o venerando Morgado chamava a «Santa Causa do Soberano Congresso». A sinceridade entrara em fraquissima percentagem nos signatários das louvaminhas de frases feitas, à «Santa Causa». Em Julho de 1823 logo que na cidade se soube do derrubamento espectaculoso, «manu militari da «Constituição» vintista, Vasconcelos e Lemos, radiante, com os filhos, saíu para a rua, acompanhando o povo que vibrava de extraordinário regosijo !

A intriga envenenava o ambiente ! Discutia-se, murmurava-se na Praça, nas Sacristias, e Portarias dos Conventos, nos Solares

(1) Colecção de versos do tempo, que o Autor deste estudo possui, oferecidas por Casas particulares.

dos Morgados, na Casa dos 24, nas tendas e «vendas«. Ao Engenheiro José Carlos de Figueiredo, um dos mais inteligentes deportados da «Amazona» — e que vivia na sua quinta, em S. Pedro, chamavam-lhe o Robespierre Jr., e o Deão Frutuoso José Ribeiro discorria, arguto e vivo, na sua Quinta da Pateira, esperançado de que o País voltaria ao antigo regime. O irmão, João, mais negociante que politico, etiquetado de usurário pelos invejosos, aguarda em quietude, o futuro, ora na sua casa da Rua Direita, com esquina para a Travessa de Santo Espirito, era, de verão, na quinta da Oliveira, no Caminho de Baixo.

O Advogado André Adelino Noronha, com alguns fumos de fidalgo, que Araujo obrigara a ir ao Palácio, vexado, no meio de uma escolta, e que discursara na Câmara a 15 de Maio, perante uma multidão efervescente de partidários de Stockler, a defendê-lo e a pedir a sua inclusão no «Governo Interino», dava sinais de querer inclinar-se para os «Araujanos» e, porisso, era criticado e coberto de ironias! As bocas maledicentes, atribuiam a mudança aos almoços que lhe oferecia o Major João Silveira Machado. Uma questão de gastronomia!

Este Silveira era partidário de Araujo, que lhe obtivera a mercê da promoção a Major. E a doutrina liberal que se espalhara com a revolução vintista — devia ter encontrado eco em seu espirito, mal impressionado com as graves dificuldades que tivera, em 1807, para realizar o casamento com Dona Ana Inácio Borges do Canto, filha de António Borges da Silva do Canto, Capitão-Mor das Ordenanças da Vila da Praia. Governava a Capitania D. Miguel António de Melo, que tomou a parte do Silveira, então Capitão, junto de El-Rei. Os pais de D. Ana, opunham-se tenazmente ao casamento por razões de melhores pergaminhos fidalgos, mas ela, apaixonada e voluntariosa, recalcitrou, — já não havia a obediencia cega do século XVIII, — e pretendeu que as Autoridades a retirassem de casa dos pais e a depositassem em Casa secular ou religiosa. D. Miguel António de Melo, ponderado, não se dicidiu a tamanha providencia, mas informou favoravelmente a pretensão da donzela, ardendo na febre do amor, sem querer saber da sua superioridade, em sangue azul, e da vontade dos pais com os seus preconceitos. O pai com efeito pertencia à

mais antiga e mais qualificada fidalguia, ao passo que o Capitão João Silveira Machado, «não passava de Nobre», que era por motivo da sua graduação militar de que gozava, em razão do seu avô paterno Matias Silveira e de seu pai José Inácio Silveira, terem herdado Nobreza. Os Silveiras tinham-na adquirido como negociantes de grosso trato aos quais Sua Alteza Real concedia nobreza. O Capitão-General esclareceu que o Comércio não a prejudicava ainda que hereditária conforme preceituava o Alvará de 5 de Janeiro de 1757, era profissão nobre e honrosa como se deduzia das leis de 3 de Agosto de 1770 e de Novembro de 1775. Os Silveiras tinham tambem servido empregos civis que a plebeus se não conferem e que por si mesmo dão nobreza. A Autoridade Suprema da Capitania continuando o seu esclarecimento fazia remoques e afirmava, irónico, que os fidalgos das Ilhas não eram tão escrupulosos que muitas vezes não dessem aos seus filhos, em casamento, pessoa de inferior qualidade e citava exemplos. Além disso — Dona Ana já era maior de 25 anos, não podia herdar de seu pai avultada legítima, e não era provável que de futuro pudesse obter noivo da nobreza igual a de seu pai, que aliás não a tinha ilustrado por serviços relevantes prestados a El-Rei, assim como seu avô que apenas se notabilizara pela prenda de bom cavaleiro. A filha queria casar com o João Silveira Machado, e o Capitão-General mostrava-se manifestamente favorável ao casamento, ditado pelo coração, até ao ponto de informar o Rei e o Desembargador do Paço que a fidalguinha era maltratada pelos pais, o Capitão-Mor, «homem pouco polido e duro por falho de boa educação» e a mãe «de condição altiva», e ainda pelo irmão José Borges da Silva Leal, de mau génio. (1)

O Capitão João Silveira Machado que devia favores a Araujo, e se lembrava, enervado, da orgulhosa argumentação, feita de prosápias aristocráticas, dos progenitores de Dona Ana — recebeu certamente com gozo as novas ideias constitucionais que ao menos, teóricamente, nivelavam as classes.

---

(1) L.º do Registo de Oficios dos Capitães-Generais para o Governo e para o Erário e Tribunais. Fls. 126 e 128. Antigo Arquivo do Govêrno Civil.

Nas disputas entre uns e outros, o Secretário do Governo, Manuel Joaquim da Silva, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Tenente-Coronel Graduado do Nobre e Real Corpo de Engenheiros, via-se assediado com pedidos de certidões, justificativas de asserções partidárias! Tiburcio António Craveiro, um jovem professor primário, mais tarde figura notável nas letras, que recitava versos da sua autoria, nos Saraus promovidos pela aristocracia Angrense, tambem os faz agora em louvor dos Constitucionais e com desagradáveis insinuações ao General deposto.

As casas dos Fidalgos eram frequentadas por poetas, embora plebeus. Nuns casos, por reconhecimento, dos anfitriões, do valor das letras, noutros por luxo e imitação.

Os boatos espalhavam-se vertiginosamente, uns de geração expontânea, outros urdidos no calor das discussões, muitas vezes sem respeito pela inteligência e honra de cada um.

No convento das religiosas de Nossa Senhora da Conceição, as irmãs do Cónego Fructuoso José Ribeiro, a Abadessa Teresa Pulcheria Rocha e freira Maria Josefa do Desterro, que mandaram repicar os sinos quando Stockler regressara da Vila da Praia, — andavam em alvoroço a receber e a transmitir noticias, pois bebiam do fino. (Estas Senhoras, tias bisavós do Dr. Luís da Silva Ribeiro, vieram a falecer, depois da supressão dos Conventos numa casa em frente ao Cemitério do Livramento.)

João Pereira de Lacerda fora eleito Capitão-Mor poucos dias antes da Revolução de Abril, a pedido dos Mesteres, e isto provocou conflitos com João Carvalhal da Silveira que já exercera o mesmo cargo e pretendia reocupá-lo. Julgando-se preterido e ferido na sua vaidade, o Silveira colocou-se depois ao lado dos constitucionais! Sempre o factor pessoal influiu nas orientações políticas de cada um.

A Câmara dispunha de grande influência na vida local pelas suas atribuições, pelo registo que fazia das Ordens Régias, o que implicava o reconhecimento da sua autenticidade e de aí, por acrescimo, da sua validade, e pelas resoluções que tomava em casos graves, ultrapassando até as disposições do Estatuto municipal! Ousara mesmo a Câmara em 1820, mandar prender o Coronel de Milicias, o fidalgo José Teodósio de Bettencourt, retendo-o numa

das salas dos Paços do Concelho, por que recebeu o convite do Presidente para pegar numa das varas do palio na Procissão de Aclamação de D. João IV e o recusou, alegando doença, e ao mesmo tempo e na própria hora da solenidade, se exibiu fardado, escarninho, nas barbas da augusta Corporação Municipal! A prisão causou escandalo, e o Capitão-General teve de intervir para obter a libertação, com o fundamento de que ele estava sujeito ao foro militar. Mas não a obteve — sem discussão, esgrimindo-se, de lado a lado, com os mais diversos argumentos colhidos nos alfarrabios!

Ser vereador constituia honra subida, que a fidalguia ambicionava, — o cargo dava prestígio e punha-lhe nas mãos a vara do mando. Havia disputas com exibição de arvores genealógicas! O procurador suplementario do Concelho, Vicente Reinaldo Machado de Andrade, apesar de convidado, por duas vezes, a comparecer, se negou a assistir à Vereação! É que o homem se julgava com direito a ser Vereador e não apenas Procurador do Concelho — e alegou, em irritada reclamação que fez, que sempre vivera à Lei da Nobresa, com honra, boa vida e costumes, e apresentou a lista dos antepassados, filho deste, bisneto daquele outro e neto do Padre Inácio Teixeira de Sousa, e com a lista patenteava, decisivo, o Brasão de Armas dos Progenitores! Em 23 de Novembro de 1822 Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara Avila e Noronha, com 15 anos de idade — obtinha de D. João VI, Rei de Portugal pela Graça de Deus e pela Constituição — a mercê de o tomar no mesmo foro de fidalgo do pai André Eloy. (1) Em 1833 será feito Visconde e depois Conde da Praia da Vitória, pelo liberalismo triunfante e generoso na concessão de titulos nobiliarquicos, premiando os amigos devotados. A mãe, Dona Rita Pulchéria era partidária do Stockler, enquanto ele, em 1823, quando o ídolo da Terceira regressou, repôsto no cargo de Capitão-General, é incumbido da «musica e do fogo», para a recepção!

Frequentemente o Capitão Inspector das Obras Públicas Mili-

---

(1) Livro de Registo da Câmara de Angra — n.º 4 — documento que adeante publicado na íntegra.

tares, Francisco Fonseca Carvão recebia ordens de entregar cartuchos para as descargas da tropa que acompanhava as procissões, e barris de alcatrão e tigelas de barro para as luminárias nas ameias dos Castelos, que punham de boca aberta o povoleu ingénuo !

Procedeu-se às eleições de deputados. Uma deputação particular, fora enviada a Lisboa antes, mas não a receberam amistosamente ! E' que Angra teimava em mandar-lhe absolutistas puros camuflados de «malhados». Um deles, nem mais nem menos, o Deão Frutuoso José Ribeiro, acusado de fautor da contra-revolução de 3 de Abril. As eleições efectuaram-se numa espectativa de extraordinárias realizações, por um «Congresso», que atenderia tambem todos os pedidos justos dos particulares. A questão reduzia-se a apresentá-las nos Paços Municipais ! Manifestos com a Constituição se espalharam por toda a parte. Pouca gente sabia ler e os que a lessem não compreenderiam ! Os párocos aconselhavam nos púlpitos, Deus sabe com que vontade. a que jurassem a «Constituição» que para eles significava triunfo dos «Pedreiros Livres» !

Na Cidade o Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Carlos de Figueiredo, um dos mais inteligentes deportados de a «Amazona», fundava uma Sociedade intitulada «Grémio Constitucional», que se instalara numa Sala e dois quartos do Palácio do Governo, e a que comparecia, assiduamente, o Morgado José Leite Botelho de Teive, de escassas luzes intelectuais, mas riquissimo, bens na Terceira e em São Miguel, o que sempre lhe dava algum prestígio. O médico Inácio Quintino de Avelar, outro setembrisado, era dos sócios mais activos e apaixonados, que pontificava no Grémio.

O Provisor, Dr. João José da Cunha Ferraz, graciosense, que discursou em público a favor de Stockler, em 1821, apesar de se lhe entaramelar um pouco a lingua, já se mostrava reticente e titubeante, especialmente depois que o Bispo, de Lisboa, lhe mandou ordem para que entregasse a outro o Governo do Bispado. As suas rivalidades com o Cónego Dr. Frutuoso José Ribeiro haviam de acabar, por o empurrarem em 1828, para a adesão à

Causa de D. Pedro, aceitando postos de destaque, sendo provavel que no seu espírito houvesse já tendências constitucionais.

O Capitão Agapito Pamplona, «malhado», especialmente detestado pela população rural, distinguira-se na fúria com que, a comandar uma força militar, prendera cabreiros e matara ranchos de cabras, consideradas perniciosas à agricultura! Na sua amizade pelo falecido Araujo e amor pela Causa, e de feitio arrebatado, com grande escandalo, subiu, fardado, ao púlpito da Igreja de São Mateus, deitou fala liberal e ameaçou de morte os «corcundas»!

O Juiz de Fora, Mascarenhas Grade, vai arranjar lenha para se queimar mais depressa o feiticismo do novo Sistema Político, de que era, aliás, defensor extrenuo. No ardor da sua fé promoveu que se publicassem Editais, e com ares de quem está convencido, de que agora é que se realizaria, de certeza, o grande progresso dos Povos, — convidando os Terceirenses a apresentarem as suas Memórias e Petições, para nas Côrtes Gerais serem tratadas e resolvidas. A hora da felicidade chegara, alfim!

Foi um nunca mais acabar de pretensões, ingénuas umas, justificadas outras, muitas alheias às atribuições das Côrtes, porém, em qualquer caso, todas, recolheram a uma gaveta, que se fechou definitivamente! O novo Areopago legislativo transformara-se numa Assembleia de disputas azedas, de discursos e tropos inflamados, com citações da história romana, como estivera em moda, em França, em 79 e 93, de hinos romanticos à Liberdade!

O poeta Tiburcio António Craveiro, frequentador das salas dos Fidalgos da Cidade, que lhe aproveitavam as habilidades literárias já a revelar-se, fez um soneto, que registou na Câmara, e dedicado aos Constitucionais. José Augusto Cabral de Melo, oficial da Secretaria do Governo — fez uma ode dedicada ao Soberano Congresso. O poeta das odes, mais tarde, será perseguido por «absolutista», — mas os seus méritos literários, de uma alta craveira, acabaram por se impôr no meio Angrense, ainda que tivesse de atravessar com risco e dano, algumas viragens políticas! Os deputados limitaram-se a acusar, por cortesia, a recepção das petições, apenas o Brigadeiro Manuel Martins Pamplona Corte Real, único de real prestígio pessoal, em

Lisboa, esclareceu que travara polémica com o deputado por S. Miguel, Dr. Mantua, na defesa dos interesses da Ilha Terceira.

Os «realistas» representativos, os maiorais de Angra, silenciavam o seu cepticismo, e iam-se acomodando, aceitando os cargos, recalcando sentimentos e convicções. O mesmo não sucedia com o Povo que recalcitrava e ameaçava, exteriorizando por todos os modos a sua má vontade aos partidários do Regime incipiente. A Constituição era vista não pelo conteúdo mas através os homens, os odiados amigos de Araujo, — os revolucionários de 1 de Abril, que a aplaudiam !

Os pasquins circulavam, estigmatizando os «ARAUJANOS», lidos na Praça Velha a magotes de pessoas da cidade e do «monte», que os ouviam com delirio. Sargentos chegaram a promover assuadas a algum «araujano», que aparecia, mais saliente, ali mesmo em frente aos Paços do Concelho, a Arca Santa de todo o poder. O fogo «realista» não se apagava na alma popular, numa mística ! O Povo não escondia os sentimentos, manifestava-os alto e não media responsabilidades ! De Lisboa se recebiam boatos de revoltas militares, patrocinadas pela Rainha D. Carlota Joaquina, em permanente discordância com seu marido, prudente e oportunista. Havia esperanças, arfando os peitos, de uma futura próxima reviravolta política, por terra a «pedreirada livre», maldita ! A «Constituição» abolira a distinção de classes, todas iguais perante a lei, mas ninguém dava por qualquer efeito util do nivelamento legal. Os «Constitucionais», acusados de inimigos do Trono e do Altar, promoviam festas de Igreja «com missas cantadas e Santissimo exposto» e homenageavam El-Rei, oferecendo o retrato dele para ser colocado do centro de uma iluminação, com mais de 1.600 luses (1) nos Paços do Concelho. Não convenciam ninguém ! Lutavam com dificuldades para obter cantores, tiveram que recorrer a alguns, de voz menos afinada, longe da cidade, mal compreendendo a teia enredada em que se metiam ! Ganhavam a vida ! Os padres negavam-se a prégar nas festividades promovidas pelos «malhados», alvo de todas as pragas !

---

(1) Registo Geral — 4 da Câmara — antigo Arquivo

O franciscano Frei António do Rosário, orador de grande eloquência, regeitou categórico o convite ; só acedeu em fazer um sermão, na Real Capela do Colégio, o Padre-Mestre de S. Francisco, Frei Jerónimo Emiliano de Andrade, de notáveis dotes intelectuais, embora de reduzidas qualidades oratórias. Recebeu de esmola o Frade ilustre, pelo sermão, doze mil reis, o que para o tempo foi importância avultada. (1)

Mas se os mais graduados nas hierarquias eclesiásticas e militares e na nobreza se vão submetendo e aquietando, um fidalgo há que apesar da declaração de acatar a Constituição, por todos os modos hostiliza os mandões da ocasião, «forasteiros» quási todos eles. É Jerónimo Martins Pamplona, irmão de Alexandre Martins Pamplona, este constitucional mas cordato e sagaz, na compreensão dos acontecimentos, e do famoso Brigadeiro, Ministro da Guerra e depois deputado, Manuel Inácio Martins Pamplona. E' tremendo, político até à medula, remechido, a crear dificuldades, visando nos seus ataques o Juiz de Fora, Presidente da Câmara. Já por ocasião do acto eleitoral realizado na Sé Catedral, discutira, com Almeida Garrett em Angra, em nome do rigor dos regulamentos constitucionais ! O jovem bacharel em direito, 22 anos de idade, estivera em Angra com a família desde 1811 a novembro de 1816, numa casa, situada na Rua de S. João. (2) Em 1816 foi estudar na Universidade de Coimbra. Em 1821 voltou à Terceira para fazer a propaganda da Revolução constitucional do Porto, e é em 18 de junho, que se dá o incidente. Jerónimo Martins Pamplona e João da Rocha Ribeiro reclamaram contra a forma como decorreu a eleição, que consideravam eivada de nulidades. A 19, o primeiro faz uma longa representação «Aos Ex.^{mos} e Ill.^{mos} Snrs. Governadores». O Juiz de Fora, Mascarenhas Grade, a 25, mandou intimar o Rev.^{mo} Provisor João José da Cunha Ferraz, o Arcediago Felix José Parreira, o Dr. João Baptista da Silva Leitão e D. Francisco de Paula Pimentel Ortins de Melo de Brito do Rio, referidos na representação, para darem a sua resposta no prazo de 24 horas.

---

(1) Antigo Arquivo do Governo Civil. L. Ordens.

(2) Hoje pertencente ao Senhor Eugénio Gaspar Valadão.

O Juiz Grade não era de qualidade de estar quieto — e deu parecer desfavorável acerca da mesma. Garrett redige a sua extensa resposta e assina-a em primeiro lugar, como autor que era dela, douto, com o nome completo, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. (1)

O combate encarniçado, que Jerónimo trava, é de parçaria, especialmente, com o Alfaiate Francisco Vieira de Aguiar. Na Câmara o Presidente, o Juiz Grade, por seu lado andava em combinação com o Procurador do Concelho, Miguel de Sousa Alvares, que fora suspenso, mas depois reintegrado por Portaria do «Governo Interino», a pedido daquele. Andava a questão pessoal no seu constitucionalismo azedo. Os requerimentos de Pamplona eram contrabatidos pelo Procurador do Concelho, que tinha o espírito santo de orelha do correligionário Presidente. Pamplona fez uma representação ao Senado, de análise a um requerimento de José Maria da Silva Carvalho, que considerava ofensivo dos habitantes da Ilha, e quere que ela seja remetida aos... Deputados! Não obstante a oposição de Alvares que argue a representação de ter «expressões agras», foi resolvido remetê-la para Lisboa. Até o convite que o Juiz Grade e o seu amigo D. Francisco de Paula Pimentel Ortins de Melo Brito do Rio, fidalgo e comerciante, lhe fazem, para assistir a uma festividade na Real Capela do Colégio de Santo Ignacio lhe dá mote para discussão! Ao Procurador do Concelho tinha-o atravessado na garganta como uma espinha!

Acusa-o de ter aberto os seus ofícios! Sousa Alvares irritou-se, escreve que eram «inconsideradas e desmedidas» as representações do cidadão Jerónimo Martins Pamplona e requere que se lhe passe traslado das suas caluniosas afirmações, para a devida queixa! Na Câmara foi apresentado um requerimento de vários cidadãos da cidade a pedir que fosse considerado fausto o dia 2 de Abril, aniversário da Revolução Constitucional, feita pelo

---

(1) O parecer do Juiz, a intimação, e a resposta de Garrett — constam da documentação que existia no antigo Arquivo do Governo Civil. (Adeante publicamos a resposta do novel Jurista, na íntegra).

Brigadeiro Araujo e se desse licença para iluminarem os Paços do Concelho, com lanternas emprestadas. O vereador Alexandre Martins Pamplona, constitucional, mas prudente e moderado, votou contra com o fundamento de que nesse dia se havia «ensanguentado a terra com tiros de mosquetaria sobre os próprios cidadãos desta mesma Cidade», de cujas descargas morreram uns poucos de homens. Luís Meireles do Canto e Castro, realista, um dos mais ilustrados vereadores, autor de eloquentes propostas a favor dos «expostos», em situação miserável, não compareceu na sessão memorável. O pedido obtem, não obstante, deferimento, e a indignação foi enorme, em clamor, por toda a cidade! O Povo da Terceira recordava, com horror, os mandantes da tropa que perseguira uma multidão de partidários de Stockler em retirada para a Praia, e fizera fogo, correndo muito sangue! O fogoso Capitão Luís Manuel de Morais Rego que comandava a força militar com o Tenente João Pinto, enteado de Araujo, de tal maneira ficara odiado que teve de se refugiar a bordo de um navio, surto na baía, e de lá partiu para Lisboa, receoso de violentas represálias dos Angrenses.

O alfaiate Vieira também não se aquieta, e gira num vai-vem, de sua casa «à Casa dos 24», à Câmara, saguões e saletas das casas dos Morgados, na balbúrdia dos mexericos e discussões! Subira, festejado pelos fidalgos, pelo clero e pela arraia miúda efervescente! Quando o ex-Capitão-General Stockler, em 11 de Agosto de 1821, seguiu para Lisboa no «Flor do Mar», o Alfaiate foi também, não em viagem de recreio, ou de negócios, mas como representante da «Casa dos 24», a tratar de questões políticas! A Câmara fez oposição à viagem, mas o alfaiate seguiu, indiferente às suas deliberações, aos protestos dos constitucionais assombrados com a audácia! A «Casa dos 24» o escolheu para a embaixada solene e é o quanto basta! Por detraz da cortina haveria mais gente a apoiá-lo. Fez mais, — em Lisboa com as recomendações que levara, certamente, cumprimentou El-Rei D. João VI no Palácio da Bemposta, mas não se dignou cumprimentar, como estava em uso em todo o País, «o Soberano Congresso»! E apregoava, pimpante, que não considerava faustosos os dias 24 de Agosto e 15 de Setembro, datas da revolução iniciada a 20 e

muito menos o «2 de Abril», na Terceira, e jurou a Constituição, a 11 de Maio, quando se recebeu a notícia de que D. João VI o fizera. Só depois do Rei ter legalizado a revolução! Se não era isto da cabeça dele, tinha pelo menos o recado bem estudado, e a imponente Lisboa não o amedrontou ou perturbou! Na «Casa dos 24» — um «Conventículo» decidia por todos os «Mesteres», na certeza de que estes o apoiariam, constituído pelo Vieira, Joaquim Homem e José Ferreira. A Câmara queixando-se aos Governadores Interinos (1) dizia que "o célebre Alfaiate, a quem olham como seu alcorão é que tem desorientado os «Mesteres» e pediu providências enérgicas. Era demais a arrogância do artista! A queixa é assinada pelo Juiz de Fora, Grade, Presidente nato, pelos vereadores João Pacheco de Lacerda e Francisco Moniz Barreto e pelo Procurador do Concelho, Sousa Alvares. De vontade só assinaram certamente o Grade e o Alvares. Os outros eram «realistas», especialmente o Lacerda, mas por dever de ofício concordavam. O Alfaiate, em Lisboa, não perdeu o tempo, — requereu também ao «Governo» que lhe mandasse pagar em Angra os serviços que prestara no Palácio do Governo, a pedido do ex-Capitão-General Stockler. Quando regressou a Angra, o Vieira de Aguiar vinha inchado, com as amabilidades de que o tinham rodeiado, feito pessoa grande, e atribuía a sua recepção ao fidalgo terceirense D. Inácio Castil-Blanco; contava proezas e profetizava, pelo que ouvira em certos meios, a queda da «Constituição», a fortaleza dos odiados partidários de Araujo! A «Casa dos 24» insiste nas reclamações, — exige nem mais nem menos que um «Procurador» junto ao «Soberano Congresso» e dos Ministros! O pedido causou escândalo, por injurioso dos Deputados da Nação, — informou o brigadeiro Manuel Inácio Martins Pamplona. Inconstitucionalíssimo, evidentemente. Acabara a distinção de classes — clero, nobreza e povo Rasoiradas. Voto igual. Simplesmente os «Mesteres», como classe, compreendiam a importância que tinham na Câmara, ao ponto de sem a presença

(1) Correspondência da Câmara com os Capitães-Generais e Governadores — antigo Arquivo do Governo Civil.

deles nenhuma deliberação ser válida. Nas eleições de deputados a sua voz ficava abafada, sem qualquer importância sensível. Queriam as Côrtes organizadas à imagem da Câmara — e era precisamente contra isso, que se fizera a Revolução Francesa, de 89. Já não havia, lògicamente, o Terceiro Estado.

A 22 de Janeiro de 1822 o Comandante das Armas, Xavier de Brito, em «Ordem do Dia» aos «Batalhões», e os «Governadores» em Proclamação aos Povos prorrompem tonitruantes: «pretendeis vós com imposturas e intrigas, perverter a ordem estabelecida?» «Todas as ilhas se submeteram menos esta! Vós que sois um punhado de homens e que habitais um pequeno torrão de terra cercado pelo vasto mar»! E falais em «crueis vinganças»! O palavriado injurioso cada vez mais excitava os Terceirenses, que não se comoviam com blandicias, nem se assustavam com ameaças! A demora da chegada de qualquer navio de Lisboa, logo se interpretava como sinal de que a Guerra Civil erguia labaredas no Portugal Continental, e até — dizia a proclamação «de que os exércitos russos e austriacos o invadiriam, restabelecendo os insuperáveis direitos de El-Rei D. João VI». No Castelo, havia sintomas de insubordinação, percebia-se um rumor surdo de hostilidade! O sargento João José de Melo apresentou-se em público, — num desafio, — sem o laço nacional obrigatório, azul e branco! O tenente Agapito Pamplona adverte-o duramente, e prende-o, mas o Melo tem respostas atrevidas e olha provocadoramente o Superior! Os «Governadores Interinos», na tempestade, queriam ficar quietos, mas são empurrados pela minoria constitucional, mais corajosa, a tomar uma atitude enérgica. O sargento passou a soldado raso, e ficou preso na gorilha, muitos dias, duas horas de manhã e de tarde! São ordenadas rondas rigorosas, toda a vigilância é pouca, numa Cidade adversa!

A «Casa dos 24» enviava requerimento sobre requerimento à Câmara, — intrometendo-se em questões militares, e querendo que fossem castigados alguns oficiais da guarnição, quando o Governador das Armas Brito já providenciara àcerca dos actos por eles praticados! Todos os requerimentos sofísticos e inoportunos, clamava a Câmara irritada, são maquinação do Alfaiate!

Jerónimo Martins Pamplona requeria no mesmo sentido do

Procurador dos Mesteres, — valores entendidos, — e fazia incriminações ao Desembargador Alexandre Gamboa Loureiro, que entrara na Revolução de Abril, e afirmava «que só se destruiria a calúnia e só apareceria o «heroico patriotismo nacional do povo da Ilha, quando se autorizar nela uma Comissão escolhida à vontade do Povo, dentro do grande número de honrados patriotas que sabe produzir e criar».

Em face das comunicações da Câmara os «Governadores Interinos» se dirigem ao Corregedor (1) acusando o Vieira Aguiar de perturbador do sossêgo público com as suas intrigas, e de firme sectário de Stockler, preso em São Julião da Barra, e pedindo que ele fosse «chamado à sua presença, repreendido com aspereza para se emendar, sob pena de se proceder contra ele irremessivelmente». Quos ego! O Corregedor, ao tempo, sobre ter funções judiciais, era Intendente da Polícia, e o importante cargo exercia-o o micaelense João Bernardo Rebelo Borges, que não devia meter um medo por aí além, apesar da sua corpulência e usar botas e esporas! Magistrado íntegro, mas mais jurisconsulto que político. Fizera parte, sem grande vontade, da «Junta Revolucionária» de 1 de Abril, porque o tinham chamado para isso nos termos da Portaria da «Regência» e bem conhecia os riscos graves que passara, quando da Contra-Revolução, obrigado a fugir e a esconder-se, no Castelo, debaixo de uma mesa para escapar à furia da soldadesca desvairada, partidária fanática de Stockler. O próprio Presidente do «Governo Interino», o Deão José Maria de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, acatando, honradamente, a nova ordem política, não o guiava uma grande firmeza de princípios constitucionais, e se mostrava oscilante em certas atitudes de importância. Chegou a assinar uma queixa feita contra o Bispo e dirigida à «Regência», e no dia seguinte (2) se desdisse peremptóriamente e por escrito!

O «Governo Interino» tremendo com as responsabilidades escreveu (3) ao deputado Manuel Inácio Martins Pamplona falando

(1) L. n.º 11, de Ordens e Portarias, antigo Arquivo do Governo Civil.
(2) L. de Contas do Governo, n.º 6.
(3) L. de Contas ao Governo.

no «abatimento em que se encontrava a Terceira por virtude da desmembração das outras ilhas», e respondendo à arguição de Pamplona às divergências de opiniões políticas do Povo da Ilha, lhe referiu, embora «com bastante mágua o procedimento do mano Jerónimo que tem fomentado intrigas e desavenças, associado com o alfaiate Vieira, especialmente depois de que este regressara de Lisboa na companhia do Brigadeiro D. Inácio Castil-Blanco». E a querer justificar a sua falta de energia e num propósito de lisonja, o «Governo Interino» acrescentou que se não fosse a atenção devida ao parentesco, radicais providências tomaria contra os discolos! Não teria tomado nada, claro, incapaz de lutar com a esmagadora maioria da população, «realista» e aguilhoada não apenas pelo amor do «Trono e do Altar», mas também por ódio aos «Araujanos» quase todos forasteiros.

As sátiras políticas circulavam na Ilha, pró e contra «malhados» e «corcundas»! Sopra um vento de insania, nunca se politicara tanto e tão ardorosamente na Ilha Terceira!

A Câmara, ainda constituída à antiga, mas presidida por um ferrenho constitucional, vivendo numa atmosfera de política ardente, em matéria puramente administrativa estava reduzida a conceder ou denegar licenças de exportação de cereais, e a passar, após exame, as competentes cartas aos pretendentes a exercer a profissão de pedreiros, sapateiros, marceneiros, tendeiros e outras. O Presidente nato esfalfava-se em dizer nos seus ofícios (1) aos Governadores «que desde a extinção do Juiz do Povo pela Provisão de 1755, a «Casa dos 24» ficara acefala e nada mais era do que representante dos 24 ofícios mecânicos, que mascarava com o verniz mais brilhante do que lhes dá o seu verdadeiro Instituto, aparecendo no vistoso papel de Procuradores de uma Cidade tão previlegiada e enobrecida, e em nome de supostos constituintes queriam um Procurador junto ao Soberano Congresso para desafrontar o Povo das pérfidas calúnias com que se tem denegrido a sua ilibada Fidelidade»!

«A Casa dos 24», dizia, no tempo do Senhor Rei D. João I fora

---

(1) L. n.º 10 do Registo Geral da Câmara de Angra.

pela primeira vez creada nas Côrtes de Coimbra, no ano de 1335, e depois em algumas Povoações e Cidades, com o fim sómente de vigiar, não entrassem de fora as manufacturas estrangeiras correspondentes aos seus respectivos ofícios, para assim se fomentar e estender a indústria Nacional». Em S. Miguel já não funcionava, «e em Angra, fora o artista Vieira de Aguiar que lhe dera nova vida»! Numa das sátiras anónimas, em verso, que temos em nosso poder, e que pertenceu a Luís António da Silva Carvalho, bisavô do Dr. Luís da Silva Ribeiro, faz-se a história da família dos Mully, descendentes de pretos, e que é dedicada, num manifesto sarcasmo, ao «corcundissimo» Francisco Vieira de Aguiar, Alfaiate formado pela Insigne Junta dos Remendões, Ministro Plenipotenciário e o enviado extraordinário do Tenente-General Stockler, seu assador de cornos, revolucionário-mor desta cidade e nela toda Procurador da sempre abominável «Casinha dos 24».

.. ..
Pelo decurso dos tempos
Se foi Mully namorando
De uma certa mulatata,
Cujas graças foi ganhando.

Casaram por fim os dois
Tão semelhantes na côr,
E Mully abandonou
Seu benéfico senhor.

A Angra se transportou
Este negrício casal,
E derramou por aqui
Vil descendência fatal.

Um terceiro ou quarto neto
Destes catingas malvados
Poude obter com uma branca
Unir-se em laços sagrados.

Ela teve quatro filhos
Um dos quais já faleceu,
E os três ainda existem
Castigo que Deus nos deu.
... .
....

Parece, pela dedicatória, que se atribui sangue de preto ao Aguiar, embora o caso seja confuso! Em outra sátira, [1] em verso, que possuímos também, imagina-se a entrada dos «Infernais corcundas» no Reino de Plutão», e entre eles aparecem Stockler, o Bispo, os Cónegos da Sé, o Coronel Caetano Paulo, o Tenente-Coronel Palmeirim, os Fidalgos Lacerda, Luís Meireles, Cândido de Menezes. E no meio destas altas personagens que os «malhados» odiavam e queriam a arder no Inferno, figurava o Alfaiate, classificado de «Pau de Cabeleira».

....
.....

Caronte:

Amigos, a barca está pronta,
Vamos, todos embarcar,
Que temos vento de pôpa.
(Saltam para a barca)
Vêm todos os «Corcundas»?

Stockler: Não pode ser,
Hão de tornar a voltar
Que a barca há-de encher.

Chega Caronte. Bate. Aparece Plutão:

Amigos, sejais bem vindos,
Há muito que vos esperava.

Plutão pergunta a Caronte:

Quem é este basilisco?

Caronte: E' o Francisco.

---

[1] Oferecidas pelo falecido Dr. Luís da Silva Ribeiro e pelo Senhor Dr. Candido Pamplona Forjaz.

Quem comanda a corja ?
E' o Borja.
Quem é este ladrão ?
E' o Garção.
Quem foi ao Rei infiel ?
O Stockler.
Quem é o do medalhão ?
He o Lacerda soberbão !
Quem é este malsim ?
O Palmeirim.
Quem é este manhoso astuto ?
José Augusto.
Quem são os mais companheiros ?
São os usurários Ribeiros (Rochas).
Não há mais nêste concelho ?
O Bettencourt brigadeiro.
Tem mais algum com alcunha ?
Joaquim da Cunha.
Este que eu não tinha visto ?
E' o Ex.^{mo} Bispo.
Quem são os que estão em pé ?
E' o Cabido da Sé.
Quem chora aqui ?
A senhora Paim.
Quem é que fala de estalo ?
E' Caetano Paulo.
Quem com carapuça de peles ?
E' D. Luís Meireles.
Quem é que lá vem atraz ?
Manuel Tomaz.
Quem um pau de cabeleira ?
O grandão Vieira (alfaiate).
Quem é o das meias finas ?
E' frade Salinas.
Que remelicas é aquele que lá vejo ?
E' o sacristão do Colegio !
Quem é o que chora dinheiro ?

E' Caetano Francisco Ribeiro.
Quem foi traidor duas vezes?
Cândido de Menezes.
Quem é essa multidão?
E' o Batalhão.
Isto cá de que me serve?
E' plebe.

Plutão:

Mais ninguem?

Caronte:

Se nesta barca coubessem
Muitos estavam para vir.
Prometi logo voltar
Para então os conduzir.

Plutão:

Vai, Caronte, vai depressa,
Traze todos os «Corcundas»
Para que as terras não fiquem
Com tal semente imundas.

Dize lá aos liberais
Que ficam livres do pezo
Destes malvados «Corcundas»
Que eu mesmo aborreço.

O artista entrava no Inferno mas podia vangloriar-se, no seu sofrimento, de que ia na companhia de pessoas de subido coturno. Estava na alta!

E porque António de Carvalho e Sousa se desvia da linha de conduta estabelecida para os Mesteres, convoca uma reunião da «Casa dos 24» e o faz substituir por José Caetano Nunes (1).

A 3 de Julho de 1823 pelo navio «Constância» chegou a Angra a notícia da dissolução do «Soberano Congresso» após a

(1) L.º 10 do Registo da Câmara de Angra, que adeante publicamos na íntegra.

Revolta militar de Vila Franca. O comandante do «Constância» trazia no chapéu o laço vermelho dos Braganças! Foi o bastante para que logo se erguessem vivas calorosos a El-Rei! Na Cidade e na Vila da Praia o entusiasmo sobe ao rubro, salvas de artilharia, girandolas de foguetes, hinos pelas ruas, Te-Deum, sermões laudatórios, luminarias, repiques de sinos, abraços nas ruas!

Toda esta paixão política «realista» terminou em princípios de Agosto por alguns condenáveis desmandos da «Arraia miuda»! Mas não houve mortes nem feridos. E os Terceirenses não esqueciam que os Constitucionais forasteiros tinham promovido e conseguido que fosse considerado fausto o «2 de Abril», dia em que as tropas sob o comando de oficiais estranhos à terra, mataram e feriram várias pessoas, em fuga! E não esqueciam os sofrimentos suportados com o Governo do Capitão-General Araújo! Stockler julgado em Lisboa e absolvido, saíu de São Julião da Barra, onde estivera preso, durante muitos mêses, e foi premiado por D. João VI com o título de Barão da Vila da Praia, e reposto, a pedido da Câmara de Angra, no lugar de Capitão-General.

Só ele, — o ídolo do povo, — tinha prestígio para acalmar inteiramente os correligionários exaltados! Foi recebido com alegria delirante, — o General «Santo», — o Povo beijava-lhe as mãos e a farda e chorava!

O agitador não foi esquecido na hora das apoteoses, e logo no dia seguinte o Barão da Vila da Praia «atendendo às boas qualidades que incorrem na sua pessoa» nomeou-o Porteiro da «Junta da Real Fazenda». Estava, certamente, satisfeita a sua ambição de ser empregado público, ainda que modesto, mas nesse tempo os empregos eram poucos. Esta ambição datava pelo menos de 1815. Já nesse ano pedira ao Rei a mercê da propriedade do ofício de Tabelião das Notas da Cidade. (1) O Capitão General Aires Pinto de Sousa, apesar de informar desfavoràvelmente, reconheceu «que tinha praça de furriel na antiga Companhia

(1) L. 11, de Contas ao Governo.

de Ordenanças a cavalo, que se comportava decentemente e a contento de todos os que com ele têm relações». Mas não tinha competência para exercer tal cargo, pois «não adquirira conhecimentos quando a idade lhe permitia; agora era tarde». A referências de Aires Pinto de Sousa, Autoridade de reconhecida envergadura intelectual e moral, dá-nos uma ideia imparcial do homem cujas virtudes não eram tão grandes como os admiradores, no seu apaixonado partidarismo, apregoavam, mas não tão cheio de defeitos como os adversários exacerbados inculcavam. Nas discussões que motivara e nas providências a que obrigara os governantes, ia, implicito, o reconhecimento de qualidades fora do vulgar. Foi um agitador sagaz e de alguma ilustração, tanto mais de sobressair em tempo, em que alguns nobres e Donas assinavam de cruz. E foi a ambiência política, em febre, do primeiro quartel do século XIX, que transformou o artista pacífico em agitador, pondo em relêvo certo pendor e baldas psiquicas latentes. Foi no entanto um artista que se notabilizou e ficou na História, e não consta que para tanto tivesse praticado qualquer crime ou violência.

Tinha as mãos limpas de sangue, e nunca o acusaram de deshonestidades, nem sequer no auge dos combates políticos, que chegavam a ensandecer as pessoas!

Francisco Lourenço Valadão Junior.

DOCUMENTOS

Registo do foro de Fidalgo de Theotonio de Ornellas Bruges Paim da Camara Avila e Noronha :

Dom João por Graça de Deus, pela Constituição da Monarchia Portuguesa, Rey do Reyno Unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'Aquem, e d'Alem, Már em Africa Faço Saber a Voz Dom Alvaro Antonio de Noronha e Abranches Castello, do Meu Conselho, Marquês de Torres Novas, Comendador das Ordens de Nosso Senhor Jesus Christo, e de Nossa Senhora da Conceição, Gram Cruz da Torre e Espada, Gentil Homem de Minha Real Camara, e Meu Mordomo Mór : Que Hey por bem fazer Mercê a Theotonio de Ornellas Bruges Paim da Camara Avila e Noronha, natural da Cidade de Angra, filho legitimo d'Andre Eloy Homem da Costa Noronha, Fidalgo de Minha Casa, de o tomar no mesmo Foro de Fidalgo Della, Com dois mil Reis de Moradia por mez de Fidalgo Cavalleiro, e hum alqueire de Cevada por dia, pago segundo Ordenança, e he o Foro e Moradia, que pelo dito seu Pay lhe pertence. Mando-vos o façais apresentar no Livro da Matricula dos Mordomos da Minha Casa, em seu Titulo com a dita Moradia e Cevada. Lisboa trinta de Julho de mil oito Centos e vinte e dois — Rey.

Marquez Mordomo Mor — Praz a Vossa Magestade, fazer Mercê a Theotonio de Ornellas Bruges Paym da Camara Avila e Noronha, filho legitimo de Andre Eloy Homem da Costa e Noronha, Fidalgo de sua Real Casa de o tomar no mesmo Foro de Fidalgo Cavalleiro Della, Com dois mil Reis de Moradia por mez, e hum alqueire de Cevada por dia e hé o Foro e Moradia,

que pelo dito seu Pay lhe pertence — Para Vossa Magestade Ver — P. por Portaria do Illustrissimo e Excellentissimo Marquez Mordomo Mor de vinte e oito de Julho de mil oito centos vinte e dous — Nesta Secretaria do Registo Geral das Mercês fica Registado este Alvara. Lisboa vinte e trez de Outubro de mil oito centos vinte e dois.

Registo de um officio 1 de Junho de 1823 que os da «Casa dos Vinte e Quatro» Remetterão a esta Camara

Illustrissimo e Nobilissimo Senado — Fazem Saber a V. S. a Corporação da «Casa dos Vinte e Quatro», que fazendo o seu ajuntamento, no dia de hoje primeiro de Junho, para se informarem os Requerimentos por V. S. remetidos a esta Casa, e aparecendo em Meza huma Memoria contra os procedimentos de António de Carvalho e Sousa, sobre os irregulares procedimentos que usava praticar neste Senado, desunindo-se dos seus parceiros na ocasião em que se queria tomar a nota dos Mesteres, acrescendo o ter requerido algumas vezes contra os direitos da mesma Corporação; sendo tambem constante que Revelava os segredos deste Senado, por todos estes motivos, foi expulço na Conformidade do Capitulo segundo do Regimento desta Caza: o que partecipo a V. S. para que não seja mais admitido; e para suprir este lugar unanimamente sentarão que fosse o actual Escrivão José Caetano Nunes; o que partecipão a V. S. que esperão aprove esta deliberação. Deos Guarde a V. S. «Caza dos Vinte e Quatro» o primeiro de Junho de mil oito centos vinte e trez — Illustrissimos Senhores Presidente, Vereadores e Procuradores, e mais officiais da Camara Constitucional — Francisco Vieira d'Aguiar — José Joaquim Machado — António José Tristão — Francisco Coelho — António Joaquim Nogueira — Narciso José Teixeira — Joaquim Homem — De Joaquim José de Medeiros, hũa Cruz — Antonio José de Souza — José Pereira da Silveira — De Pedro José Pacheco, hũa Cruz — José Ferreira — Ricardo de Souza Machado — Manuel Joaquim da Silva — Antonio Xavier Salinas — Manuel José Pereira.

Em consequencia da intimação, que em nome do Dr. «Juiz de Fora» desta Cidade, e por seu official nos foi feita, cumpre que respondamos ás insultuosas, desregradas, e anti-constitucionais calumnias, comque o Cidadão Jeronimo Martins Pamplona fraudulentamente atacou nossas pessoas, e honras perante o Governo municipal desta Provincia.

Este Governo municipal — executivo — nem he, nem póde ser authoridade competente p.ª tomar conhecimento de tal Cauza, q.do alguem neste mundo, algum Tribunal de qualquer natureza que seja, o podesse fazer.

A Representação do mencionado Cidadão versa em materias e factos da Junta Parochial da Sé desta Cidade, e em factos, e duvidas que, como todos sabem, e elle mesmo confessa, forão decididos pela mesma Junta. Ora, á vista dos artigos 49 e 50 do Cap. 3. da Lei das elleições, he bem claro, que authoridade nenhũa póde, nem deve conhecêr, por principio nenhum desta Cauza. Equando algũa houvesse, não será nunca esta hũa atribuição de hum Governo municipal e — executivo.

O Systhema das elleições, que, sendo verbalmente transcripto da Constituição Hespanhola, foi jurado, e adoptado no dia 11 de 9br.º de 1820, e exactamente seguido em todo o Reino, he bem, e bem claro, e obvio na sua ordem, e marcha Solemne, e admiravel: elle he o fructo das vigilias dos grandes homens Hespanhoes, que em 1813 lançarão a primeira pedra da liberdade de Sua Augusta Nação.

Este Systhema, pois, e a sua marcha são bem claros. As Juntas, ou Assembleias, que progressivamente se vão formando hũas das outras, são as que examinão, e indagão sobre a nulidade, ou vallidade dos que a precederão. Assim nos artig. 67, e 69 do Cap. 4 das citadas Instrucções se prescreve esta obrigação á Junta elleitoral da comarca a respeito das Parochiaes; e assim nos art.ˢ 81, e 84 se ordena o mesmo respeito das Juntas de Provincia, e assim finalmente he injuncto, e mandado pela Constituição Hespanhola ao Soberano Congresso arespeito das Juntas Provinciais, e assim se praticou em Lisboa na instalação das Cortes.

Daqui se vê que authoridade nenhuma, que não seja—Electiva — póde conhecêr de couzas que pertenção á elleição; o que

junto com o determinado nos art. 49, e 50 destroe pela raiz toda a força da Representação calumniosa do Cidadão Jeronimo Martins Pamplona.

Nós estamos mûi certos, que o Ex.^{mo} Governo desta Provincia, não mandou informar o Dr. Juiz de Fora se não p.^{a} mostrar a inteireza, e rectidão do seu procedimento, e não porque se lembram de tomar conhecimento de tal Causa; o que seria hûa postergação da Lei, hum despotismo aberto, e claro, seria calcar aos pés os fundamentos, ou bases da Constituição Portugueza, que tanto se esforção por manter a perfeita divisão dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciario; Seria baldar de hum só golpe os trabalhos e esforços da nossa Regeneração. Pois he bem claro, que se o Governo executivo podesse ingressar nas elleições p.^{a} o Legislativo, se isto fosse de suas attribuições o que seria hum Direito Publico novo, e ainda não sonhado desde os Estados unidos da America até á Suecia, em todos os Paizes, onde há Representação Nacional. Se assim fosse, dizemos a liberdade, seria um phantasma, a Representação Nacional mentiroza, a Constituição inutil, e o despotismo mais poderoso, valente, e arreigado que nos Governos arbitrarios e absolutos.

Seguros, pois, de que o Ex.^{mo} Governo Municipal — executivo desta Provincia, mui firme nestes principios, e cuja adhesão á Causa Constitucional he tão notoria, seguros de que fieis Respeitadores da Constituição, que jurárão, das Leis que são obrigados a manter, e executar, não pretendem ingerir-se neste negocio, mas tão somente mandárão informar p.^{a} como já se disse, mostrar sua imparcialidade, e inteireza propria de hum Governo Constitucional; Responderemos contudo ás arguições do Representante Jeronimo Martins Pamplona.

E como em seo requerimento, ou Representação não encontramos ordem, nem methodo por onde possamos dirigir nossa resp.^{ta}, seguiremos suas palavras; e onde as podemos entender lhes responderemos hûa por hûa.

O Representante não — foi forçado por hum pregão publico — como falçamente diz, porque esse pregão que não foi hum, mas muitos se for necessario, he verdade, por se achar a Sala Só,

e deserta, mas não forçou ninguem, porque nenhûa pena infligio, e onde esta não existe, não ha coação, nem força.

Mui artificiosa, e subrepticiamente allega o Cidadão Representante, como segunda Cauza de nullidade, o servir de Parocho o R.do Provisor, e mui de ligeiro passa, com manifesta malicia, sobre este ponto, ocultando as circunstancias verdadeiras, e notorias deste facto ; circunstancias q' o Ex.mo Bispo desta Diocese, e o R.do Deão ambos membros do Ex.mo Governo Municipal desta Provincia, mui bem sabem, mui bem conhecem, e dellas no mesmo Governo podem testimunhar ; circunstancias q' o Dr. Juiz de Fora, Prezid.e que foi daquella Elleição, igualmente certificará.

O officio do mesmo Dr. Juiz de Fora Prezid.e, foi dirigido aos Curas da Sé, vulgarmente chamados Reitores. Mas estes Curas são simples Coadjutores, amoviveis e incertos em seus officios : forão creados p.a fazerem as vezes do R.do Deão, que antes da creação da Séde Episcopal de Angra, era o vigario da Matriz de Sam Salvador. São estes, pois, meros Coadjutores, que para quem sabe direito não são Parochos, nem podem se-lo. O Bispo Dom Fr. Vallerio do Sacramento deu-lhe, he verdade, o nome, ou titulo de Reitores, mas não a folha Eclesiastica. Estes mesmos Reitores tanto conhecêrão, e reconhecêrão esta verd.e, que recebendo o officio do Dr. Juiz de Fora Prezid.e, exigirão do R.do Deão, e Ex mo Prellado as providencias necessarias em tal cazo de perplexidade. No dia dois do corr.e Junho ás quatro oras da tarde não estava ainda decidido, quem havia de fazer as vezes de Parocho O Provisor, que se achava fora da Cidade, não se ingerio, nem soube, nem podia saber, nem ingerir-se em similhante negocio. Fora da Cidade, onde estava, o forão procurar quazi á noite desse mesmo dia o forão avizar p.a esse fim, como o sabe o Dr. Juiz de Fora e Prezid.e, mais por miudo, e authenticamente póde informar, e attentar perante o Ex.mo Governo.

Em que he, pois, culpado o Provisor ? Em que he nulla a Elleição por esta Cauza ?

Mas não parão aqui as razões de incompetencia da arguição do Representante. O actual Provisor, além de Thezoureiro Mór he Penitenciario desta Diocese, tem assento na Penitenciaria da

Sé entre os Coadjutores do Prellado, quer este seja o Ex.mo Bispo, quer o Ill.mo Cabido em Sé vaga.

Demais a lettra da Lei não he, segundo o parecêr de todos os D. D., a unica norma de a interpretar, mas tãobem o seu espirito. A lettra da Lei diz no artigo 46 do Cap. 3 — Com assistencia do Parocho p.a maior solemnidade — Note-se que a Lei diz *para maior solemnidade* — O que he só p.a solemnidade não influe na essencia da couza, e se a couza he por todos os outros requisitos valida; não será hûa *mera solemnidade* quem distrua aquella vallidade. Do espirito, porém, da mesma Lei bem pouca Hermeneutica he preciza p.a conhecêr, que a Constituição Hespanhola, quando manda, que o Parocho assista, e celebre os actos Religiosos na elleição Parochial, he porque na sua freguezia o Parocho é geralmente, e quaze sempre o Eclesiastico mais authorizado.

Combinando o artigo 46 do Cap. 3 com o artigo 71 do Cap. 4 e 865 do Cap. 5.°, bem se vê, que o espirito da Lei não he nomear o Parocho como Parocho, mas como a maior dignidade Eclesiastica do seu lugar, ou freguezia, como commumente o he, principalmente no Campo; pois a mesma Lei nas Elleições de Comarca e Provincia nos citados artigos incumbe este officio nestas ao Bispo, n'aquelas á maior dignidade Eclesiastica.

Estas, e muitas outras rasões que mui bem sabemos, que poderiamos allegar mas que o tempo, a brevidade e a sabedoria do Ex.mo Governo nos fazem omittir, mui bem provão que o Representante, ou ignora perfeitamente a Lei, que allega, ou a não entende, ou, o que he peior, vem fazer publico desprezo, insulto, e menoscabo della.

A separação da Assembleia ás nove oras da noite no dia trez de Junho, era igualmente necessaria pela multidão de Cidadãos que faltarão a votar, e pela sua auzencia, sendo isto praticado em muitas freguezias de Lisboa e Reino, e tomando-se como se tomou a precaução de ficarem fixados todos papeis pertencentes em carta cerrada, e transversalmente escripta do lado do festo, ou feixo pelo Secretario na prezença, e debaixo da fé dos escrutinadores, Parocho e Prezid. E onde, he que as Instrucções vedão, e defendem isto, para que o Representante se

attreva a chamar-lhe nullidade? E se a vedão, se isto era hûa nullidade, porque não reclamou então mesmo contra ella? *Porque não sabia da Lei Constitucional*: diz elle mui refalçadamente. E não se leu em vós alta essa Lei antes de começarem os votos? Se a não ouvio, sua culpa; se a não a entendeo, antes e de pois de suscitada a duvida por elle, sua perda; pois em vós alta foi lida a seu rogo pelo Min.° Preziden. Os Escrutinadores não servirão promiscuamente de Secretario; exercerão sim o seu officio, coadjuvando-o, e inspeccionando-o na escripturação dos votos. E onde achou o Representante que isto era hûa nullidade?

Não liga de certo ideia nenhûa a esta palavra, que a nós tão dasacordamente emprega. *Diz elle que tomou algum conhecimento das Leis Constitucionaes.* Esta he sem duvida a sua maior falsidade. Desde a primeira até á ultima letra do seu requerimento mostra claramente, que nunca leo a das Elleições, nem a ouvio ou entendeo, quando della se fez publica leitura na Caza do Cons.°: pois tal Lei não prohibe, que o menor, e fl.° familias seja Secretario, nem manda nenhûa das outras couzas, que o Representante por falsidade, ou ignorancia lhe imputa. E não sabe elle que esse Secretario he Bacharel em Leis, que está portanto habilitado para os primeiros empregos da Republica, que póde ser Juiz das vilas, honras e fazendas dos Cidadãos, negocios de tanta maior importancia que a Nação lhe pode confiar, e todos os dias confia a pessoas do mesmo gráo, e em virtude desse gráo reputadas maiores?

O Representante não só ignora as Leis novas Constitucionaes, mas as velhas, e antiquissimas do Reino, e os principios de Direito comum, e universal, pois chama domiciliado numa freguezia hum homem, cuja familia ahi foi estar dias, ou semanas por cauza de recreio, como tantas outras desta Cidade, como muitos dos elleitos, e votantes da Junta, e Juntas, e juntas da Cidade; ignorando assim o que he domicilio, e seu direito.

Continua esta sua ignorancia, ou delle, ou de seus mentores, quando diz que *presumio conluio* depois de feita a nomeação dos Compromissarios. Conluio he a caballa, ou coallição secreta, para que a elleição recaia neste, ou naquella, feita entre os res-

tantes, o que decerto não tem logar no prezente cazo. As razões que allega, e allegou então, provão bem a sua ignorancia.

A assembleia quando nomeou aquelles Cidadãos para Secretario, e Escrutinadores, declarou por este facto a confiança que nelles tinha, deo-lhes fé publica, confiou-lhe o depozito de suas vontades, fe-los guardas das particulas magestativas, que nos seus Representantes hia transmittindo.

E este juizo da Assemblea inteira, assim declarado e publico, será contrariado, insultado, e calumniado pela simples conjectura e perversidade de hum membro della, que naquelle juizo consentira, que áquella nomeação assentira?

Os empregados na meza, Parocho, Secretario *não podião fazer corpo com os Compromissarios:* diz ainda o Representante. Nem tal prohibição se encontra na Lei, nem do seu espirito se póde inferir: antes o que he prova de merecimento pessoal não póde ser motivo de exclusão. Acresce a isto a pratica geral do Reino, e a de muitas freguezias desta Ilha, qual foi por ex.º na da Ribeirinha.

Demais o Parocho, Secretario ou Escrutinadores, quando passão a formar Corpo com os Compromissarios, já não são Parocho, Secretario, nem Escrutinadores; são Cidadãos, em quem recahia a maioria de votos, são homens, que, tendo acabado aquelle emprego, são chamados a outro pela vontade de seus Compatriotas, e comparochianos. Só se, por hûa nova logica, não vista arithmetica politica se reputar demais força o voto de hum homem, do que o de cem, noventa e setenta e tantos que votando sobre aquelles individuos, produzirão sua nomeação.

Tudo isto, porém, he baldado, e escuzo; todas estas razões todos estes argumentos de nenhum preço, e força; pois que o Representante em sua mesma Representação declara a futilidade, e incompetencia della, quando diz que a Junta, ou Assemblea dicidira o contrario. Dicidio a Assemblea; a Lei declara: — «E deste juizo não haverá recurso algum — diz a mesma Lei. Como quer, pois, ele recorrer? Se ignora a Lei, p.ª que allega em favor de suas arguições? Se não ignora, para que vem publicamente fazer manifesto desprezo della, menoscaba-la na prezença de

hum Governo Constitucional, que elle sabe, que a hade manter, e fazer observar em toda a sua pureza?

Nos julgamos comtudo não dever passar em silencio os embustes, e falsidades, de que he recheado o segundo paragrafo da Representação. Seo author falta á manifesta verdade, quando diz que se não contarão os votos. Hum, e hum derão os Cidadãos prezentes o seu parecêr, que entre todos foi unanime, menos a delle, e mais trez que o seguirão. E mentindo assim sem rebuço na prezença do Ex.^{mo} Governo, não soube dizer hûa verdade, qual foi, que o Secretario, Escrutinadores, e Parocho hûa e muitas vezes com toda a instancia, e quasi teima, pedirão á Junta os dispensasse do officio de Compromissarios. Não lho quiz esta conceder apezar de suas vivas instancias. Mas homens, que assim obrarão que empenho terião em ser elleitos? Como concorda este facto, que o Reprezentante maliciosa, caluniosamente ocultou, com o seu suposto conluio? E por que o ocultava elle? Certo, que por sua bem conhecida falsidade e perversidade notoria.

Se nós, como o Representante, ignorassemos hûa Lei, que citamos, e allegamos; se não soubessemos que o Ex.^{mo} Governo por essa mesma Lei senão póde ingerir neste negocio por não ser de suas attribuições, senão conhecessemos que, em virtude da mesma Lei, do juizo da Assemblea Parochial não há, nem pode haver recurso; nós pediriamos ao Ex.^{mo} Governo, que obrigasse o insultoso e falso Representante a dar publica satisfação de suas calumnias. Como porém nossa ignorancia não chega ao ponto da delle, ou de seos mentores, e conhecemos a Rectidão do Ex.^{mo} Governo; sobejamente nos contentamos com recorrer ao Tribunal da opinião publica, e entrega-lo a derisão dos homens de bem, e desprezo dos verdadeiros Patriotas. Angra, 21 de Junho de 1821. — João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett — D. Francisco de Paula Pimentel Ortis de Melo de Brito do Rio — João José da Cunha Ferraz — Felix José Parreira.

Um «Juiz de Fora», em Angra, no 1.º Quartel do Século XIX

Uma reunião de conspiradores no «Caminho do Castelo»! Paisanos armados, a pé e a cavalo, nas ruas, durante a noite!

Proclamação da Lei Marcial na Cidade!

1817 a 1823

Pelo Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior

Eugénio Dionisio Mascarenhas Grade — assim se chamava o «Juiz de Fora» que tomou posse em Julho de 1817, na Câmara, mediante a apresentação da Provisão do Desembargo do Paço, de Lisboa. Na Câmara deviam ter necessidade urgente de pessoa formada em Direito, e o «Juiz de Fora», por disposição da Lei, exercia as funções de Presidente. Nem todos os nobres que a constituiam com os «Mesteres», tinham sempre a devida competência e alguns assinavam de «cruz».

O cronista e investigador, de S. Sebastião, Drumond, refere-se ao Grade, classificando-o de magistrado íntegro, que enfrentara intrepidamente os motins dos populares «realistas», em fins de

1821, e durante os anos tempestuosos de 1822 e 1823. Está certo, mas isto é insuficiente, para uma compreensão exacta da índole e forma de actuar do famoso Magistrado. O cronista não quereria ir mais além, para poder chegar ao fim do plano geral de uma obra benemérita. Além disso escrevia a poucos anos de distância dos acontecimentos e seria desagradável, dentro da euforia política, apontar defeitos a certas personalidades.

Este «Juiz de Fora» foi odiadíssimo pela população Angrense, não porque o acusassem de improbidade, capaz da aceitar peitas, vergando a justiça ao peso de empenhos interessados, — mas por ser um político desenvolto e apaixonado, raivoso, não desistindo de levar ávante os seus propósitos, quaisquer que fossem os perigos! Num meio ambiente hostilíssimo, «realista», não se amedrontou nem quebrou, e não só lutou na defesa dos princípios constitucionais, em ensaio, como provocou os adversários em certas ocasiões, imprudentemente, acirrando-os, sem utilidade, para a Causa. Feitio impetuoso e indomável!

A sua vida na Ilha Terceira foi um verdadeiro tormento, que começou logo nas primeiras semanas. A tormenta seguia-o como a sombra o homem. Parece que há destinos fatais! Não se aquietava perante os contratempos, postos fosse por quem fosse, nem tinha o geito de os remover, coleando, não pecava por hipocrisia. Quem lhe criasse obstáculos, contasse com ele, lutava de cabeça levantada e não esquecia as ofensas. Quem lh'a fizesse, pagaria. E pelejou até ao dia em que saíu da Terceira, incansável, ao menos assim parecia!

O «Juiz de Fora», presidente nato da Câmara, acumulava com outros cargos, um deles o de Deputado Procurador da «Junta da Real Fazenda». Grade depois de assumir a Presidência da Câmara apresentou-se a 28 de Julho de 1819, na Junta a que presidia o Capitão-General Francisco António de Araújo, irmão do Conde da Barca, Ministro de D. João VI, para tomar posse. Por unanimidade lhe foi recusada, com fundamento de que a «Corporação» se não considerava sujeita ao «Desembargo do Paço», em Lisboa, mas ao «Erario Regio», no Rio de Janeiro. E sempre assim se procedera. Exigia-se a assinatura do «regio punho». E a Junta resolveu convidar para exercer o cargo vago, o ex-Juiz de Fora,

Desembargador Alexandre Gamboa Loureiro, que ainda estava em Angra do Heroísmo. Mas Loureiro, apesar de instado, recusou o convite, solidário com o colega, e a Junta irritada com o que classificou, a seu talante, de «tão extraordinária desobediência», pediu, como represália, ao Capitão-General, Presidente, que lhe não concedesse passaporte para se ausentar da Cidade, e ainda o tornasse responsável, ameaça sem probabilidades de efectivação, por falta absoluta de consistência legal, — pelos prejuizos causados com a sua obstinada atitude negativa! Araújo já tivera conflitos com Loureiro — que chegou a não comparecer, por mais de seis meses, quando «Juiz de Fora», na «Junta da Real Fazenda», ao mesmo tempo que, com escândalo público, às terças e sextas-feiras, comparecia nas reuniões da Junta Criminal. Conheço-lhe o «arbitrário e despótico procedimento», escrevia, irado, o Capitão-General, espicaçado pelas más vontades que percebia e resistências que encontrava! Sucedeu, porém, que a situação financeira da Capitania — se agravou de maneira a calcular-se iminente a derrocada! Os vogais da Junta andavam apavorados com as graves responsabilidades que do facto lhes advinha perante Sua Magestade e os seus Ministros. Araújo era o principal culpado. Em 20 de Maio de 1818 propozera que fosse posto em condições de defesa a Capitania ameaçada por um inimigo poderoso. Que inimigo? Para justificar a afirmação — não exibiu qualquer oficio ou ordem, nem a concretisou, escudando-se, ares carregados e misteriosos, na reserva com que lhe fora dada a alarmante notícia, vinda de longe! É de presumir que alguma informação, — embora sem caracter positivo ou verdadeiramente oficial, — tivesse recebido, reflexa dos receios da diplomacia portuguesa, em face das contendas das Nações e da nossa aliança com a Inglaterra, talvez carta particular. Araújo tinha não apenas a paixão da agricultura mas a da vida militar, ambas no quadro das tradições da Nobreza, e a informação pôs-lhe o espírito em exagerado alvoroço. Vários Navios desconhecidos, que pairaram à vista da Terceira, — vieram dar alguns visos de verdade, aos receios do Chefe Supremo da Capitania. Apesar de nunca se saber a nacionalidade dos Navios, nem para que vinham. Os vogais da «Junta da Real Fazenda» deixaram-se arrastar pela corrente caudalosa dos terri-

veis boatos que circulavam, entenebrecendo as almas dos Ilheus, --e aprovou «in continenti» despesas extraordinárias. Mas passado mais de um ano, pânico desvanecido, e quando atingiam a importância de 480.800 cruzados, espantosa para o tempo, — reagiram e deliberaram suspender imediatamente as obras de fortificação, ainda longe de acabarem! Fez mais, no arranco da sua aflição, e percebendo a necessidade urgente de mais uma pessoa de competência, consciente das responsabilidades, e capaz de votar com independência, — deliberou empossar o «Juiz de Fora», Mascarenhas Grade, no lugar de Deputado Procurador! Tudo isto, nitidamente, contra a vontade expressa de Araújo! Este lavrou protesto para subir à Côrte do Rio de Janeiro — e repisou as razões anteriores, com o remoque (1) de que o escrivão Deputado Apolinário José Faria fôra o maior opositor à posse do Grade, e agora era dos mais interessados que ela se desse! Contra a dura administração do Capitão-General, em toda a Ilha Terceira, a campanha tomara aspectos violentos, redobrada pela convicção de que em meses terminava o seu mandato sem esperanças de renovação, — Sol no ocaso! As queixas no Rio de Janeiro acumulavam-se, lamentosas, e o irmão e protector, o eminente Conde da Barca já falecera. Os vogais da Junta sobretudo preocupados com as consequências das despesas excessivas que tinham autorizado, encheram-se de coragem e afrontaram o Governador, deliberando por forma que lhe desagradara profundamente, e chegaram mesmo, cantando de galo, às do cabo, pois ordenaram ao Engenheiro Coronel José Rodrigo de Almeida que vistoriasse algumas das obras já realizadas. A vistoria significava desconfiança de dinheiros malbaratados, e Araújo, furioso, ripostou pronto: prendeu o Engenheiro Coronel no momento de proceder à inspecção, — mandou-o para o Castelo de S. João Baptista e fê-lo guardar por sentinela à vista! O caso provocou celeuma e movimentou as línguas maledicentes a gosarem as desavenças dos Senhores grandes, embora tomando a parte de alguns.

---

(1) L.º das Sessões da «Junta da Real Fazenda». - Antigo Arquivo do Govêrno Civil.

A posse foi dada ao «Juiz de Fora» com efeito retroactivo, o que lhe serviu à maravilha para jogar logo a estocada de requerer se declarasse na acta que nenhuma responsabilidade tinha nas irregularidades praticadas anteriormente à sua entrada em exercício. Os conflitos com o Capitão-General iam piorar, escandalosamente! E um surge com seus Ajudantes, não contentes com o tratamento que ele lhes concedia na correspondência e com a colocação da assinatura nos oficios. Classificavam-no — disse ele — de «incivil e desatencioso, ignorante e falto de conhecimento sobre a observação da superior gerarquia». O Magistrado(1) lastima a sua «desgraçada sorte» — e declara que está pronto a tratá-los por Mercê ou Senhoria ou qualquer outro título, que S. Ex.ª o General entenda pertencer-lhes, — mas vai acrescentando, com um fundo de ironia, que não aceitava para si senão o que a Lei lhe der.

O Capitão-General remeteu-lhe, repreensivo, um «formulário» para o ensinar a ser mais cortês. (2) Em principios de Maio — determina-lhe por Portaria que entregue os autos, donde constava uma deprecada a favor de Luís José Coelho, mas o Juiz não os remete, não era homem que se intimidasse fácilmente. Responde-lhe que em vista da Carta Régia de 1799 se persuade que os Capitães-Generais não podem avocar os processos, apenas poderiam exigir informações. (3) No dia seguinte expede novo oficio ao Capitão-General reforçando a sua negativa com a citação da Carta Régia de 1769 dirigida ao Senhor D. Antão de Almada, e a de 1811. No mesmo dia, noutro oficio, cita ainda o Alvará de 23 de Outubro de 1752, — e que só «El-Rei Nosso Senhor» pode alterar as suas leis, não é portanto desobediente, e protesta pela «imunidade da sua Autoridade e segurança da sua pessoa, em qualquer caso ocorrente». O Capitão-General, percebendo os motivos da desobediência, explica-lhe que o não quere obrigar

---

(1) Ofício de 25 de Abril de 1820 dirigido aos Ajudantes — correspondência — antigo Arquivo do Govêrno Civil.

(2) L.º de Ordens e Portarias — antigo Arquivo do Govêrno Civil.

(3) Ofício de 7 de Maio de 1820 — antigo Arquivo do Govêrno Civil.

a julgar de maneira diferente, que não pretende intrometer-se «no foro contencioso», apenas para bem do Real Serviço deseja ter conhecimento do processo. E terminou peremptório: entregue ou largue a vara! O Grade não entregou, nem largou a vara! Invocando Sua Magestade, — e esta invocação dava especial solenidade às palavras, — o Chefe Supremo da Capitania pela terceira vez lhe ordena a remessa, celere, dos autos. Não se moveu! Então conforme as instruções recebidas, o Ajudante de Ordens, Sargento-Mor João Pereira Matos Rite, fez em casa do Juiz uma rigorosa busca para apreensão dos autos, e o intimou a que comparecesse no Palácio do Govêrno. Não compareceu, teimoso mais que ninguém! Perante o desacato e já não podendo recuar, — o Capitão-General suspendeu-o do exercício de funções, e ordenou-lhe que entregasse a vara, ao vereador mais velho da Câmara. A esta explicou-lhe, deferente, as razões da sua grave decisão, que considerou imposta pela rebeldia do Magistrado, e acrescentou que do facto ia informar El Rei. Os Capitães-Generais não podiam interferir nas questões da justiça, — um deles fora censurado por o ter ousado, — havia já a preocupação da independência dos Magistrados, mas podiam suspendê-los, nos termos da Carta Régia de 16 de Setembro de 1799, até resolução superior. O Secretário de Estado, Conde dos Arcos, no Rio de Janeiro, assoberbado com os problemas da administração no Brasil e com as informações àcêrca da situação política no Reino, — demorou-se em solucionar o litígio, o que o agravou, e a suspensão vai ser a base de outro conflito com o sucessor de Araújo. Contra a suspensão, apoiada demais na força, nada poude fazer senão ficar a ferro e fogo com o Governador, jurando vingança, por todos os Deuses!

O novo Capitão-General Francisco de Borja Garção Stockler chegou ao porto de Angra a 19 de Outubro e tomou posse a 20. Mascarenhas Grade recebeu-o com jubilo, que exteriorisava com toda a gente, especialmente com o seu companheiro de tertulia, o Desembargador Gamboa Loureiro, outro inimigo aberto de Araújo! Foi logo nos primeiros dias ao Palácio e pediu ao Governador recenvindo a reintegração, classificando a suspensão como um acto de um despotismo inusitado. Stockler embaraçado, a

presentir uma inimizidade futura, prometeu solicitar ao Rei, como efectivamente solicitou (1) a reintegração, e argumentou, placidamente, que não tinha poderes para anular a suspensão. Por outro lado Araújo ficara a residir, em Angra, no Palácio da Rua da Rosa, e a Stockler repugnaria ser-lhe desagradável, desfazendo o que ele fizera, logo nos primeiros dias do seu Govêrno, e tomando partido, numa desavença que tanto pábulo fornecera às discussões do público. O Grade que alimentara as melhores ilusões, amargamente decepcionado, ficou despeitadíssimo e breve, vai ter ocasião de se desforrar, e estrepitosamente! A Revolução Constitucional de 1820, triunfante no Porto, depressa alastrou a Lisboa e depois a todo o País. Stockler chefe de uma Capitania subordinada directamente à Côrte, no Rio de Janeiro, resolveu depois de ouvir os Comandos Militares e pessoas de alta representação, aguardar a decisão de D. João VI quanto a aderir às bases da Constituição a elaborar definitivamente no Soberano Congresso. Em Lisboa vivia-se de discursos eloquentes, numa fé de ideias novas, paraísos em espectativa, mas numa balburdia demagógica, e na dúvida inquietadora sobre as atitudes do Rei, frente ao acto revolucionário. A não concordância Régia — iria dividir a Nação, em guerra civil tremenda, fácilmente se previa! A atitude do Chefe da Capitania era vêr e esperar, — para resolver com segurança e em paz. Mas os dois Juizes de Fora, Gamboa Loureiro e Mascarenhas Grade, ambos com pedras no figado e certamente minados pelas novas ideias e vontade de prestar serviços aos propagandistas de Lisboa, — é que não tinham o mesmo cauto parecer, e agitavam, embora escondidamente, o pequeno número de partidistas, entre os quais alguns oficiais que Araújo trouxera consigo de Viana, e outros, terceirenses, como o Tenente Agapito Pamplona e o Major João Silveira Machado, o oleiro, como o apelidavam por escarneo, que ele protegera e promovera. Para os arrastar à revolta e depôr o Capitão-General se necessitava a adesão de Araújo. Os seus dois inimigos Loureiro e Grade calcularam e bem que Araújo

(1) L. de Contas ao Govêrno, n.º 5.— Antigo Arquivo do Govêrno Civil.

vivia moído de despeitos, cercado de gélidas indiferenças, a traduzirem ódios recalcados, e saudoso do poder! Deitando para trás das costas as questões anteriores, que os separavam há muito, dirigiram-se a ele, parece que foi o Grade quem mais insistiu, e convidaram-no a entrar na conspiração, dando-lhe para lhe seduzir a vaidade e satisfazer a recondita ambição, a Presidência do «Govêrno Interino» a organizar. Araújo, por desgraça sua, anuíu, e o boato correu depois que a enteada auxiliara os dois a convencê-lo a entrar na arriscada empresa. O Brigadeiro estaria na situação de Hercules aos pés de Omfale! Mais certo haver calúnia, mas da fama não se livrou, predisposto o público a aceitar o que de pior se dissesse contra Araújo.

A Revolução rebentou na noite de 1 para 2 de Abril, de surpresa, porque o segredo da conjura fora bem guardado! O Coronel Caetano Paulo Xavier, Governador da Fortaleza, foi preso, assim como alguns militares graduados, fieis. E triunfou! Stockler refugiou-se na Vila da Praia, onde comandava numerosos e dedicados milicianos o Coronel Cândido de Meneses.

O Grade rejubilou e ao calor revolucionário, senhor do Parreiral, reintegrou-se por si mesmo no lugar de Juiz de Fora e cargos inerentes. E é que presidiu, acompanhado do Loureiro, que sacudia a farta cabeleira, à reunião do Senado da Câmara, em que se jurou governar as Ilhas pela forma por que fôsse determinado nas Côrtes de Lisboa. Porém pouco tempo durou a alegria, — vita est brevis, — do «Juiz de Fora», porque na noite de 3 para 4 os sargentos, cabos e soldados se revoltaram e mataram Araújo, que viera discursar à janela da casa onde se reunira com o «Govêrno interino», e restabeleceram Stockler, adorado do Povo, — no lugar de Capitão-General! Grade que se escondera num subterrâneo do Quartel para escapar à fúria da soldadesca desvairada, foi posto depois em liberdade pelo Governador, a mostrar a sua magnanimidade. Teve, no entanto, no dia seguinte de o mandar recolher, preso, ao Convento de São Francisco, para evitar que o povoleu bramindo nas ruas, o agredisse ou assassinasse! O «Govêrno Interino» sumiu-se como navio naufragado no mar revolto! A 13 de Maio chegou, porém, pela «Fragata Pérola» a comunicação oficial de que D. João VI jurara as Bases

da Constituição. Uma Fragata inglesa (1) que aportara a Angra, a 14, e que viera do Rio de Janeiro, com 51 dias de viagem, — trouxera a mesma notícia com pormenores, intimamente recebida com tristeza pelo Povo e Batalhões que queriam a resistência a Lisboa! A 15, na Câmara, com a presença de Stockler que discursou, apaziguador, se procedeu ao juramento constitucional e se constituíu o «Govêrno Interino». Deste, por exigência do Povo e como meio de o manter tranquilo, — fizeram parte também Stockler e o Bispo. O Grade e outros presos foram soltos, com homenagem na Cidade, aguardando ulterior resolução do Congresso. A situação era extremamente dificil para Stockler! Considerava criminosos os revolucionários de 1 de Abril por terem atentado contra a Autoridade Suprema da Capitania, mas a verdade é que a «Regência» queria, precisamente, que em todo o País e Colónias se aderisse, pronto, à Revolução Constitucional, organizando-se «Governos Interinos», constituídos por várias entidades oficiais. Mascarenhas Grade, solto, e na consciência da situação falsa e precária de Stockler, recomeçou a agitação, secundada pelos «Araujanos», muito poucos, é certo, mas favorecidos pela aragem vinda da Capital. Não há mais socêgo em Angra! Pediu, excitado, a reintegração, sem demora! O Corregedor João Bernardo Rebelo Borges, vogal do «Governo Interino», catequizado ou amedrontado por ele, defendeu o deferimento do pedido, mas Stockler, mantendo anteriores pontos de vista, e com a má vontade a ferver-lhe, no peito, o impugnou com energia. Tentava-se remar contra a maré! Numa sessão em que Stockler não compareceu, a pesar com o seu prestígio, se deliberou que o Magistrado retornasse ao exercício de funções (2). Grade com a vara da Justiça nas mãos ergueu mais a cabeça e não se ralando de fazer ondas alterosas, — dispôs-se a incomodar o ex-Capitão-General! E aproveitou, radiante, o ensejo fornecido por vários tumultos populares, para abrir sumários em que manifestava o

---

(1) Antigo Arquivo do Govêrno Civil — L. de Ordens e Portarias.

(2) L. dos Assentos e Resoluções do Govêrno Interino — antigo arquivo do Govêrno Civil.

firme propósito de o atingir. Intendente da Polícia era o Corregedor, mas frouxa foi a sua oposição à invasão de atribuições, mal sabia de que de lado despontava o sol, e não quere incorrer no ódio temeroso do «Juiz de Fora»! A «arraia miuda» tinha adoração por Stockler, doia-lhe que ele fosse apenas o «Encarregado das Armas», — e dispunha-se a lutar contra os seus inimigos, sem medir consequências, dando largas a sentimentos de gratidão. As atitudes insolentes dos «Araujanos» com o Grade à frente, provocador, assanhavam a população! E célere coleou e se propagou, o boato, com visos de verdade, de que no dia da Procissão do Corpo de Deus, os partidários de Stockler, aproveitando o ajuntamento do Povo e da Tropa, — promoveriam uma sublevação para o repôr no lugar de Capitão-General. Seria uma loucura que o comprometeria, e ele apercebendo-se, fácilmente, dos perigos, conferenciou à pressa com o Corregedor e o Bispo. E fez a 20 de Junho uma proclamação aos soldados (1) aconselhando-os à tranquilidade e ao respeito pela «Constituição» e lembrando-lhes que qualquer desordem seria funesta para ele e para eles. A procissão, à cautela, não se realizou, não fossem as paixões populares, em febre, sobrepôr-se às advertências avisadas e sinceras da Proclamação! Ainda assim o «Encarregado das Armas» incorreu na acusação levada a uma das sessões das «Côrtes Gerais» de que fora ele o fautor da pretendida sublevação e que esta só se não dera pela intervenção a tempo do famigerado «Juiz de Fora». O Magistrado via com desespêro, rangendo os dentes, a extraordinária popularidade do homem que ele combatia! E praticava inconveniencias, raivosamente! A 10 de Julho na Real Capela do Colégio de Santo Inácio (2) na novena de Nossa Senhora do Carmo, templo repleto, porque o frade prégador pedisse «Ave-Marias» pelas felicidades espirituais do Tenente-General Stockler, o Grade que estava presente, num acesso de cólera irreprimivel em voz alta, mandou o homenageado ausente para onde Cambrone mandou as tropas de Wellington!

---

(1) L.° 11, de Ordens e Portarias — antigo Arquivo do Govêrno Civil.
(2) Publicação feita na ocasião e hoje esgotada, impressa em Lisboa.

Os acontecimentos precipitam-se! A 19 de Julho, pelo Brigue «Flor de Angra», veiu, iniludível, a informação de que o «Soberano Congresso» condenava categóricamente a permanência no »Governo Interino» de Stockler e do Bispo, e estes se apressaram em abandoná-lo, submetendo-se às injunções superiores. A 11 de Agosto, Stockler seguiu para Lisboa, e ali, vítima das acusações dos «Araujanos», — recolheu preso a S. Julião da Barra. Julgou-se finalmente vingado o «Juiz de Fora», e ficou na ilusão de que a ausência do antigo Capitão-General diminuiria a má vontade do Povo aos Constitucionais e lhe quebraria os ímpetos belicosos! E pensando assim promoveu que a Câmara pedisse à «Regência» que fosse considerado fausto o «2 de Abril,» nem mais nem menos o dia em que a tropa presseguira o Povo em fuga, até à «Achada», e ferira e matara várias pessoas! E conseguio-o a despeito das opiniões em contrário de Alexandre Martins Pamplona, constitucional, mas que calculou a irritação que produziria na Ilha a comemoração festiva da data reputada ignominiosa. O descontentamento, na «Terceira», contra o Regime aumentava dia a dia! Não havia frases nem propaganda que o desfizessem! Angra, ciosa dos seus pergaminhos ganhos com martírio, perdera a sua preponderância de Capital dos Açores, dividida como foi a Capitania em circunscrições, extintas as Juntas da Real Fazenda, Criminal e de Agricultura e do Desembargo do Paço! A Cidade do Capitão-General, dos Coroneis e Engenheiros tinha agora como Comandante Militar, um simples Major! O seu orgulho sangrava! Por outro lado, particularmente, chegavam notícias, creando esperanças animadoras, das conspirações urdidas pela Rainha Carlota Joaquina, uma espanhola sagaz e irrequieta, e pelo Conde de Amarante, por Trás-os-Montes, à frente de Regimentos, montando fogosos cavalos, agitando a Província, estabelecendo o desassocego!

Em Abril de 1822 procedeu-se à eleição das Câmaras pelo novo sistema político. A 1.ª Câmara Constitucional de Angra ficou constituída, em resultado do sufrágio eleitoral, por absolutistas! Preside a ela José da Costa Franco, mas o Vice-Presidente dinâmico e audaz, é Jerónimo Martins Pamplona, o inimigo encarniçado do «Juiz de Fora», Mascarenhas Grade, que deixou de ser

o Presidente nato. A Câmara esforça-se e às vezes com falas e actos demagógicos, por agradar à «arraia miúda»! Os «absolutistas» é que fazem o jogo da conquista da popularidade, é que apregoam serem os únicos defensores do Povo oprimido. Porque há escassez de cereais proíbiu logo a sua exportação e obriga os exportadores, em duas horas, a fazerem depósitos no «Terreiro Público», de uma parte deles, em seu poder, necessários ao consumo. Os exportadores, na ânsia dos lucros, recorrem ao expediente de fazerem saír os cereais em Bergatins surtos na baía daVila da Praia, e com autorização da Câmara, que não obedecia à de Angra, presada da sua independência, com a sua Fidalguia a querer rivalizar com a da Cidade, o que já vinha do tempo longíquo das duas Capitanias! A Câmara de Angra à falta de Capitão-General recorre a Sua Majestade para que em matéria de exportações só ela regulasse e mandasse, nem na Praia havia sequer Alfândega. Os principais exportadores eram constitucionais, o que mais odiosa tornava a pobre.. «Constituição», responsabilizada pelos actos dos seus partidários. O Grade anda atento às manobras dos «realistas», Argus vigilante disposto a actuar energicamente! Ainda lhe restam atribuições e com elas, esticando-as e excedendo-as, providencía, mexe e remexe, põe em movimento a reduzida hoste dos correligionários! Os escritores terceirenses, repetindo-se, elogiam-no, parecendo assacar as responsabilidades do terrivel conflito entre ele e o Povo, apenas a este, de um lado um anjinho e do outro o diabo! Não é bem assim, há que dividi-las, para se ser justo. Ele nem sequer esteve em concordância com o «Governo Interino» constitucional, suspeitando-o de tíbio e fraco, gritando-lhe ostensivamente—Caveant Consules, — chamando a si, no propósito maldoso de desconsideração e de sobressair, a realização de festas, no dia e hora em que os Governadores as realizavam com o mesmo objectivo! Chegou mesmo a convidar, num sarcasmo, para uma cerimónia religiosa na «Real Capela de Santo Inácio», os Governadores que lhe responderam não poderem assistir por terem a sua na Sé Catedral! O Deão José Maria de Vasconcelos e Lemos, Presidente do Governo Interino, conciliador e paciente, não hesitara em classificá-lo de «vingativo»! Uma afirmação se pode fazer acêrca

do Grade, incontestável, não tremia perante as adversidades, e se manifestava decidido na defesa da Causa Constitucional. Diz-se, e com verdade, que era também corajoso na defesa da Ordem Pública, mas quando lhe conveio, — e isto tirava-lhe autoridade, — alterou-a e gravemente, na Revolução de 1 de Abril! Enfrentou uma Cidade inteira sem dar sinais de medo, arriscando possivelmente a pele! A sua maior proesa — realiza-a em 1 de Junho de de 1823. Era voz corrente que se conspirava para sublevar a tropa e aclamar D. João VI Rei absoluto, voltando-se em Angra a governar à antiga, despresando-se as directivas das «Côrtes Gerais», onde fulgurava a eloquência idealista de Fernandes Tomaz e outros, mas palco também de opiniões desencontradas, numa oratória desenfreada, geradora de conflitos tremendos, e sem efeitos práticos no campo económico e social. Grade é informado de que o ajuntamento do povoleu conspirador se fará no Curral do Concelho, (1) no Caminho do Castelo. A informação tinha verosimilhança, podia aceitar-se. Após a Revolução de Abril que deposera, numa noite, o Capitão-General, os sargentos, cabos e soldados fizeram a contra-revolução que triunfara rápidamente. Abrira-se até uma subscrição, para premiar os contra-revolucionários e toda a gente que dispunha de dinheiro concorreu para ela num entusiasmo imenso! (2) O exemplo ficara! Pensar em outra contra-revolução, a antecipar-se à que se esperava em Lisboa, — não era versão de regeitar. O Castelo de S. João Batista, situava ali perto, com suas vetustas muralhas, e o assalto seria talvez fácil, abertos os portões, por amigos e cumplices na conjura, como em Abril se fizera. Ao principio pensava-se em efectuar a grande reunião com vivório subversivo, às 11 horas da manhã, mas depois transferiram-na para às 11 da noite. Os conciliabulos conspiratórios precisam das sombras da noite para se desenvolverem com êxito! O mistério fere as

---

(1) Hoje Cemitério dos Judeus.

(2) L. n.º 4 do Registo da Câmara de Angra e L. n.º 11 de Ordens e Portarias, — Arquivo do Gorvêrno Civil, documento que adiante publicamos na íntegra.

imaginações! De dia, a luz tiraria coragem a alguns. Muita gente se juntou no Curral do Concelho, mas faltou-lhes um chefe idoneo que desse orientação segura e soubesse remover dificuldades. O sargento miliciano que se apontava como cabecilha, não estava à altura das circunstâncias, e ter-se-ia adiado o insensato movimento revolucionário. A maioria debandou, mas ainda ficaram, pertinazes, discutindo e alvitrando, várias pessoas. Eis senão quando, de repente, irrompe decidido, carregado o sobrancelho, o «Juiz de Fora», feito polícia, Javert sem contemplações, que sem exitar deu a voz de prisão a oito, (1) e não os largou mais! No dia seguinte soltou dois, e por isso se propalou, que eram dois espiões à ordem do Juiz, a prisão fora puro fingimento! Ainda prendeu um operário que trabalhava na sua «tenda», houvera denúncia, algemou todos, e, expedito, olhos fuzilando, mandou-os para bordo de uma Chalupa inglesa, na baía, donde muito dificilmente se podiam evadir. E por que só tinha verdadeira confiança em si, acompanhou, ele próprio, os presos algemados, para bordo, enquanto o povo, disperso, blasfemava e chorava, mas sem reagir numa tentativa de os libertar à força. A temeridade, um gesto num momento psicológico, podem dominar multidões, vagas alterosas sustadas por varinha mágica! A Câmara constituída por «realistas», dizia que o ajuntamento de populares se fizera apenas para dar vivas a El-Rei, mas não se acredita que o povo se reunisse às 11 horas da noite no solitário caminho do Castelo, apenas com o fim inocente do vivório! O Dr. Francisco Jerónimo da Silva, terceirense, «realista», escrevendo sobre o assunto («Fidelidades da Ilha Terceira»), aponta o verdadeiro objectivo da conspiração, e lamenta o insucesso, pois a não ter-se dado, a Terceira usufruiria a glória de se antecipar à Vila-Francada que derrubou o regime do «Soberano Congresso». Em 1828, em Maio, os terceirenses se anteciparam ao juramento das «Côrtes dos Três Estados», em Lisboa, aclamando D. Miguel, na Câmara de Angra, numa apoteose!

Na tropa de linha, comandada pelo Major Leite Pereira, o

(1) L.º 10 de Registo Geral da Câmara

Grade não confia, na Câmara fojo de «realistas», muito menos, para garantir a ordem pública, mas dispõe de alguns «constitucionais», poucos e arrojados, e com eles em grande alarde, uns a pé, outros a cavalo, com armas brancas e de fogo, percorre as ruas, onde só, aqui e acolá, nichos votivos bruxoleantes derramam luz! Quadro de Rembrandt! Disparam tiros, ao acaso, porventura apercebendo qualquer vulto fugidio, nas sombras! Traz a cidade em sobressalto. As senhoras Donas espreitam pelas janelas, os parentes e criados trazem notícias tetricas, exageradas pelo medo! E vai dizendo para cohonestar o seu estranho procedimento e para não provocar melindres, que confia na honra da força militar, assim como nas medidas que tomara o «Chefe do Corpo», mas que as suas providências o auxiliavam no serviço de vigilância. O palavriado é pura hipocrisia, não confia em cousa alguma, nem ninguém lhe pedia auxílio!

A população protesta e reclama da Câmara que refreie a belicosidade do «Juiz de Fora», em extremos de exaltação política. Ele era o homem do dia, no fogo das discussões, amaldiçoado, alvo de todos os vitupérios! O «Soberano Congresso» declarara a Ilha Terceira parte integrante da Província da Extremadura de baixo, como constava do Diário de 22 de Maio, e o Presidente da Câmara, sob esse pretexto chamou o Comandante Militar a uma conferência nos Paços do Concelho para se tratar da forma do recrutamento. Porém, discutem os dois, essencialmente, a emocionante questão da Ordem Pública de que se arvorou em exclusivo mantenedor, afrontando as outras autoridades, o «Juiz de Fora», excedendo e muito a órbita da sua jurisdição! Cesar impávido passara todos os Rubicons, desafiava tudo e todos! Não podia continuar tão estranho estado de coisas! O Juiz alterava a ordem, a título de a manter que não era positivamente a sua função!

A 5, a Câmara públicou Edital (1) dizendo que lhe constava andarem «ranchos pelas ruas», armados, a título de rondas disparando tiros, não se sabendo os seus fins, «nem com que atitude»

(1) L.º 10 do Registo Geral da Câmara.

direitinha como uma flecha ao Magistrado e às suas rondas de paisanos! A 6, o Comandante Militar conferenciou com o «Juiz de Fora», mas sem resultados práticos, o primeiro um jovem indeciso e inexperiente, e o segundo um voluntarioso e sabendo bem o que queria, firme nas suas posições, dificeis embora! O Comandante Militar no mesmo dia, empurrado por outros que lhe insuflam decisões, lhe escreve: «de duas uma, ou a Terceira é considerada em principios de rebelião e então ele como Chefe de toda a gente armada aplica a «Lei Marcial», ou é considerada em socêgo ordinário e é muito impróprio que numa cidade debaixo da artilharia de uma Praça e com patrulhas e rondas de oficiais, andem paisanos armados inquietando com desmedidos reconhecimentos a cidade pacífica que passa pelas ruas». Se Vossa Senhoria julgar necessária, acrescentava baixando o tom, conciliador, a Autoridade Militar, força armada para cumprir a sua missão, estou pronto a prestar-lhe esse auxílio, e, ainda, a ver se o convencia, afirmava que o Corregedor José Joaquim Cordeiro, constitucional, estava de acôrdo com o que ele propunha. (1) O Grade não se curvava perante a amistosa e ponderada argumentação do Chefe Militar e explicou, que os paisanos armados eram «uma espécie de Guarda Nacional creada pelo Governo», esquecendo porém que a sua legal organização pertencia à Câmara. E para arrebitar o prego pediu armas para armar outros paisanos!

Em face da rebeldia do «Juiz de Fora», a Câmara e o Comandante Militar, apoiados pela população indignada, publicaram por «Bando» a Lei Marcial, n.º 297, e mandaram prender pelas rondas militares «todos os paisanos com excepção dos oficiais da justiça» que fossem encontrados nas ruas, «armados e em guerrilhas e a darem tiros». Tal qual! Para não haverem dúvidas nem interpretações ambíguas — esta decisão foi comunicada directamente ao alucinado «Juiz de Fora», posto ante o dilema de acabar com os grupos de paisanos, a pé e a cavalo, ou de se bater com a força militar, com a lei a favor, e mais numerosa, adestrada e bem armada! Contra a força não há resistência, e,

(1) L.º n.º 11 — Registo da Câmara, que publicamos adeante na íntegra.

e recomendando a todos, «sem excepção alguma», que se mantenham em «paz, socêgo e tranquilidade» e que «a todos importa respeitar a Lei». A frase «a todos importa respeitar a Lei» — vai talvez porque os seus «paisanos» não quizessem arriscar-se, — a Autoridade Judicial deve ter obedecido, porque o Comandante Militar, a 21, informou a Câmara que já «reinava a boa ordem». O Senado por sua vez, radiante, por ter ganho a batalha, e prestado um serviço relevante e inolvidável à Cidade, fez empolada «Proclamação» «aos nobres e leais Angrenses, aos briosos e pacíficos constituintes, ao Povo respeitável», — congratulando-se pelos resultados obtidos, e aconselhando a que «no seguimento da Lealdade devida ao Rei, brasão dos Angrenses, se mantivessem em paz e tranquilidade, pois estes é que qualificavam a honra do Cidadão»!

Mas eis que a 3 de Julho de 1823 pelo Brigue «Constancia» «chegou a faustissima nova» de que baqueara o regime das Côrtes Gerais e fora restituído o Rei aos seus «inauferiveis direitos» de Rei absoluto. No Portugal Continental, em 1820, todos se tinham unido para destruir, mas não souberam criar. Milton disse que destruir, pode ser heroico, mas criar é glória mais subida!

Vai o delírio na Ilha Terceira, que se traduz em festas de toda a natureza, profanas e religiosas, unidas as três classes, clero nobreza e povo, na alegria esfusiante! Os «Angrenses» abraçam-se e choram nas ruas de contentamento! Há salvas de 21 tiros nas Fortalezas!

A Câmara aproveita a ocasião para ajustar contas com o detestado «Juiz de Fora». Nem podia deixar de o fazer sob pena de perder a popularidade e de provocar até graves tumultos, perdido o receio das represálias do Govêrno de Lisboa.

A «Corporação Municipal» tem porém, a noção exacta dos seus deveres, quere ser superior às paixões da multidão, e procura evitar a todo o transe as desordens feitas pelos correligionários, na embriaguez da vitória! Mesmo a 3 de Julho faz proclamação (1) aos «fieis e leais Angrenses, povo fiel e sempre fiel»,

(1) L. de Registo da Câmara de Angra, n.º 4 — documento que publicamos adeante, na íntegra.

— a insistir pelo «socêgo e união». A «arraia miuda» anda alvoraçada e clama vingança! O Senado delibera dirigir-se a Sua Majestade e pedir a remoção do famigerado Juiz para fora da Ilha, que «afligia há 4 anos», e apresenta um negro sudário de acusações, a começar na sua intervenção decisiva junto do Brigadeiro Araújo para o arrastar a chefiar a Revolução de 1 de Abril, e a acabar nas prisões realizadas no Curral do Concelho e na invenção das "rondas de paisanos armados". E porque poderia haver demora na resolução de Sua Majestade, a Câmara foi logo dizendo que não reconhecia o Mascarenhas Grade como «Juiz de Fora», por ter sido suspenso em Maio de 1820 e El-Rei nunca o ter reconhecido. Voltava assim à baila o velho argumento, apesar da Câmara o ter reconhecido, desde que fora eleito, «tant bien que mal», como «Juiz de Fora»! A força nos seus espasmos não olha às regras da lógica, nem se preocupa com as contradições, mesmo as mais flagrantes! E porque o não reconhece, como «Juiz de Fora», deliberou intimá-lo pelo Escrivão a que não exercitasse mais o cargo e que passasse a vara ao substituto, Dr. Francisco de Paula Noronha. Isso passa ele! Não era homem para se submeter sem recalcitrar a uma prepotência, embora a hora fosse gravissima, e continuou a exercer funções, surdo à borrasca! A Câmara procede, então, pelo ardil do emprego de meios indirectos, não lhe aceita intervenção nos negócios municipais, e oficía ao Governador do Bispado, ao Comandante Militar, ao Corregedor e ao Escrivão da Alfândega para que não deferissem as suas pretensões ou aceitassem quaisquer ordens ou instruções, — isto pelas razões que expôs já a Sua Majestade, e mesmo «para que a Autoridade na pessoa do Bacharel Grade não fosse atacada pelo Povo, que por ele tão escandalizado fôra». Em dois requerimentos assinados por centenas de pessoas se incita o «Senado» a continuar, sem fletir, na sua atitude. Num deles afirma-se que o Grade «tem sido e será sempre um estôrvo à consolidação de todo e qualquer sistema»! O «Juiz de Fora» sem ter quem lhe obedecesse, isolado, bloqueado, impotente para qualquer reacção, a 15 de Agosto partiu para Lisboa Alfim! Porém — «levando sempre a vara» — comunicou a Câmara ao Rei! Não transmitiu os poderes e comunicou ao Corregedor que partia mas em uso

da licença que em tempos Sua Majestade lhe concedera, e que não aproveitara! (1) E a sua última proesa, — foi a de seguir, altivo, no dia do embarque pela Rua Direita, de vara na mão, apesar de saber que o odiavam e ser de recear qualquer atentado! Grupos rosnando aos cantos e no caes! Escritores terceirenses frisam, e com razão, a coragem do Magistrado, mas não lhe fazem a mais leve censura, e algumas ele merecia. E' de notar, no entanto, que os receios de atentado estariam atenuados no seu espírito, — porque a Câmara, e ele bem saberia disso, recomendara ao Comandante Militar que «pelos meios que lhe parecesse mais adequados fizesse respeitar e guardar a pessoa e bens do Bacharel Grade». Por Aviso (2) o Rei o exonerou do lugar de «Juiz de Fora» em Angra. O Aviso chamava-lhe — «o furioso, «Juiz de Fora». A frase é da lavra de Manuel Inácio Martins Pamplona, já Conde de Subserra, que firmava o Aviso Real e que devia ter conhecimento, pelos dois irmãos Alexandre e Jerónimo, do procedimento do exaltado Magistrado.

A agitação recrusdesceu, reavivando-se antigas graves ofensas, soltas cóleras represas! A Revolução de 2 de Abril, com seus mortos e feridos, considerado «fausto», num acinte, a pedido dos revolucionários constitucionais, as medidas repressivas tomadas pela Contra-Revolução, e meses depois a prisão em Lisboa do General «Santo» e do Coronel Caetano Paulo Xavier, a sindicancia ao Bispo, forçado a seguir para a Capital a 22 de Outubro, na Corveta «Voador», as proesas do Juiz Grade, cavaram um abismo entre os Constitucionais e os «realistas» que eram a quáse totalidade, semearam por muitos anos, terriveis discórdias na Ilha! E se as imprudências do Grade tinham acirrado os ânimos, a verdade é que com a sua saída da Ilha se perdera o receio que havia na sua acção vigorosa e destemida, e assim se partiram os diques que sustinham as revoltas do Povo. As Câmaras começaram a funcionar à moda antiga, destituídas as Câmaras eleitas, apesar de constituídas em virtude do sufrágio popular por «realistas». Por «Aviso

(1) L. 10 do Registo da Câmara de Angra.
(2) L. dos Avisos n.º 4, f. 991.

Régio» — a Ilha recebe a grande e emocionante notícia de que Stockler foi reposto no lugar de Capitão-General. Há lágrimas e abraços, vivas e foguetório! Mas isto não satisfaz! Em 1 de Agosto começaram os tumultos na Vila da Praia, e a população efectua, por si, várias prisões, não escapam alguns frades, e ameaça de morte os constitucionais, ou como tal considerados, que os espíritos escandecidos vêm muitas vezes inimigos, injustificadamente! Foi preciso recorrer à tropa para lhes salvar a vida! As desordens são contagiosas, e elas alastram às freguesias da Ribeirinha e S. Bento e à Vila de S. Sebastião! A 3, os tumultos em Angra, numa psicose criminal, adquirem extraordinária gravidade! O fidalgo João da Silva do Canto que aconselhara os renitentes habitantes da Ribeirinha, realistas de pura gema, a jurarem as Bases da Constituição, — foi corrido à pedra nas ruas da Cidade! O Juiz Corregedor, José Joaquim Cordeiro, já marcado no ódio popular porque criticara, subindo a um muro no Adro da Sé Catedral, o apaixonado sermão de Fr. António do Rosário, e que procurava impedir os desmandos dos realistas, — foi preso pela soldadesca insubordinada e em combinação com civis exaltados! O Comandante Militar, o Major Manuel Leite Pereira, a lembrar-se da tragédia da noite de Abril em que o Brigadeiro Araújo, no Castelo, fora morto, fugiu na madrugada de 3 e se escondeu nos arrabaldes da Cidade! Em vão o procuraram na hora crucial, açodadamente, algumas pessoas, na consciência das responsabilidades, alarmadas com o ulular da plebe, querendo um ponto de apoio para a dominar no seu desvairo, ou, ao menos, restringir os seus malefícios! Só apareceu quando se constituíu um Govêrno local, - para lhe oficiar a dizer que fora deposto e a pedir passaporte para seguir direito a Lisboa! Os Governadores não o deixam sem resposta e dizem-lhe que embora não lhe constasse tal deposição, não hesitavam em conceder-lhe o desejado passaporte, e esclarecem-no que se quizesse demorar, o podia fazer, não tivesse receios da tropa, que não manifestava intentos de o maltratar. (1) O Major, porém, tomado de pânico, não confiou

(1) L. 11 de Ordens e Portarias — antigo Arquivo do Govêrno Civil.

nas palavras amistosas, insistiu pelo passaporte, e embarcou para Lisboa na escuna «Flor do Mar». Lá longe é que se julgou seguro! Foi substituído pelo Coronel de Milícias da Vila da Praia, Candido de Menezes, a quem é recomendada «a segurança e comodidade das pessoas presas».

Não há mortos nem feridos, mas a anarquia está no auge, os desacatos multiplicam-se, assaltam-se mesmo algumas casas, numa violação inaudita do sagrado domicílio particular! Não são ainda miguelistas e liberais, em luta, mas «realistas» e constitucionais ou «araujanos» a degladiar-se. O formidável problema político — D. Miguel e D. Pedro só surgirá, e candente, em 1828. Então após a Revolta, em 22 de Junho, do Batalhão de Caçadores 5, deportado em Angra, os Constitucionais, senhores da Ilha pela força e com o auxílio dos emigrados de Plimout, — aterrorizaram a população: fusilamentos, enforcamentos, casas queimadas, prisões, varadas, requisições das pratas e dos sinos das Igrejas! A Terceira, — mártir!

Atiladamente e à pressa, na dramática emergência, a Câmara deliberou organizar um «Govêrno Interino», já que falhara completamente o Govêrno das Armas pusilamine e tíbio, — constituído por fidalgos realistas, de grande prestígio no meio Angrense, João Forjaz de Lacerda, Roberto Luiz de Mesquita e Luiz Meyreles de Canto e Castro. Uma entidade que fosse obedecida e pudesse restaurar a ordem em crise gravíssima! Não tinha validade jurídica, mas as massas populares guiam-se por nomes, etiquetas e imagens, e não curam do conteúdo das cousas, e das origens do Poder!

Por Acordão lavrado na Câmara — o Corregedor, detido nas masmorras do Castelo, — saíu com homenagem na Cidade. Mas porque quizesse logo exercer as suas funções, os Governadores, a temperar as providências, não lh'o permite, argumentando que a reintegração seria «um detrimento da tranquilidade pública». Que esperasse a decisão de El-Rei. O Vice-Consul britânico, Hilário Alton, pede providências e especial protecção para os estrangeiros, — e o «Govêrno Interino» lhe afirma «que não é responsável pelos acontecimentos anteriores, mas que fará tudo para a manutenção da Ordem e que respeitará os tratados

existentes entre Portugal e a nossa mais fiel Aliada, a Grã-Bretanha». (1) Distribui os presos pelos Conventos de S. Francisco e da Graça, onde são bem tratados e respeitados. Faz proclamações ao Povo, numa tentativa louvável de aliciação, a amansá-lo.

A 19 de Setembro já pode declarar, aliás com exagerado ou fingido optimismo, ao Comandante da Fragata «Amazona», surta na baía, Capitão de Mar e Guerra, Marçal Pedro da Cunha Maldonado Ataíde e Barahona, que dispensava a sua cooperação, pois que «felizmente tinha conseguido uma perfeita restituição à ordem». A 25, o Deão, Governador do Bispado, pede a soltura de eclesiásticos, o que provocou uma resposta irritada dos Governadores: «não podemos deixar de nos admirar que sendo V. S.ª testemunha ocular do rancor e ódio a esses infelizes eclesiásticos, rancor e ódio que tão estrepitosamente se manifestou nos dias 1 e 4 do mês passado» «não reconheça como impraticável tal soltura que traria uma nova anarquia» (2)

Para contentar o Povo, o «Govêrno» ordena devassas e promete castigar os constitucionais apodados de «pedreiros livres», pelos crimes que lhes atribuíam as massas turbulentas e desorientadas. Era deitar água fria na fervura, dando tempo a que se apaziguassem os ânimos, e a razão se sobrepozesse ao sentimento raivoso. Presta um notável serviço! Porém, mais tarde, quando voltou a normalidade e a calma, os membros do «Govêrno» serão acusados de perseguidores e vituperados por aqueles que eles tinham protegido e salvo!

Stocker, o Barão da Vila da Praia, não tardaria a pisar novamente a Terra, que o adorava. Todos, as duas cores, o esperavam com agrado e ansiedade! Com ele viria a tranquilidade, só ele tinha o prestígio suficiente para a restabelecer, como restabeleceu, amainando o temeroso vendaval político, sem curvar a cerviz, e sem recorrer a expedientes e ardis ou à violência! E o famoso Angrense, o Brigadeiro Pamplona, Conde de Subserra,

(1) L. 11 de Ordens e Portarias — antigo Arquivo do Govêrno Civil.
(2) L. 11 de Ordens e Portarias — antigo Arquivo do Govêrno Civil.

Ministro Assistente ao Despacho de D. João VI insistia, de resto, na necessidade do socêgo total na Família terceirense.

Mascarenhas Grade não voltou mais a Angra, mas em 1825, a requerimento dele, uma Provisão de El-Rei ordenou à «Junta da Real Fazenda» que providenciasse no sentido da pronta arrecadação do resto do Subsídio Literário. Nos arquivos não encontramos mais vestígios da sua interferência em assuntos políticos da Terceira, nem em 1829 e 1830 — veiu para a Terceira, como emigrado, como tantos constitucionais provindos dos depósitos de Plimout, onde comiam o pão amargo do exílio — e que se batiam pela «Carta» outorgada no Brasil por D. Pedro, e pela gentil princesinha D. Maria II. Teria falecido, entrementes ? Depois da «Convenção de Evora Monte» que fez cessar a Guerra Civil e de que foram protagonistas os dois filhos varões de D. João VI, a população, arrefecidos os ódios, e generosa, já lhe teria perdoado, e até muitos terceirenses, no côro dos triunfadores, mais tarde, lhe enalteceram os meritos, omitindo defeitos. Mudam os ventos, mudam os pensamentos ! Muita coisa se transformara na face da terra, de 1823 a 1840 ! Na Terceira houvera lágrimas, sangue, martírio e··· propaganda, e triunfara definitivamente a Causa Constitucional ! Talvez Mascarenhas Grade na relembrança dos conflitos que tivera com gregos e troianos não sentisse saudades do teatro de tão dramáticas lutas, onde fora violentamente invectivado e sofrera acerbos desgostos !

Ao filho, que usava o mesmissimo nome — Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade, em 1861, foi concedido pelo Rei D. Luís, o título de Visconde da Lagoa. No seu Brasão de Armas, nos 1.º e 4.º quarteis do escudo esquartelado, figurava, em campo sanguíneo, uma grade de oiro, e no 3.º uma lagoa de prata com duas cegonhas com as pernas cravadas na água. Todo o brasão tem seu significado político, social e familiar. E' por meio da heraldica que se compreende a sua simbiologia. Com as cegonhas haveria o propósito de mostrar que na família Grade predominava o respeito e amor dos filhos pelos pais e de indicar nobremente uma regra a seguir para o futuro? A honrosa lei das Cegonhas ! O Visconde da Lagoa quando faleceu — era Juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Seguira, com exito, a mesma carrei-

ra do pai ilustre, mas afastado das devastadoras tempestades políticas.

É actualmente representante da família Grade, o 4.º Visconde da Lagoa, o distinto Engenheiro Sr. João António Mascarenhas Judice, sócio correspondente da Academia Portuguesa de História e do Instituto de Coimbra. Várias gerações ligadas pelo sangue e pelo fio inconsútil da honradez e inteligência.

Francisco Lourenço Valadão Junior.

DOCUMENTOS

Rellação das Pessoas que espontaneamente contribuirão com donativos gratuitos para Recompensar de algum modo os Soldados dos Batalhões de Infantaria e Artilharia, por ocasião de Restabelecerem nesta Ilha o Govêrno por Sua Majestade authorizado.

D. Ritta de Ornellas Paim da Camara	200$000
Joaquim Jose Pinheiro	50$000
Luis Jose de Vasconcelos	20$000
João Ant.º de Lacerda	48$000
João José Bernardes Madureira	20$000
Francisco Cabral de Azevedo	10$000
Jose Faleiro Toste	5$000
José Francisco Borges	$600
O P.e V. V. Francisco Jose Evang.º	24$000
O Conego V. Rib.º de Carvalho	200$000
O Rev.º Vig.º Geral Frutuoso José Ribeiro . . .	200$000
João da Rocha Ribeiro	200$000
Bento de Bitencourtt Vasconcelos	24$000
Antonio Joaquim da Costa	10$000
O Benef.º Alvaro Pereira de Lacerda	12$000
Antonio Joaquim de Macedo	14$400
Jacinto José de Oliveira	1$000
O Cura Francisco Ant.º Brum Oliveira	2$000
Silvestre Per.ª dos Santos	3$400
Um Anónimo	4$800
A Transportar	1.049$200

Transporte	1.049$200
Jose Maria de Amaral	7$200
João Marcelino de Mesquita Pimentel	40$000
Jorge da Cunha Brum Sousa Silveira	48$000
Vitorino Ribeiro Lobo	10$000
O Conego Luis do Canto Castro	60$000
D. Francisco Ortis de Mello	20$000
O P.e José de Azevedo	20$000
Amáro Adrião de Castro	20$000
João Md.o da Luz	20$000
José d'Almeida	25$000
Andre Francisco de Amaral	6$400
Joaquim de Menezes, «Guarda Mor da Saude»	10$000
Jose Narciso Lopes—deu 2 fardament.os p.a 2 Soldados	—$—
Martinho de Mello Soares	5$000
Antonio Silveira da Graça	50$000
Caetano H. Dinis	24$000
Hiliard Atton, ViceConsul Britanico	30$000
Estulano Ignacio da Silva	6$000
Poncianno José Maria	6$000
Felix José da Costa	5$000
Francisco Matheus Parr.a	20$000
Pedro Gonz. Franco	30$000
M.el Homem da Costa Nor.a, Tenente Coronel . .	30$000
Jose Maria do Carvalhal	20$000
Francisco de Menezes	14$400
Antonio Rodrigues	4$000
O Benef.o Hipolitto Leonardo	2$000
Jose Ignacio Silveira	15$000
Luis Antonio da S.a Carvalho	10$000
Francisco Leite Botelho de Teive	10$000
Bento José da S.a	6$000
Antonio José da Silva	30$000
Luis Jose Coelho	20$000
Joaquim Mendes de Britto	50$000
A Transportar	1.770$40

Transporte	1.770$400
D. Anna de Mendonça	50$000
Antonio Bernardo da Silva	20$000
Francisco Jose Agustino do Canto	100$000
Francisco Moniz Barreto	20$000
O Corregedor, João Bernardo Rebello	20$000
Fernando Joaquim de Souza Rocha	24$0$0
As Relligiosas do Convento de S. Gonçalo—uma pipa de V.° e plo Valor de 5 m. de trigo	12$000
Francisco Gonz. dos Santos	2$000
Manuel Homem d'Almeida	10$000
Frutuoso José Machado	12$000
José Gonz. Parreira	10$000
Manoel de Barcellos Machado	10$000
José de Bettencourtt da Silva	6$400
Apolinario Jose de Faria	14$000
Antonio Borges Teixeira	12$000
Ignacio Caetano Toste	10$000
O Arcediago, Felix José Ferreira	10$000
As Relligiosas do Mosteiro da Esperança	30$000
D. Anna Ramos, 2 pipas de Vinho	—$—
D. Eulalia de S. Paio	20$000
Luis Meirelles do Canto e Castro, doze arrobas de Bacalhao, 8 d'rroz, uma pipa de Vínho	—$—
Manoel Antonio Pinto	5$000
O Cap. Jose de Menezes	5$000
D. Beneditta de Menezes	20$000
Antonio da S.ª Castanho	10$000
Soma	2.264$600

Registo do officio do Comandante Militar
ao Doutor Juiz de Fora

6 de Junho de 1823

Copia = Para melhor esclarecimento sobre a Conferencia que com V. S. tive hontem, tenho a expor-lhe a razão da sua Contradição ao artigo segundo da minha Ordem de hontem as Reflexons seguintes : Ou nós Consideramos este País em principios de Rebelião, ou no socego Ordinario. No primeiro Caso tem lugar a aplicação da Ley Marcial de vinte e hum de Março ultimo, que S. Magestade em Portaria de dez d'Abril deste anno me cometheo a execução, conforme ao que eu sou o Chefe de toda a Gente armada e de mim como centro da União tão necessario a todas as Operaçoens muito principalmente a esta, devem dimanar todas as medidas indispensaveis á gente armada em Serviço de noite. Com tudo porem se olharmos o paiz no segundo Cazo. he muito improprio que n'huma Cidade toda debaixo d'Artelharia de huma Praça, com differentes Guardas, e as necessarias Patrulhas e Rondas de Officiais andem paisanos armados a Cavallo e a pé, inquietando com desmedidos Reconhecimentos o cidadão pacifico, que passa pelas Ruas.

Se V. S. julgando não bastantes as patrulhas que eu faço Rondar por toda a Cidade, e as que V. S. pode fazer com os seus officiaes de Justiça, e quer força armada para os accompanhar, eu lhe promptificarei hum Razoavel auxilio.

O Corregedor desta Comarca, assim como a Camara desta Cidade, a quem eu participei as disposições da minha Citada Ordem de hontem, pozitiva e seguramente me declararão, estavão Conformes os meus principios.

Não obstante as expendidas Reflexoens se V. S. julga necessario à segurança publica esses troços de paizanos que há dias Rondavão com os seus officiaís lhe Rogo me queira patentear os seus fundamentos por escripto para eu os apresentar em hum Conselhó Militar, afim de ali ser Resolvida a questão. = Deos Guarde a V. S. Quartel d'Angra seis de Junho de mil oito centos vinte e trez = Illustrissimo Senhor Doutor «Juiz de Fóra» desta Cidade, Eugenio Dionizio Mascarenhas Grade, = Manoel Leite Pereira, Comandante Militar.

Está conforme.

Manoel F. Borges da Costa

Registo de huma Proclamação que a Camara mandou afixar no lugar do Estillo

3 de Julho de 1823

A Camara de Angra aos Fieis e Leais Angrenses = Nobres Leaes Angrenses, Povo fiel e sempre fiel: Chegou o suspirado periodo da vossa Salvação; já o nosso Augusto Monarcha se acha Elevado ao Throno de seus Mayores, tranquilisai-vos vos clama o mesmo Augusto Monarcha, socegai, estai pacificos, que o nosso Soberano nos assegura, que hum poder absoluto Repugna o Seu Paternal Coraçam, e que outro Regimen hade segurar a Dignidade da Coroa e manter os Direitos e Liberdades do Cidadão, = Honrados Angrenses, Brioso Povo escutai o que a todos proclama o nosso e melhor de todos os Monarchas; as seguintes palavras são as da sua Paternal Proclamação = Cidadãos: Eu não dezejo, nem dezejarei nunca o poder absoluto e hoje mesmo o Regeito; os Sentimentos do meu Coração Repugnao ao Despotismo e a opressão. Desejo sim a Paz, a honra e a prosperidade da Nação = Obedecei pois ao que vos proclama o nosso Augusto Monarcha. Reparai bem, que vos Recomenda a Paz, a honra; e para voz Constitucionaes dignos, como sempre fortes do honroso Titulo de fieis e Leaes Angrenses, he por isso que guardeis a Paz e socego; e para manter esta, he preciso não fazer partidos. Esquecei-vos de Vinganças particulares, amai-vos mutamente huns aos outros. dai huma Demonstração sincera de que sois verdadeiros Catholicos Romanos, e fieis Portuguezes. O Nosso mesmo Augusto Monarcha, o Nosso amante Pay nos diz a todos = Que só se considera feliz quando tiver reunidos todos os Portuguezes, que se esqueçam das opiniões passadas, exigindo

fidelidade no Comportamento futuro = Portanto O fieis e Leaes Angrenses, o nosso Monarcha nos Recomenda, qne nos esqueçamos do passado ; Hé hum dever nosso, hé hum dever sagrado Respeitar e Guardar, e Venerár a Sua sabia, Paternal Determiminação, Guardando a Paz entre todos, Respeitando e obedecendo as Authoridades, e Proclamando sempre = Viva ElRey Nosso Senhor, o Senhor D. João Sexto, Viva a Casa de Bragança. Camara de Angra trez de Julho de mil oito centos vinte trez = O Escrivão da Camara, Manuel José Borges que o Subscrevo = José da Costa Franco = Presidente = Jeronimo Martins Pamplona = João Pedro Co elho Machado Fagundes de Mello = João Baptista de Bettencourt Vasconcellos Correia e Avila = Luis Pacheco de Lima Vasconcelos = Luis José Coelho = José de Menezes Camello = Manoel de Barcellos Machado = Manoel de Lima da Camara = José Joaquim Teixeira = João Francisco de Valença Procurador Mister = José Caetano Nunes, Procurador Mister = Lugar do Sello do Concelho.

Está conforme.

Manoel F. Borges da Costa

Um enviado do Rei de França a Angra em 1581

Pelo Major Miguel Cristóvam Araújo

Como é sobejamente conhecido, o Prior do Crato solicitou o auxílio de várias côrtes europeias para as suas tentativas de arrancar a Filipe II, de Espanha, a corôa de Portugal. No intuito confessado de minar o imenso poderio de Castela e oculto, talvez, de obter proveito material nos vastos territórios, então sob o domínio português, espalhados no mundo, prometeram auxílio a França, a Inglaterra e os Paizes Baixos. O auxílio da França foi, de longe, o mais substancial com a armada de Strosse enviada a estas Ilhas em 1582 e derrotada pela do Marquez de Santa Cruz na batalha naval de Vila Franca e a expedição do comendador De Chaste que se bateu contra as forças do mesmo Marquez em 1583 e após a derrota das hostes terceirenses se entrincheirou na Agualva tendo negociado a rendição da tropa do seu comando. A Inglaterra também prestou algum auxílio mas os dos Paizes Baixos não chegou a concretizar-se, talvez pelas condições impostas.

Esta Ilha Terceira, chefiando as seis restantes a oeste — S. Miguel e Santa Maria, prestaram vassagem a Filipe I logo que tiveram conhecimento da sua proclamação como Rei de Portugal— manteve-se fiel a D. António até que a sua resistência foi esmagada na batalha travada nas terras a Sul de S. Sebastião, a 26 e 27 de

Julho de 1583, após o desembarque das forças de D. Cesar de Bazan, na Baía das Mós.

Certamente para verificar o estado dos ânimos nesta Ilha, o estado das suas defesas e o seu valor como escala obrigatória das naus das Indias, trazer novas de D. António — a cujo respeito corriam aqui os mais desencontrados boatos — e informar, ainda, da organização da expedição de socorro do comando de Strosse, Henrique III enviou aqui um emissário, o capitão António Scalin, que desembarcou no porto de Angra a 19 de Maio de 1581. Foi recebido com grandes manifestações de regosijo: «cânticos, louvores e bandeiras de Cristo, levantadas pelas ruas», segundo refere Frei Braz Caramelo, em carta datada de 5 de Junho, para Catarina de Medicis.

A 13 de Junho escrevia António Scalin uma carta, também endereçada à Rainha Mãi, informando-a de que as Ilhas da Madeira e Porto Santo, bem como S. Miguel e Santa Maria, já tinham prestado vassalagem ao Rei Filipe. Acrescenta que encontrou as opiniões muito divididas e grande discórdia entre os habitantes em virtude da influência de parciais de Castela e da incerteza existente ácerca de D. António, que muitos julgavam já morto.

Com as notícias que trouxe, afirma, incutindo a certeza de o Prior do Crato se encontrar vivo em França e ainda de se estar a organizar a armada de socorro sob o comando de Filipe Strosse, acalmaram-se os ânimos, uma nova esperança penetrou estes povos e mais firme passou a ser a decisão de se manterem fieis ao Prior do Crato.

Na mesma carta narra o apresamento, por nove de Junho, da nau de guerra que transportou a esta Ilha Estevão Ferreira de Melo e Pero de Castro do Canto, enviados de Filipe I com cartas para Ambrósio de Aguiar, Câmaras e Corregedor; informa que os mandou prender enviando-os para Nantes a bordo duma galera de que era piloto Gaspar Alvares Chicharro.

Realmente existe uma carta de Estevão Ferreira, escrita em Nantes, em 11 de Julho de 1581, e dirigida a Juan Baptista de Tassis, em Hespanha, narrando a sua prisão em Angra pelo capitão Scalin, o ataque da nau em que viera juntamente com Pero de Castro e Canto e o seu embarque para Nantes numa caravela,

cujo piloto era Gaspar Alvares Chicharro, levando a bordo, como tripulantes, dois franceses e seis terceirenses de *guarda* aos prisioneiros.

Nesta mesma carta Estevão Ferreira lamenta-se dum prejuizo em joias suas de valor superior a dois mil e quinhentos ducados além doutras da tripulação computadas em 3.000 ducados.

Narra também o apresamento de *3 ou 4* navios vindos de São Domingos carregados de coiros e açucar e informa Juan Baptista de Tassis do seu propósito de fugir de Nantes dentro de 24 horas numa galera hespanhola. Dá ainda indicações sobre as cartas levadas pelo piloto para «D. António, conde de Vimioso e outros «senhores da França» pedindo auxílio de navios, gente e munições.

Num bilhete dirigido ao mesmo Juan Baptista conta que, a 3 horas da sua partida de Nantes, o Governador o deteve e o fez guardar por dois homens impedindo-lhe o embarque até resolução do conde de Vimioso. Pede instantemente que sejam enviados reforços para o libertar e diz que o «Mendonça, o qual Deus me deparou nêste porto e viu com os seus olhos o que se passou» e foi o portador do bilhete e da carta podia «dar mais larga notícia» dos factos.

Segundo a «Instrução dada a Estevão Ferreira de Melo e Pero de Castro do Canto» por Filipe II e datada de Tomar em 14 de Maio de 1581 era conferida a Ferreira de Melo a missão de saber se Ambrósio de Aguiar se encontrava na Terceira entregando-lhe a carta do Rei e seguindo depois as instruções do referido Ambrósio de Aguiar.

Não estando ali Ambrósio de Aguiar e segundo as novas sabidas de terra resolveria se desembarcaria para entregar as cartas que levava ao Corregedor e Camaras e comunicar que Ambrósio de Aguiar era portador dum perdão geral com o qual julgava Filipe II reduzir a Ilha à sua obediência.

Terminada a sua missão na Terceira, Estevão Ferreira comunicaria o seu resultado ao Rei e procuraria Ambrósio de Aguiar, sob cujas ordens ficaria.

Foi, porém, muito outra a sorte de Estevão Ferreira.

Termina Scalin a sua carta pedindo à Rainha Mãi, de França.

o envio para esta Ilha de uns doze bons navios «para a conservação destas ilhas fieis a D. António e protecção às naus das Indias», reforçando o seu pedido com a informação de que já estacionavam em S. Miguel três barcos de guerra, enviados pelo govêrno de Filipe I.

Este capitão Scalin manteve-se nesta Ilha até meados de Setembro e durante a sua estadia desenvolveu grande actividade e, segundo várias cartas dirigidas aos Reis de França, deve ter prestado bons serviços à causa de D. António.

A seis de Junho de 1581 a Câmara de Angra agradece a Henrique III o auxílio prestado pelo seu emissário e a nove, três dias depois, a de S. Sebastião dirige-se ao mesmo Monarca no mesmo sentido e promete escrever também a Filipe Stosse, já nomeado comandante da armada que, no ano seguinte, foi derrotada nas águas de Vila Franca pelo Marquez de Santa Cruz, sob cujas ordens directas Scalin servia. A 15 de Setembro, Frei Pedro da Madre de Deus escreve ao Rei de França exaltando os serviços de António Scalin e citando a viagem que ele fez ao Corvo para esperar as naus da India que escoltou até ao Porto de Angra. E em 20 do mesmo mês Frei Melchior escreve também ao Rei de França referindo-se ao regosijo causado pela vinda de Scalin e aos grandes serviços prestados. A 27, Frei João do Espírito Santo, escreve à Rainha Mãi, Catarina de Medicis, agradecendo e exaltando os serviços de Scalin e solicitando-lhe que ouça, a êsse respeito, Frei Simão de Barros, que já deve estar em França. Lembra à Rainha que teve a honra de ser recebido por ela em audiência, «pelas 10 ou 11 horas da noite» antes de ter sido enviado para esta Ilha pelo Conde de Vimioso.

Numa «Relação da armada francesa que foi em socorro de D. António, Rei de Portugal» encontra-se uma referência a António Scalin que, na expedição de Strosse, comandava um «navio de guerra por nome *Lafargue*, com seu patacho e canoa», e que «nas Sables-d'Olonne esperam a passagem da armada, para se reunir a ela, com os seus 700 ou 800 homens». E numa «Relação dos sucessos da armada francesa de M. Strosse e batalha naval com o Marquez de Santa Cruz» o autor ao descrever a chegada do Prior do Crato à baía de Belle-Isle e a sua partida, rumo aos

Açôres, diz que, pelo meio dia se juntou à frota António Scalin comandando os navios *Furôa* e *Crescente.*

Ainda numa carta de Henrique III para a Câmara de Angra, transcrita numa descrição da «Conquista na Terceira», por Mosquêra de Figueirôa, «Auditor da Armada e do Exército do Rei Católico», com a afirmação de que fôra apreendida em França a Ciprião de Figueiredo e para demonstrar que os franceses pretendiam apoderar-se destas Ilhas, refere-se o Monarca a Scalin nos seguintes termos: «Tivemos muito contentamento em saber que o capitão António Scalin se tem havido bem e com verdadeira virtude e esforço nessa Ilha e mandamos-lhe que persevere.. »

Que tomou parte na expedição de Strosse é absolutamente certo; não consegui, porém, encontrar qualquer referência à sua acção quer nos combates em terra pela conquista de S. Miguel, quer na batalha naval de Vila Franca do Campo como, também, nada encontrei que esclarecesse a divergência quanto aos nomes dos navios que comandou. Teria pretencido ao número daqueles capitães que fugiram com os seus navios de batalha? O que parece certo é ter-se mostrado mais hábil enviado do que corajoso capitão de navios.

Miguel C. Araujo.

Tradições e Costumes Terceirenses

Crendices e Benzeduras

Por Luís Ferreira Machado Dramond.

O povo açoreano é essencialmente crente. Em todos os actos da sua vida pública ou privada, evidencia um espírito de religiosidade invulgar e digno de especial menção.

Apesar de vivermos numa época de materialismo, em que tudo e todos parecem congregar-se para sobrepor o humano ao espiritual, o Açoreano continua a praticar a mesma religião dos seus antepassados, segue a mesma crença dos denodados marinheiros do Infante D. Henrique, mantém o mesmo espírito cristão daqueles que, no Século XV, deram vida ao Portugal Insular de que tanto nos orgulhamos.

A provar a sua religiosidade, todas as povoações açorianas ostentam um ou mais templos cristãos, os quais, na sua riqueza artística ou na simplicidade das suas linhas arquitectónicas, são sempre a Casa de Deus, onde todos se reunem para renderem graças ao Criador.

O Açoriano é assíduo na prática dos actos de culto interno ou externo e fervoroso nas suas orações. A Fé manifestada na sinceridade das suas promessas, cheias de dôr e de sacrifício ; o entusiasmo posto na realização das festividades celebradas pela Igreja, dando-lhes um relêvo e brilhantismo, cuja fama transcende o meio insular, tudo isso são características que definem a religio-

sidade dos habitantes destas terras benditas situadas a meio do Atlântico.

No entanto, entre o povo açoriano, que tanto se orgulha de filho dilecto da Igreja e que na prática dos seus deveres religiosos sempre soube pôr o máximo do seu entusiasmo, ainda se encontram resquícios das remotas épocas do paganismo.

A par de tão interessantes costumes e tradições religiosas, legadas pelas gerações passadas, ainda hoje há pessoas que admitem a existência de poderes ocultos, cuja influência se considera capaz de actuar sobre toda a natureza.

Tal contraste de ideias não é oriundo dos Açores. Muitos séculos antes da Era Cristã, já os Caldeus e os Egípcios praticavam a feitiçaria e a magia, com o fim de afastarem as influências malígnas, que modificavam a vida humana por meio de doenças, infelicidades, desastres e insucessos.

Na sua expansão através a Europa, os Romanos tomaram conhecimento de tais superstições e passaram a praticá-las, introduzindo-as depois em todos os países até onde chegaram as baionetas dos seus soldados.

Com a dominação árabe na Península Ibérica, mais se arreigou na alma do povo a crendice e o receio dos poderes ocultos. Desde os mais nobres aos mais plebeus, não faltava quem acreditasse na influência da feitiçaria e da magia.

Por toda a parte abundavam os feiticeiros e os curandeiros que, com suas fórmulas rituais, benzeduras e esconjuros, se propunham curar aqueles que os consultavam.

Nos palácios reais, além do astrólogo oficial que consultava as estrelas sobre o resultado das grandes empresas em que os monarcas prentendiam aventurar-se, havia, normalmente, um feiticeiro encarregado de curar os doentes da corte.

Com o advento do Cristianismo, as artes mágicas e a feitiçaria entraram numa fase de declínio. A Igreja Católica, anunciando a nova doutrina, iniciou uma verdadeira campanha contra os feiticeiros e os curandeiros, proíbindo os cristãos de acreditarem nas suas patranhas e classificando como pecaminosos os actos por eles praticados.

Por outro lado, as autoridades seculares, em estreita colabo-

ração com as eclesiásticas, estabeleceram rigorosas sanções contra os infractores, as quais iam até à pena de morte na fogueira.

No entanto, o mal nunca foi debelado por completo. Os feitiços e os bruxedos, as benzeduras e as curandices, as rezas e os esconjuros continuaram a praticar-se, mais ou menos encobertamente, embora seja cada vez menor o número daqueles que lhes dão crédito.

*

* *

Uma das crendices que na antiguidade marcou lugar preponderante e que, apesar de estar em completo declínio, ainda conta muitos adeptos, é aquela que confere às criaturas humanas o poder de, com um simples olhar, provocarem nas pessoas, nos animais e nas cousas um estado de *doença* e definhamento capaz de produzir-lhes a morte.

Essa *doença* esquisita que, no dizer dos adeptos, até nas cousas insensíveis exerce a sua acção maléfica, é designada por *Quebranto* ou *Mau-olhado*. O povo chama-lhe também *Cobrante*, por adulteração do primeiro daqueles nomes.

O *Quebranto* ou *Mau-olhado* é considerado como uma doença grave e, segundo a crença popular, mesmo que o padecente recorra aos conhecimentos da medicina, só poderá recuperar a saúde perdida depois de ser curado por uma *benzedeira* (1).

Dá-se o nome de *Benzedeira* a uma mulher que, recitando certas *rezas* e fazendo cruzes com um ramo verde sobre a pessoa ou cousa *atacada de quebranto*, se propõe dar-lhe cura.

Quem nunca teve oportunidade de assistir à cerimónia da *benzedura* de um padecente de *quebranto*, ou *mau-olhado*, talvez não faça uma ideia clara àcerca desse tão curioso modo de tratar um doente.

Normalmente, para descrever uma cena de bruxaria apresentam-se as personagens sentadas em volta de uma tosca mesa de

---

(1) — Diz-se que a pessoa atacada de Quebranto morre, no caso de ele não passar no prazo de nove semanas.

pinho, num aposento onde não entra a luz do dia, a julgar pela vela acesa que, à falta de castiçal, aparece colocada na boca de uma garrafa.

Ora, as *benzedeiras*, pelo menos as dos Açores, não gostam de curar ninguém depois do toque das Ave-Marias.

Segundo uma velha crença popular, os espíritos malignos aproveitam-se das sombras da noite para vaguearem pelo mundo, inquietando os pobres seres viventes. Assim, seria uma temeridade *benzer* qualquer pessoa nessa hora tão propícia às maldades do mafarrico.

Normalmente, as *benzedeiras* faziam, e ainda fazem, as suas curas à luz do dia, com dispensa de qualquer peça de mobiliário, bastando-lhes apenas um ramo verde de alecrim, de *erva-limão*, de *bordão de S. José* ou qualquer outra planta e um recipiente com água. Algumas utilizam mais uma garrafa com azeite.

Neste capítulo de *benzeduras*, encontram-se particularidades que, examinadas com um pouco de calma e bom senso, provocam o riso. Assim, enquanto algumas *benzedeiras* usam um ramo verde com as folhas em *nonos* – número impar — outras há que, mandando colocar o padecente de costas, fazem uma figa com a mão direita durante o tempo em que recitam a respectiva *reza*.

Também há quem substitua o ramo verde por um rosário. Pessoas que se dizem católicas, apostólicas, romanas, não hesitam em utilizar um rosário para praticarem actos que tiveram a sua origem nas remotas épocas em que a pobre humanidade vivia mergulhada nas trevas do paganismo.

Por aqui se pode avaliar o grande poder da tradição. Costumes que devemos considerar muito anteriores à Era de Cristo, foram trazidos até nossos dias, embora modificados e adaptados aos tempos que vão correndo.

A par das *rezas* usadas pelas *benzedeiras*, há também a superstição. Assim, a pessoa que faz a *cura* recebe o *quebranto* ou *mau-olhado*. Porém, por virtude especial, fica livre de tal doença.

Manda a pragmática que, se uma *benzedeira* tiver alguém

junto de si, o mal passará para esse alguém. Por tal motivo, nunca se deve curar ninguém com uma criança ao colo.

Quando a *benzedeira* bocejar durante a *reza*, é sinal evidente de que a pessoa que está sendo curada sofre de algum mal. Para se saber qual a espécie do mal de que sofre o paciente, a benzedeira regula-se pela palavra que estava a pronunciar na ocasião em que abriu a boca e, conforme os casos, informa a pessoa consulente de que está carregada de *cobranto*, de *arte diabólica*, de *invegidade* [1] ou de *arte de feitiçaria*.

Se a pessoa a curar não pode comparecer perante a *benzedeira*, por não querer ou por o seu estado de saúde não o permitir, as cruzes e as *rezas* são feitas sobre uma peça do seu vestuário. Nestes casos, aconselham que a referida peça esteja impregnada de suor do padecente, pelo que, no geral, é preferida uma camisa do seu uso.

Quando a *benzedeira* abre a boca muitas vezes durante a cura, é sinal de que o padecente tem um grande *carregamento de cobrante*.

Dentre as *rezas* ou *orações* que se usavam e ainda se usam nestas *benzeduras*, há algumas que, embora não aprovadas pela Igreja, constituem uma espécie de súplica a Deus, para obter a cura do doente. Outras, porém, são tão disparatadas e tolas que não compreendemos como há quem as recite na intenção de restituir a saúde a alguém.

Temos a impressão de que a razão por que os *padecentes* acreditam nas *benzedeiras* se deve ùnicamente ao facto de elas recitarem as suas *rezas* de modo imperceptível.

Lá diz o ditado : *O segredo é a base do negócio*. . .

---

[1] Adulteração de *inveja*.

Modo de curar o quebranto

Há alguns anos, faleceu, na Vila de S. Sebastião, da Ilha Terceira, uma senhora já idosa que, embora não fosse considerada *profissional*, fazia as suas *benzeduras* do modo seguinte :

Dentro dum prato com alguma água, colocava uma garrafa com azeite e, pegando com a mão direita num ramo verde, com as folhas em *nonos* — número impar — fazia cruzes sobre os dois recipientes, ao mesmo tempo que recitava o Credo.

Terminada esta primeira parte da cerimónia, tirava a garrafa do prato e deitava três pingos de azeite na água.

Em seguida, passava a fazer cruzes com o ramo verde sobre a pessoa que pretendia curar, ao mesmo tempo que ia recitando, de modo imperceptível, a *reza* seguinte :

Oração para curar o quebranto

(Vila de S. Sebastião)

Padre, Filho, Esp'rito Santo.
Jesus, Jesus, Jesus !
Santíssimo Nome de Jesus !
Assim como Jesus foi Crucificado,
..... (Nome do padecente) ... seja curado
De *cobrante* ou mau-olhado,
Ou *arte de feitiçaria.*
Dos defuntos do sangue
De quem o tem e o quer criar.
Se ele tem todos estes males,
Eu os quero tirar
Em nome do Pai
E do Filho
E do Esp'rito Santo.
Com Deus to deram,

Com Deus to tiro,
Em nome de Deus
E da Virgem Maria,
Nossa Senhora.

(Seguia-se o Credo em cruz.)

Terminada esta *oração*, a *benzedeira* cortava uma das folhas do ramo verde e, iniciando outra vez a *reza*, fazia a sua repetição tantas vezes quantas as necessárias para que o ramo ficasse sem folha alguma.

Acabada a última *reza*, era a ocasião de verificar o aspecto que apresentavam os três pingos de azeite. Se estes se tinham diluído na água, era certo que a pessoa estava *carregada de cobrante*. Porém, se eles se mantinham na primitiva posição, seria de prevêr que se tratava de outra doença.

Para finalizar, a *benzedeira* embrulhava num papel as folhas que tinha tirado do ramo verde e queimava-as, sem que o padecente visse...

Nalguns casos mais renitentes, era necessário realizar nova *benzedura*. Porém, se a cura demorava, procurava-se outra *benzedeira*, pois, podia suceder que a primeira não tivesse tanta virtude...

Orações para curar o quebranto

Se o modo de efectuar a cura do *quebranto* ou *mau-olhado* era mais ou menos idêntica para todas as *benzedeiras*, já não se pode dizer o mesmo relativamente às *rezas* ou *orações*.

No geral, cada *benzedeira* usava nas suas curas uma *oração* apenas e essa seria, por certo, aquela que lhe tinham ensinado.

Embora nem todas as *benzedeiras* se prontifiquem a recitar essas *orações*, já por a Igreja as proibir, já pelo receio de serem ridicularizadas, pela superstição e pela crendice que evidenciam, conseguimos reunir algumas que apresentamos a seguir.

Orações usadas na Vila de S. Sebastião

A *oração* que damos a seguir, cuja recolha devemos à gentileza de pessoa amiga, foi usada por uma das *benzedeiras* de maior nomeada na localidade.

A sua composição é a seguinte :

Eu te benzo... (Nome do padecente).
Se tens *cobrante* ou *malígna*,
Ou parte de *arte diabólica*,
Ou de *arte de invegidade*
Ou de *arte de feitiçaria*.
Se tens todos estes males,
Eu tos quero tirar
Em nome do Pai,
Do Filho
E do Esp'rito Santo.
O mal forte
Vá para as areias do mar sagrado.

Não faças mal a ninguém.
Santíssimo Nome de Jesus.

(Segue-se o Credo em cruz).

Outra versão :

Eu te benzo criatura
Em nome de Deus
E da Virgem Maria.
Se tens quebranto
Ou maligna
Ou *ponta de ar de abrás*
Ou *ar de feitiçaria*
Ou *ar de todos os ares*
Tiro-te mal forte
Do teu coração
E das tuas veias,
Em nome do Senhor São João,
Para te dar cura e *tipação*
E te curo com a sua santa mão.
Mal forte, vai-te para as areias
Do mar sagrado,
Não faças mal a ninguém.
Em cruz,
Santíssimo Nome de Jesus.

(Segue-se o Credo em cruz).

Orações usadas na Freguesia dos Altares

As *orações* que damos a seguir foram recolhidas pelo ilustre folclorista terceirense, Rev. Padre Inocêncio Enes, a quem se devem alguns trabalhos àcerca dos costumes e tradições da sua paróquia. (1)

---

(1) Insertas no Boletim do I. H. da I. T. de 1945 — Vol. III — Pag. 289.

«Criatura de Deus!
Tu não és minha,
Mas eu te quero criar.
Se tens quebranto
Ou mau olhar,
Ou arte de feitiçaria,
Eu to quero tirar
Com um ramo verde
E água fria
Em nome de Deus
E da Virgem Maria.»

«Nossa Senhora quando o Egipto passou
Um ramo de alecrim apanhou
Quero que vos acheis bem,
Como o Menino Deus se achou
Os dois que vos teve, os dois que vos tire.
As três pessoas da Santíssima Trindade,
Valha-me Deus que bem pode,
Que mal vos fez em mal se torne.»

«Filha de Deus!
Tua mãe te teve,
E te quer criar,
Em nome de Deus.»

Outra oração contra o quebranto

«Minha alimarinha
Eu te quero criar
Se tens ar ou cobrante
Ou mau olhar,
Ou algum acto
De invegidade,

Ou algum ar
Escomungado,
Em nome de Nossa Senhora
E Santo Antão,
Te venha tirar
C'o a sua mão.
E da Virgem Maria,
Se tens quebranto
Eu to quero tirar
Com um ramo verde
E água fria.»

«Nossa Senhora pelo Egipto passou,
Um ramo de alecrim apanhou
Com ele curou seu filho
E se ache tanto bem
Como o filho da Virgem-Maria se achou.»

«Meu menino Deus te deu,
Eu to quero tirar,
Se tens cobrante ou mau olhar
Coisa de invegidade,
Ou espírito de outro mundo,
Eu to quero tirar
Com as minhas santas palavras,
Em nome de Deus
E da Virgem Maria,
Com um ramo verde
E água fria.»

«Em seguida, deita-se água benta no que está atacado do cobrante e se diz :

«Eu te benzo em nome do Padre,
Do Filho e do Espírito Santo»
(Modificada)

Oração usada na Freguesia da Agualva

A *oração* que abaixo apresentamos foi-nos fornecida por uma senhora da freguesia da Agualva, com a indicação de ter sido usada por uma vizinha que já faleceu há alguns anos em avançada idade.

Segundo a informação que nos foi dada, várias pessoas obtiveram a sua cura por intermédio da *benzedeira* que usou a referida *oração*, pelo que é de supôr que estamos em presença de uma das melhores *rezas* que existem para o efeito. Podemos até acrescentar que houve uma mãe que recorreu à *virtuosa* mulher com uma criança doente e, ao fim de três dias, ela estava completamente curada.

Temos a impressão de que esta *oração* é a mais interessante que conseguimos recolher. Os termos que nela se empregam são mais do que suficientes para comprovarem o nosso modo de ver a este respeito: muita gente acreditou e acredita nas *benzeduras* por desconhecer as *orações* usadas pelas *benzedeiras*.

Ora vejamos o texto da *oração*, tal como nos foi transmitido:

Criatura!
Em bom nome,
Com dois olhares,
Com três dizeres,
Quais são os três Deuses,
E Deus Padre
E Deus Filho
E Deus que te fez,
Que te tire este *cobrante*
Que trazes no ventre
Incacerado. (1)
Criatura!
Bota para as ondas do mar
Arruda, chifre queimado.

(1) Adulteração de *encarcerado*.

(Diz-se esta *reza* três vezes e no fim de cada uma delas recita-se o Credo).

Orações usadas na Freguesia das Lajes

Nesta localidade, conseguimos obter também uma *oração* para curar o quebranto, a qual, sendo muito pequena, não deixa de merecer interêsse.

A liberdade de linguagem usada, com ressaibos de antiguidade, imprime-lhe um carácter tão rústico que bem evidencia o grau de instrução das pessoas que recitavam tais *orações*.

Vejamos o seu texto tal como nos foi recitado:

Eu te tive (1),
Eu te quero criar.
Se tens mau-olhado
Ou *cobrante*,
Eu to quero tirar.

(Seguia-se o Credo em cruz)

Quando a pessoa a curar era filha da *benzedeira*, a *reza* era alterada do modo seguinte:

Eu não te tive (1),
Eu não te quero criar.
Se tens mau-olhado
Ou *cobrante*,
Eu to quero tirar.

(Seguia-se o Credo em cruz),

Esta *oração* parece uma deturpação daquela que demos em primeiro lugar na freguesia dos Altares.

---

(1) Esta palavra era pronunciada em português vernáculo.

Oração usada na Cidade de Angra do Heroísmo

Não era só nas freguesias rurais que havia estas crendices.

Pelos elementos que temos ao nosso dispôr, verifica-se que as benzeduras também tinham sua cabida nas cidades.

Uma senhora de Angra do Heroísmo recitou-nos a seguinte *oração* que se usava na mesma cidade:

F..... (Nome do padecente)
Deus te deu e Deus te criou.
Desses olhos que mal olharam
Se tens quebranto,
Ramo de inveja,
Ou *ar ruim*,
Deus te queira pôr sã e salva:
Teu corpo e cordoveias.
Deus te pegue nesse mal
E o desterre
Nas ondas do mar salgado
Onde não fazem mal nenhum a ninguém.

Esta *oração* recitava-se três vezes seguidas, ao mesmo tempo que se iam fazendo cruzes sobre o paciente com um ramo verde.

No final, rezava-se o Credo em cruz.

Oração usada na Freguesia da Fonte do Bastardo

A *oração* que conseguimos obter por intermédio de uma senhora desta freguesia, embora obedeça aos termos usados noutras localidades desta ilha, tem a distingui-la uma característica interessante.

Enquanto as *orações* usadas noutras freguesias se recitam do princípio ao fim, esta tem a caracterizá-la o facto de a parte final ser repetida três vezes, o que não é vulgar.

Eis o modo como nos foi recitada:

F.. ....
Eu te benzo
Em nome do Padre,
Do Filho
E do Espírito Santo.
Se tens *cobrante*
Ou *cobrante invejoso*
Ou *cobrante excomungado*
Ou *ar ruim*
Ou outra qualquer doença,

Se dois to deram,
Três to tirem,
Em nome do Padre
E do Filho
E do Espírito Santo.

} Repete-se esta parte três vezes.

(Repete-se esta *oração* três vezes).

No final da última repetição, reza-se o Credo três vezes seguidas, fazendo-se cruzes sobre o padecente ou numa peça de roupa por ele usada.

Oração usada na Freguesia de Cabo da Praia

Da freguesia de Cabo da Praia, obtivemos também uma *oração* que damos abaixo.

Nesta *oração* aparece-nos, pela primeira vez, uma característica interessante. Depois de recitada a *oração* e rezado o Credo, como é vulgar, surge-nos um *oferecimento* a Nossa Senhora do Desterro, o que ainda não tinhamos encontrado.

Vejamos o texto da referida *oração* como nos foi recitada:

F.... .....
Deus te fez e Deus te criou
Mal haja quem te mal olhou,

Te deu *cobrante*
Ou *ar de defunto*
Ou *ar excomungado*
Ou *sangue ruim*
Ou *ramo de inveja*
Ou de feitiçaria.
Todo o mal que tens
Vá para o mar sagrado.
Que não faça mal
A cousa nenhuma do mundo.
Jesus, Santo Nome de Jesus!
Benzo-te, não te posso curar.
Eu te encomendo a Deus Padre,
A Deus Filho,
A Deus Espírito Santo.
Lá no Rio Jordão,
Baptizou Cristo a João.
— João, qual de nós está baptizado ?
— Estou eu, Senhor,
Por Nossa Mão sagrada.

(Esta *oração* repete-se três vezes)

Seguidamente, reza-se o Credo em cruz, com um crucifixo.

Oferecimento :

Estas santas orações que eu aqui rezei
Ofereço a Nossa Senhora do Desterro,
Para me desterrar todo o mal que tiver.
Vá parar ao mar sagrado,
Que não faz mal a ninguém.

*
* *

Como temos dito, as *benzedeiras,* embora ainda encontrem alguns adeptos, estão cada vez mais desacreditadas.

Já não falta quem faça troça delas e, quando alguém se mos-

tra melancólico ou adoentado, as pessoas engraçadas oferecem-se para as *curar*, recitando-lhes a seguinte *reza :*

Eu te benzo, minha cabra malhada,
Com o olho da minha enxada.
Dou três p... meus e três do meu cão.
Vai-te embora que já estás são !

E' claro que esta *reza* é acompanhada de cruzes, num verdadeiro arremedo daquilo que faziam e fazem as *benzedeiras*.

A cura da erisípela

A par das orações usadas para benzer as pessoas atacadas de quebranto ou mau-olhado, de *invegidade* ou arte de feitiçaria, há uma que se destina exclusivamente à cura da erisípela, doença que, como se sabe, consiste numa inflamação superficial de uma parte do corpo, acompanhada de febre e de mal estar geral.

Os nossos antepassados, habituados como estavam a tratar todas as suas doenças por meio de *benzeduras*, entenderam que a erisípela também podia ser curada do mesmo modo. Porém, não conseguimos descobrir os motivos que os levaram a arranjar-lhe uma *oração* especial.

Estas *rezas* populares eram transmitidas dos pais aos filhos e aos netos, de modo que sofreram alterações mais ou menos profundas, sendo umas provenientes do natural esquecimento e outras da circunstância de andarem na boca de pessoas analfabetas que estropiavam as próprias palavras.

Assim, das *orações* que abaixo apresentamos, aparece o nome de *Palas*, quando é certo que se trata do grande Apóstolo São Paulo.

A palavra *erisipela* também aparece sob a forma *Zirpela*, *Zirpla* e *Zirpelão*, o que pode e deve atribuir-se à dificuldade que o nosso povo tem em pronunciar os complicados termos da medicina.

Algumas pessoas, para fazerem a *cura* da erisipela, serviam-se de um rosário com o qual iam fazendo cruzes sobre a parte doente. Outras, porém, dispensavam o rosário e, partindo ao meio um limão, passavam com ele por cima da parte do corpo afectada, ao mesmo tempo que recitavam a *oração* que damos a seguir :

Oração para curar a erisipela

(Vila de S. Sebastião)

Vai Jesus por um caminho,
Encontrou *Palas.*
— Donde vens, *Palas ?*
— Venho de Roma.
— Que se encontrava por lá ?
— Muita *Zirpla* e *Zirpelão.*
— Torna atrás, Palas.
Vai curá-la com água da fonte,
Extrema do monte,
Que ela não corra,
Nem lavraria,
Em nome de Deus
E da Virgem Maria.

A metade do limão que se passava sobre a parte afectada era embrulhada num papel, no final da *benzedura,* de modo que o padecente não a visse e guardava-se para ser atirada ao mar.

A pessoa encarregada de deitar o limão ao mar deveria voltar as costas à maré e atirá-lo para trás, o mais longe possível.

Outra oração para curar a erisipela

(Freguesia dos Altares)

No Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, referente ao ano de 1945, vem publicada uma oração para idêntico fim colhida na freguesia dos Altares, a qual damos a seguir : (1)

«*Oração para dizer quando se tem Zirpela*»

«Pedro e Paulo vinha de Roma, Jesus encontrou.
Donde vens Pedro e Paulo ?

---

(1) Recolhida pelo Rev. Padre Inocêncio Enes, já citado.

Eu, Senhor, venho de Roma. Que viste lá ?
Muitas mortes causadas pela Zírpela brava.
Torna lá com sumo de limão e óleo de oliveira e a secarás.»

«Quem deve benzer a *zirpla* é uma Maria com um limão cortado ao meio. Com metade se benze a *zirpla* três vezes e a deita-a ao lume com as costas voltadas para ele ; a outra metade do limão deita-a para o mar também de costas para este.»

Nesta modalidade, exigia-se que a *benzedeira* se chamasse Maria, talvez por ser o nome da Virgem.

A cura de uma criança rendida

Acontece, por vezes, que as criancinhas, por terem os tecidos do abdome muito frágeis, sofrem pequenas roturas junto do umbigo, às quais o nosso povo chama *quebraduras* ou *rendeduras.*

Modernamente, tais roturas são tratadas pelos médicos, que empregam os métodos prescritos pelos cânones da medicina. Porém, antigamente, quando uma criança *apanhava uma rendedura*, não sucedia assim.

O tratamento das crianças quebradas era feito por curiosos à base de crenças supersticiosas, tal como se fazia com o quebranto ou com a erisípela.

Para tal efeito, arranjava-se um vime verde e, com um canivete, fazia-se-lhe um corte longitudinal, de modo a ficar separado em duas partes, ligadas apenas nos extremos.

Convidavam-se depois um homem que se chamasse João e uma mulher que tivesse o nome de Maria, para executarem a cerimónia seguinte :

Uma pessoa afastava as duas partes do vime, de modo que a criança pudesse ser passada pelo meio. Depois, colocava-se o homem de um lado e a mulher do outro.

Seguidamente, o homem pegava na criança e passando-a através o vime, exclamava :

— *Toma lá, Maria.*

Ela recebia a criança e, tornando a devolvê-la, respondia :

— *Toma lá João.*

O homem voltava a passar a criança através o vime e dizia :

— *Toma este menino quebrado.*

Ela recebia outra vez a criança e, devolvendo-a, respondia :

— *Recebe este menino são.*

Acabada esta cerimónia, juntavam-se bem as duas partes do vime e, se elas se tornassem a ligar, a cura.. era certa.

A cura de várias doenças

Não eram só o *Quebranto* e a *Erisipela* que se curavam com *rezas* e *benzeduras*. Tal sistema de tratamento aplicava-se também a outras doenças, para as quais havia *orações* próprias.

Apresentamos seguidamente algumas dessas *rezas*, as quais, como é de supôr, deviam produzir efeitos... imediatos.

Orações para a cura de um impingem

De manhã, ainda em jejum, molhava-se um dedo na boca e com um pouco de saliva, passava-se o mesmo sobre o impingem, enquanto se ia pronunciando a seguinte *oração:*

Impiz, rabiz,
Sai-te daqui,
Que eu ainda hoje não comi
Nem bebi,
Por causa de ti.

Outra variante:

Impiz, rabiz,
Já hoje fui ao Pico
E já vim.
Já comi e já bebi.
Assim como isto é verdade,
Sai-te de mim.

(Era vulgar na Ilha.)

Qualquer pessoa que analise bem o conteúdo desta última *oração*, chegará à conclusão de que tudo isto era uma verdadeira

tolice, pois, se era mentira o que se afirmava, o impingem não deveria sair.

Oração para fazer desaparecer as verrugas

Em três dias seguidos e à noitinha, à hora das trindades, (1) ia-se a uma casa de moradia e, batendo com os dedos na porta, recitava-se a seguinte *oração:*

Eu sou a *verrumeira,*
Que vendo *verrumas* (2)
Aqui as deixo,
Não levo nenhumas!

Esta *reza* também devia produzir belos resultados...

Oração para estancar o sangue de um golpe

Esta *oração* foi recolhida na freguesia dos Altares, pelo Rev. Padre Inocêncio Enes e vem publicada no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira — Vol. III — a pág. 289, do modo seguinte:

«Estava Lucas e Mateus
Ceifando em prédios seus,
Cortou-se Lucas e disse Mateus:
Tanto sangue nas tuas veias
Como Deus teve nas ceias.
Tanto sangue no teu corpo
Como Deus teve no Horto.
Tanto sangue forte
Como Deus teve na sua morte.»

---

(1) Toque das Ave-Marias.
(2) Adulteração de *verrugas.*

Oração para crescerem novos dentes

Quando eramos pequenos ouvimos muitas vezes recitar e recitámos também a seguinte *oração* para nos virem novos dentes.

Assim que nos caía um dente da primeira dentição, atirava-se com ele para cima da casa ao mesmo tempo que se dizia:

Senhor São João!
Toma lá este dente pôdre
E dá-me um são!

A receita parece que dava resultado, porque, de facto, tais dentes foram substituídos por outros...

* * *

Estamos convencidos que, além das *orações* que deixamos registadas, muitas outras se poderiam recolher não só nos Açores mas ainda na Madeira e no Continente, pois, sabemos de várias terras onde se usavam as *benzeduras*.

O nosso povo, para se esquivar ao pagamento da consulta médica e ao indispensável aviamento da receita na *botica*, da vila ou da cidade, usava e abusava das *benzeduras* e das *mèsinhas caseiras*.

Felizmente, tal sistema de tratamento de doenças vai desaparecendo. Temos a impressão de que, com o desenvolvimento que os serviços de assistência médica têm tomado neste século, as *benzedeiras* já não encontram quem acredite na eficiência das suas *rezas*.

Hoje, quem sente qualquer indisposição, por mais leve que seja, já não troca os conhecimentos da medicina pelas patranhas das *benzedeiras*.

A ignorância vai cedendo lugar à ciência.

A vitória da cultura popular açoriana em Santa Catarina

por WALTER F. PIAZZA

Oração proferida pelo Autor, Diretor do Boletim da Comissão Catarinense de Folclore, de Florianópolis, a 19-VII-1958, na Casa dos Açôres, do Rio de Janeiro, na sessão comemorativa ao 6.º aniversário, daquela entidade associativa, onde estiveram presentes o Excelentíssimo Senhor Doutor Manuel Rocheta, Embaixador de Portugal, Presidentes e Representantes das Associações Regionais Portuguêsas do Rio de Janeiro e elevado número de associados daquela Casa.

Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Seja-me permitido, neste instante de emoção legítima, em que vamos focalizar as relações entre os Açôres e a parte meridional do Brasil, nos seus aspectos culturais, — repito, senhores, — seja-me permitida uma evocação, homenageando, do fundo d'alma, sincera e puramente, a memória dos Srs. Drs. Luís da Silva Ribeiro, Manuel de Sousa Menezes, e Manuel da Silva Greaves, que, nas suas especialidades e no seu acendrado amor à sua Terra e à sua Gente, muito contribuiram para desvendar o verdadeiro Açôres e as suas multiformes e policrômicas características aos que, Aquém-Atlântico, vinham estudando e analisando a herança tida dos seus ancestrais ilhéus.

Criou-se, pois, graças aos esforços dêsses escritores das Ilhas, no espírito de um grupo de intelectuais do Brasil-Sul a preocupação dos estudos dessa herança tão opulenta e, ainda, não de todo conhecida.

Criou-se, assim, por fôrça dêsses estudos, mais um «ismo».

Criou-se o «açorianismo», símbolo da mais estreita amizade entre o Brasil e os Açôres, fruto do mais íntimo conhecimento da contribuição das nove ilhas peregrinas ao povoamento e à cultura dos Estados meridionais dêste imenso País, desta Pátria Brasileira !

Assim, as Ilhas e a sua Gente passaram à cogitação intelectual constante do estudioso da evolução étnica brasileira e do seu complexo de culturas.

E, não se poderia no meu Estado de Santa Catarina, onde o contributo açórico foi dos mais expressivos, como se verá adiante, ficar alheio a tamanha influência.

E, essa influência é tanto mais expressiva, tanto mais profunda, se considerarmos as condições quantitativas em que se operou, em que substrato étnico agiu, em que condições geográficas se situou, e, afinal, em que outros contingentes étnicos vem, dia após dia, a herança açoriana, fazendo sentir a sua influência.

Da análise das condições que acabamos de enunciar e dos seus resultados mais e mais se envaidecem os catarinenses, em terem a correr em suas veias o nobre sangue da gente audaz das Ilhas ! E, entre os barriga-verdes, êste que vos fala, descendente que é de terceirenses da Agualva !

Os «casaes» açorianos que, de 1748 a 1756, aportaram à Ilha de Santa Catarina e seu continente, dentro do plano engenhoso da diplomacia portuguêsa, engendrado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, para firmar o poderío lusitano nas terras mais meridionais do Brasil, contrapondo-se, desta forma, ao desejo espanhol de dominarem aquêles territórios, representaram — aquêles «casaes» — uma considerável massa humana, que, pràticamente, duplicaram a escassa população da então Capitania de Santa Catarina, espalhada na época, por umas poucas e humildes povoações.

E, segundo um dos mais ilustres historiadores catarinenses, a escassa população barriga-verde, no ano de 1748, orçava, aproxi-

madamente, em 4.197 almas. E os transportes de «casaes» açorianos, daquela data até 1756, conduziram para o litoral, quasi cinco mil pessoas, de acôrdo com os mais fidedignos documentos compulsados, até o presente.

O açoriano, quantitativamente, emparelhou-se, dêste modo, com a população existente, e além de situar-se em povoações criadas, criou — por sua vez —, dentro da letra expressa do Regimento Régio, que orientou tão importante fluxo migratório, as suas vilas que, hoje, no cenário litorâneo catarinense, mostram, irretorquìvelmente, os traços culturais característicos da gente ilhoa, a começar pelo seu traçado, projectando-se na arquitetura das suas capelas, tão evocativas e tão singelas, reprodução fiel, nos seus oragos e nas suas invocações das freguesias das 9 Ilhas, tais como: Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito, São Miguel da Terra-firme, Nossa Senhora das Necessidades, Vila Nova de Sant'Ana e outras mais...

Mas, não se pode, de sã consciência, na tarefa comparativa, deixar de lado a análise dos demais elementos étnicos que, de maneira ponderàvel, de 1829 a esta parte, quer mediterrâneos, principalmente italianos, quer da Europa Central, notadamente alemães e polonêses, par a par com o contributo africano, povoador desde as primeiras horas, juntamente com o contingente continental lusíada, formam a argamassa básica do Povo Catarinense, contingentes êsses sofrendo, em maior ou menor escala, a acção forte da cultura aço riana, contribuindo, portanto, para a sua mais rápida integração na comunidade brasileira.

E, dêsse quadro esboçado a pinceladas largas, sem os retoques necessários, sem a profundidade que se fazia mister, dada a premência do tempo, poderemos, entretanto, partir para o estudo a que nos propusemos encetar e realizar, para o qual solicitamos a benevolência de tão selecto auditório, de tão interessada platéia!

Aos que se interessarem por maiores minúcias e melhores estudos do evento povoador do Brasil-Sul, pela gente audaz dos Açôres, que alargou e firmou os domínios de Portugal nas

terras meridionais da América e, especialmente, no caso particular do nosso torrão natal, lembramos a leitura dos estudos criteriosos e básicos: «Os Açorianos», do professor e médico Oswaldo Rodrigues Cabral, e «Açorianos e madeirenses em Santa Catarina», do Almirante Lucas Alexandre Boiteux.

Mas, a jornada da nossa profissão-de-fé «açorianista» nos convoca!...

Minhas Senhoras e meus Senhores:

A contribuição quantitativa do açoriano no panorama da colonização de Santa Catarina, passados dois séculos, pode, hoje, ser medida e avaliada através, não só dos recenseamentos que se queira fazer nos livros dos registros paroquiais e de entidades e organizações outras, especialmente as confrarias religiosas, mas, principalmente, no quadro amplo e de grandes horizontes da cultura popular.

E' o açoriano, por sua vez, fruto do caldeamento de muitas etnias e, portanto, consubstanciador de muitas culturas e, como tal, assimilou, adaptou e aculturou traços de tal monta e de tais características que, seguidas as suas pegadas, vamos convergir para vários centros de dispersão!

E', por esta razão, òbviamente, que os Açôres têm sido o objecto apaixonante e apaixonado daqueles que se detém a olhar o seu panorama étnico-cultural.

Por outro lado, um estudioso da Cultura Brasileira não pode, de maneira alguma, estar alheio à contribuição açórica, sob pena de incorrer em graves êrros, ao interpretar os fenómenos do complexo brasileiro.

Feitas estas ressalvas que são, também, e, sobretudo, a explicação da nossa presença nesta tribuna, honra-nos, sobremodo, dizer algumas palavras acêrca do que os açorianos legaram à cultura popular catarinense, quer material, quer espiritual.

Ao iniciar o exame dos traços mais marcantes da cultura material, permitimo-nos expender algumas considerações sôbre um ponto importante e, já, de certa feita, objecto de controvérsia; a vocação agrícola do açoriano.

O assunto, por demais palpitante, não poderia deixar de ser, nesta oportunidade, relembrado e focalizado.

Dois ilustres autores discutiram-no: um, Aquém-Atlântico, com brilho e erudição, mostrando o fracasso do açoriano como agricultor, em terras catarinenses, e outro, ilhéu dos mais ilustres, o dr. Manuel de Sousa Menezes, com não menor brilho e erudição, contraditando-o.

E podemos, nesta ocasião, trazer algumas considerações nossas:

O açoriano, em Santa Catarina, dentro da sua vocação agrícola e de conformidade com os desígnios políticos da Côrte de Lisboa, foi feito lavrador.

Entretanto, as diferenciações geográficas da Terra-Mãe e da Nova Pátria, quanto aos solos, quanto ao clima, desde logo se fizeram sentir.

A técnica agrícola empregada nas Ilhas, salvo alguns implementos, não se coadnou com as novas condições.

Foi, o açoriano, inegávelmente, um laborioso cultivador do solo, como têm sido, até os nossos dias, os seus descendentes directos catarinenses, mas, os areais litorâneos, e o relêvo movimentado, com grandes aclives, em clima tropical, húmido, sujeito, assim, à forte erosão, impedia um rendimento satisfatório das plantações e, na cruciante encruzilhada, entre abandonar a sua atávica herança agrícola ou continuar agricultor embora mais rudimentar, preferiu esta última solução.

Ateve-se, desde então, à rudimentar agricultura itinerante tão a gosto do cabôclo brasileiro, herança do primitivo habitante do nosso território, devido aos espaços imensos sem ocupação, além de ter, em função do sistema agrário adotado, adaptando-se às técnicas pouco recomendáveis que imperavam e imperam.

Este é o lado desconcertante da colonização açoriana, que, de certa forma, impediu a projecção econômica daqueles homens de fé e de audácia, mas que, nem por isso, diminui o seu valor, pois que, o elemento humano, audaz e intrépido, não esmoreceu não fugiu à luta e, até hoje, descendentes daqueles heróis de dois séculos atrás, apegados às terras que foram dos seus maiores que as desbravaram, dedicam-se, em terras pobres, a uma agri-

cultura de subsistência, num estoicismo heróico, para não fugirem à visão daquele Mar Oceano, cantado pelo Épico da Raça, por onde, um dia, singraram as náus dos «assentistas», em que velejaram os avós dos nossos avós, em demanda à nova Pátria...

Já, no Rio Grande de São Pedro, para onde se espraiaram os açorianos, de Santa Catarina, nas coxilhas amplas e de horizontes infindos, o homem das Ilhas aliou-se à outra aventura: o seu acendrado amor à amplidão fez com que transferisse ao cavalo as qualidades dos seus barcos de pesca e, lá, se foi a pescar, a arrebanhar o gado bravío, indomesticado, dos pampas.

E, da afirmativa que acabamos de fazer, ressalta uma conclusão altamente significativa, relacionada com o folclore lúdico.

Referimo-nos ao «boi-na-vara», similar catarinense da tourada à corda existente na Ilha Terceira, para onde foi transplantada, queremos crer, do Algarve.

Da temática dêsse passatempo, típico dos povos agricultores, e, como tal, não é encontrado entre os descendentes de açorianos no Rio Grande do Sul, como tivemos ocasião de constatar, pois que, dadas as suas actividades pastorís, não maltratam aqueles animais que representam a sua fonte de rendimentos, apesar de hoje, talvez por fôrça atávica, estarem voltando à agricultura, já agora, mecanizada...

E, para não colocar os bois adiante do carro, vamos ilustrar com alguns exemplos a contribuição material da cultura açórica à catarinense.

Comecemos pela habitação, onde o traço cultural mais sensível da sua influência, conforme bem acentuou o escritor gaúcho Walter Spalding, o foram as «pombinhas», nas pontas dos beirados das velhas casas coloniais e que, nem sempre, representam aquelas aves, mas muitas vezes, grotescas figuras, de classificação difícil e, tal facto é, segundo um dos melhores cultores da tradição açorenha, consequência da devoção ao Divino Espírito Santo.

Afora essa característica, outras, muitas outras, perceptíveis ou não, estarão a atestar a inequívoca influência na habitação, mas, as construções ecléticas e, mais recentemente, as funcionais,

vão fazendo desaparecer os beirados e, assim, das antigas construções de alvenaria, restam poucos testemunhos.

Em compensação, no meio rural, a habitação de alvenaria conserva, geralmente, a atestar-lhe a origem, a branca pintura das paredes externas e as vivas côres das janelas e portas.

E', ainda, no meio rural, oude são mais sensíveis as heranças culturais açorianas, das quais, a mais palpável e a mais forte de todas é o carro-de-bois, que resiste aos embates aculturativos e, mesmo, em algumas áreas de colonização outra, como a alemã e a italiana, penetrou e conseguiu ser um traço fundamental da paisagem e mostra, desta forma, a aculturação dêsses elementos étnicos.

O carro-de-bois açoriano conservou, em terras catarinenses o mesmo feitío de rodas, o mesmo traçado em sua cercad ura de vime, como bem acentuou ilustre etnógrafo.

E qual o facto da cultura material do Povo Catarinense que exprime melhor ligação com as origens açóricas que a nossa olaria ?

A olaria catarinense — no sentido de fábrica de louça de barro — é a reprodução americana daquelas que se encontram espalhadas em São Miguel ou na Terceira, como o acentuaram escritores das Ilhas, face aos trabalhos de investigação que, nêste sentido, fizemos Aquém-Atlântico.

O tôrno é o mesmo, onde a agilidade do artífice, lá como aqui, se projecta e se mostra em lances memoráveis de modelagem e a sua movimentação é a réplica da efectuada há muito nos Açôres, e, da mesma forma, o são os demais processos da fabricação.

E a gritar em nossos ouvidos, a sua origem, esta cerâmica foi, sòmente, constatada em municípios de povoamento açoriano provando, assim, o quanto são fortes os liames entre as gentes das duas bandas do Atlântico.

Ainda, outra forma de artesanato executada na região de povoamento açórico e que, talvez, seja, uma herança flamenga na cultura ilhoa, é a da confecção das chamadas «rendas de bilro cuja constatação e análise antropológica, acerca da sua feitura em

outras regiões do País, coube ao insigne e pranteado Artur Ramos, mestre dos mestres da Antropologia Brasileira.

E, sentindo que, maiores referências a estas expressões da cultura material, que são comuns aos dois Povos, são quási desnecessárias, pois, a sensibilidade «açorianista» de todos os que, aqui, se encontram, fala mais fundo às almas que estas tôscas frases e desataviadas palavras.

Certamente, a mais explêndida vitória da colonização açoriana no Brasil-Sul o foi no campo espiritual.

Numa comparação singela e despretenciosa, como a que, ora, realizamos, os vários campos do folclore, especialmente, o literário, o lúdico e o social, atestam, de maneira objectiva e indiscutível a contribuição e, confirmam, incontestàvelmente, que a cultura popular açoriana foi vitoriosa em Santa Catarina.

Mais forte e de maneira mais vibrante falam os dados coletados que as palavras que se queiram dizer.

A língua e a religião são, inquestionàvelmente, os mais significativos traços culturais da herança portuguêsa no Brasil.

E, em nosso Estado, o elemento açoriano, com a mesma lingua e a mesma religião, estruturou uma cultura popular de ricos matizes e de formas encantadoras.

Colecione-se, por exemplo, um refraneiro e do seu conteúdo desvendar-se-á mil e uma particularidades da vida dos povos pois, os provérbios dizem o que as gentes sentem.

E, como expressão literária do folclore catarinense, herança espiritual da gente açoriana, poder-se-ia, aqui, dizer centenas de adágios, comuns aos dois litorais atlânticos, mostrando as grandes afinidades no modo de viver, no modo de sentir, e, consequentemente, no modo de dizer.

Entretanto, como capital expressão literária do folclore catarinense, herança da gente das Ilhas, há manifestação bem original da alma popular : são os vulgarmente chamados «Pão-por-Deus»

A sua área de incidência no nosso Estado de Santa Catarina, é aquela onde firmou-se a colonização açoriana. O que, entretanto, não queira significar que esta manifestação popular, ligada à arte do papel recortado e, também, à expressão poética da alma simples do Povo, não tenha lançado, já, as suas pontas em áreas de outras

influências étnicas, como recentemente, constatamos em área de influência italiana.

Os «pão-por-Deus» são pedidos formulados, na primavera, em versos estampados em corações rica e singelamente recortados em papel.

E, nêsses corações, as expressões do mais puro desejo, como o contido nesta quadra:

«Lá vai meu coração,
Entre cravos e cravinas,
Vai pedir o pão-por-Deus
Àquela linda menina!»

E, aí, de quem não atender.. O Povo conta, então uma série infindável de casos, em que, aqueles que não satisfizeram os pedidos, foram marcados por Divino Castigo...

E é, por esta razão, que, a sabedoria popular, também, registou, est'outra quadra:

«Os justos pedem aos santos,
Os santos pedem a Deus,
Eu também ao Senhor,
Que me dê o pão-por-Deus!»

Ainda, no folclore literário não podemos deixar de referir aos romances rimados ou rimances, revivescência da literatura épica, na voz do Povo, que o magnífico Teófilo Braga recolheu nas Ilhas e que, em terras catarinenses, também, o foram registadas e algumas estão estampadas na «Poranduba Catarinense», do almirante Lucas Alexandre Boiteux.

Passando do folclore literário, sentido em outras expressões do folclore social, como complemento, para o folclore lúdico vislumbramos não só o «boi-na-vara», demonstração de agilidade de uma raça e do seu espírito aventureiro, que a conduziu à grande façanha da travessia do Atlântico, em minúsculos barcos superlotados, infectos, para darem ao Rei de Portugal, pelo «uti-possidetis», o território ao sul da Ilha de Santa Catarina.

Vislumbramos — íamos dizendo, — além do «boi-na-vara», outras manifestações lúdicas, que explicam a nossa origem açórica e que os antropólogos, com elas, pretendem a demonstração de suas teorias.

E essas manifestações são aquelas das brincadeiras infantis.

No entanto, é no folclore social e religioso que as marcas da herança são mais convincentes, são mais profundas.

Os bailes da Chamarrita ou do Pèzinho, a desaparecer, são fundamentalmente açorenhos. Isto quem o diz é ilustre pesquisador do folclore musical das Ilhas.

Esses traços culturais, em vias de desaparição, devido à intromissão de bailados novos, são, ainda, encontradiços na Ilha de Santa Catarina, lado a lado, com o fandango ou fadinho e a ratoeira, que não escondem as suas origens lusitanas, aqui chegadas, possívelmente, nas naus em que vieram os nossos avós...

Esses bailados, como os demais traços culturais de proveniência açórica, têm a sua área de maior incidência no litoral catarinense. Vejamos, o que é a ratoeira.

E' dansa que não tem época própria de bailar. Entretanto conforme alguns informantes, é dansada, em algumas localidades, como complemento às fainas da «farinhada».

Homens e mulheres formam uma roda, ao centro da qual se situa um comparsa, que tem por função dar o mote, ou seja, lançar aos circunstantes uma quadra, que os demais componentes da roda, de mãos dadas, avançando para o centro do círculo, repetem.

Os motivos das quadras, improvisadas pelo comparsa, que está motivando a roda, regra geral, são desabafos sentimentais.

Do material imenso, coletado por todo o litoral do nosso Estado, destacamos estas quadras, pela sua graça:

«Entrei na ratoeira,
Com lindo boquê de flôr,
Ficaria mais contente,
Se fôsse com meu amor.»

«Ratoeira bem cantada,
Faz chorar, faz padecer,
Também faz um triste amante,
Do seu amor se esquecer.»

E ainda esta:

«Eu entrei pr'á ratoeira,
Mas não foi pr'á cantá,
Quem meu coração queria,
Na ratoeira não está.»

O fandango é um sapateado, típicamente da orla marítima, a que, alguns grupos, dão o nome de fadinho, acentuando, de maneira mais taxativa, o sinal da sua proveniência.

E, nêsse apressado evocar de contatos culturais entre as gentes dos Açôres e do Estado de Santa Catarina, não se pode omitir as festividades do Divino Espírito Santo, marca indelével da religiosidade ilhoa no panorama cultural brasileiro.

O insigne étnógrafo Luís Chaves usou de uma expressão que bem retrata o fenómeno! Diz ele: «E' nos Açôres e na Madeira que as festas do Espírito Santo conservam hoje ainda alguns caracteres antigos.»

E êsses caracteres antigos, um pouco simplificados, encontramos nas freguesias (hoje paróquias) do litoral catarinense: o peditório com a «folia», precedida pela Bandeira, encimada pela «pombinha», venerado símbolo do Divino Paráclico, seguida por um conjunto de tocadores de instrumentos de cordas e percussão, cujo número varia de localidade para localidade.

Terminado o peditório, que tem duração variável, dependendo das distâncias a vencer, chega-se ao ponto culminante da devoção: a Festa do Divino Espírito Santo.

Todos os passos dessa festa são idênticos aos registrados pelos melhores étnógrafos ou escritores regionais dos Açôres. E' a procissão conduzindo o «Imperador» à Igreja Matriz, é a «Coroação», são, enfim, os «Bôdos», gesto de munificência, em que,

aos pobres, em alguns lugares, se distribui carne, em outros, pães.

E, assim, de maneira sucinta, por não vos molestar mais, procuramos salientar os principais pontos de contato entre as culturas populares dos Açôres — nas suas nove peregrinas ilhas — e o Estado de Santa Catarina, no seu litoral, especialmente, onde bem vivo, bem patente está o espírito e a alma açoriana.

Meus senhores e minhas senhoras:

Vistos os aspectos mais eloquentes do que herdamos, em nossa cultura popular, do açoriano, em razão de um movimento povoador que, na História do Brasil, não encontra similar, pois, foi único no seu estudo e preparo pelo Govêrno de Lisboa, no movimento quantitativo dos povoadores e, principalmente, pelas suas consequências, só nos resta concluir.

E, ao findar a nossa tarefa, árdua, para quem a aceitou num preito aos que o distinguiram e aos seus maiores, e, honrosa, visto que é honra insigne, alto e bom som proclamar-se as nossas origens, descendentes de audazes povoadores, que fizeram da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiro até os pampas do Rio Grande do Sul, a réplica amorável das suas terras d'Além-Atlântico, e nelas deitaram raizes, hoje transformadas em frondosas árvores, cheias de seiva, prenhes e lusitanidade e constituindo, sem dúvida alguma, núcleos pujantes de brasilidade!

Foi com as vistas voltadas para êstes fatos, palpáveis e irrefutáveis, que a intelectualidade catarinense, capitaneada pelo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o Professor e Desembargador Henrique da Silva Fontes, filho de faialense, em 1948, organizou o Primeiro Congresso de História Catarinense, comemorativo do Bicentenário da Colonização Açoriana, conclave êste de profunda repercussão na vida intelectual do Estado e no reatamento do intercâmbio de dados e informações, entre Portugal continental, as Ilhas e o Brasil-Sul.

Foi, ainda, com as vistas voltadas para êstes factos que a Comissão Catarinense de Folclore, dirigida pelo Professor Oswaldo Cabral, e o seu Boletim, sob nossa direcção, não tem

descurado do estudo das relações étnico-culturais com as Ilhas, cujas ligações estavam, prática e efectivamente, interrompidas desde que se transplantaram para as terras americanas os últimos «casaes».

Foi, por tudo isto, meus senhores e minhas senhoras, que, com esta oração, estamos, de viva voz, fazendo profissão-de-fé «açorianista», quando se completam dez anos do nosso labor, nêste sentido, quer em pesquisas de campo, quer no gabinete!

Se o açoriano e o seu descendente não se elevou económicamente, em Santa Catarina, regra geral, nem por isso, deixou de se altear onde precisasse mostrar dotes de inteligência, de capacidade de trabalho, de bravura, de engenho e de arte!

Assim, se relacionarmos os grandes nomes dos quadros político-administrativo, intelectual, eclesiástico e social da Terra Catarinense, vamos encontrar filhos, netos, bisnetos e outros descendentes de açorianos pontificando, destacando-se, exaltando a Terra e a Gente de onde vieram.

Das gentes do Arquipélago dos Açôres muito se orgulham os Catarinenses, pois, do seu sangue tivemos governadores, senadores e deputados, no Império e na República, músicos e artistas de pincel, escritores e oradores, cientistas e poetas, civis, militares e religiosos, todos cheios de méritos, todos cheios de inestimáveis serviços à Terra Barriga-Verde e ao Brasil!

E, mostrando terem formado núcleos de brasilidade basta referir o papel que têm exercido no constante contato com as demais correntes étnicas que se apresentaram no povoamento de Santa Catarina, transferindo-lhes, inclusivé, importantes traços culturais, imprimindo-lhes caracteres de lusitanidade.

Por tudo isto, senhoras e senhores, os Açôres vive na alma do Brasil-Sul e vive, principalmente, na nossa retina, pois, a visão que se nos depara, diáriamente, na baía sul que emoldura a nossa Ilha de Santa Catarina, tendo ao fundo, meio encoberto pelas nuvens, o Monte Cambirela, faz com que o nosso pensamento evole para as Ilhas e nos ponha diante do Pico, enevoado.

Porque, então, não devemos nós, catarinenses, ter, sempre, a alma e o espírito voltados para os Açôres?

Respondam, senhores, pois, nada mais tenho agora, a vos dizer.

Um Verão nos Açores e a Madeira de relance

Excerto da obra *A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira,* por C. Alice Baker (Boston, 1882), traduzido por João H. Anglin.

Nota prévia

Em 1882 foi publicado em Boston o livro *A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira,* diário de uma viagem aos Açores, sendo sua autora a jornalista americana C. Alice Baker.

O pequeno prefácio reza deste modo: «Justifica-se a publicação destas impressões fragmentárias pelo facto de, com excepção de um delicioso artigo de revista sobre o Faial, pelo coronel T. W. Higginson, não existir nenhum quadro satisfatório da vida nos Açores.

Quase omitidas nas geografias, teem estas ilhas sido até agora pràticamente desprezadas pelo viajante. A corrente de navegação que recentemente se estabeleceu naquela direcção faz prever que os Açores serão em breve considerados como apetecida estação de repouso a meio caminho da grande rota das viagens para a Europa. Uma linha de vapores americanos, em ligação ali com a linha portuguesa, habilitaria assim o turista a entrar na Europa através da Península Hispânica, patenteando a majestosa paisagem

destas ilhas e de Portugal, ainda tão pouco conhecida e tão digna de apreço.

Enquanto isto não passa de uma possibilidade, pode dizer-se com verdade que em nenhum outro ponto do território estrangeiro se pode obter tanto prazer, com tão pequeno dispêndio de esforço e de dinheiro, como numa viagem de Verão nas Ilhas Ocidentais, num dos excelentes navios de vela que agora navegam regularmente para aqueles portos, de Boston e New Bedford.

Nos Açores tudo é novidade e nada é novo. O professor fatigado encontra aqui repouso forçado, com diversões constantes; o doente dos nervos, uma mudança completa de paisagem, com absoluto sossêgo, sem tentações nem motivo de pressas. Ao artista, ao botânico, ao geólogo e ao filólogo oferecem as ilhas um campo rico e inexplorado.»

Com excepção dos dois primeiros capítulos *(A partida* e *No mar)* que nenhum interesse oferecem ao leitor português e açoriano, toda a obra foi traduzida para publicação em dois volumes do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Terra à vista

Terça-feira, 8 de Julho. Na tarde do nosso décimo quarto dia de viagem ouvimos o grito bem-vindo de «*Terra à vista!*» «*Não a veem? Onde está?*» São estas as perguntas de ansiedade; todos os que o podem fazer correm à amurada.

Estávamos a 25 milhas das Flores, a ilha mais ocidental dos Açores, na direcção Este-Sudeste. Parecia uma nuvem baixa no horizonte. Sentimos renovada admiração por Colombo, sendo para nós uma coisa maravilhosa podermos, mesmo com todas as aplicações da ciência moderna à navegação, atravessar o abismo sem estradas do mar, levados nas asas do vento e com infalivel certeza, a este abençoado pedaço de terra no meio do oceano, a centenas de milhas de distância de qualquer ponto do globo.

O contorno das Flores torna-se cada vez mais distinto — um espinhaço de picos denteados, descendo por todos os lados para o

mar e terminando abruptamente em penhascos negros, escabrosos, contra os quais batem as ondas sem cessar. Por detrás do pico mais alto subiu a lua cheia à meia noite, iluminando a cratera principal como nova erupção e revelando o carácter vulcânico da ilha.

Não voltaremos a gozar espectáculo tão deslumbrante da terra como a vista destas ilhas ao nascer do sol.

Que estranho deleite o de voltar a ver casas, campos verdes e searas ondulantes, observar as sombras das nuvens como a fugirem umas das outras sobre o cimo dos montes e a descerem pelas profundas ravinas!

O Corvo, que é mais alto mas muito mais pequeno do que as Flores, fica a dez milhas ao norte desta. E' um único vulcão, raramente visitado e deshabitado, excepto por uma pequena população de origem moirisca. O seu cume, envolvido em neblina prateada, estava, à luz da manhã, longe e tranquilo como um país de fadas.

Ainda que nos encontrássemos apenas a doze milhas de terra, não corria brisa bastante para nos conduzir para o ancoradoiro. O bote do capitão foi arriado e, à força de remos, afastou-se do navio, que ficou a pairar todo o dia, entre as duas ilhas. Quando nos achávamos por detrás das Flores, muito longe de qualquer sinal de habitação humana, vimos uma ténue coluna de fumo subir de estreita garganta num dos mais íngremes declives da ilha.

O fumo transformou-se em chama. «Algum pobre diabo que quer vir para bordo», disse o piloto.

Para evitar o rigor da lei do serviço militar obrigatório, os jovens dos Açores procuram fugir das ilhas em navios americanos. Acendem uma fogueira como sinal de chamada do barco. São levados para bordo sem passaportes e arrumam-se entre a carga, fora das vistas dos guardas fiscais. No ano passado, fugiram mil rapazes desta maneira. Perguntamos ao capitão, mais tarde, se tinha levado alguns. «Claro que não», disse inocentemente, «mas notei uma coisa singular na minha última viagem: eu tinha os passaportes de setenta passageiros de câmara e desembarquei

cento e dezasseis na América. Não compreendo como foram estas contas.»

Ao fim da tarde entrámos no porto das Flores. Duas ou três barcaças dirigiram-se para o navio. Estes barcos ilhéus são feitos para o mau tempo e tão grandes e pesados que mais parecem cascos desmantelados de pequenas escunas. São pintados de preto ou de vermelho baço; movem-se a quatro remos, nunca tocando na água dois deles ao mesmo tempo; à medida que se arrastam pesadamente para longe parecem enormes escaravelhos de água em luta com as ondas.

Os remos teem de quinze a vinte pés de comprido, consistindo o punho de dois ramos de árvore arqueados e ajustados um ao outro, com tal grossura que as mãos os não abarcam e rodando na amurada por meio de um largo pedaço de tábua semicircular, com um orifício para o tolete. Há dois homens para cada remo.

A' medida que os barcos se aproximavam, aglomeraram-se a um lado do navio os passageiros de proa. Estavam todos com o vestuário de «ir para terra», as mulheres resplendentes com seus xailes baratos às listras, chapéus carregados de flores artificiais e véus que encheriam de inveja os corações dos seus amigos das Flores. Mesmo o bébé da proa, a pequena Maria, cujas brincadeiras com o porco, Denis, tinham sido um dos divertimentos da nossa viagem, pôs agora de lado o seu vestido sujo de algodão e com fato novo vermelho, de lã, sentou-se entronizada nos braços do pai, agitando um pequeno guarda chuva azul.

A' medida que os remadores reconheciam velhos amigos enchiam-se de entusiasmo. Trepando para bordo, beijavam e abraçavam homens e mulheres indiscriminadamente. Nunca assisti a uma algaravia como aquela.

O guarda da alfândega, um presumido de óculos, muito impertigado, postou-se nos quadris, colocou a cabeça entre as mãos, a fumar, até ficar o porão esvaziado. Acenou solene autorização ao magote de gente barulhenta amontoada nos barcos, cada qual levando alguma peça de estimação do mobiliário doméstico, armações de cama, panelas de estanho, máquinas de coser, fogões, candeeiros, e, o mais caro de tudo à alma portuguesa — o relógio de Connecticut.

Não havia ninguém a receber uma pobre velha de oitenta anos, que se pôs à parte, a tremer de intensa emoção. Os olhos brilhavam-lhe como contas de vidro e as lágrimas caíam-lhe pelas faces enrugadas. Tinha ido para a América apenas há um ano, a viver com o filho ; mas, saudosa da sua ilha natal, fora repatriada pela câmara municipal de New Bedford, para morrer nas Flores. Ansiosa por desembarcar, avançou várias vezes com passo incerto até às escadas, junto às quais parecia que o coração lhe parava, empurrada rudemente pelos passageiros mais novos e activos. Quando finalmente foi metida no barco e ali se sentou agachada e contrafeita, cheia de medo, não havia entre nós olhos enxutos.

No dia seguinte foram a terra quase todos os passageiros. O despenseiro, um homem de Santa Maria, consolou-me por eu não haver feito como os outros. «Deseja ver as Flores ? Digo-lhe que é o pior lugar em que jámais pus os pés.» Pensamos que se justificava o nome da ilha quando os nossos amigos regressaram, trazendo longos ramos de era inglesa, fetos raros e punhados de lantana.

De tarde, um capitão inglês fez-nos uma visita. A sua barca «Miaco», fora o primeiro navio a atravessar o Canal de Suez. Tinha pressa de chegar a casa, depois de um cruzeiro de três anos em águas chinesas e japonesas. Deixou-nos, ao terminar, um majestoso pôr do sol. Não estávamos ancorados mas sòmente, na frase náutica, «afastados da costa». A' medida que ia anoitecendo, voavam em derredor as gaivotas, lançando os seus gritos melancólicos ; a «Miaco» levantou ferro. As velas brilhavam-lhe pàlidamente à luz lívida da noite. Ambos os navios içaram as suas bandeiras — ainda irmãos, apesar da Revolução e das lutas da secessão. A «Miaco» ainda deslizou junto da nossa proa, deixando-nos silenciosamente para trás, com rumo à pátria, e nós — para onde ? Sentimo-nos emocionados.

Alguém lembrou que «cantássemos o «*God save the Queen*» (1) para aqueles camaradas.» Dito e feito. Pusemo-nos todos em linha na amurada e começámos a cantar «*América*» (2) sem o propósito

(1) Hino nacional inglês *(N. do T.)*

(2) Começo da letra do hino nacional da América do Norte *(N. do T.)*

de nos fazermos ouvir mas com a intenção de cantar forte no último verso «God save the Queen». No seu entusiasmo esqueceram-se da nacionalidade do auditório e não pude deixar de rir à gargalhada ao ouvir os nossos leais cidadãos da Nova Inglaterra a gritar esta saudação aos nossos amigos britânicos:

«Terrra, orgulho do Peregrino,
Doce País da Liberdade,
Deus guarde a Rainha.»

O inglês, porém, esteve à altura da situação. Convocou a tripulação e soltaram todas nove vezes a aclamação: Hip, hip, hip, hurrah!

Aplaudimos. «Adeus!» e «Boa viagem», disseram, à despedida, os nossos capitães. Como um grande pássaro branco a «Miaco» afastou-se na escuridão e assim nos despedimos, para não nos voltarmos a encontrar.

O Faial e o seu porto

Com vento favorável, pode fazer-se a travessia entre as Flores e o Faial em 24 horas. Em certa ocasião, uma barca de Boston, em calmaria, levou oito dias entre as duas ilhas. A fortuna favoreceu-nos, porém; e 36 horas depois de deixarmos as Flores deslizávamos vagarosamente com a maré para a baía da Horta, capital e porto de mar do Faial. Uma descrição geral apropria-se bem, tanto no Faial como a qualquer das restantes ilhas do arquipélago.

Vistas do mar, todas teem idêntico contorno — longa crista de montes (ou montanhas) cónicos, cada qual com uma depressão no cimo, com aldeias largamente tresmalhadas nas encostas. O porto, ou baía, é um ancoradoiro semicircular aberto para o mar e exposto à fúria dos ventos, protegido apenas pelos dois íngremes promontórios que formam as pontas da baía em forma de crescente. Além do abrigo que lhe dão as duas pontas de terra, o Monte da Guia a sudoeste, que se ergue à altitude de 340 metros,

e a Espalamaca, elevação ainda maior a nordeste, a baía da Horta é também até certo ponto protegida pela longa Ilha de S. Jorge situada ao norte ; ao passo que, fronteiro ao Faial e apenas a quatro milhas de distância, o majestoso vulcão do Pico levanta seus ombros largos como eficiente quebra-mar contra os ventos de leste. Ao norte do Monte da Guia fica o Monte Queimado, de escória negra, como o seu nome implica. O cume, em terraços, está disposto em pequenos campos de milho, cereal e vinha, todos do mesmo tamanho e forma, separados por altas sebes de canas.

A cidade da Horta, com suas pequenas casas de um andar muros caiados de branco e telhados de telhas vermelhas, relembra, as aldeias suiças de brinquedos, da nossa infância. Estende-se ao longo da costa, seguindo a rua principal a curva da muralha marítima do Monte Queimado à Espalamaca, a outra ponta do crescente.

Depois da visita do médico «saudável», como o despenseiro chamou ao delegado de saúde do porto, fomos autorizados a desembarcar.

O desembarcadouro é um pequeno cais que se projecta por debaixo das carrancudas muralhas de um forte. Uma multidão variegada rodeou-nos quando subiamos as escadas do cais — homens e mulheres descalços ou matraqueando tamancos de madeira. Os homens traziam barretes de lã de cores vivas, como os dos pescadores napolitanos, com a ponta aguçada terminada em borla, pendendo ao lado. As camisas e as calças eram de linho branco e ao ombro direito punham as curtas jaquetas, de tecido de lã escura.

As mulheres não usavam chapéus nem barretes, mas lenços de algodão, vermelhos, azuis ou amarelos, amarrados à cabeça. Algumas espreitavam pelas aberturas de saias de linho grosseiro, atiradas por sobre a cabeça e os ombros. Vestiam uma espécie de roupão branco e curto e saias muito largas de algodão azul escuro ou vermelho. Outras embrulhavam-se por completo em capotes e capelos de pano largo, azul escuro. O capelo, retesado com barba de baleia e entretela para conservar a forma, poderá ser tomado pela cobertura de uma carruagem ou de chaminé de

casa da cidade. Este capote é a peça principal do enxoval de uma noiva faialense abastada. Custa de 30 a 60 dollars. A parte do capote é um circulo completo que se estende até aos tornozelos. Da mulher que veste este capote só se veem as mãos e uns olhos brilhantes como carvões numa braseira.

A mulher de capote segura as duas partes do capelo de tal maneira que esconde a cara, ficando ela própria com ampla oportunidade para espreitar *as americanas*. Não há nada mais pitoresco do que ver dois capotes, cochichando, de lado, na rua. Após curta demora na alfândega, onde as nossas malas foram revistadas por causa do tabaco, dirigimo-nos, a pé, para o chamado Hotel Inglês. Um pequeno sinal, balançando por sobre o passeio, mostrou-nos a entrada do «Hotel Fayal», que aliás se não distingue, no exterior, das habitações vulgares da cidade. Aqui encontrámos acomodações aceitáveis — sobrados nus frequentemente lavados, camas limpas e duras e boa variedade de comida saborosa. Quanto ao serviço, não se pode dizer muito. Não falta, porém, boa vontade e uma pessoa saudável sente-se aqui muito còmodamente. O Hotel Central, hospedaria portuguesa, é também, segundo me dizem, satisfatório. Ambos são muito superiores aos das outras ilhas. Em qualquer deles, a diária é de um dollar e vinte cents, com um pequeno extraordinário para vinho. O Hotel Inglês tem a vantagem de um belo jardim onde um doente pode balouçar-se na rêde, rodeado por vegetação sub-tropical.

Como todos os outros jardins e propriedades das ilhas, está rodeado por muros de lava de 16 pés de altura e 2 1/2 pés de espessura. A' entrada fazem sombra altas mimosas, flanqueadas por enormes fetos por sobre os quais crescem eras de toda a espécie. Das paredes pendem trepadeiras em flor, em grande profusão: maurandia, trepadeira trombeta e rosas de Cherokee (?) O jardim está disposto em largos arruamentos ensombrados por incensos cujas folhas são aromáticas, sendo as bagas queimadas para turibular as igrejas. Há aqui limoeiros e laranjeiras, bananeiras e figueiras, carregadas de fruta, esta última já madura. Centenas das trombetas da datura exalam o seu aroma estonteante, abundando também as açucenas cala. Há no Faial numerosos jardins mais belos do que este. Neles vi o sobreiro, a árvore da cânfora,

a tamareira, o coqueiro e outras palmeiras, a cana do açúcar, o acanto e a oliveira, o cafèzeiro e a planta do chá, a planta do papel de arroz, a goiabeira, o ananás, a romanzeira, a magnólia, o castanheiro espanhol e a araucária, com interminável variedade de trepadeiras e flores que na Nova Inglaterra raramente vemos, apenas em estufas. Há longas sebes de camélias, que no começo do inverno se cobrirão de uma massa de flores vermelhas e brancas ; as rosas mais raras ; três ou quatro qualidades de martírios, entre elas uma de branco puro, de pétalas franjadas : o agave americano ; ipomeas vermelhas, amarelas e uma, branca, de grande beleza, que abre à noite ; acácias que, como por mágica, se cobrem de flores róseas ; e alamandas, buganvílias e estefanotis em profusão.

No jardim público — sítio aprazível para descansar à sombra dos pitosporos — vi rosas trepadeiras Sofrano, de dez pés de altura em plena floração. Uma roseira Cherokee (?) ou bâncsiana, com centenas de flores, cobria uma das paredes na extensão de 30 pés. Havia ali, também, alteias, loendros e pelargónios de enormes dimensões. A Horta é, com razão, chamada o Jardim de Portugal.

As casas da Horta, como as das outras cidades dos Açores, são construidas de pedra queimada, coberta de argamassa e caiadas. As das povoações mais pequenas teem apenas um andar. Embora haja ruas inteiras de casas apenas com um andar na Horta, em Angra e em Ponta Delgada, os edifícios destas três cidades açorianas são geralmente de dois andares.

Algumas teem três e muitas vezes uma fachada coberta de pequenos tijolos vidrados de porcelana branca, com arabescos ou figuras geométricas em azul, castanho, verde ou amarelo.

Estes azulejos vidrados são de origem oriental e apropriam-se muito melhor a paredes interiores e exteriores em climas húmidos, do que o gesso e o estuque. Nos territorios portugueses eles são uma interessante relíquia da ocupação muçulmana da península hispânica.

Irving (1) a eles se refere na Alhambra, dizendo: «Ainda

(1) — Washington Irving, historiador norte-americano. (N. do trad.)

alguns se veem entre as ruínas moiriscas, que ali estão há mais de oito séculos.» Quando os espanhois invadiram os Países Baixos, os azulejos foram com eles e a sua limpeza fez que os holandeses os aceitassem. Nos velhos tempos coloniais os nossos antepassados trouxeram-os para a Nova Inglaterra, onde são conhecidos por azulejos holandeses; são, porém, holandeses apenas por adopção. Ainda se fabricam na Península hispânica. Os que se usam nos Açores são na maior parte feitos no Porto. As casas são construidas em blocos contínuos até ao passeio, a cujo nível se encontra o andar baixo, ou rés-do-chão. Ou porque o habitar os andares inferiores seja desagradável por esta circunstância, ou em razão da humidade, o que é certo é que eles são destinados a lojas ou utilizados apenas como uma espécie de átrio interior que dá entrada para os quartos da moradia. Este átrio ou saguão, como é designado, é pavimentado com seixos cinzentos ou brancos dispostos em desenhos, tendo um lambril de azulejo de cores claras.

Uma longa escada de madeira conduz deste saguão para a casa de habitação propriamente dita. Geralmente, está pendurada ao lado da porta, no patamar, uma corda de campainha, ainda que, às vezes, se possa ser admitido na casa por virtude do uso vigoroso dos nós dos dedos ou pelo mais primitivo costume oriental de bater às palmas. A dona da nossa casa muitas vezes chama o criado por este último processo, acompanhado de um «Oh, José», o que nos faz regressar à época das Mil e Uma Noites.

A porta exterior do saguão é formada por duas meias portas e está sempre aberta. Qualquer antiquário ficaria encantado com aqueles gonzos toscos, aquela curiosa aldraba de ferro, com a fechadura e com o batente. Não há vidraças no andar de baixo. As lojas não teem vitrinas; as janelas do saguão estão trancadas com barras de ferro como as de uma prisão. A's vezes a cantaria das janelas é de pedra lavrada, caiada de verde, azul ou amarelo, como a das portas.

Entre os dois andares, uma fiada de pedras lavradas, saindo cerca de pé e meio da parede, forma as varandas para as quais dão as grandes janelas do segundo andar. São rodeadas de altas

balaustradas, pintadas de cores a dizer com os outros adornos da casa. Muitas vezes são constituidas por ripas entrançadas de modelos primorosos, com meia duzia de pequenas gelosias na frente abrindo para fora. Indolentemente reclinadas no chão das varandas, as mulheres espreitam com curiosidade quem passa na rua, através das adufas. Há poucas chaminés, porque o fogo é raramente necessário, a não ser com fins culinários. Os telhados são cobertos com telhas vermelhas de barro cozido, meio cilíndricas, colocadas em fiadas, sobrepostas nas extremidades, desde o cimo até às goteiras, formando beirais recortados. As juntas feitas pelas telhas são cobertas com outras filas de telha, estas invertidas.

Porta sim, porta não, descobre-se um banco de sapateiro com meia dúzia de homens ocupados atentamente no trabalho, o que é tanto mais de surpreender, quanto é certo que toda a gente anda descalça. As lojas estão abertas ao domingo.

A arquitectura das igrejas é moirisca, com fachadas pretensiosas de três ou quatro andares, flanqueadas por torres quadradas encimadas de cúpulas sarracenas. O interior é pobre, de um vistoso barato, de coloridos simples e berrantes e douraduras pobres pelas paredes e altares; imagens de gesso adornadas de bagatelas lentejouladas e altares decorados com tapeçarias pobres, rendas de imitação e grandes arcos feitos de gravatas americanas baratas.

Aos domingos, parece o chão um alegre jardim florido com a multidão ajoelhada, de lenços de azul claro, cor de laranja e vermelho. A cerimónia do domingo tem como parte importante o estralejar de foguetes, lançados das escadas do adro e o alegre repique dos sinos ouve-se às vezes também nos dias de semana. Uma igreja muito velha tem alguns formosos ornatos de pedra na fachada e belos claustros em redor de uma cerca coberta de erva, ao meio da qual existe um poço pitoresco. Uma ou duas recolhidas ainda se conservam no convento adjacente a esta Igreja.

Os conventos das ilhas foram extintos em 1834 e convertidos em quarteis e hospitais. O Carmo, ou igreja dos carmelitas, ocupa ampla colina e por detrás dele está o cemitério. Não aparecem as sepulturas nem existem pedras ou monumentos tumu-

lares. Cada lote está rodeado de buxo alto e coberto de flores. Ali e além uma simples laje de mármore, com um doce nome inglês, marca a última morada de alguma jovem débil, que, correndo para aqui em busca da saúde, só encontrou a morte neste aprazível clima

São atraentes os arredores da Horta. Os Flamengos, aldeia desgarrada originariamente fundada por flamengos, fica ao longo do leito de uma ribeira cujas margens são ligadas pelos arcos pitorescos de uma velha ponte de pedra.

Aqui e acolá vê-se uma criança cujo cabelo loiro e olhos azuis mostram a sua descendência directa das primeiras famílias da localidade. A estrada e a ribeira serpenteiam por entre os altos montes, cujas íngremes encostas estão cultivadas até ao cimo.

Alguém disse desta aldeia que os seus campos eram trabalhados a pino e cultivados de ambos os lados.

Porto Pim é um complemento da baía principal, situado por detrás do Monte da Guia e do Monte Queimado, cujas bases são ligadas por ampla praia arenosa. A abertura entre estes dois montes forma um engaste soberbo para o vulcão fronteiro. A sua maior beleza é numa madrugada de verão. Então o velho forte espanhol e o moinho de vento além assumem o máximo do pitoresco. As montanhas estão na sombra; os rochedos que guardam a entrada da baía, são negros e recortados; a água, tranquila, é de um azul prateado. Os pescadores que veem para terra mal mergulham os remos, os barcos entram sem ruido com a maré mansa, com ar sonolento de criaturas que de noite pairam em busca da presa mas que, de dia, inofensivas, encolhem as asas.

Redes gotejantes, estendidas nas madeiras branqueadas de navios encalhados nas costas, brilham ao sol Há barracas cravadas ao longo da praia, para os banhistas. Crianças nuas apanham conchas na areia; duas ou três, brincando numa velha selha mostram as costas molhadas a brilhar à luz da manhã. Os pescadores saltam dos barcos com cestos de feitio estranho, cheios de peixes vermelhos, a cintilar.

Mulheres atravessam a praia vindas do Monte da Guia com molhes de canas à cabeça e baldes cheios de água até à borda,

com ramos de verdura flutuando à superfície, para evitar que o líquido se derrame. Durante o verão de 1862 sentiram-se frequentemente pequenos abalos de terra nesta ilha. Em dez dias registaram-se 120 abalos.

Não foram violentos, mas deixaram alarmados os habìtantes, a maior parte dos quais deixaram as suas casas e foram viver em barracas. Viviam em permanente espectativa de uma erupção, não sabendo onde nem quando ela se daria. Parte da família do cônsul, que vivia em Porto Pim, receava que a erupção ocorresse no Monte Queimado, a montanha calcinada entre ela e a cidade, onde residiam os seus restantes parentes. Com grande alívio seu os abalos foram acabando, supondo-se que a perturbação do solo culminara em alguma explosão submarina .

Os navios chegados do alto mar informavam sobre estranhos ruidos e durante alguns dias o oceano cobriu-se de notória fosforescência A população das vertentes ocidentais da ilha, julgando que o mar estava a arder e que chegara o fim do mundo, trouxe para a rua as imagens dos santos, a cantar e a rezar, dia e noite, sobre as rochas.

Cenas da rua na Horta

As ruas do Faial, como as das restantes ilhas, são muito estreitas e pavimentadas com pequenos blocos de pedra, oblongos. Pouca ou nenhuma lama se acumula no pavimento, sendo muito limpas.

De vez em quando, aparece um rapazinho com uma curta picareta e uma vassoura de ramos de buxo frescos ; arrancando as ervas que crescem entre as pedras, leva aquelas consigo num cesto.

As ruas principais teem passeios, muitas vezes não suficientemente largos para duas pessoas andarem de frente, levemente levantados na rua. As ruas laterais apresentam apenas uma fila de pedras mais largas no meio, para passagem dos peões. Teem o nome de pessoas eminentes da cidade, de Jesus, da Virgem e de acontecimentos das vidas de cada um deles. Assim, temos a

rua do Cônsul Dabney, do Conde de Santana, a rua de Jesus, de S. Pedro e as ruas da Conceição, do Crucifixo e da Paixão. Os nomes estão em letras azuis em azulejos brancos, nas esquinas.

Em ruas tão estreitas, são impossiveis as árvores de sombra e os relvados. A Alameda da Glória, rua larga e curta que noutra parte se chamaria largo, é a única guarnecida de árvores.

Torna-se penosa a branquidão dos muros caiados e tanto os homens como as senhoras usam chapéus de sol.

São bastantes divertidas as cenas, em mutação constante, das ruas. Logo de manhã cedo, começa a subir a maré do trânsito. Os barcos do Pico, com suas pitorescas velas latinas, aparecem, trazendo a gente do mercado com seus produtos. Homens e mulheres são transportados para terra através da rebentação, às costas de barqueiros de perna ao léu, vindo juntar-se, pelas estradas da praia, na rua de S. Francisco. Trazem sempre a mercadoria à cabeça: homens com rudes sandálias de coiro de vaca, ainda com pêlos, balançando grandes cestos de lenha para a padaria e ao mesmo tempo conduzindo várias coisas nas mãos; outros com as achas presas com um arco de ferro, como uma roda de carro de excessivo tamanho, tudo seguro apenas numa mão. Ali está um homem do Faial com seu cesto de pepinos cuidadosamente cobertos de fetos, dependurado atrás do pescoço por meio de um pau sobre o ombro direito. Mulheres com cestos de um negro brilhante, à cabeça, empilhados até acima de damascos vermelhos e amarelos; ou talvez, cheios de patos brancos, de penas fofas, cujos largos bicos amarelos descansam na borda. Outras correm com desembaraço sob o peso de enormes abóboras em forma de melão, cuidadosamente postas à cabeça e sobre as quais, embrulhado em folha de couve, poisa um pedaço de manteiga fresca.

Além está uma mulher em traje completo. Seus pés descalços e tornozelos mal se escondem na saia curta, de cor amarelada, debruada com barra romana. Por debaixo do curto avental fica suspensa uma algibeira de cores vivas e variegadas, que por sua forma e arranjo indica a aldeia da sua dona. Em volta do pescoço está levemente amarrado um lenço vermelho. O chapeu de palha, de copa quadrada e de aba larga, quase que lhe esconde as tran-

ças negras e luzentes e o rosto formoso. A fita de lã estreita e vermelha, atada a intervalos com pedacitos de algodão, não segura o chapéu firmemente na cabeça; por isso ela apanha uma pedra, e, colocando-a sobre a copa do chapéu, anda de um lado para o outro, sem dar pelo sorriso das *americanas* na varanda em cima.

O lavrador chega do campo com seu carro puxado por um boi e uma vaca sob a mesma canga. O carro é feito de uma só peça de madeira, com uma sebe de vimes. Suas rodas sólidas e pesado eixo rolam vagarosamente com terrivel chiadeira, querida ao coração do camponês faialense. Houve outrora uma lei impondo que os eixos fossem untados com sabão antes de entrarem na cidade. Havendo ocorrido uma revolta por causa das contribuições (1) algum Danton açórico exigiu reparação das injustiças. «Abaixo os impostos!», gritava ele: «deem-nos as dízimas!». «As dízimas», ecoava a multidão, «e que nos deixem guinchar os carros nas ruas!».

O carro de sebes dos Açores é semelhante ao *plaustrum* romano com sua *tympana* ou rodas sólidas circulares, a que Virgílio frequentemente alude e às quais constantemente aplica os adjectivos *gementia* e *stridentia*.

Além, está um grupo de mulheres junto ao poço. Seus baldes de madeira, altos, com a forma de antiquadas desnatadeiras de pau, levando cada um seis ou sete galões, estão postos na cercadura de pedra do poço. Com que destreza as mulheres, cada qual por sua vez, atira à água o balde e o mergulha! E com que segurança e força, às braçadas largas, mão após mão, o puxa, a escorrer, do poço coberto de fetos! Depois, enrolando uma pequena almofada para descanso, com a ajuda de uma companheira, põe o pesado balde à cabeça. Como é que a última se vai haver, eis um problema. Duas já carregadas hàbilmente levantam o balde, nem uma gota caindo dos que já teem às cabeças e lá vão elas a trotar com passo balançado, pela rua acima, tagarelando

---

(1) O açoriano é actualmente tributado numa percentagem sobre os seus rendimentos reais.

como gralhas, de invejável saúde em todos os movimentos e graça em todas as atitudes.

Passam rapazes do leite conduzindo aos ombros paus arqueados, dos quais pendem medidas de madeira e potes de barro; soldados da guarnição, de cinturas apertadas e pequenos e airosos barretes postos atrás na cabeça; e burros de tal modo envolvidos nas cargas que só se lhes veem as pontas dos focinhos e as caudas.

A's vezes, passa todo um pelotão deles, levando cada parelha um casco a balouçar em paus cujas extremidades lhes assentam nos dorsos. O tocar surdo de tambores e os sons sumidos de cornetas anunciam com frequência a passagem de uma procissão. O efeito cénico é aumentado com pálios de brocado, padres revestidos de estolas escarlates, crucifixos de prata, rapazes de opas conduzindo lanternas, meninos do coro balançando turíbulos, fechando o cortejo uma «marcha fúnebre.»

A' passagem da hóstia toda a gente nas ruas se descobre e ajoelha. Um rapazito, que se esquece de fazer isto, é fortemente açoitado pelos padres. Todos estão comovidos. As mulheres de capote, dominadas pela emoção, beijam as mãos umas às outras.

A' noite as ruas são escuras e silenciosas. Um toque de corneta, de vez em quando, no forte, o embater das ondas contra a muralha marítima e o gemer de violas, eis os únicos sons que se ouvem.

Os burros

Quando nos sentimos cansados das cenas das ruas da cidade, convém montar um burro e sair para o campo, por uma ou duas milhas. Pode-se andar de burro durante duas horas a troco de uma *serrilha* (24 cents). De começo, não deve o doente ir muito longe, porque é provável que fique com uma dor no lado. Em breve, porém, nos habituamos ao movimento do animal e depois nada mais confortável, mais delicioso e saudável do que andar oito ou dez milhas montado num burro.

O «cavaleiro» não é responsável pelo animal. Uma albarda

grosseira quase envolve o dócil animalejo e sobre ela põem-se as *andilhas*, estrutura de madeira semelhante ao cavalete do serrador, de pés curtos. Entre as extremidades das *andilhas*, em forma de ><, senta-se o viajante no lado direito do animal, sem mesmo segurar o freio, que é um simples apêndice ornamental. O burro, é sempre vigiado por um condutor que o acompanha na marcha com gritos incessantes de «Passa caiá» !» e uma boa aguilhoada, se necessário.

Se vai depressa demais, ou se é necessário cuidado, agarra o burriqueiro a cauda do burro e puxa-o para tràs com toda a força.

E' de admirar quão depressa se habitua o viajante a confiar neste travão original, mesmo nas veredas mais perigosas. O burro é o principal meio de transporte nos Açores. E' sem dúvida o melhor e o mais barato. Há alguns carros na Horta, que se alugam a preços módicos, mas não são cómodos. Teem duas lanças e são puxados por três mulas guiadas por três rédeas.

O cocheiro português (1) é um verdadeiro *cochon* (2) em inteligência e teimosia. Não é possivel ser-se mais ignorante da sua profissão ou mais tímido na prática respectiva. Nada mais faz do que deixar-se ficar sentado na caixa, chupando o cigarro na cara do freguês, se lho permitem, chicoteando as mulas numa corrida doida e conduzindo-as pelas ladeiras mais íngremes a passo tão rápido como o não faria nenhum cocheiro americano, nem por amor à arte, nem por dinheiro.

Indo uma manhã de carro ao campo, tornou-se a estrada subitamente estreita e o nosso estúpido boleeiro levou o veículo de modo que a roda da frente, da esquerda, embateu contra o muro de pedra que limitava de ambos os lados a vereda. Aterrorizado, saltou da boleia e pondo as mãos à cabeça, gritava: «*E' muito estreito !*» O caminho tinha suficiente largura para a passagem de um carro de três parelhas e dissemos-lhe que «andasse». Querendo fazer marcha atrás, começou o homem a empuxar as

(1) No original está esta palavra em francês—*cocher*. (N. do T.)
(2) Em francês, no original. (N. do T.)

cabeças das mulas, quase nos deitando ao chão com a manobra errada das rodas. Ameaçámo-lo e lisongeámo-lo ao mesmo tempo; finalmente, tendo esgotado o nosso inglês e a nossa mímica, num esforço vão para o fazer avançar, apeámo-nos e pusemo-nos, num campo próximo, a observar a cena.

Pálido de medo, o homem corria umas vezes para trás do carro, empregando toda a sua força apenas para o levantar algumas polegadas na direcção errada e logo saltando para a boleia para, nesta posição, repetir do mesmo modo a manobra de recuo. Não sendo satisfatório o resultado, voltou novamente a descer para puxar bruscamente os freios e bater nas cabeças das pobres mulas. Estas, porém, sabiam ser ele mais estúpido do que elas e morderam-no. Voltando-se para nós, levantou dois dedos no ar e depois três, querendo dizer ao mesmo tempo que se as mulas fossem só duas ele o poderia fazer, mas com três... *não era possivel.*

Em tom áspero e repreensivo informámo-lo de que estávamos de acordo com ele de que havia um burro a mais, embora talvez em situação diferente da sua no carro. Finalmente, incitada pelos meus companheiros, subi eu para a caixa, tomei as rédeas com o intuito de conduzir através da vereda, quando o homem se colocou em frente dos animais, a gritar furiosamente : «*Não senhora, não !*»

Não tendo a ambição de conseguir o renome de Túlia, deitando o carro para cima do corpo morto do homem, desisti, do que resultou voltar o cocheiro a tentar a operação de retrocesso, o que casualmente conseguiu, afinal. Não deixarei, porém, de lamentar, para benefício de futuros turistas, não haver levado àvante o meu propósito, deixando que o boleeiro se arranjasse como pudesse para voltar à cidade.

As estradas do campo são em si mesmas excelentes e de panoramas encantadores nas suas cercanias. Nelas se encontra uma vida pastoril primitiva, bastante curiosa e pitoresca para deleitar o melancólico e encher de entusiasmo o artista.

A vida rural no Faial

Quem estiver habituado às nossas máquinas, que poupam tempo e trabalho, observa com espanto e interesse os processos simplistas de trabalho nos Açores. As máquinas de serrar e até mesmo a nossa serra vulgar, são ali desconhecidas. Aqui e além passamos na estrada por dois homens que preguiçosamente puxam para trás e para diante uma estranha serra, ajustada a uma grosseira armação de madeira. Não há carrinhos de mão, nem enxadas, nem pás de ferro, nas ilhas. Os rapazes que trabalham no quebra-mar com grosseiros sacos de fardo atirados por sobre as cabeças e os ombros, em lugar de chapéus, acarretam o entulho em cestos postos à cabeça. Uma sachola quadrada, presa a um cabo curto, faz as vezes de enxada, sendo o uso desta última incompatível com os pés descalços dos homens, cujas solas estão de tal modo calejadas que eles muitas vezes nelas raspam fósforos para acender os cigarros.

A agricultura de hoje nas ilhas dos Açores é a mesma que era no tempo de David e dos profetas, de Homero e de Virgílio. A canga, o carro, o arado, a grade, a eira, a debulha e a joeira são precisamente os que veem descritos no Velho Testamento, na Odisseia e com mais pormenores nas Geórgicas. O grão é cortado com uma foice e os feixes atados por homens, mulheres e crianças, como no tempo de Rut e Booz.

Próximo da cabana do camponês com haveres encontra-se um chão rijo e circular de pedra pomes, de quinze a vinte pés de diâmetro, cercado por um mainel baixo, de pedra negra pelo tempo. E' a eira ou terreno de debulha. Por cima dos feixes desatados, tal como estão no chão, faz-se andar o gado ligado a uma espécie de prancha cuja superfície inferior é guarnecida de pontas de ferro e pedaços aguçados de pedra. O condutor segura uma corda comprida amarrada ao chifre direito do boi de fora.

Vi uma rapariga de treze anos, descalça, conduzindo uma junta de bois; o seu irmãozinho, de sete, sentava-se na prancha, guiando outra junta e o pai uma terceira. Dois homens levan-

tavam a palha com forcados de madeira feitos de uma só peça, cortados em três dentes na extremidade.

Foi-me dificil perceber como é que cinco pessoas e seis cabeças de gado (uma junta de bois, outra de uma vaca e um boi e outra ainda de dois bezerros novos, vivos e pretos) guiadas por crianças e mais três pranchas pesadas e duras podiam girar neste espaço limitado, ainda que todos fossem na mesma direcção, sem que as tábuas esmagassem os pés descalços e o gado partisse as pranchas, sem que os forcados ferissem o gado e o gado colhesse as crianças com os chifres. Acresce a isto o facto de que as juntas não caminham na mesma direcção, procurando cada condutor aproveitar qualquer oportunidade para avançar ou recuar, de través ou de roda, mudando de direcção sem regra mas só pela simples percepção dos movimentos dos outros. A coisa mais admirável e interessante que se pode imaginar.

Depois da debulha, a palha foi retirada por meio de ancinhos pesados de madeira, o grão varrido em pequenos montões, uma bandeira içada para mostrar a direcção do vento e homens com pás de madeira levantaram o trigo ao ar, contra o vento, para o joeirar. Toda a cena era verdadeiramente oriental e pitoresca.

O moinho do Faial é semelhante à *mola asinaria* dos romanos. O rés-do-chão de qualquer casa é aproveitado para o efeito, Atrela-se uma vaca a uma espécie de braço ou haste, tal como o cavalo a uma máquina de fazer cidra na Nova Inglaterra. Os olhos da vaca são cobertos com antolhos de lata em forma de túnel, girando o animal num circulo e fazendo mover uma mó sobre a outra; deste modo mói pouco mais que um alqueire numa hora. Há alguns moinhos de vento de construção grosseira; mas o moinho da vaca e o moinho de vento das Escrituras são os processos mais vulgares de moer o cereal.

«Paciência!» exclama o português frequentemente para nós, yankees activos. E' na verdade necessário cultivar esta virtude para se ser feliz nos Açores.

Perto da eira existe geralmente uma construção de pedra, em arco, de oito a quinze pés de comprido, e de quatro a cinco de altura, rebocada e caiada como o resto. Dentro está a cisterna. A água dos telhados é levada para a eira por meio de goteiras e

outras conduzem-na para a cisterna; assim é aproveitada a água da chuva para lavar e beber. Muitas vezes junto da cisterna há selhas de lavar roupa formadas de grandes pedras vulcânicas, baixas na frente e inclinadas para trás para servirem como táboas de lavar. A lavagem é sempre feita ao ar livre.

Quanto mais se penetra no campo mais novidade apresentam as cenas — o santuário à beira do caminho, sempre com flores frescas à memória de alguém que ali caíu morto há mais de catorze anos; a vaca peiada no campo, com um amuleto em forma de coração, de lã vermelha, amarrado à testa, para afugentar o «mau olhado»; os casebres de pedra dos camponeses cheios de crianças formosas; os telhados de colmo, muito inclinados e os pequenos páteos em frente da porta, alegres e cheirosos com açafrão e bergamota. Há quadros por toda a parte, Murilos e Millets para todos os gostos; Madonas em todas as soleiras, donzelas bronzeadas torcendo fios de lã com o fuso; lindos rostos de crianças timidamente espreitando pelo buraco quadrado do telhado que serve de janela; grupos de rapazes, semi-nus, jogando às cartas, junto aos muros.

Os interiores são nus e vasios: um quarto, com os barrotes do tecto a aparecer; chão térreo; ramos de árvores ocupando às vezes uma extremidade do aposento, à laia de quarto de cama; um sótão por cima, acessivel por uma escada de mão e no chão um enxergão de palha.

Não há chaminé nem fogão. A lareira não tem haste para suspender as panelas, nem trempe, constando apenas de uma pedra larga saída da parede e sobre ela o lume de tojo e achas. O fumo, que cega, escapa como pode pelo tecto ou pela porta aberta. Como utensílios de cozinha existe uma panela de ferro e tripeça e um ou dois jarros e pires de barro vermelho.

Entre os camponeses a carne é género de alimentação muito raro. Bolo grosseiro de milho, cozido numa tripeça por cima das brasas, duro, ácido, pesado e fumoso, com um pedacito de queijo, de peixe ou uma pimenta e uma tijela de água fria, eis a sua principal refeição.

No quarto há pouca mobília: uma cama, tão alta que são necessários degraus para lhe chegar, com uma coberta clara de

lã fiada, de fabrico caseiro, como as das nossas avós dos tempos coloniais; uma mesa; um tear de mão a um canto e algumas gravuras da Biblia nas paredes. Em algumas cabanas encontra-se a mesma modificação da velha candeia romana, usada pelos nossos antepassados na Nova Inglaterra — um pequeno recipiente triangular que contém o azeite e um pavio flutuante. Há uma ou duas cadeiras; estas, porém, raramente são utilizadas pelas mulheres, que se sentam acocoradas no chão e fazem girar o fuso ou cardam o linho ou a lã.

A maior parte das roupas e tecidos caseiros são fiados e tecidos pelas mulheres que também executam muitos trabalhos no campo, fazem cestos, entrançam chapéus, fazem rendas e bordados magníficos e primorosos trabalhos dos desperdícios da folha do aloés. Ambos os sexos são mal pagos pelo seu trabalho. Os salários dos homens, na Horta, regulam de 24 a 48 «cents» por dia. As melhores costureiras recebem doze «cents». As mulheres do Pico sobem até às nuvens na montanha a ordenhar vacas por oito «cents». As da Horta transportam água dos poços públicos por dois «cents» cada balde. A velha fiandeira que trabalhava para nós ganhava apenas dois «cents» por dia e trabalhava à luz do luar, por não ter dinheiro para comprar um candeeiro. A fiação é feita por meio de uma roca, segura entre o braço esquerdo e o lado. O fio é fiado no fuso, numa espécie de dobadoira e torcido hàbilmente com a mão esquerda. O linho é muito cultivado nestas ilhas, tomando o lugar que entre nós ocupa o algodão.

Os fatos de verão dos cavalheiros são de linho branco de neve. Os panos mais grosseiros e crus são usados pelos camponeses. As roupas lavadas do trabalhador do campo no Faial contrastam notòriamente com as dos nossos camponeses. Também se fazem tecidos de lã — pretos, castanhos e panos mistos com a consistência do feltro.

Os homens usam jaquetas curtas destes panos, as quais parecem restos encurtados de casacas. São muito curtas nos ombros, com largas lapelas na frente e numerosas costuras nas costas.

Os rapazes vestem como os pais. As raparigas de menos de doze anos vestem uma bata de linho e saiote, sem mais adornos. As crianças pequenas de ambos os sexos correm nas ruas em

fralda de camisa. Os bébés andam nus e são muito menos atraentes do que em geral é a primeira infância. Têm os membros débeis, nunca usam cueiros e apresentam frequentemente as pernas arqueadas.

No povo há muito que admirar e também que condenar. A gente é sensivel, desconfiada, crédula e supersticiosa. Não é corajosa. Envolve-se em altercações e reconcilia-se, com a inconsistência de crianças, sendo tão impulsiva, excessiva e irresponsável como estas. Ri e chora com a mesma facilidade. Sendo dificil chamar-lhe alegre, mostra-se feliz e contente até ao ponto de se tornar imprevidente e indolente, indiferente, se não em absoluto hostil, a melhores hábitos de vida. Casam novos e dentro de graus de parentesco proíbidos. Raparigas de 13 anos casam com os próprios tios, com o dobro da idade delas. São sóbrios e laboriosos, bondosos, corteses e prestáveis aos estranhos e uns aos outros. Os nossos burriqueiros tratam-se entre si e aos seus conhecidos por — senhor ou senhora. A criança beija a própria mão ao receber o «penny» que lhe é oferecido. As contas da estrebaria e outros papéis que nos interessam dirigem-se à «Ilustríssima e Excelentíssima Senhora».

Os diversos membros da mesma família são conhecidos por tal variedade de nomes que se torna dificil identificá-los como pertencendo à mesma casa. A mulher muitas vezes toma o nome do marido; mas também frequentemente não o toma. O filho mais velho usa nomes dos antepassados do pai; o filho segundo dos da mãe; nenhum deles, porém, usa o nome de família do pai. O patronímico parece coisa de pouca monta. O nome pessoal é o único a que se dá importância. Perguntando numa loja qual a residência do cunhado do cônsul não obtivemos resposta satisfatória enquanto o lojista se não lembrou de que procurávamos a Rua do Senhor Jorge.

Uma mãe disse-nos que a filha se chamava Filomena dos Anjos. Abundam as Marias e as Pias. No correio são as cartas distribuidas conforme o nome de baptismo — um maço de Antónios, outro de Manueis, etc.

De vez em quando aparece um traço de orientalismo. As mulheres das melhores classes raramente são vistas sòzinhas nas

ruas. «Queira Alá (1) que eu possa voltar para casa da minha senhora!», suspirou um modelo cansado, posando para a nossa artista.

Gostam muito de música e dança. A viola, instrumento privativo dos Açores, assemelha-se à guitarra e ao bandolim, mas difere de ambos. No formato e no tamanho parece-se com a primeira. A sua música é delicada e diferente da de qualquer outro instrumento. E' usada como acompanhamento em todos os cantares e danças. A dança predilecta é a *Chamarrita*, que pode ser dançada por quatro, oito ou dezasseis pessoas. O tocador começa por fazer vibrar todas as cordas da viola ao mesmo tempo. O chefe da dança, auto-escolhido, saltando no meio do quarto, acompanha a viola no mais alto tom de voz, num recitativo monótomo em que as palavras «Chamarrita» e «Bela Mia» *(sic)* aparecem frequentemente. Um a um, avançam os restantes, fazendo uma volta vagarosa em torno um do outro, costas com costas, com um pequeno salto jovial de quando em quando e dando estalos com os dedos no ar, à maneira de castanholas. A dança consiste em um passo de polca, com balancear dos pares, e alternadamente para os restantes, com reverências frequentes para a esquerda e para a direita e cadeia de mulheres. De vez em quando formam-se pares para valsar um pouco. Não parece haver sequência regular na alteração das danças. Uns após outros, à maneira que se sentem inspirados, os dançarinos de ambos os sexos vão deitando as suas cantigas. E assim continua a função, com o vozear das cantigas, o dedilhar da viola e o estalar dos dedos, até que, aparentemente fatigados, cessa o folguedo.

Cada cavalheiro pergunta então ao seu par com quem irá dançar a seguir. Ela mostra desejo de continuar com ele, ou, se preferir outro, o primeiro solicita ao escolhido que tome o seu lugar, e a dança recomeça.

Nestas e noutras ocasiões o estranho é recebido no humilde lar do camponês açoriano com dignidade e decoro e ao mesmo tempo com cortesia, cordialidade e franca hospitalidade, que

(1) Deve tratar-se de confusão com a interjeição *oxalá* (N. do T.)

constituem a mais sã delicadeza. Impressiona-nos, todavia, a superioridade de maneiras e de moral dos faialenses, sobre os camponeses das outras ilhas, facto devido à excelente influência do cônsul e de sua família.

A língua do povo é o português. E' interessante notar o parentesco entre as línguas do sudoeste da Europa. Os romanos invadiram e dominaram tão profundamente a língua, bem como o território, dos seus vizinhos, que um latim bastardo é a fala de todos os territórios franceses, italianos, espanhóis e portugueses de hoje.

Todos os nomes portugueses são ablativos latinos ; e pode-se geralmente distinguir o adjectivo pela substituição de um *r* por um *l* no latim (a mudança de uma líquida por outra não é, aparentemente, uma fraude) — p. exemplo *branca* por *blanca ; obrigato* por *obligato*, etc.

Falam como pegas e quando apanhamos uma palavra latina, tomamo-la e devolvemo-la à procedência. Ficam de momento confundidos, depois exclamam com delícia : «*A senhora sabe português.*» Não lhes damos a saber que não sabemos. Depois, sem atenção por modos e tempos e outras ninharias gramaticais, remendamos uma frase mestiça, tirada do nosso latim, italiano e francês. Em cada dez casos, entendem eles nove e respondem, de maneira que obtemos a substância do que eles dizem. Assim, apenas com audácia, compreendemos boa parte da sua língua.

A Caldeira

Terça-feira, 5 de Agosto

Ninguém deve deixar de ver a Caldeira, a cratera, por excelência, do Faial. Chega-se lá por uma subida gradual de nove milhas, a partir da Horta, ascensão que se faz fàcilmente em burro ou de machila. Esta, amarrada em cada extremidade a uma longa vara de bambu, é assim levada aos ombros de dois homens. A nossa escolta veio acordar-nos às quatro da madrugada, tagare-

lando e fumando constantemente os homens, enquanto esperavam que almoçássemos.

Conduzem saquinhos com tabaco, nos bolsos, acompanhado de pequenos rectângulos de folha de milho, que humedecem nos lábios, com os quais enrolam o tabaco, para fazer os cigarros.

Formávamos estranha cavalgada — três senhoras meio reclinadas nas machilas ; dois homens para cada machila e um terceiro, a correr ao lado, para revezar ; duas pessoas de burro, seguidas pelos seus burriqueiros, e à frente do grupo, um homenzinho com um grande cesto à cabeça, contendo as provisões da boca. Os nossos guias correm ràpidamente, de modo que em breve chegámos aos montes mais próximos, afastando-nos da estrada pavimentada entre dois muros, para entrarmos em estreita vereda de burro, através dos pastos abertos. Logo que começámos a subida, os homens revezaram-se nas machilas de modo que viajámos de costas, dominando deste modo esplêndidas vistas da cidade, da baía e do Pico.

Durante a primeira meia-hora, pensei nunca haver experimentado tão luxuoso meio de locomoção. Depois, gradualmente, começou o entorpecimento das extremidades, invadindo, a seguir, todo o corpo. Seguiram-se dores agudas, nervosas, e a minha desgraça culminou em enjoo, o que me forçou a ordenar que os homens parassem. Continuei o restante da marcha, alternadamente, a pé e de burro.

O atalho tornou-se mais áspero até que desapareceu inteiramente, o que nos levou a tactear o nosso caminho no fundo de estreitos e altos barrancos que pareciam cursos de água.

Os nossos burrinhos, de pés seguros, saíam-se nobremente da empresa. Nada igualava a sua paciência, persistência e resistência. Parando de vez em quando para observar a situação, juntavam as pernas delgadas no mais pequeno espaço possivel e caminhavam por sobre uma crista de barro a esboroar-se, tão estreita que nada se via dela de nenhum lado. Depois, deslizando cautelosamente para dentro da garganta, escolhiam o caminho com cuidado por sobre calhaus rolados e arrastavam-se por cima de rochas escorregadias, com inteligência quase de seres humanos.

Os homens estavam sempre prontos a ajudar-se uns aos outros e, sem esperarem que os chamassem, corriam e metiam os ombros debaixo das varas do palanquim com a melhor boa vontade. O homenzinho que trazia a pesada cesta do farnel avançava valentemente, Os músculos do pescoço e do peito saiam-lhe como cordas, com o peso. Todos respiravam penosamente e teriam atraído a nossa compaixão se os não houvéssemos visto conversar rápido e alto durante toda a subida da íngreme ravina.

A vereda era ladeada, por muitas milhas, de macissos de hortênsias azuis — planta não — indigena, mas completamente adaptada aqui. Vistas a distância, parecem formar uma massa de leve neblina azul nas vertentes dos montes; mais perto, porém, observa-se que servem de divisórias aos campos. Cada planta é enorme e produz centenas de grandes cachos de flores azuis-celestes.

As pastagens, cobertas de genuína urze escocesa, apresentavam-se cor de rosa, em contraste com o verde vivo da folhagem do arvoredo. O buxo, semelhante ao que era cultivado para bordaduras nos velhos tempos coloniais, cresce à altura de árvores, podado como o salgueiro da Lombardia. Belas flores compostas pendiam dos lados das ravinas, que estavam cobertos de macissos de era indígena, semelhante à nossa era inglesa.

Lá muito para o alto, a três mil e trezentos e trinta e cinco pés acima do nível do mar, está a cumeada da Caldeira. Achava-se então livre de nuvens, formando um espectáculo deslumbrante — um abismo circular, de vertentes escarpadas, cobertas de urze e faia (1).

Lá em baixo, a mil e oitocentos pés de fundura, está uma vasta arena, contendo um monte com sua cratera e um grande charco. Aqui e além, espalhavam-se manchas de verde azulado franjadas de amarelo, e leves elevações de blocos irregulares de lava. Os homens que mais tarde vimos a cortar juncos e os carneiros a pastar no fundo assemelhavam-se a cabeças de alfinetes em movimento.

---

(1) Árvore que dá o nome à ilha do Faial. Em latim, *Fagus*.

Armando tendas mesmo adentro da orla da grande bacia, deitámo-nos a descansar. Os homens dispuseram-se a dormir, deixando os burros no alto, a suportar toda a força do vento.

O português não é compassivo com o seu animal. Condu-lo com um aguilhão do comprimento de um pau de vassoura, armado na extremidade com uma ponta aguçada de aço. Trata, porém, muito bem de si próprio, nunca se deitando sem se cobrir de roupa complementar. Os nossos companheiros de viagem partiram com um guia para um passeio à volta da orla da cratera, numa distância de mais de cinco milhas. Observámo-los por mais de duas horas, a rastejar como grandes formigas pretas ao longo da cumieira. Disseram-nos que era como quem cavalgava na crista do telhado de uma casa.

Pouco depois do meio dia notámos desusada actividade entre a gente que trabalhava no fundo da cratera e com o auxílio de um óculo potente descobrimos que estava a atar os feixes e depois de os empilhar à cabeça, começavam a subir a encosta. Isto fez-me pensar que a coisa não seria tão má como parecia, e, sem embargo da frase «o caminho não está bom» dos burriqueiros, resolvemos tentar. A' vista de uma pequena gorjeta, moveu-se um dos nossos guias e os dois cavalheiros e eu partimos para baixo. Dando com uma vereda de cabras, andámos a princípio rápidamente; o atalho, porém, em breve se converteu em ângulos tão agudos e declivosos que mal viamos a seis pés na nossa frente. Para percorrer os 1800 pés, teriamos de andar a pé pelo menos três vezes aquela distância. Tomando a mão do guia, com um varapau na outra, descemos com longos pulos, o que era muito fatigante, pelo que os joelhos me tremiam violentamente. Várias vezes consolámo-nos uns aos outros dizendo que já estávamos a meio caminho; mas um olhar aos plácidos carneiros lá em baixo logo nos mostrava o nosso erro. Finalmente G... exclamou que já via as pernas dos carneiros, bem como as respectivas sombras, e então convencemo-nos de que o fim já estava perto.

A' medida que nos aproximávamos do fundo, por tão estreitos degraus que só conseguiamos pôr um pé de cada vez, iamos encontrando os pacientes trabalhadores da Caldeira, homens de

cabelo grisalho e rapazes de catorze anos, com suas pesadas cargas às costas, ajoujados penosamente ao peso daqueles enormes molhos. Estes juncos são entrançados para fazer esteiras e cordas para o gado. Vendem-se três jardas de corda, no mercado, por um pataco, ou cinco *cents*.

Imagine-se o trabalho e o esforço necessários para fazer aquele pequeno rolo de corda; as milhas andadas a pé descalço através de grotas íngremes e rochosas até à cumeada da Caldeira; a descida fatigante para dentro do fundo; as horas de árduo labor ao sol escaldante, a subida impiedosa sob a terrivel carga e a longa caminhada para casa, ao cair da noite, apenas com um pão duro e um enxergão de palha, que espera, ao cabo, os ossos cansados.

Os juncos são primeiro reunidos em pequenos molhos e depois atados com licopódio em enormes feixes, deixando-se-lhes um buraco a meio para a cabeça.

Chegámos ao fundo da cratera numa hora e um quarto. Estava este coberto de hortelã e atanásia. O charco, que visto de cima parecia água estagnada, era o desaguadoiro de um límpido regato cuja superfície estava coberta com uma rede de folhas de alguma planta aquática, por entre cujas raízes vagueavam peixes vermelhos e prateados. Em alguma ocasião os lagos da cratera foram abastecidos com estes peixes. Não há peixes indígenas nas ilhas, nem cobras ou repteis de qualquer espécie. Alguns lírios de água, pequenos, floresciam com fragrância junto à margem. Era um consolo, achar ali vida e beleza em vez de estagnação e morte. Olhando para cima, experimentava-se terrivel sensação ao ver as nuvens desfazendo-se em chuva na orla do abismo como cataratas e movendo-se por cima de nós como ondas do mar. As terriveis encostas parecia fecharem-se em derredor de nós. Afigurava-se-nos impossivel podermos escalá-las. Em vão aplicávamos os olhos para ver as formas e as caras dos que ficavam para trás. Só se pode formar verdadeira ideia da profundeza e vastidão deste anfiteatro se não descermos para o interior dele.

«*Facile descensus est ! sed revocare gradum, hoc opus, hic labor est.*» Longo esforço se torna necessário para subir cada passo do caminho. Com dificuldade havia eu vencido um terço da distância

quando um dos homens, que nos observava de cima, desceu em meu auxílio. Sentando-me nos seus ombros em posição erecta e fazendo-me abraçar-lhe com as mãos a cabeça, segurou-me com energia os joelhos contra o peito e desta forma o musculoso homem levou-me pelo vertiginoso atalho por distância de algumas varas. Mas era exigir demais aos meus nervos e gostosamente voltei a tentar pôr-me de pé, o que quase consegui, embora bastante exausta, quando os restantes homens trouxeram uma machila onde me conduziram até acima. No caminho para casa ficamos, para não dizer mais nada, surpreendidos quando os machileiros nos deitaram na estrada para descansar, antes de entrarem na cidade. Quase nos encontrávamos, tal como eles, em condições de exclamar «Aleluia» !, quando nos descarregaram no saguão, ao pôr-do-sol.

O Capelo e o «Mistério»

Domingo, 10 de Agosto

Num domingo, de manhã, partimos numa excursão ao Capelo, pequena aldeia a catorze milhas de distância da Horta, no extremo ocidental da ilha. O nosso carro, como de costume, era puxado por três mulas. A estrada é uma das melhores que tenho visto. O solo é de tal natureza e está de tal modo batido que apresenta a rigidez do betão, e embora às vezes poeirento, nunca é lamacento. Nesta estrada, que se deve prolongar em redor de toda a ilha, há já concluidas seis milhas para o norte e talvez duas vezes mais para sudoeste. Tem largura suficiente para duas viaturas. Grande parte está construida sobre alvenaria sólida, como quando, p. exemplo, atravessa ravinas profundas. O nosso itinerário fez-se de começo entre altos muros de pedra dos campos dos arredores. Nas fendas dos muros crescia a coridalis, a azeda amarela, e a planta do gelo, de folhas carnudas, com suas flores de borla, vermelho-púrpura, que tão frequentemente se cultivam em bules partidos nas janelas das cozinhas na Nova Inglaterra. O seu nome em português é planta gelada (?). Nos quintais floresciam enor-

mes fúcsias e altos loendros. O álamo tremia entre o dragoeiro de folha esguia e as figueiras carregadas de fruta. Saindo na parte menos arborisada do campo, seguimos a costa numa subida firme para o Capelo.

Ao lado da estrada não crescia a relva; e, de facto, nenhuma relva pròpriamente dita cresce nas ilhas. Por toda a parte se viam a cenoura brava e o trevo claro e curto. Trepadeiras da Madeira, cresciam em luxuriante abundância, enchendo o ar de fragrâncias; altos canaviais agitavam suas cristas em cómoros sobre a estrada e os cactos, como serpentes, torciam-se por entre as rochas. Mulheres de pernas nuas, com seus saiotes arregaçados e grandes trouxas de roupa à cabeça, escolhiam o caminho por entre as rochas negras a fim de lavarem nos poços deixados pela maré. O lavar aqui faz-se de um modo que decerto conduz à brancura das roupas, mas também dá cabo delas. A roupa é lavada entre pedras escorregadias, em água do mar, e nunca escaldada. Em regra uma grande pedra serve de tábua de lavar. Para secar, são as roupas estendidas ao sol por sobre montes de lixo ao lado da estrada, com pedras nos cantos de cada peça para a conservar esticada e borrifadas com água duas ou três vezes por dia, durante alguns dias. Não obstante a severidade do processo, nunca vi lavação mais perfeita. A estrada conduzia através de várias aldeolas cujos núcleos, ao que parece, eram constituidos pela igreja e pela loja do tabaco. Grupos de camponeses, a caminho da igreja, saudavam-nos alegremente. A igreja fica sempre num alto, apresentando aspecto imponente. Um amplo adro em frente desce em terraços para a estrada, por meio de longos lanços de largos degraus de pedra. A fachada caiada ganha um aspecto venerável pelos seus adornos e pela cruz romana de pedra preta revestida de liquenes. Sua torre moirisca, com um sino em cada um dos seus quatro ou cinco arcos, dela faz um objecto muito pitoresco. A maior destas aldeias é a de Castelo Branco, assim chamada por motivo de um enorme rochedo branco ao largo da costa. Tem este 400 pés de altura e visto do mar parece uma grande fortaleza inteiramente desligada da costa. Visto pela rectaguarda, verifica-se que é um áspero promontório em declive para trás, terminado em estreita garganta que o liga à terra firme.

Ainda se veem no cimo as ruinas de um mosteiro, antigo refúgio das monjas dos conventos vizinhos, quando os corsários assaltavam as ilhas. Diz-se que, emparedados nos seus muros, se encontram os restos de antigos pratos de porcelana, com que as paredes eram decoradas.

Bem certo é que não há nada de novo debaixo do Sol.

Entre as aldeias, descendo para o mar, estão amplos e ferteis campos: inhames e batatas doces, além de milho, trigo e outros cereais, feijões, melões, abóboras e batatas, crescem com pujança como nas nossas terras de Connecticut. O milho não cresce em montículos nem como o semeamos, para forragem, na Nova Inglaterra. Cada pé desenvolve-se solitário, a intervalos regulares dos pés vizinhos. Cresce muito alto, e o terreno por baixo parece que não é sachado depois da semeadura.

Por entre os pés do milho crescem algumas plantas, como, p. exemplo, a vinha e o feijoeiro. Prolongam-se estes campos até à beira do oceano, onde terminam em altos rochedos negros, vulcânicos, tão moles que o movimento incessante do mar os vai corroendo em forma de cavernas e arcos fantásticos.

Quando, a três milhas de distância do Capelo, a nossa boa estrada sùbitamente terminou, vimo-nos forçados a voltar para o caminho velho, que, como os de todas as ilhas, fora primitivamente pavimentado. As nossas mulas espojavam-se em vão entre as pedras irregulares que por todos os lados se projectavam para fora do leito gasto da estrada. O carro ameaçava desconjuntar-se mesmo ali. O cocheiro gritava e chicoteava inutilmente as mulas. Deixando-o e à sua parelha à sua sorte, continuámos a viagem a pé. Os habitantes, em trajes domingueiros, saiam dos seus casebres de colmo para nos verem, e uma velhota ofereceu-nos um ramo de alfazema do seu pequeno quintal.

Á nossa frente erguiam-se picos cónicos, cada qual com sua cratera e todos com ridentes searas em suas belas encostas, todos excepto um, que, despido de verdura, tinha um brilho avermelhado à luz crua e agressiva do Sol do meio dia. Deste pico correu a mais recente torrente de lava desta ilha. A última milha do percurso foi através do sopé deste leito de lava, que a gente supersticiosa designa apropriadamente por «Mistério».

A mais recente erupção na ilha do Faial deu-se em 24 de Abril de 1672. Toda a ilha, incluindo a cidade da Horta, ficou coberta de cinzas até à altura de quatro polegadas. A lava fundida descia da montanha, destruindo igrejas e aldeias e devastando os campos. O sulco da terrivel torrente, da cratera ao mar, está ainda visivel, ainda que a Natureza, durante duzentos anos, tem feito o possivel para reparar as devastações e apagar as cicatrizes da sua bela face. Matas de faias e urzes arbóreas principiam a enraizar aqui e além ; mas por extensão de muitas milhas e por uma milha de largura está o terreno soterrado, a muitos pés de fundura, com pedras vulcânicas. O tempo tem-lhes abrandado os contornos e um liquen macio e cinzento, que cobre toda a área, quebra a desolação do lugar. A 8 de Maio do ano da erupção a gente do Capelo foi em massa à Horta, e ali, na presença do presidente da câmara e dos vereadores, manifestou o voto, que ainda se cumpre, de dar esmolas aos pobres no domingo do Espírito Santo.

Retomando os nossos lugares no carro, chegámos ao Capelo ao meio dia. Aqui, como em outros lindos sítios da ilha, tinha o nosso cônsul uma casa despretensiosa mas confortável, para onde, com sua família, se retira, a descansar por alguns dias. O seu nome é sempre uma credencial para redobrada cortesia da parte da população ; e, quando explicámos que estávamos autorizados a utilizar a casa por um dia, foram as nossas mulas estabuladas e as nossas cestas despejadas com a maior alegria.

Depois do almoço partimos para uma furna no leito de lava, na qual se podiam obter belos exemplares. O nosso atalho era um caminho de cabras, que serpenteava suavemente através dos montes próximos. Os melros assobiavam nos campos ; a urze escocesa cobria todos os lugares que não estavam cultivados ; o licopódio rastejava ao longo das margens, de ambos os lados ; o tomilho bravo e o zimbro aromático exalavam agradáveis aromas debaixo dos nossos pés. Meia hora a pé bastou para chegarmos à orla do leito de lava. Cuidadosamente escolhia o nosso guia o caminho e nós seguiamo-lo com cautela. Os pequenos blocos de lava empilhavam-se uns sobre os outros e pareciam bastante firmes ; os

lindos liquenes cinzentos formavam fofo tapete debaixo dos nossos pés. Aqui e ali, porém, escuras fendas mostravam-nos medonhas cavernas abertas lá em baixo, nas quais a cada momento poderíamos cair, pela deslocação de uma única pedra. Imagine-se o que foi para os nossos soldados combaterem os índios nos leitos de lava das Montanhas Rochosas!

Ao longe, um ponto escarlate mostrava a boca da furna. Quando descoberta pelo filho do cônsul, nada mais era do que uma frincha na pedra vulcânica, meio escondida num tufo de fetos que lhe cresciam ao lado. É agora um buraco de doze a quinze pés de profundidade por outros tantos de largo.

G..... desceu ao fundo e com um martelo arrancou cuidadosamente das paredes grandes pedaços de lava vermelha e cinzenta, frágil e bela como coral. Todo o sítio tremia e soava a oco sob os nossos pés, a cada pancada do martelo. Era como se a torrente de fogo tivesse subitamente arrefecido, e as suas bolhas ardentes, protegidas pela superfície mais densa de uma corrente mais lenta, conservam até hoje a forma e a cor. Com a longa exposição ao ar, esta lava brilhante, coberta de vermelhão, tão diferente na contextura, estructura e cor, da superfície do rio de lava, desmaiou num vermelho mais apagado.

Os sinos da tarde tangiam quando regressámos à cidade. As mulheres junto aos poços, enchiam as jarras de água. Grupos de homens, ociosos, faziam da rua uma Babel. Era uma cena como as da «História de duas cidades». Apenas os homens, que pareciam suficientemente revolucionários para nos arrastarem a nós aristocratas, para fora do carro, tiravam os seus barretes de borla e sorriam para nós amàvelmente, quando passávamos.

O Pico

A ilha do Pico foi durante longo tempo famosa pelos seus vinhedos. Em 1853 eram estes a sua principal fonte de riqueza, sendo exportadas anualmente milhares de pipas de vinho. Mais tarde, foram os vinhedos destruidos pelo *Oidium Tuckeri*, míldio que ataca tanto as folhas como a fruta. Embora o Pico não expor-

te agora vinho, vale a pena visitá-lo no tempo das vindimas. Num barco rápido e com brisa fresca pode-se fazer em meia hora a travessia da Horta para a pequena aldeia da Areia Larga. A embarcação dançava levemente na crista das ondas, arremessando-nos espuma à cara. Entrámos na enseada impelidos por enormes vagas que ameaçavam engolir o nosso barco, e cobriam por completo os degraus da escada de desembarque ; no entanto, fomos hábilmente postos em terra. A praia mostrava-se animada com rapazes nus, que arrastavam grandes porções do musgo apanhado na crista das ondas. Vende-se este musgo como fertilizante. Sobre os calhaus empilhavam-se altas medas de musgo, circulares e chatas. A luz branca dos muros era atenuada pela folhagem franjada da tamargueira, a única espécie de árvore que cresce nesta ilha. Tem longas e vistosas espigas de pequenas flores cor de rosa, sendo uma planta muito fina e graciosa. A casa do cônsul aqui é interessante, por ser um antigo convento. O refeitório dos frades e as suas estreitas celas, formam agora os quartos de dormir e de visitas da família.

Da varanda, estendem-se os vinhedos até às vertentes inferiores da montanha. A' primeira vista, é dificil reconhecê-los como tais. As vinhas não formam latadas sobre varas como nos países europeus, mas arrastam-se sobre longos e baixos montões de pedra negra, sendo todo o terreno marcado por estas pedras, em pequenos quadrados.

Vista a distância, está oculta a terra produtiva, não sendo portanto, de admirar que um capitão de navio «yankee» os tomasse uma vez por depósitos de carvão. A uva do Pico é pequena e branca, relembra a de Delaware em tamanho, forma e contextura. Tem sabor delicioso e é tão fina que podemos comer grandes quantidades dela sem perigo de indigestão.

Vimos as uvas esmagadas numa dorna pelos pés nus de rapazes e raparigas. O mosto a espumar

«em volta dos pés brancos de risonhas raparigas»

é mais belo na poesia do que na realidade.

Ao por-do-sol fomos até à vila da Criação Velha. Não tem água, pelo que passámos por bandos de mulheres que levavam

seus cântaros cheios de água, do poço à beira-mar até duas milhas para o interior. Qualquer mulher americana invejaria as figuras altas e desempenadas daquelas mulheres do Pico com suas cabeças em elegante equilíbrio e peitos bem desenvolvidos.

O traje original do Pico é extremamente bonito — uma saia azul escura de fazenda pesada de lã a que se dá o nome de «picot», debruada de escarlate; blusa de «hussar», do mesmo tecido, chegando até ao fundo da cintura com muitas costuras nas costas, debruada de vermelho, lenço vermelho de algodão para a cabeça, sobre o qual se põe um chapéu de palha, de homem, de trança lisa da ilha e guarnecido na orla com fita vermelha de algodão.

A glória do Pico é a sua montanha majestosa, de que a ilha tira o nome. A montanha do Pico ergue-se directamente do oceano a uma altura de 7635 pés — altitude ainda mais impressionante pela ausência de elevações em redor.

Realiza-se aqui o nosso ideal do vulcão. Levantando-se simétricamente do mar, ambos os lados convergem no cume num cone perfeito, todavia sem identidade de contorno. Várias crateras secundárias surgem dos lados, próximo da base; e o topo da montanha ergue-se de uma grande cratera cuja vertente escarpada apresenta um forte saliente para o norte. Do ápice, em si mesmo uma cratera mais pequena, surge por vezes uma ténue coluna de vapor, a qual, iluminada directamente por detrás pelo sol nascente, se assemelha a uma chama.

Não há palavras que descrevam o espectáculo da montanha ao por-do-sol, visto da Horta. Frequentemente, é ela banhada desde a coroa à base num manto luminoso cor de rosa, que se transforma em púrpura e desaparece.

A's vezes uma mancha de vermelho claro, como um zimbório de cobre polido, aparece sùbitamente no meio das nuvens que todo o dia cobriram a montanha. De repente, afastam-se para os lados as cortinas de nuvens, como por mão invisível, e o Pico, todo em brasa, aparece. Quando o observamos, parece de facto brilhar com tom mais vermelho e subir cada vez mais alto, arrastando-se em direcção ao sopé da montanha, cuja base é negra. Alternadamente encontrando-se e separando-se, como para realçar o grandioso espectáculo, rolam as nuvens, e o Pico, ora erguido

a infinita altura, ora atirado para infinitas profundezas do espaço, transfigura-se num deslumbramento sobrenatural.

O clima das ilhas não apresenta alterações bruscas. O termómetro na Horta nunca desce abaixo de 43.° no inverno, raramente atingindo 84.° no verão. Todavia, o verão é aqui enervante, sendo tão grande a humidade da atmosfera que, mesmo com a temperatura de 70.°, fica-se coberto de suor, ao menor esforço. Faz mais calor de manhã cedo, aparecendo geralmente mais tarde a brisa do mar. O clima do Pico é mais saudável. Muitos residentes do Faial possuem propriedades no Pico, para as quais se retiram no verão, por motivo do melhor ar e dos banhos do mar. No inverno, predominam frequentemente violentos temporais, com abundantes chuvadas e vento. As cumeadas da Caldeira e o cumo do Pico estão muitas vezes cobertos de neve. Durante uma recente saraivada uma mulher faialense encheu um frasco com pedras de granizo, para as conservar como manjar precioso para o verão.

Rápida visita a S. Jorge, Graciosa e Terceira

Quinta-feira, 14 de Agosto

Uma excelente linha de vapores portugueses estabelece comunicações quinzenais entre os Açores e Lisboa. As cartas da América recebem-se nas ilhas por esta linha, de 20 a 30 dias da data do correio em Nova York ou Boston. Tomando passagem nestes vapores em qualquer das ilhas, excepto o Pico, que é considerada apenas como um subúrbio do Faial, podem visitar-se as restantes do arquipélago.

Embarcámos na Horta à meia noite de quinta-feira, 14 de Agosto. Silenciosos e deprimidos, como é natural nos que vão do conhecido para o desconhecido, avançámos pela escuridão. A baía estava calma. Jupiter deixára uma esteira luminosa sobre as águas na sua marcha para os céus. O nosso barco abriu no mar um sulco fosforescente. Caíam estrelas dos remos gotejantes. Miríades de gaivotas, despertadas do seu sono, esvoaçavam afu-

gentadas dos seus poleiros nas fragatas ancoradas, gritando agoirentamente.

O vapor disparou o canhão de partida às duas da madrugada e três horas depois outro disparo anunciava a nossa chegada a S. Jorge.

«Aqui não havia enseada para os navios, nem porto de abrigo. Apenas praias precipitando-se das alturas, e penhascos e muralhas de rocha».

Não havendo aqui acomodações para visitantes, não interessa se não uma estadia de duas ou três horas enquanto o navio recebe a carga. Chega-se à Graciosa ao meio dia. «*Le plus gentil aes sles*», como nos asseverou um francês a bordo, é ela, como o eu nome implica, uma bonita ilhazinha, mas sem especiais atracções para o turista. Era dia de festa nas ilhas. Os sinos tocavam nas torres das igrejas em honra da Assunção de Maria, como nos informou um cavalheiro português, que falava inglês.

Outra demora de algumas horas, mais carga de trigo e depois partimos para a Terceira. Como o seu nome indica, esta ilha é a terceira do arquipélago na ordem do descobrimento. Mas é a segunda na ordem da população e da importância. A tarde estava borrascosa e o mar, um pouco agitado, deu-nos a todos má disposição. O nosso companheiro francês, apropriando-se desamparadamente de uma cadeira de viagem, exclama: «Oh! mon Dieu! Je suis si dérangé que je n'ai pas le courage de complimenter les dames», o que, para um francês, deve ter sido de facto muito *dérangé*.

A's seis da tarde lançámos ferro no porto de Angra, que tem uma situação muito semelhante à da Horta. O Monte Brasil é a contrapartida do Monte da Guia. Com declive para trás, liga-se à cidade por um istmo fortemente artilhado, em si mesmo uma vila que por mais de uma vez tem sido refúgio dos monarcas de Portugal, durante as agitações peninsulares. Angra ganhou o seu título de glória, *do Heroísmo*, em 1828, quando os seus cidadãos se declararam a favor da sua soberana legítima, D. Maria II. Depois de se manterem na defensiva por cerca de três anos, esta

gente valente tomou a ofensiva e libertou as ilhas do poder do usurpador D. Miguel. O vapor demora-se 48 horas em Angra, tempo que o viajante acha suficiente, pois que o único hotel da cidade é inconcebivelmente desconfortável e imundo.

Tudo quanto é digno de se ver na cidade ou proximidades, pode ser visto naquele espaço de tempo. Quando subiamos a cidade vindos do cais, aparecia muita gente às varandas para nos observar. Um pouco menos de pasmo teria sido desconcertante.

A entrada para o «Hotel Terceirense» faz-se por um saguão que serve de taberna, cheio de barris poeirentos, lugar bafiento, azedo e mal cheiroso, com o qual, ai de nós, o resto da casa se harmonizava perfeitamente.

Após uma noite de indescritiveis horrores, saímos a ver a cidade. Angra é a capital dos Açores. E' a residência do Governador geral e também do bispo. Tem melhores casas e ruas mais largas do que as outras cidades açorianas, e um bonito mercado. Aqui vimos os camponeses com seus fatos limpos de linho, com enormes botões duplos na gola, de latão. Usam atrás na cabeça curiosos barretes pequenos, em forma de melão, de pano azul escuro com abas escarlates nos lados, voltadas para cima.

Visitámos a catedral, a maior igreja das ilhas, e, como todas as outras, vistosa. Ligada à igreja há uma sala de conferências para o bispo e sacerdotes. Aqui, colocados nas paredes em ordem cronológica, estão os retratos de todos os bispos dos Açores, desde o primeiro em 1546 até ao actual. E' uma colecção interessante, mas de pintura medíocre. Alguns retratos foram feitos em Lisboa, outros em S. Miguel e os do século XVI são completamente iguais aos do século XIX. A' noite metemo-nos com satisfação a bordo do vapor cujas salas asseadas formam agradável contraste com os vis quartos de cama do hotel.

O cultivo de cereais e a criação de gado são as principais actividades da Terceira. Ainda se conserva em Angra o costume nacional das toiradas.

Durante todo o dia de domingo, andaram as barcaças de terra para o navio e do navio para terra. O grande casco tremia de popa à proa com a incessante vibração e os silvos dos guinchos. Toiros enormes e negros, talvez destinados a alguma arena

espanhola, balouçavam no ar à medida que eram içados para bordo. Homens semi-nus, enfarruscados, como demónios, surgem das regiões infernais do navio e, cambaleantes, a suar debaixo das cargas, somem-se novamente nas recônditas entranhas do porão.

Por fim fecham-se as escotilhas. O capitão regressa da cidade. Belos barcos vistosamente engalanados e tripulados por bonitas guarnições em uniformes com brilhantes faixas, remam em direcção ao vapor. Conduzem a nata das natas da Terceira. O Governador geral, resplandecente de cordões escarlates e doirados e grande número de oficiais escoltando senhoras elegantemente vestidas, passeiam pelo convés. As senhoras abraçam a criada de bordo e beijam-na nas duas faces. Toda a gente a bordo, desde o governador geral ao moço da cabina, fuma e cospe constantemente. O português nunca se vê sem o seu cigarrinho. Senhoras e homens à mesa e noutra qualquer parte, deitam baforadas de fumo, sem pedir licença a ninguém. Em compensação, porêm, nenhuma refeição principia no vapor e nenhum cavalheiro toma o seu lugar à mesa sem que as senhoras estejam presentes.

Ao por-do-sol dispara-se o canhão, sinal de partida. Seguem-se abraços frenéticos. Os homens apertam-se nos braços uns dos outros e beijam-se mutuamente ; os vistosos bateis ficam graciosamente para trás e, com vagar, saímos do porto de Angra.

Moinhos de vento

Pelo Tenente Coronel Frederico Lopes

Lídimo representante do labor das gentes humildes, o moinho de vento foi sempre, e em toda a parte, a nota gritante do trabalho rural, quer na aridez da montanha abruta, qual gigante petrificado, quer dominando o casario das aldeias nos pequenos outeiros verdejantes. Pelo pitoresco do seu porte, pela graciosidade dos panais revolteando ao sopro da brisa, pela solidez da sua estrutura, capaz de desafiar, impávido, a fúria das ventaneiras em qualquer quadrante, o moinho de vento é ainda um animador por excelência da paisagem das ilhas, impregnada daquela quietude que céu e mar por vezes confundem nos longes infinitos da distância. Nunca porém a dominou inteiramente como na Estremadura, onde representa, com dignidade, as tradições da gente saloia que Junqueiro cantou nos «Simples» com ternura e Tomaz Borba havia de deixar para sempre imortalizada na linda canção da «Moleirinha» :

«Pela estrada plana — toc, toc, toc...»

Não se julgue porém que da vetusta família das moendas é êle o mais velho representante. Em nenhuma das ilhas o foi. Nas Flores por exemplo, onde, ao que parece, nem mesmo teria chegado a existir algum dia, e na Terceira, a ajuizar pelo que rezam as crónicas e notícias, só mais de três séculos depois do povoamento é que o Padre Inácio Romeiro, vigário da Fonte

do Bastardo, em 1818, realizou experiências para a construção do primeiro moinho de vento (1) num dos cabeços que circundam a povoação, logo seguido de outro, em S. Sebastião, que serviria mais tarde de modêlo aos restantes ( ).

Entre essa data porém, e os anos seguintes, deve ter-se activado grandemente a construção dêsses e outros «*engenhos de moer*», porquanto em 1820, o então mordomo-mor do Reino, escrevendo a Stockler, governador e capitão-general dos Açores, se queixava de que muitos indivíduos estavam a construir moinhos na ilha, «*sem licença do Rei*», o que constituía não só uma «*usurpação dos direitos da Real Coroa*» mas tambem um atentado contra os legítimos rendimentos do reclamante, como donatário a quem os moinhos de água pertenciam, por mercê de El-Rei, e dos quais se «*achava na posse, já há 18 anos*», pedindo ainda que mandasse repor tudo no mesmo estado em que estava «*em 1806, quando tomou posse dos referidos moinhos*».

Quer dizer que até ao início do século XIX, nenhuma modificação importante se tinha dado no regime de moendas existente, que constava apenas do emprêgo de azenhas e atafonas.

Stockler porém não se deixou intimidar com as palavras enérgicas do marquês mordomo-mor, tendo-se dirigido ao então ministro da Fazenda e dos Assuntos Ultramarinos, Joaquim José Monteiro Tôrres, dizendo que ignorava a construção de novos moinhos na Ilha Terceira, além daqueles que o dito titular disfrutava como donatário da Coroa. E acrescentava com invulgar desassombro o ínclito Barão da Vila da Praia: «*...porém devendo a decisão desta representação ser tal que não sacrifique a utilidade pública a interesse algum particular, cumpre-me ponderar a V. Ex.ª que o direito privativo de possuir moinhos de água excluindo os particulares de disporem das águas que nascem nos terrenos de que são proprietários ou por êles passam, necessàriamente, é talvez entre todos os direitos banais o mais odioso por isso que é o mais oprimido principalmente quando se trata da construção de moinhos que têm por objecto a preparação de um género de primeira necessidade. A construção de tais máquinas, quer elas sejam movidas pelas águas, pelo vento ou pela acção do vapor deve ser livre a todos.*»

E depois, sempre com a mais desassombrada franqueza, expõe a sua opinião sobre o assunto, nos seguintes termos:

«*Se desta liberdade na ilha Terceira resulta prejuizo aos interesses do marquês mordomo-mor, dos quais S. M. entenda que ele tem direito a pedir indemnização, o mesmo Soberano Senhor pode indemnizá-lo com outra alguma mercê equivalente, mas deve mandar declarar livre, não só na ilha Terceira, mas em todos os seus dominios, a construção de moinhos ou de outra qualquer máquina tendente a facilitar a preparação dos géneros de primeira necessidade...*»

Dêste eloquente testemunho se conclue que, até áquela data, pelo menos, continuava em vigor a determinação real que atribuía aos capitães-donatários o rendimento dos moinhos existentes e só aos ditos capitães era permitida a construção de outros, razão que, como é óbvio, tornava impeditiva qualquer iniciativa particular, pelo que o moinho de vento só em 1818 conseguiu introduzir-se na Ilha Terceira.

Qual o tipo então adoptado, não sabemos. Contudo, a ajuizar pelos que ainda restam na parte Leste da ilha, até à freguesia dos Biscoitos, ao Norte, é de presumir que do tipo holandez ou flamengo se tratasse, de forma tronco-cónica, construido em pedra e cal, de quatro velas rectangulares, em cruz, com a árvore movel por meio do «*rabo-do-moinho*», ligada à cúpula ponteaguda forrada de folha de Flandres, pintada a vermelho e rematada com catavento. A escada interior é de madeira ou pedra. Tem janela no 2.º piso. O corpo do moinho é caiado de branco e a porta e janela pintadas a vermelho.

Na outra parte da ilha, a de Oeste, os moinhos são de tipos diferentes, com árvore de oito varas, quatro das quais têm velas de madeira e as outras quatro de pano, todas triangulares (3). Há-os de pedra sôlta, cilíndricos, com cúpula móvel, ou de madeira, octogonais, girando todo o corpo do moinho sôbre uma base de pedra. A escada nos dois últimos tipos considerados é sempre exterior, quer seja de pedra ou de madeira, amovível. No geral não são pintados, mas as ombreiras da porta e a orla supe-

(Desenho de Manuel Ávila)

Um moinho tipo holandês ou flamengo, na Ilha Terceira

rior do corpo cilíndrico, junto à cúpula, apresentam-se às vezes caiadas de branco.

Ao contrário do que sucede em certas regiões do Continente, especialmente na Estremadura, os moinhos da Terceira são solitários, abandonados no dôrso das elevações mais proeminentes junto das povoações. Só na parte Oeste, entre as Doze Ribeiras e a Serreta, se apresentavam reunidos em grupos de 3 e 4, como ainda hoje se verifica na última destas freguesias, embora em menor escala.

Nas restantes ilhas, são as do Faial e Graciosa, as que maior número de moinhos conservam ainda agrupados, como os da Espalamaca, na cidade da Horta, e os da Praia na última ilha citada.

Embora desconheçamos a data da sua introdução nas outras ilhas do Arquipélago o certo é que, tanto nas cartas de doação como nos relatos dos cronistas, que nos primeiros séculos do povoamento se referem, nenhuma alusão há a moinhos de vento.

As azenhas e atafonas constituiam de facto privilégio exclusivo dos capitães donatários e as cartas de doação são idênticas, neste passo, a todos êles, embora só empreguem a designação vaga de moinhos: (4) «...*outro sim me praz que aja para sy todolos moynhos que ouver na parte da sua capitania.. e que ninguem não faca hi moynhos senão elle ou a quem elle prouver...*» (5).

Das reclamações e queixas de toda a ordem de que temos conhecimento, apresentadas aos juizes nas correições ordinárias e aos Concelhos Municipais pelos procuradores, nenhuma referência é feita senão a moinhos de água, pelo menos até fins do século XVIII.

O P.e João José Tavares, nos seus «*Subsidios*» para a História da Vila da Lagoa e seu Concelho, escritos por volta de 1926 menciona a existência de dois moinhos de vento, sistema holandês. O primeiro, diz: «*acabou há cêrca de 60 anos*», por conseguinte, no ano de 1866, o que, dado o tempo de duração provável, poderia remontar, quando muito, aos fins do Século XVIII.

Mas não é provável que tambem lá os houvesse senão a partir da segunda metade do Século XIX, porquanto os irmãos

Bullar, no seu livro «*Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*», escrito durante e após a sua viagem aos Açores, em 1838-39, nenhuma referência fazem à existência de moinhos de vento, mas tão sómente a azenhas, atafonas e moinhos de mão, a-pesar de terem visitado todas as ilhas, à excepção da Terceira, e de serem em extremo minuciosos nas suas observações.

O primeiro de que temos notícia foi construido, como dissemos, em 1818, podendo pois inferir-se ter sido esta ilha a primeira a iniciar a construção de um moinho de vento, tendo ainda mantido, por mais de 20 anos, tal privilégio, dado que até 1839 os irmãos Bullar não os assinalam no Arquipélago.

Contudo, êstes cento e poucos anos de provável existência, justificam plenamente o respeito devido à presença do moinho na paisagem, animando-a com o movimento incessante das suas velas brancas. Nasceu e proliferou, espalhando-se pelas colinas e pelos montes, mercê do constante trabalho que o desenvolvimento das culturas, ano após ano, lhe ia exigindo. Merece, porisso, maior carinho do que aquele que lhe votam actualmente.

Hoje, quási destronado pela actividade industriosa das moagens mecânicas, o moinho de vento — obreiro da vida rústica, símbolo do labor insano das gentes de pouco ter — é relíquia preciosa que devia ser mantida e acarinhada, tal como a azenha e a atafona, suas irmãs mais velhas, nascidas da mesma terra criadora e da mesma ânsia milenária que domina o homem, de arrostar e vencer todas as dificuldades da existência.

Mas porque do povo veio e ao povo tem servido sempre com incansável dedicação, êle o perpetuará nas cantigas e nas sentenças em que deixa vincados a sua utilidade e o seu perseverante exemplo de trabalho e sacrifício, a bem da colectividade.

Quanto à importância de que se reveste na vida quotidiana e se reflete nos que nele trabalham e lhe vigiam a incessante actividade, vem ela bem traduzida na célebre sentença:

«Mal se apanha o piolho na farinha
Já julga que é moleiro»

ou esta outra que até o põe a par da obrigação contraída por todo o cristão perante Deus:

«Para a missa e para o moinho
Não esperes pelo visinho.»

Como só do trabalho resulta a prosperidade, não faltou o aviso aos incautos:

«Moinho parado
Não cobra moenda»

ou ainda, com mais objectividade:

«Moinho a moer,
Não falta que comer.»

E tanto assim que:

«O moleiro acorda logo
Quando o moinho pára.»

E como todo o moleiro, considerado *«oficial mecânico»* pelas antigas posturas municipais, não poderia bem desempenhar-se do seu ofício sem perfeito conhecimento do regime dos ventos na região, não poucos teriam sido os provérbios e anexins nascidos da observação quotidiana dêsses obreiros, estudando do alto dos montes, em intérminas horas de solidão e quietude, o comportamento dos astros no concerto do Universo, o vaguear das nuvens em tropel pelo espaço infinito, ou o rugir do mar, lá longe, açoitado pelas refregas. Todos os elementos à sua volta, passados no cadinho de atenta reflexão, lhe trouxeram a ciência de que tanto se ufana, tendo fixado em rimas de sabor popular, máximas que jamais esquecem pelo pitoresco da forma e justeza de observação.

Por exemplo:

— *«Nuvem comprida que se desfia*
E' sinal de ventania»

ou esta, de mais arrojada previsão:

— *«Grandes estrelas no firmamento,*
Ao terceiro dia, vento»

podendo assim, com apreciável antecedência, destinar os dias de laboração e a concomitante satisfação das encomendas.

Da magia dos poentes, tirou êle a lição de infalíveis prognósticos:

—«*Sol acêso ao deitar*
E malhas negras no ar,
E' chover e ventar»

ou êste, de alternativas, mas tambem garantido:

—«*Lua à tardínha, com seu anel,*
Dá chuva à noite ou vento a granel.»

Certo brilho dos astros é sinal seguro que ele não deixa escapar à observação:

—«*Tremem as estrelas e resplandecem ?*
Verás que ventos te amanhecem !»

Se há nuvens pequeninas e redondas, dispersas pelo azul, logo êle sentenceia:

—«*Ceu pedrento,*
Ou chuva ou vento.»

Na mesma alternativa se mantem, olhando o céu em certas madrugadas:

—«*Manhã ruiva,*
Ou vento ou chuva.»

E depois, conforme a sequência com que os elementos se apresentam, aconselha:

—«*Se vem chuva e depois vento,*
Põe-te em guarda e toma tento ;
Se vem vento e depois água,
Deixa andar que não faz mágoa.»

Alcandorado na serra, não há nas ilhas horizonte onde o mar não surja e onde a sua voz não chegue ; porisso o moleiro conhece tão bem o segredo dêsse murmurar:

—«*Quando o mar zurra,*
Atrás vem quem o empurra.»

(Foto J. Leite)

Moinho da Serreta — Ilha Terceira

No aconchego da lareira, há por vezes sinais que denunciam :

— «*Quando o lume assobia,*
E' sinal de ventania.»

Ou ainda :

— «*Quando arde o fundo da panela,*
Se não queres vento fecha a janela.»

E por aí abaixo um nunca acabar de previsões, firmadas todas na directa experiência, colhida ao contacto vivo com os elementos, na ânsia de manter em eficiência de trabalho o ganha-pão quotidiano.

E' certo que nem sempre a solidão fazia ninho nos domínios do moleiro (*). Queixas e mais queixas chegavam até aos senhores Corregedores, que nas suas correições impetravam aos procuradores dos Capitães donatários a responsabilidade de certos actos cometidos, ofensivos da moral e dos costumes. Em 1705, tendo o Dr. Francisco Berquó Delrio, que foi Deão da Sé de Angra, visitado as igrejas de S. Miguel em nome do Bispo D. António Vieira Leitão, na carta que deixou da sua visita à Matriz da vila de Nordeste, ordenava :

«*Fez-se queixa que sucediam algumas insolências de estarem promiscuamente as mulheres nos moinhos com os homens, tomando daqui motivo para os seus desordenados apetites... mando ao P.e Vigário que todas as vezes que souber vai alguma mulher, sem necessidade, aos moinhos... a multará segundo suas posses...*»

Mas nem com multas que iam até «*500 réis aplicados na forma ordinária*», se obteve o resultado desejado, porquanto, seis anos mais tarde, em 1711 e à data de 26 de Julho, indo à mesma igreja o licenciado João de Sousa Ferreira, em nome do mesmo Bispo, deixou exarado o seguinte :

«*... e porque se me fez queixa, em visita, das muitas insolências e pecados que se seguem de estarem as mulheres promiscuamente nos moinhos com os homens, e por os moinhos estarem fora do povoado, em lugar apto para se cometerem muitos pecados contra Deus, portanto mando que o moleiro não consinta mulher*

alguma em o moinho, com pena de quatro mil reis, que aplico para a fábrica da Igreja...»

As experiências feitas pelos procuradores dos donatários, pondo mulheres, em vez de homens, na administração dos moinhos, tambem não deu resultados satisfatórios, como se deduz de uma sentença, de 26 de Junho de 1706, ao Concelho de Vila Franca, na ilha de S. Miguel, que diz :

«*Fui informado que os procuradores do Conde pôem algumas moleiras nos moinhos mal procedidas, e fazem mal sua obrigação no moer.*»

Há notícia de terem sido cobradas algumas multas pelos Meirinhos Eclesiásticos «*empunhando a vara branca*», conforme Provisão de 23 de Setembro de 1779, dada em confirmação de anteriores privilégios, mas o que não se sabe é se tão drásticas medidas obtiveram os resultados desejados. Parece que não, porque só vieram a encontrar remédio afinal, ao generalizar-se o uso de ocupar o moinho toda a família do moleiro, sendo repartidos pelo casal e pelos filhos os diferentes trabalhos inherentes à profissão, isto é : o moleiro conduz o burro, que anda pela freguesia a recolher e devolver, depois de moídos, o milho e o trigo dos fregueses, e ainda, nas horas de descanso, olhar pela levada ou pelos panais, vigiando o comportamento da maquinaria ; a moleira assiste a todos os trabalhos de farinação do cereal até colocá-lo na saca do freguês ; os filhos, que vão crescendo com as maquias, ajudam os pais no melhor que suas idades consentem e, a-pesar das posturas impeditivas, (7) cuidam da criação a que não falta o porco para prover o fumeiro, as galinhas e os pintos que hão-de dar à mulher e às pequenas a achega necessária aos gastos na «*loje*», o gato para afugentar as ratazanas, (8) o rafeiro que foi sempre o guarda fiel da família e da propriedade, e finalmente o burrico, indispensável à recovagem e tambem ao retoiço da «*canalha*» nas horas de folga, enquanto vai tozando as ervas raquíticas que o vento cresta e o sol requeima, naquele ermo desabrido que é seu parcigo ordinário.

Assim, criando à volta do moinho todo um agrupado familiar, já êle deixaria, pelo tal forçado isolamento, de fazer jus às

censuras de Corregedores e Visitador, na ânsia de evitar desmandos ou preversões.

Teriam então, porisso, passado a edificar junto às azenhas a própria moradia *(«casa-do-moinho»)*, e a adaptar o rez-do-chão, no caso dos moinhos de tipo holandês, ao aconchego geral da família, embora mal contida entre as cordas e calabres que, suspensos do teto, accionam e ajustam o funcionamento de todo o engenho. Então, em geral, a *«cama-de-estado»*, às vezes ainda com o *«brêço»* do mais *«chincho»* encostado, fica junto às pedras, afogada entre as pilhas de sacas donde a farinha ressuma pelos poros do linho alvo. A cozinha faz-se fora, em qualquer *«cafua»* ou telheiro onde às vezes tambem dorme a prole mais graúda; o burro vai para o alpendre ou fica mesmo à mercê dos vendavais, encolhido contra as moitas de silvado que ladeiam o íngreme atalho, trilho certo de seu lidar quotidiano; e todo o resto disperso aqui e ali, quási ao sabor do acaso, variando os poisos consoante o volume dos trastes ou o espaço devoluto entre os supérfluos.

O mecanismo é idêntico em qualquer dos tipos a considerar. O movimento do eixo das velas *(veio* ou *pião)*, que é horizontal, ou quási, é transmitido do eixo da mó móvel por meio de um par de rodas de engrenágem. E nesta base assenta toda a maquinaria dum moinho, com peças cuja nomenclatura varia de lugar para lugar, mas que são idênticas em toda a parte.

As *mós* são duas, de pedra rija, favada natural ou com um pique especial apropriado à moenda, colocadas uma sôbre a outra, tendo a de cima, ao centro, junto da *segurelha* (apoio superior do eixo), uma abertura por onde vai caindo o grão que se tritura entre as duas mós (olho da mó). Um pouco de linho ou um tapume de madeira (panal), resguarda-as do exterior, evitando que o pó e o cisco conspurquem a moenda. A' volta das mós há uns rebordos de madeira a que chamam *caimbos* ou *cambeiros*, cujo fim principal é não permitir a fuga da farinha.

Moega é uma caixa de madeira de forma piramidal, truncada, com a base aberta e voltada para cima, onde é lançado o cereal que se quer moer e que vai saindo grão a grão, por uma aber-

tura no fundo da caixa, seguindo depois pela *calha* até cair na abertura da mó superior, junto à *segurelha.*

Cachorro ou *batedor* é uma alavanca interfixa que pousa uma extremidade na mó girante e se prende pela outra à *calha,* fazendo-a oscilar e obrigando deste modo o grão a ir descendo.

Apanhadeira ou *traminhal* é a caixa que recebe a farinha que sai de entre as mós e desce até ela por uma pequena calha chamada *caleira.*

Agulha ou *registo* é uma alavanca de ferro que serve para afastar ou aproximar a mó de cima, regulando assim a farinação para torná-la mais ou menos fina.

Por meio da *mola* se trava ou põe em movimento os *panais* depois de orientados na direcção do vento.

Finalmente, ao conjunto de todas as peças de que se compõe êste «*engenho de moer*» chama-se «*monte do moinho*».

E é tudo. O que falta reside apenas na competência e seriedade do moleiro, garantia única afinal duma produção recomendável em qualidade que satisfaça às exigências severas das posturas (9) e com energia capaz de afrontar a manifesta má vontade e desconfiança do povo que, contra moleiros e principalmente moleiras no tirar das maquias, lança diatribes de toda a ordem em cantigas que pejam o Cancioneiro e de que damos algumas para exemplo :

Se tu queres que t'eu diga
Quem são os quatro ladrões,
São vendeiros e moleiros
E letrados e «*escrivões*». (10)

O moleiro é bom homem,
Só tem fama de ladrão...
Há de descer ao inferno
Com a maquia na mão. (11)

Eu ontem fui ao moinho
Com três quartas de centeio ;
Dei um beijo na moleira,
Logo trouxe alqueire e meio! (12)

E para remate, citaremos a «*Perlenga*» que J. Leite de Vasconcelos colheu e nos transmitiu no Vol. VII dos «*Opusculos*»:

Vem minha filha,
Tira uma maquia;

Vem minha mulher,
Tira o que quer;

Vem o criado,
Tira o que é dado;

Venho eu,
Tiro o que é meu.

Vai-te fole (13)
P'ra êsse canto:
Se m'arrenego
Tiro-te outro tanto!

Não fazer boa farinha é, na linguagem popular, o mesmo que *não dar carreira direita, andar por maus caminhos* ou *caír no desagrado* de alguem.

De resto, tão inoculada está no povo a ideia de que é roubado, que criou o verbo «*maquiar*», no sentido de desfalcar, subtraír, tirado da palavra «*maquia*» que é a medida de que os moleiros ainda usam para pagarem o trabalho da moagem, com a própria farinha do grão que moeram. (14) Mas não consta que tenham enriquecido a-pesar das fraudes apontadas, porquanto até nas adivinhas se lhes reconhece a incerteza do negócio, quando, por exemplo, referindo-se ao moleiro das azenhas, o povo lança a pergunta:

Quem é, quem é o pobrinho
Que quando não tem água, bebe água,
E quando tem água, bebe vinho?

significando assim que nas estiágens o moinho não moe e por conseguinte o moleiro não ganha para supérfluos. Mas não deixa de ser ganancioso, se acreditarmos na lenda que vem expressa

nos contos tradicionais portuguêses, e diz que, quando Deus andava pelo mundo, encontrando um moleiro e convidando-o a ir para o Céu, êste recusou o convíte, só por não perder a *maquia* ambicionada :

— Moleiro, anda p'ra o céu.
— Senhor, não tenho vagar :
Tenho um «*fole*» na moega
E a maquia por tirar. (14)

Seja porém como fôr, o certo é que ao moleiro deve à humanidade assinalados serviços, e no moinho de vento encontrou a paisagem um elemento decorativo de primeira ordem que mui dificil será substituir.

Cantaram-no e exaltaram-no ainda os Poetas, enleiados pelo encantamento que ele empresta aos panoramas campinos, projectando as alvas velas no azul do firmamento e realçando, com seu incessante redopiar, o verde glauco dos pastos ou o veludo das ramagens no coroamento dos montes.

Os pintores aproveitam-lhe a silhueta gárrula para animar os longes, diluidos na cinza dos crepúsculos. E nos presépios, vencendo os mais incríveis anacronismos, êle lá se encontra a dominar as alturas, quási tocando a cauda do cometa, alviçareiro da Grande Nova.

Quere o homem votá-lo ao abandono, vencido por mecanismos que a Ciência dia a dia valoriza com características de maior perfeição, mas o mundo jamais poderá esquecê-lo, amparado como ficou à força incomensurável da Tradição.

NOTAS

(1) — «Anais da Ilha Terceira», de Francisco Ferreira Drumond Tomo III, pág. 313 e «*Almanaque Açoriano*», ano de 1888, pág. 128.

(2) — O moinho de vento, sendo ao que parece, tão antigo como a azenha, pois que data, segundo alguns investigadores asseguram, do Século IV, diz-se que para a Península só veio com os Cruzados, no Século XI. O certo porém é que, com alusão precisa a «*moinho de vento*», só se encontra uma carta de D. João III, datada de 1-8-1552, concedendo previlégio a Jerónimo Fragoso para a construção de um moinho holandês, em Evora. O moinho era «*de vento, ao modo dos de Flandres*» e devia estar «*moente e corrente dentro de três anos*». Outras idênticas concessões, anteriores e mesmo posteriores, referem-se tambem a «*moinhos e outros engenhos*», mas apenas aos movidos a água, a braço e a besta. Contudo, Nicolau de Oliveira, em *Grandezas de Lisboa*», informa que: *No princípio do Século XVI havia na cidade de Lisboa 264 atafonas e no termo 300 moinhos que moíam quási 40 moios de trigo em cada dia, afora o que se moía nos Conventos*». Seriam já moinhos de vento, ou tratava-se simplesmente de azenhas, espalhadas pelas ribeiras circunvisinhas? E' o que não vem explícito, mas não é de presumir que nos conventos se montassem engenhos de moer que não fôssem atafonas ou, quando muito, azenhas, se acaso na cêrca de algum passasse uma ribeira.

Na «*Descrição da Cidade de Lisboa pelo Cavaleiro Português Damião de Góis*», editada em latim, na cidade de Evora, na tipografia de André de Burgos, em 1554, e traduzida por Raul Machado em 1937, não há qualquer referência a moinhos de vento, referindo-se apenas a azenhas quando, descrevendo a fonte do Rei, (pag. 43-44) hoje *Chafariz d'El-Rei*, cita duas fontes que perto daquela nasceu. e diz jorrar duma a água em tais borbotões para o mar que, «*se ela estivesse a maior distância, muitos moinhos e azenhas poderiam, pelo ano fora, ser movidos com a força desta corrente*».

No «*Sumarium*» de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em que se descrevem todos os mesteres de Lisboa no ano de 1553, figuram nada menos de 216 indivíduos com a designação de «*atafoneiros*», o que prova serem apenas atafonas os engenhos de moer existentes naquela época, pois que nem a moleiros ou moleiras se encontra qualquer referência. Não poderiam portanto terem sido trazidos pelos primeiros povoadores como querem alguns os moinhos de vento, visto não existirem à data no Continente, sendo pois para êles desconhecidos.

(3) — Os moinhos de vento, oriundos do Norte da Europa, têm as velas de madeira. Na Península Hispânica usam-se velas de lona. Na Terceira usam-se das duas espécies e até um sistema mixto, como já se disse, nos de velas triangulares, sendo quatro de madeira e quatro de lona.

(4) — A's azenhas chamavam moinhos, e a prova mais evidente que nesta ilha temos é o topónimo «*Castelo dos Moinhos*», nome por que era e ainda é conhecido o lugar da Memória, antigo Castelo de S. Luís, junto do qual passa a ribeira, tambem chamada «*dos Moinhos*» por alimentar muitas azenhas.

(5) — No farol dos Almoxarifados das Ilhas dos Açores, foi concedida a arrecadação do dízimo dos moinhos nos seguintes termos: «*2. Recadareis o Dizimo que renderem todolos moinhos e moendas, que os capitães tem posto. que até agora se não arrecadassem.*» (Anaes, Vol. I, pág. 482).

(6) — Vid. postura n.º 19 da Reforma de Posturas do Concelho de Angra, de 1655, que diz: «*Nenhuma pessoa mande môça branca aos moynhos tanto que fôr noute e quem o fizer pagará de comma duzentos reis*». Como medida preventiva que era, chegou, está claro, depois de verificado o inconveniente...

(7) — Na postura n.º 130 da Reforma citada na Nota anterior, lê-se: «*Nenhum moleiro traga porcos nem galinhas a porta dos moynhos, e quem o contrário fizer pague de comma dous mil reis*».

(8) — O Cap. 10.º das Posturas Municipais de 1788, que regula as obrigações do moleiro, recomenda: «... *e será obrigado a ter sempre pelo menos hum gato no moynho que seja bom cassador, para precaver o destroço que fazem os ratos...*»

(9) — Eis o texto de algumas posturas que a diferentes fraudes se referem:

— «*Toda mulher de moleiro que maquiar trigo nos moynhos seja preza e da cadeia pague coatro mil reis. se não o mesmo moleiro, por a mulher não ter juramento.*»

(Foto Edgardo da Silveira)

Moinhos — Os grandes animadores da paisagem

— «*O moleiro que tiver criado carreteiro, furtando algum trigo, o pagara seu amo, crida a pessoa a quem o furtar por seu juramento, e o carreteiro será prezo e pagara de comma coatro sentos reis..* »

— «*Todo o moleiro que não tiver panal do moynho são e bem consertado para que a farinha se aproveite a seus donos, pagara de comma outo sentos reis* »

— «*Todo o moleiro que não fizer boa farinha meuda e como convem que seja. pagara de comma outo sentos reis...*»

(10)—«*Tradições Populares de Santo Tirso*», (1.ª S., pág. 94) de A. C. Pires de Lima.

(11) — «*Cancioneiro Popular de Cinfães*», colhido pelo Prof. Virgilio Pereira.

(12) — «*Cantos Populares Portugueses*», por Tomaz Pires (Vol. IV, pág. 225).

(13)—«*Tradições Populares de Santo Tirso*» (1.ª S., pág. 107). «*Fole*» é uma medida equivalente à «*taleiga*».

(14) — «*Revista Lusitana*» — Vol. V, pág. 304.

"Festas Velhas - Festas Novas,,

Auto declamado na Abertura das
Festas da Cidade de Angra do Heroísmo
do ano de 1958

Por MARIA FRANCISCA BETTENCOURT
(Maria do Céu)

(A «Rainha» no Trono e as suas «Aias» fazem fundo. De cada lado, num plano mais saliente as duas «FESTAS NOVAS E FESTAS VELHAS». Estas vestem de côr para destacar das «Aias» que vestem de branco. As «Festas Velhas» trajam á antiga. O «Chefe do Protocolo» aproxima-se da Rainha que lhe entrega o clássico rolo de pergaminho, com a «Saudação» ao povo. Desenrola-o e dirigindo-se ao povo, lê :)

Chefe do Protocolo — Eu, em nome de Sua Magestade,
A Rainha das Festas da Cidade,
Leio :

SAUDAÇÃO

Eu vos saúdo ó Ilhas dos Açores,
Formosos alcantis de sonho e lava,
Onde tudo é planta, viça e cresce,
Desde o trigo aos palmares africanos,
Desde o musgo às frondentes araucárias,

Desde os líquenes aos úberes milharais! ..
Pequeninos canteiros florescentes,
De variadas flores e matizes
De que a vista se enleia e se namora!...
Conchinhas de esmeralda, baloiçando
Por sobre a linfa azul do Oceano,
Deste mar, caprichoso, de altas vagas,
Que ora as vêm fustigar, ora as abraça!...
Castelos de basalto, aonde mora
O escol varonil da nossa raça,
Desta raça que soube «dilatar
A fé e o Império» para além do mar...
Que «novos mundos» deu ao mundo antigo
«E a luz da fé aos peitos obscuros»!...
Estâncias de repouso, calma e paz...
Escrínios de poesia e de beleza
Onde bem pródiga foi a Natureza!
Eu vos saúdo, desde as caravelas,
Que além da linha incerta do horizonte,
Desenharam um dia a esperança nova
Das suas corajosas brancas velas!
— As Naus, que Frei Gonçalo trouxe aqui,
Na rota tormentosa nestas ondas,
No rumo esperançoso do poente...

Eco — *RUMO AO POENTE...?*

Deixai partir as brancas caravelas
No rumo esperançoso do Poente!...
Trazem a cruz a dirigir-lhe as velas,
E o sonho que as conduz é excelente!

Olhos ansiosos, que chorais ao vê-las
Partir, erguei-vos numa esperança ardente!...
Deixai-os vir, — e não temais por elas,
Que é divina missão a dessa gente!

— Deixai vencer-lhe o sonho de grandeza !...
Vêm tornar grande a Terra Portuguesa...
E Senhora da Graça é que as conduz...

E as Naus de Frei Gonçalo — proa avant,
Vencendo os medos deste mar gigante
Hão-de aportar à ILHA DE JESUS !...

Chefe do Protocolo — Eu te saúdo ó minha amada terra,
Ilha, que um nome tens maior que o teu ;
— «Terceira de Jesus» terra que foste
Espelho de grandezas e de glórias,
Solar de nobres e altar de santos,
Ninho de herois, galé de navegantes
E de descobridores !
Eu te saúdo, desde aquela aurora
Em que, soberbo, o Galeão do Infante
Te veio, as virgens praias povoar !

Eco — *O GALEÃO...*

— Nossa Senhora da Graça,
Na graça da tua mão,
Faz com que a terra se faça
Este heróico Galeão !

Não temeu o mar sem fundo
Nem as ondas procelosas
Porque esperou vencer o mundo
Nas tuas mãos carinhosas...

Leva dentro da Tua gente,
(Que os lusitanos teus são...) —
— E a Virgem, maternalmente,
Guiou aquele Galeão...

E logo a terra pisaram
Rica de selva e verdura,
E uma fonte encontraram
Para matar-lhe a secura...

Fonte de água cristalina,
— A fonte de Frei João —
Foi uma oferta divina
À gente do Galeão,

Que logo ali de joelhos
Ergueu à Virgem um Altar...
E todos, moços e velhos,
Quiseram aqui ficar...

— E os silvados deram rosas...
E os rochedos deram pão
Sob as mãos laboriosas
Da gente do Galeão!

Chefe do Protocolo — Eu te saúdo encantadora Angra,
Princesa destas ilhas bem-fadadas,
Em teu alcandorado varandim
De altas rochas, presa e debruçada
A namorar eterna, o mar sem fim!...
Eu te saúdo povo terceirense,
Que trabalhas a rir e a cantar,
Que cavas os teus campos, mas que corres
Como um menino atrás dum toiro bravo...
Povo cortês, alegre e hospitaleiro,
Forte na Fé, e firme à tradição,
Filho bom desta alegre «Ilha Lilaz»
Cujo viver desmente o saudosismo
Deste lilaz do nome que te deram,
E que antes «rubro» deveria ser!...

Eco — *ILHA RUBRA...*

Ó linda Ilha Terceira — ó minha pequenina
Conchinha de esmeralda, boiando sobre o mar!...
— E's pequenina, sim, mas foste a heroína
Dos feitos mais sublimes, que a história há-de narrar!...

Chamar-te Ilha Lilaz... — é ironia fina...
—Não seria por mal...mas foi por não pensar...
Lilaz, é côr que lembra saudade, dôr, ruína...
E a tua vida é força e riso a borbotar!...

A Ilha Rubra sim, é que tu deves ser!
— Só este nome então de facto te cabia —
Vermelho é côr de glória, de sol e de prazer...
— Metade da Bandeira ovante, que nos guia...

Para mim não cabe bem ficar, prevalecer
Em ti a côr lilaz dum triste fim do dia.
— Poente, não há cá — mas nobre renascer...
Vermelha é que hás-de ser — vermelha de ousadia!

Rubra do sol vermelho das toiradas,
Do sangue moço a rir às gargalhadas,
Da nossa história, em sangue nobre erguida!

— Côr do meu coração a que andas presa...
Pois tu também, na Terra Portuguesa
Já foste o coração, o centro, a vida!

Chefe do Protocolo— E a vós, nobres estranhos a esta terra,
Que connosco viveis e trabalhais
E o mesmo pão e dores partilhais,
Eu vos saúdo!
E finalmente, ilustres forasteiros,
Que nesta hora aqui viestes ter
Para gozar connosco as nossas Festas,

O meu desejo e saudação é esta:
— Deixai-vos aqui estar, que estamos bem convosco!...
Mas, se tiverdes de partir, desejo
Que nos olhos leveis imagem bela...
— Dos nossos arraiais muita alegria,
De nós boa impressão e amizade!

E fique-nos ainda esta esperança:
Que de tudo guardeis feliz lembrança!

(Enrolando o pergaminho)

Por ordem de Sua Magestade
A Rainha das Festas da Cidade
Li: SAUDAÇÃO.

Festas Velhas — (Fazendo vénia à Rainha)
— Gentil e Real Senhora!
(a mesma vénia ao povo)
— Senhores que me escutais!
...Chamaram-me... eu aqui estou...

Festas Novas — E quem sois vós, nobre Dama?...

Festas Velhas — Alguém, que o presente chama
Para falar do passado...
— Um passado glorioso,
Inesquecível, saudoso...

Festas Novas — Mas quem sois vós, de verdade?...

Festas Velhas - Eu, gentil nobre Donzela,
Sou... as «Festas da Cidade»
Desta Cidade de outrora...
— Da que foi Dona e Senhora
De todo este Arquipélago!...
— Minha Cidade famosa!...

Como me sinto feliz
Por poderem os meus olhos
Voltar a ver-te de novo !
— Meu leal e nobre Povo,
Que bem me sinto entre vós !...

Festas Novas — Sois então as lindas «Festas»
Do tempo dos meus avós ?...

Festas Velhas— Sim, minha gentil Donzela...
E poderei eu também
Saber com quem estou falando ?

Festas Novas — Pois podeis, minha Senhora...
Eu... sou as Festas de agora..
Sou as «Festas da Cidade»
Deste ano que vem correndo..

Festas Velhas-- Verdade o que estais dizendo ? ..
E vós Donzela sabeis
Ao que fui aqui chamada ? !...

Festas Novas — Vós o dissestes Senhora...
De certo para nos contares
A beleza e explendor
De que fostes rodeada ..

— Falai do vosso passado !

Festas Velhas — O passado explendoroso !
Jámais será igualado !

Mas agora estou notando
Como isto está transformado !...
— Mas direi, para melhor...

Festas Novas —Reparai, nobre Senhora!...
Olhai bem... tudo ao redor...

Festas Velhas—Mas... as ruas são as mesmas...
Ainda o mesmo elegante
E espaçoso traçado...
Mas as casas mais bonitas...
Tudo mais fresco e alindado ..
— E que luz, que claridade!
— Tudo tão iluminado!...

Festas Novas —Mas contai Senhora minha,
Como fostes no passado!...
Todos estão ansiosos
Por ouvir a vossa história!

Festas Velhas — Pois - começo por dizer,
— Se me acudir a memória —
Que esta famosa Cidade
(suspira) — Ai Donzela, que saúdade!... —
Foi a antiga capital
Destas Ilhas encantadas...
— Salão Nobre dos Açores —
Chegou a ser capital
Do Reino de Portugal!...
— Nesta fidalga Cidade
Houve palácio Real!...

Festas Novas — Sabemos, Senhora minha...
A história fala-nos bem
Desse tempo sem igual!...

Festas Velhas —Mas, como eu ia dizendo,
As Festas de São João,
— Ou as «Festas da Cidade»,
A quem D. João Segundo
Deu foros de realeza,
Sabeis que nome tiveram?...

Este, de «Festas Reais» !...
— E aqui o foram de facto
Mais que em outra qualquer parte... —
Pelo fausto, beleza e arte!...

Festas Novas — Mas continuai Senhora !...
Contai sempre .. contai mais,
Que eu estou muito interessada !...

Festas Velhas —Ora, como a fina flor
Da fidalguia do Reino
Aqui vivia instalada...
E as Naus, que vinham da India,
Primeiro aqui aportavam
E cá riquezas deixavam,
Tudo vestia esplendor ! ..

Na véspera de S. João,
Havia o «Bando» chamado,
Pelo qual o povo todo,
Era às «Festas» convocado...

Depois, as «Encamisadas»...
— Num cortejo grandioso
De fidalgos Cavaleiros
Em seus cavalos garbosos,
Com ferraduras de prata
E arreios preciosos,
Que atravessava a Cidade,
Conduzindo pelas mãos
Dum menino da Nobreza
Um pendão de seda rubra,
Com um formoso «Agnus Dei»
Bordado a ouro de lei...

Festas Novas — Ó que fausto, que grandeza !

Festas Velhas —Cada fidalgo levava
Um, ou dois Pagens consigo···
— E as lanças altas e espadas,
De lavrado e rico punho,
Brilhavam ao sol de Junho,
De mistura ao colorido
Dos escudos brazonados,
Dos chapéu emplumachados...
Dos veludos e setins···
Dos penachos e das fitas...
Com tal brilho e tais riquezas,
Que os cronistas desse tempo
Descrevem estas grandezas
Como coisas nunca vistas...
E chegam a censurar
A Cidade, por mostrá-las
Aos imensos forasteiros,
Nacionais e estrangeiros,
Que então, por aqui passavam,
E aqui permaneciam...

— E que bem que então sabiam
Hospedar, e receber !...

Festas Novas — Também hoje, nobre Senhora,
Temos a honra e o prazer
De hospedar gente de fóra !···

— Hoje, como antigamente,
Angra, acolhe toda a gente !...

Festas Velhas —Tenho gosto que assim seja !...
Não é justo que se percam
Maneiras de fidalguia...

Festas Novas —Embora se vão perdendo···
Ainda há porte e cortezia···

— Mas, continuai Senhora !...
Todos gostamos de ouvir...

Festas Velhas — Depois... havia a seguir,
As «Justas» e os «Torneios» ..
Os jogos de galhardia,
Em que às lutas se adestravam
Os moços da Fidalguia...
(Apontando) Aqui mesmo, nesta Praça (Praça da Restauração)
Armada em anfiteatro,
Com camarotes, bancadas
E tribunas, adornadas
Das mais ricas colgaduras,
De damascos e veludos
Com franjas e bordaduras...
Servindo de pedestal
Aos rostos encantadores
Das aparições de então,
Que eram tidas pelas mais belas,
E mais gentis dos Açores !...
— E até de Portugal...

Festas Novas — Hoje então, Senhora minha,
(maliciosa) Não é fácil distinguir
Entre o falso... e o natural...

Festas Velhas — Mas... esquecia dizer...
— Ai, esta minha cabeça !...
E' natural que me esqueça...
Tantos séculos já passados !

Na manhã do grande dia
Da Festa de S. João,
Em vistosa cavalgada,
Vinha a Nobreza montada,
Ouvir missa e comungar...

A capelinha era ali (aponta)
Ao canto daquela rua
Que inda hoje tem o seu nome
— A rua de S. João ..

E dos seus pagens seguidos,
Os fidalgos cavaleiros,
Sem desmontar, mas erguidos
Nos estribos, com destreza,
Recebiam da varanda,
Das mãos ungidas do Bispo,
A sagrada Comunhão...

Festas Novas — Ó que visão de beleza!

Festas Velhas — Sim. Tendes razão Donzela,
Era a cerimónia mais bela!...

Festas Novas — Mais bela e impressionante...
E depois, Senhora minha,
Que mais se fazia então?...

Festas Velhas O festejo culminante:
Touradas no redondel...
Quinze toiros ferocíssimos...
Lidados em pontas vivas,
A' velha moda de Espanha ..
Por entre aplausos e vivas,
Sorrisos e emoção..
Não faltando os «Marialvas»
Com galhardas cortezias...

Festas Novas — Isso ainda é dos nossos dias...

Festas Velhas — Vieram depois as danças,
Competições e concertos ..
E até graça e poesia
Dos lindos «Jogos Florais»...

Festas Novas — Como eram encantadoras
As vossas «Festas Reais»!...

Festas Velhas —E agora, gentil Donzela,
Não poderei eu saber
Também o vosso programa?...

Festas Novas — Com certeza, nobre Dama,
Tenho gosto em vo-lo dizer...

Festas Velhas —Talvez não vá desmerecer
As minhas Festas passadas...

Festas Novas — Sim... talvez... vamos a ver...

Em vez das «Encamisadas»
Teremos uma vistosa,
Alegre e espectaculosa
«Espera de Gado Bravo»
Onde também haverá,
Entre muita gente a pé
Cavaleiros bem montados
Jovens destros e garbosos
Como aqueles do vosso tempo...

Festas Velhas —Muito bem... E que mais é?..

Festas Novas — Em vez das «justas», «torneios»,
Em que os jovens se adestravam
Para as lutas, para a guerra
Em que tanto se exaltaram
E conquistaram trofeus
Para a Glória desta Terra...
Teremos os desafios,
Os concertos, as corridas,
Em que atletas bem formados,
Se divertem sem pensar

Que a guerra possa existir,
— Que os homens possam matar...

Festas Velhas — Muito bem ! Estou de acordo,
Sinto-me entusiasmada !...

E toiradas .. haverá ?...

Festas Novas — Pois haverá, com certeza...
Ainda hoje, na Terceira,
E' a festa preferida...
— Duas toiradas de corda ;
Duas toiradas de praça...
Com menos toiros na «lida»
Mas com arte e valentia ..
Com a diferença também
Que já não são os fidalgos
A actuar no redondel ..
Mas sim artistas famosos,
Que em maneios de destreza,
Em «passes» habilidosos,
Nos fazem entusiasmar .
E os camarotes também
Se hão-de mostrar adornados,
Dando côr à velha Praça ..

Festas Velhas —Onde não há-de fallar,
Também a beleza e graça
Das raparigas de agora...
Pois já vi que na Terceira
Belas moças, sempre as há ..

E que mais, dizei-me lá ?...

Festas Novas — Cortejos religiosos,
Arraiais e exposições...
Lindo fogo de artifício,

Regatas e iluminações
De feérico e lindo efeito
Como aquelas que ides ver...

Festas Velhas - Pois sempre vos vou dizer
Que as minhas Festas de outrora
Em nada desmerecerão
As vossas Festas de agora...

Festas Novas — Serão favores Senhora?...

Festas Velhas — Não Donzela, é a verdade!
E, só me resta partir...
Vou regressar ao passado
Satisfeita e convencida
De que ainda há boa vontade,
Alegria e mocidade,
Nesta ilha encantadora..
Que Angra continua a ser
Uma formosa cidade!...

Adeus, mui nobre Donzela,
vénia à Rainha) Alteza Real — Adeus!...
Obrigada vos eston
Por esta lição tão bela...

Festas Novas — Obrigados somos nós
Por nos ter dado o ensejo
De ficar a conhecê-la!

Festas Velhas — (Cumprimenta e afasta-se)

Festas Novas — (Voltando-se para a Rainha)

Ouvistes Real Senhora?..
E agora,
Que destinais que se faça?...

Rainha — (pondo-se de pé com imponência)

Eu... neste ano da Graça
De mil novecentos e cincoenta e oito
Na Terceira de Jesus,
Como Rainha das Festas
Desta mui nobre Cidade
De Angra do Heroísmo,
Para não faltar à verdade
De tão rica tradição,
Por tudo o que me dizeis,
E tambem se manifesta.
Mando...
Que se dê princípio à Festa!

Representado em frente do Municipio
na Praça da Restauração.

A casa rural da Ilha do Faial

Pelo Prof. Dr. WILHELM GIESE

Na minha viagem aos Açores, em Março de 1959, tive ocasião de visitar uma grande parte das povoações da Ilha do Faial e estudar a casa rural desta ilha. Encontrei três tipos de casa que são os seguintes:

Tipo I

Em Portela [a] encontrei uma casa primitiva que hoje serve de celeiro. Sem dúvida era nos tempos passados habitação. O edifício (figura a) apresenta um telhado de duas vertentes, muito inclinadas, cobertas de palha, e quatro paredes de pedras toscas, sem argamassa, que não são caiadas. A frente e a parte de trás rematam superiormente em triângulos de lados iguais. A parede da frente não vai até o topo; a parte mais alta é formada por tábuas de madeira horizontais. Na parede da frente encontra-se uma porta de tábuas verticais à qual se chega por dois degraus. As paredes laterais são muito baixinhas. O interior é um só quarto.

Trata-se pois duma habitação muito primitiva e arcáica, oriunda do primitivo telhado sem muros, que serve de protecção contra os ventos. (Ainda mais primitiva é uma só parede inclinada).

Encontramos as mesmas construções, bastante grandes e também mais pequenas, em Portela e em Granja [b] servindo de estábulos, palheiros, etc.

(a) — Lugar da Freguesia da Feteira (N. R.)
(b) — Lugar da Freguesia da Feteira (N. R.)

Conheço as mesmas construções como palheiros e celeiros na Ilha da Madeira, em Machico e Santa Cruz. Na Madeira existem ainda as mesmas construções sem paredes laterais como celeiros, e, em Santa Ana, serviam em 1932 também para habitação (veja-se K. Brüdt em *Boletim de Filologia*, Lisboa V, 74-77, com figuras).

Tipo I I

Muito difundido em Ribeira Funda, (c) Portela e Granja é a casa de um pavimento com telhado de telhas, de duas águas. Encontra-se também em Espalhafatos. (d)

Tomámos como exemplo uma casa muito antiga de Ribeira Funda, hoje abandonada pelos seus habitantes e servindo para guardar o arado, a canga e outros instrumentos agrícolas. A casa está com uma empena voltada para a rua e em frente da fachada, a parede mais comprida, encontra-se um terreiro com o poço, do qual se tira a água por meio duma soga e dum balde de aduelas de madeira com dois aros de ferro. A meio da parede da fachada está a porta. De cada lado da porta há uma janela e à extrema direita fica uma janela pequenina, sem vidro. As paredes são de pedra tosca, sem argamassa e sem caiaço, mas as umbreiras da porta e das janelas são formadas por pedras bem talhadas. As janelas grandes, separadas em duas partes por uma pedra horizontal, teem vidros. No interior, a casa está dividida no quarto, à direita, e na cozinha, à esquerda (fig. b) (1). Na cozinha vê-se na parede da empena a lareira (1) e no canto esquerdo da parede trazeira a boca do forno para cozer o pão (2). O forno propriamente dito sai da planta da casa. Estes fornos com casa própria saindo da parede da grande chaminé, comum ao forno e à lareira, são muito

(c) — Povoação da Freguesia de Cedros (N. R.)

(d) — Lugar da Freguesia de Ribeirinha (N. R.)

(1) — As figuras b e c são esbôços sem medida.

(2) — Estanco Louro, *O livro de Alportel*, Lisboa, 1929, p. 387: «umas vezes (o forno) está dentro do alpendre». Cf. Silva Ribeiro na *Açoreana*, II, 215.

característicos destas casas, vistas de fora. No quarto, separado da cozinha por uma parede de pedra, veem-se na parede trazeira a prateleira (3) e a cama doble de dois sobrados (4). Encontrei ademais uma cadeira, um escabelo, duas arcas, a maior para conservar milho, e uma caneca de madeira para água, ligeiramente cónica, já algo destruída, de aduelas de madeira com (originàriamente) três aros de ferro. Corresponde este recipiente de madeira mais ou menos à caneca madeirense (Brüdt, fig. 4 f., p. 89).

Mais desenvolvida é uma casa de Portela. Aqui se repetem o terreiro com o poço em frente da casa, a mesma situação da casa com respeito à rua, as paredes de pedra tosca e o telhado. Há duas portas, uma à esquerda outra à direita, na parede da frente, e entre elas uma janela. As umbreiras das portas e da janela são caiadas. No interior (fig. c) repete-se a cozinha (A), à qual conduz a porta exterior da esquerda, com a lareira (1), chaminé e a boca do forno (2) no mesmo lugar, como em Ribeira Funda. O antigo quarto é aqui dividido em duas peças, o quarto de habitação (salinha) à direita (C) e outro quarto (B), no meio da casa. Deste último conduz uma escada ao desvão (ou sótão) por cima de B e C, aqui já com uma janela. O desvão servia nos tempos passados de celeiro ou granja e hoje de dormitório. Aí está a antiga cama que conhecemos na casa de Ribeira Funda.

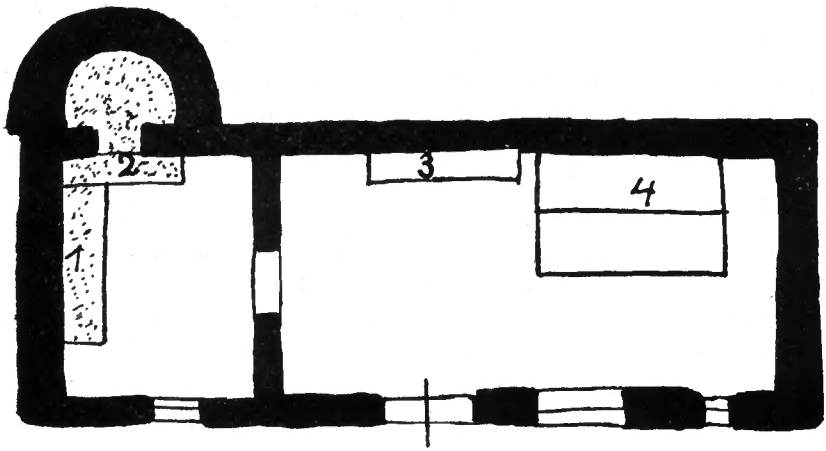
Corresponde a este tipo de casa uma casa da povoação de Granja, cujas paredes apresentam já argamassa. Há duas portas e uma janela intermédia na parede da frente e uma janela na parede da empena esquerda. No interior encontram-se a cozinha e dois quartos. O desvão possui uma pequena janela na parede da frente e outra na parede da empena esquerda, esta última enlaçada num madeiramento que representa uma porta exterior do celeiro. Junta-se a esta casa, na parte direita, um estábulo mais alto e mais largo com telhado de palha, muito inclinado.

Casas correspondentes, de Espalhafatos, oferecem na parede da frente (mesma situação da casa com respeito à rua como em Ribeira Funda e Portela) três janelas e uma porta à direita. A janela mais à esquerda é a da cozinha.

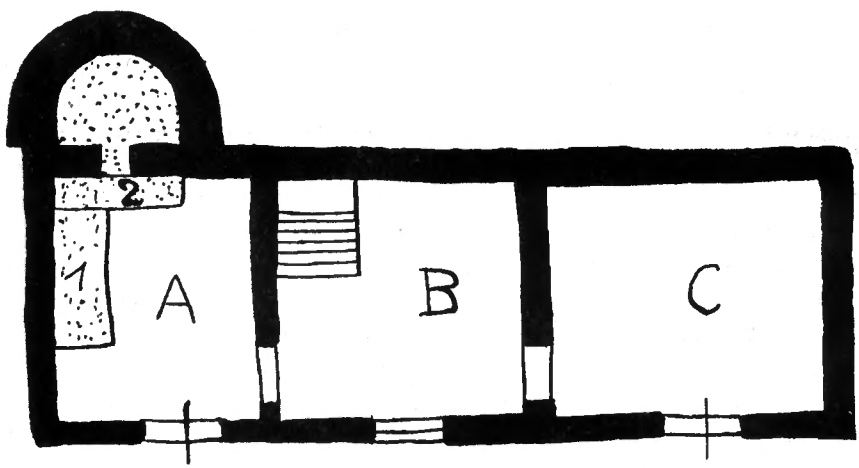
Da casa de disposição semelhante à da antiga casa de Ribeira Funda, com paredes de pedras toscas conservam-se também pou-

a

Casa rural da Ilha do Faial



b



c

Casa rural da Ilha do Faial

cos exemplos em Santa Cruz da Graciosa. Na Vila das Velas (São Jorge) conheço um exemplo na margem da Vila (casa caiada). Sem forno, aparecem algumas destas casas em Ribeira Grande (São Miguel) e na parte mais antiga de Angra do Heroísmo, casas caiadas, que teem conservado também a pequena janela à direita da grande janela, que fica por sua vez à direita da porta da entrada. Encontram-se casas com disposição idêntica à casa de Ribeira Funda, mas com a cozinha (combinada com o forno) à direita do quarto, em Arrifes, na Ilha de S. Miguel.

As casas mais evolucionadas (variante de Portela), com a cozinha também à direita, com o forno saindo fora da planta própria da casa e com grande chaminé, são características de várias povoações da Ilha Terceira, especialmente de Santa Bárbara e Raminho. Devem juntar-se a estas as casas de Curral das Freiras, no interior da Ilha da Madeira (com sótão ; Brüdt p. 80 e planta IV na p. 76) e as casas das regiões planas da Ilha de Porto Santo (Brüdt p. 78 e planta III na p. 76).

Estas casas de um pavimento continuam as casas introduzidas nas ilhas pelos portugueses, os quais vieram de todas as regiões de Portugal. Existem em Portugal casas de um pavimento no Minho e nas montanhas transmontanas. Estas casas, que no norte de Portugal não representam um tipo único, pouco ultrapassam a margem esquerda do Douro. Trata-se dum tipo de casa muito antigo e seguramente pré-romano, que dominou no noroeste, antes da chegada dos romanos. Muito mais divulgada em Portugal é outra casa de um pavimento, a casa do sul, que tem a sua origem na casa berbere. Estas casas ou as casas que derivam delas existem, segundo as minhas observações, de 1927 e 1959, no Algarve (Silves, Loulé, Faro, São Brás de Alportel, Olhão, Fuzeta, Luz de Tavira, Tavira,) no Alentejo (Moura, Monsarás, Évora, Estremós, Vila Viçosa, Elvas), e também na Estremadura, como casas de saloios (podem citar-se aqui várias casas de Óbidos, que vi em 1957). Considerando a vasta área da expansão da casa dum pavimento, de origem berbere, do Sul de Portugal, parece-me que a casa das ilhas vem essencialmente da casa algarvia e alentejana.

Também as chaminés são bastante semelhantes às chaminés

do sul, como já indicou Silva Ribeiro (*Açoreana*, II, 215). As grandes e às vezes enormes chaminés do Sul de Portugal vão em direcção setentrional, até o extremo norte do Alentejo e encontram-se ainda no Ribatejo, na região de Santarém. Na Serra da Estrêla já são mais pequenas. Conheço, porém, poucos exemplos de grandes chaminés no Alto Douro (Pocinho).

A combinação da lareira com o forno, utilizando uma chaminé comum, será uma evolução efectuada nas ilhas dos Açores, na Madeira e no Porto Santo (sobre o forno destas últimas ilhas veja-se Brüdt p. 304 e fig. a fig. a na p. 85). Desta opinião é também F. Krüger, que estudou a lareira de Terceira no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XIV (1956), publicado em homenagem ao Dr. Luís da Silva Ribeiro, p. 95-105 (veja-se especialmente p. 101). Explica o Sr. Krüger a combinação por razões climatológicas. Existiam, porém, já exemplos no Algarve (2) e no Alentejo. (3)

Tudo isto fala a favor da origem da casa açoreana de um pavimento, no Sul de Portugal.

Tipo III

Em Espalhafatos existe ainda outro tipo de casa. Trata-se duma casa de dois pavimentos. O telhado é o mesmo telhado de duas águas, de telhas, que conhecemos no tipo I. As paredes são construídas de pedras irregulares, mal lavradas e apertadas com argamassa. No rez-do-chão, com quatro portas na parede da frente, encontram-se o estábulo, a atafona, o carro, o arado e mais instrumentos agrícolas. A habitação, cozinha e dois quartos está no andar superior, com quatro janelas na parede da frente, e é acessível por uma escada de pedra exterior que conduz à cozinha. A porta de entrada está na parede da empena esquerda. Também aqui se repete o forno, reunido à lareira por uma cha-

---

(2) — Estanco Louro, *O Livro de Alportel*, Lisboa, 929, p. 1587 : «umas vezes (o forno) está dentro do alpendre. Cf. Silva Ribeiro na *Açoreana*, II, 215.

(3) — J. da Silva Picão, *Através dos Campos*, 2.ª ed., Lisboa, 1947, p. 16, «Em alguns montes o forno comunica com a habitação familiar». Cf. Krüger, p. 101.

miné comum, saindo da planta da casa, no mesmo lugar, como nas casas de um pavimento.

Conheço este tipo só de Espalhafatos, não o vi em outras povoações, nem nas outras ilhas, nem na Madeira. Tampouco tenho notícias da sua existência nas ilhas. As características são: cozinha no andar superior, por baixo o estábulo, etc., e escada exterior.

Esta casa tem a sua origem na Itália Central, onde foi sempre e continua a ser a casa dos vinhateiros. Da Itália passou ao Sul da França, onde se divulgou, e ao Norte da Península Ibérica. (4) Em Portugal este tipo de casa aparece no Norte do país, até ao Tejo. Conheço-o no Minho (Monção, Arcos de Valdevez), no Douro Litoral (arredores de Felgueiras), em Trás-os-Montes (entre outros lugares em Vila Real e também na Terra de Miranda) e na Beira (Batalha, Santa Comba Dão, Celorico da Beira, Serra da Estrêla).

Temos, pois, neste caso uma clara influência do Norte de Portugal na ilha do Faial.

Influência do Norte são também os carros de bois dos Açores, que correspondem aos carros usados desde o Minho e Trás-os-Montes até à Serra da Estrêla. Os carros do Alentejo e do Algarve são diferentes, quanto eu vejo. (5) Aparecem nos Açores com entrançado, como na Galiza, em certas regiões do Minho (conheço os de Caldas de Taipas) e na Serra da Estrêla, ou com estacas (fueiros). Notei a existência de carros com entrançado nas ilhas de S. Miguel, Terceira, São Jorge, Faial e Corvo. Um debuxo de J., e H. Bullar, em *Um inverno nos Açores*, Ponta Delgada, 1949, p. 243 mostra o respectivo carro de S. Miguel de 1838. Carros com estacas (fueiros) encontram-se nas ilhas de Graciosa e de São Jorge. Usam-se também na ilha do Porto Santo e na Madeira, nos arredores do Paúl da Serra (antes também em Câmara de Lobos (1906); veja-se Brüdt, p. 315-317, com debuxos, p. 313). No arquipélago da Madeira as rodas dos carros são rodas cheias (Brüdt p. 317 e fig. p. 313). O mesmo particular ofereciam as rodas em

(4) — Veja-se W. Giese, RDTP VII, 575-580 e mapa na p. 588.

(5) — Silva Ribeiro crê que existe o mesmo carro em todas as regiões de Portugal. (*Açoreana*, II, 215).

S. Miguel (debuxo de Bullar). Na Ilha de S. Jorge (Vila das Velas) as rodas são ainda hoje maciças, apresentando apenas dois furos muito pequeninos. (6) Em Portugal usam-se rodas cheias no Alto Minho e em Braga, segundo F. Krüger (7). Vi-as em Caldas de Taipas.

A canga de bois dos Açores pode ser de todas as partes de Portugal, porque a canga que se põe no cachaço do animal usa-se do Minho ao Algarve. As cangas ornamentais, que nos Açores só se empregam na Ilha Terceira, demonstram uma clara dependência das cangas ornamentais do Minho, única região onde aparecem em Portugal (8).

Também a caneca de Ribeira Funda e da Madeira será de origem norte-portuguesa. Vi em 1957 um recipiente de água de forma parecida em Valença do Minho. Pode comparar-se ainda ao recipiente de madeira, para água, que as mulheres de Pontevedra levam ou levavam à cabeça. (9) Os recipientes de Valença e de Pontevedra são mais compridos que os das ilhas. Uma caneca de madeira usava-se também em Vila Real (Trás-os-Montes) para transportar água (10); pode-se presumir que a sua forma correspondia em algo aos recipientes mencionados.

Os moinhos de vento dos Açores não podem servir para determinar uma influência do Norte ou do Sul de Portugal. Os cinco moinhos de Santa Cruz de Graciosa e um moinho em Arrifes (S. Migugel) que visitei e estudei, correspondem na casa cilíndrica de pedra, fixa, e no cone superior movediço (que na Graciosa oferece a forma duma cúpula baroca como a das igrejas da Baviera e da Rússia) aos moinhos de vento, que em

---

(6) — Estes furos são muito mais pequenos do que os das rodas do carro de Santo Lourenço, perto de Chaves (Trás-os-Montes) publicado por F. Krüger, *Wörter und Sachen*, X (1927), 76, foto 20.

(7) — *Wörter und Sachen*, X 74, com foto 18 do Alto Minho.

(8) — Veja-se o interessante estudo de L. da Silva Ribeiro, *Cangas de bois nos Açores*, Angra do Heroísmo, 1938, com lâminas (em *Açoreana*).

(9) — Veja-se Fr. Christiansen, *Das spanische Volk*, Leipzig, 1937, foto antes da p. 313, cf. foto depois da p. 280. Não sei se esta caneca se usa ainda; não a vi em Pontevedra em 1954.

(10) Veja-se F. Krüger em *Volkstum und Kultur der Romanen*, II (1929/30), 173. Em 1957 não vi canecas de madeira em Vila Real.

Portugal se encontram por toda a costa atlântica, desde o Minho até o Algarve (11). A casa de pedra tem a mesma forma que a do moinho de Abremar (Minho) publicado por Krüger no seu belo estudo sobre o moinho de vento português (12) p. 160-161, fotos 12-13). Um moinho algarvio que vi perto de Loulé (1959) é mais baixo e mais comprimido. Esta diferença, porém, não pode ser de grande importância.

Para o que Krüger chama «o sistema português» é característico o conjunto de oito varas que entram no grande eixo, mais ou menos horizontal, do moinho e que servem para atar as velas triangulares. São quatro velas e cada uma segura-se entre duas varas vizinhas (cf. Krüger, foto 13). Agora o sistema das velas é nas ilhas de Graciosa e de S. Miguel diferente. Em vez das oito varas há quatro asas rectangulares, compostas de uma vara com três vêrgas paralelas, laterais (do mesmo lado da vara principal) e 14 vêrgas que, em ângulo recto à vara e às vêrgas antes mencionadas, reunem as vêrgas longas entre si e com a vara principal. As velas são rectangulares. Este sistema é mais desenvolvido do que o «sistema português». Oferece certa analogia com as asas que se usam na Mancha, (13) nas ilhas Canárias, (14), nas Baleares (15) e na ilha de Formentera. (16) O sistema difere, porque em todos estes casos trata-se de asas compostas da vara principal e uma vêrga lateral a cada lado dela. Há quatro asas na Mancha e nas ilhas Canárias, e seis nas Baleares e em Formentera.

---

(11) — H. Lautensach, *Portugal*, vol. I. Gotha 1932, p. 132; F. Krüger em *Boletim de filologia*, IV (1936), 157 segs.

(12) — *Boletim de filologia*, IV, 156-177.

(13) — Veja-se O. Jessen em *Mitteilungen der Geographischen Gesellschaft in'Hamburg*, XLI, lâmina 22. foto 2, Campo de Criptana.

(14) — Krüger, p. 168, fig. 5 b.

(15) — F. de B Moll, *Vocabulari tècnic dels molins de vent de les Balears* (em *Butlleti de dialectologia catalana* XXIII), fig. 1-4.

(16) — Segundo um bilhete postal ilustrado. Na ilha de Ibiça encontrei em Março de 1958 só dois moinhos sem asas que não se usaram mais. Informam-me da existência de vários moinhos em laboração na ilha de Formentera. — Sobre a divulgação do sistema no Sul da França, etc. Veja-se Krüger, p. 166 (com foto dum moinho do Querzy na p. 167).

Vimos que as asas dos moinhos de São Miguel e da Graciosa não correspondem ao «sistema português», nem à forma das asas que se usam na Espanha e nas ilhas Canárias. Correspondem, sim, às asas (são sempre quatro) dos moinhos da Holanda, tanto dos moinhos de pedra com teto móvel (17) como dos moinhos com casa de madeira que gira sobre um eixo vertical, (18) e da Bélgica (19). A quantidade das pequenas vêrgas é aqui muito maior que nos Açores (30 no moinho de Bleskensgraaf). Temos, pois, neste caso uma influência nos Açores dos flamengos que tomaram parte na povoação das ilhas.

Na Ilha do Faial, o tipo dos moinhos de vento é completamente diferente dos moinhos de São Miguel e da Graciosa. Dos três moinhos do nordeste da Horta, um é mais antigo que os dois restantes. A casa do moinho é de madeira e pode virar sobre um eixo vertical de madeira, assentado num cone de pedra, que serve de base à casa. Antes da porta há uma pequena galeria com balaustrada. A' galeria junta-se uma escada de madeira, com parapeito de ambos os lados. A escada vira com a casa. Moinhos do mesmo tipo usam-se na ilha de Porto Santo (Brüdt p. 300-303, com foto p. 301 e debuxos p. 295).

Estes moinhos estavam divulgados no Norte da França, na Bélgica, na Holanda e em partes da Alemanha, países onde se conserva, só raras vezes um ou outro exemplar (20). Este tipo de moinho foi introduzido no Faial e no Porto Santo pelos flamengos.

O moinho descrito do Faial e os moinhos do Porto Santo oferecem como aparato de movimento as oito varas do «sistema português». Trata-se aqui duma combinação de elementos flamen-

(17) Havia antes da guerra de 1939-1945 dois moinhos deste tipo em Rotterdam (um no Ostpleim outro no Delfthavensche Schie), em Delft, o moinho chamado «de Roos» (na Westvest) e outro moinho.

(18) — Conheço de fotografias um moinho de Bleskensgraaf e o moinho do Watermolenwei, em Dordrecht arrancado em 1876.

(19) — A fotografia dum moinho de madeira que vira sobre um eixo vertical, dos arredores de Courtrai, foi publicado em C. Holand, *La Belgique*, vol I, Grenoble, 1927, p. 92.

(20) — Veja-se F. Krüger p. 162, e as duas notas anteriores.

gos e portugueses, ou, o que me parece mais verosímil, possuiam os moinhos flamengos nos tempos passados também o sistema das oito varas e velas triangulares.

Os dois restantes moinhos do Faial, também com casa de madeira, que pode virar sobre um eixo vertical, possuem, para pôr o moinho em movimento, as mesmas asas (de origem flamenga) como os moinhos de vento das ilhas de São Miguel e da Graciosa, aqui com 12 vêrgas pequenas em cada asa.

Por estas explicações me foi possível não só aclarar a origem das casas populares e de objectos tradicionais da Ilha do Faial, mas também ilustrar a história do povoamento desta ilha.

Diário do Conde de Vargas de Bedemar na Terceira (1836)

Pelo Dr. Martim de Faria e Maya

Introdução

O Conde de Vargas de Bedemar (Eduardo Romeo Vargas) foi um gentilhomem da Côrte dinamarquêsa (onde teve cargo de camarista do Rei Frederico VI) que, na sua qualidade de geólogo, de Director do Museu de História Natural da Dinamarca e de Sócio da Academia Real das Ciências de Copenhaga, visitou Portugal nos anos de 1835 a 1837.

A identidade e personalidade desta curiosa personagem foram até há pouco mal conhecidas e determinadas, não obstante ele ter

sido, a partir sobretudo da primeira metade da sua vida, assaz conhecido e distinguido no seu país. Estudos recentes dão-nos mais precisos e completos esclarecimentos e informações que habilitam a fazer um resumo biográfico, se bem que fiquem ainda por conhecer alguns passos e pormenores da sua vida e pessoa, o que, pelo menos em parte, com mais tempo e vagar talvez se possa conseguir futuramente ao prosseguir e aperfeiçoar o trabalho que tenho entre mãos.

*

Eduardo Romeo nasceu em 15 de Junho de 1770 em Kiel, no ducado de Holstein que nessa época fazia parte do reino da Dinamarca. Seu pai, o Conde Carlos Emanuel Vargas, era espanhol e pertencia a uma antiga família estabelecida em Badajoz pelo menos desde o princípio do Século XVIII. Sua mãe, Isabel Murray, era de nobre ascendência escocesa, filha de Guilherme Murray, nascido em Edimburgo e que foi Conde de Dunmore. Não se sabe quando e por quem foi conferido a Eduardo Romeo o título de *Conde de Vargas de Bedemar*, pelo qual foi sempre geral e oficialmente conhecido. (Houve, porém, um tal Carlos Frederico Augusto Grosse, de Magdeburgo, que usurpou este título, usando-o abusivamente. Daí o ter havido confusão entre os dois, alguns julgando tratar-se de uma e só pessoa).

Em 1772 seus pais viviam em Pau. Vargas passou a infância e a juventude (que foram felizes) na França e na Alemanha, pelo que falava igualmente bem o francês e o alemão. Foi em França que fez o serviço militar. Quando tinha cêrca de 20 anos uns tios paternos chamaram-no para Espanha. Passou pouco depois a servir como oficial de artilharia num batalhão da guarnição de Ceuta, o qual, no verão de 1791, foi transferido para Algeciras. Em consequência de uma dramática intriga amorosa, Vargas retirou dali para Marselha e depois para a Corsega e mais tarde para Livorno, na Italia. Naquela ilha e nesta cidade teve dois romances amorosos bastante agitados.

Em Italia, onde permaneceu muito tempo (desde 1792 a 1807)

e conheceu seus primos os Duques de Vargas Machuca (um residente em Nápoles e outro em Roma), continuou a revelar o seu irrequietismo e o seu gosto pelas viagens, ao mesmo tempo que se dedicava às suas preferências artísticas, literárias e científicas, votando-se a pesquisas e estudos mineralógicos, cujos materiais recolheu depois em Copenhaga. Em Siena, por exemplo, fundou em 1798 a «Academia Italiana». Mais tarde, em 1806, publicaria, como resultado de estudos feitos na Sardenha, um trabalho acêrca da mineralogia naquela ilha.

Entretanto, o Conde de Vargas viu-se envolvido nos acontecimentos políticos e militares que durante as guerras napoleónicas perturbaram a Italia, pois serviu no exército de Napoles como oficial de cavalaria. Esta cidade era a capital do reino das Duas-Sicilias que em 1806 pertencia a um dos ramos da Casa de Bourbon. Naquele ano os exércitos de Napoleão expulsaram de Napoles os Bourbons (que vieram a recuperá-la em 1815) e em consequência da guerra o Conde de Vargas de Bedemar esteve prisioneiro dos franceses durante algum tempo. Foi libertado graças à intervenção de um seu amigo, o Barão Herman Schubart, Consul dinamarquês em Livorno, e em Julho de 1809 estava já na Dinamarca, onde foi muito bem acolhido pela Côrte e pelos meios sociais e científicos de Copenhaga. O Rei Frederico VI e o Principe Herdeiro (que veiu a ser Cristiano VIII) deram-lhe amizade e larga protecção que lhe permitiram fazer várias viagens de estudo e ocupar posições de relêvo social e científico naquele país.

Foi nomeado Camarista do Soberano e «Inspector do Gabinete Mineralogico» do Principe Herdeiro e feito, como já foi dito, Director do Museu de História Natural da Dinamarca e Sócio da Academia Real das Ciências de Copenhaga. Com o resultado das suas viagens e estudos ficaram alguns livros do Conde de Vargas de Bedemar acêrca do vulcanismo em algumas ilhas, da geologia das ilhas de Bornholm e das observações feitas na Noruega, na Suécia e na Lapónia.

Além destas obras de carácter méramente científico, Vargas deïxou diversos escritos inéditos nos quais revelou a sua cultura e as suas curiosidades e propensões de espírito. Em novelas e

ensáios redigidos com elegancia tratou de assuntos históricos (entre eles, alguns de história militar) e fixou impressões e locubrações suas de natureza filosófica, artística e literária, denunciando com elas a influência da cultura francesa (era admirador de Rousseau, de Voltaire e de outros escritores franceses do Seculo XVIII, como Marmontel, ao qual se referirá no *diário* escrito em Portugal) e a feição lírica, sentimental (diriamos: romântica) de um temperamento com características a um tempo nórdicas e meridionais.

O seu mais recente e completo biógrafo, analisando um retrato dele, descreve-o como «homem bonito, de tipo romântico à Werther, com cabelo naturalmente ondulado, perfil grego e olhos grandes e brilhantes».

Dizem os seus biógrafos que o Conde de Vargas foi «admirado e estimado por todos», até à sua morte, ocorrida em Copenhaga em 15 de Março de 1847.

*

Foram o interesse pelos estudos geológicos e o gosto pelo desporto das excursões que certamente trouxeram o Conde de Vargas de Bedemar a Portugal, em 1835. Depois de uma estadia em Lisboa naquele ano, Vargas passou às ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores, visitando-as todas de cabo a rabo. No principio de 1837 regressou a Lisboa demorando-se ali alguns meses até partir para as Canárias, via Madeira, onde voltou a permanecer durante umas semanas.

Do resultado das suas excursões e pesquizas científicas nos Açores deixou um breve trabalho: - «*Resumo das Observações geológicas feitas em uma viagem ás Ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores*». Este foi publicado em folheto: numa 1.ª edição (de 1837) em Lisboa e numa 2.ª edição (de 1857) em Ponta Delgada, e foi reproduzido no «*Correio Michaelense*» de 23 de Maio de 1857 e no Volume X do *Arquivo dos Açores*. A parte do mesmo trabalho relativa à Ilha Terceira foi publicada (com maior extensão do que aquela que se encontra no citado folheto) no jornal angrense

Liberal, de 6 de Março de 1836 e reproduzida deste no Vol. XI do «*Arquivo dos Açores*». Todas estas publicações foram tradução portuguesa do orginal francês do punho do autor.

O mérito ciêntifico das «*Observações*» é quasi nulo. Num *Ensaio sobre a bibliografia geológica dos Açores*, inserto no Vol. XI do «*Arquivo dos Açores*», o Dr. Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro, analisando o conteúdo do opúsculo citado, aponta o seu *carácter fantasioso* e diz a seu respeito: «*E' bastante imperfeito e incompleto este «Resumo das Observações» de Bedemar, onde avultam lacunas e êrros grosseiros de todo o ponto indesculpáveis denotando exame superficialissimo do solo de par com uma carência absoluta de originalidade na investigação e vistas científicas sumamente atrazadas para a epocha, mas sobretudo apoz os trabalhos de Webster e Mousinho d'Albuquerque*». Garcia Ramos e o Coronel Afonso Chaves também o consideraram, no que disse da geologia açoreana, superficial e fantasista. Aliaz os seus biografos não deixam de notar que «*as suas obras não sobreviverão*» o que parece confirmar que, não obstante o poder ter tido algum valor como fundador e conservador de museus de história natural e como obtentor de materiais para eles, o Conde não foi abalisado cientista.

Mas se neste domínio nada deixou que nos mereça interesse e em que se tenha revelado minucioso observador, outro tanto não pode dizer-se do que como simples turista e homem do mundo viu, relatou e comentou a respeito dos aspectos naturais, da vida social e d'algumas figuras políticas e mundanas que pôde conhecer durante a sua estadia em Portugal — o que até hoje foi ignorado entre nós e agora começo a tornar público.

*

Ao compulsar e coordenar vários documentos dispersos que restam do Arquivo de Família vulgarmente chamado da *Casa da Arquinha* (último solar dos Machados de Faria e Maya), em Ponta Delgada, foi-me dado ler o *diário* que o Conde de Vargas de Bedemar escreveu durante a maior parte da sua estadia em

Portugal. Esse *diário* foi escrito sob a forma de cartas ou integrado em cartas dirigidas pelo cortezão dinamarquês à minha Bisavó D. Tereza Clara de Jesus Cardoso Machado de Faria e Maya. Tal correspondência foi objecto de uma cópia e de uma tradução (inéditas) de meu Avô, João Machado de Faria e Maya, as quais foram guardadas por minha Tia, Senhora D. Maria Evevelina Botelho de Faria e Maya Aguiar. Por minha vez as aproveitei a fim de que, com indispensáveis notas explicativas, esse *diário* faça parte de umas monografias históricas em que, sob o título genérico *Memórias da «Casa da Arquinha»* (já adotado pelo meu referido Avô numa série de artigos publicados em 1906 e 1907 no *Diário dos Açores*, de Ponta Delgada), penso reunir diversos estudos e documentos do citado Arquivo de Família. Efectivamente, julgo que o *diário* do Conde de Vargas de Bedemar se reveste de interesse para quem deseje conhecer as curiosas impressões e descrições de um culto, sagaz e categorizado viajante estrangeiro acêrca de algumas terras portuguesas e da sua vida social, há 120 anos. E' a parte relativa à Ilha Terceira que, com esta *introdução* e as notas ao texto, gostosamente agora entrego ao *Instituto Histórico* da mesma Ilha para publicação no seu *Boletim*.

*

O Rei Frederico VI da Dinamarca, que era amigo pessoal do Conde de Vargas de Bedemar, e o governo dinamarquês, devem tê-lo recomendado muito especialmente aos altos meios oficiais e sociais de Lisboa e estes por sua vez o mesmo devem ter feito junto dos das Ilhas. Isto deduz-se da forma particularmente atenciosa como o Conde foi recebido em terras portuguesas. Assim, em Lisboa foi hospede da própria Legação da Dinamarca e obsequiado pela melhor Sociedade, e na Terceira foi alojado no Palácio do Governo e recebido no cais de Angra por todas as autoridades e até por um destacamento militar que lhe apresentou armas, como se fôra uma categorizada entidade oficial. Não admira, pois, que em S. Miguel tivesse frequentado também as me-

lhores famílias e sido recebido amiúde na *Casa da Arquinha* por onde no Século XIX passaram as gradas personagens que visitavam aquela ilha e onde habitualmente se realizavam recepções que marcaram na história da sociedade local. O ilustre Doutor Caetano d'Andrade escrevendo no «Correio Michaelense» em 1881, a propósito da morte de José Ignacio Machado de Faria e Maya, ao referir-se à *Casa da Arquinha* dizia: «*o último salão que ahi havia aberto às antigas recepções semanais, onde os apresentados ainda encontravam a cordial acolhida dos antigos tempos e onde parentes e amigos formavam em torno do velho patriarcha um grupo sympathico, derradeiro representante d'uma época de geral convivio, onde para cada familia havia destinado um dia da reunião, talvez o nosso ultimo salão era o d'esse palacete da Arquinha, outróra iluminado pelos clarões das soirées, animado pelas harmonias das muzicas, pelas vozes satisfeitas dos convidados, pelos alegres clamores das crianças...*» Esta tradição vinha já do princípio do século e que o Conde de Vargas foi um assíduo frequentador da *Casa da Arquinha* deduz-se de vários textos do seu *diário*.

Ora, nesse tempo viviam ali com a respectiva proprietária, a Morgada D. Helena Vitória Machado de Faria e Maya, várias senhoras, a maior parte das quais em plena juventude, e de quem o Conde conservou grata lembrança e a que dedicou forte estima. Uma delas foi a destinatária das suas *cartas-diário*, D. Tereza Clara de Jesus Cardoso Machado de Faria e Maya, que então tinha 19 anos de idade. Para não cair em repetições escusadas, pois nas notas ao texto do *diário* terei ocasião de me referir às pessoas que nele se mencionam, limito-me agora a alguns breves apontamentos biográficos àcerca desta Senhora.

D. Tereza nascera em 3 de Agosto de 1816 e era filha daquela Morgada e Chefe da Casa e da Família, e do segundo marido desta, o conhecido Desembargador Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, já então falecido.

Atravez do depoimento escrito ou oral de pessoas que a conheceram jovem, sabe-se que, sendo formosa e airosa ao mesmo tempo que inteligente e simpática, se fez notar desde muito nova ainda pela sua natural finura de sentimentos e porte e pela ma-

neira como sabia conversar e receber. Graças especialmente ao convívio de seu pai, que tinha em especial preferência, e de outras pessoas cultas e ao preceptorado de uma professora irlandeza que veiu contratada para ensinar as «meninas da Arquinha», adquiriu cêdo uma boa instrução e o conhecimento cabal das línguas francesa e inglesa. Aos 16 anos foi ela quem, na Arquinha, ajudou o pai a fazer as «honras da casa» quando, em 1832, ali se hospedaram além do Conde e da Condessa de Vila Flôr (mais tarde Duques da Terceira), o Marquez de Loulé, os Condes de Paraty, de Lumiares e de Vila Real, Candido José Xavier e Mousinho da Silveira e outros membros do governo e da expedição de D. Pedro, Duque de Bragança. E' o próprio Conde de Vargas de Bedemar que numa das suas cartas, escrita de Lisboa em 15 de Fevereiro de 1837, ao referir-se a um banquete a que assistiu na Legação Britanica e oferecido pelo Ministro Lord Howard de Walden, transmite o que ouviu ao Duque da Terceira a respeito dessa hospedagem na Arquinha: — «*Depois do jantar, o Duque da Terceira aproximou-se de mim e tive então oportunidade de lhe falar de S. Miguel e da familia Machado. Ele respondeu-me imediatamente que nunca esqueceria as atenções que desta havia recebido. A seguir contou às pessoas que nos rodeavam a história do vosso Pai fazendo-lhe a mais completa justiça e dizendo que ele havia deixado duas filhas extremamente encantadoras, muito bem educadas e que falavam na perfeição o inglês e o francês: Helena, uma verdadeira beleza, e Tereza, viva e graciosa, que era a predilecta e fôra a companheira constante da Duquesa, sua mulher. Acrescentou que ambas as meninas eram a consolação da mais respeitavel das Mães e o orgulho de uma familia sem mancha*». Corroboram este depoimento as relações íntimas e afectuosas que ficaram existindo desde essa época entre D. Tereza e algumas ilustres Senhoras e de que são testemunho cartas mais tarde escritas à primeira e que se encontram no Arquivo de Família, entre as quais as da Duquesa da Terceira e da Marqueza de Tomar. Bastante antes, em 1825, já D. Tereza inspirára ao cientista e literato Luís da Silva Mousinho de Albuquerque duas poesias, que lhe dedicou, constam do mesmo Arquivo e foram publicadas em 1896 no «Diário dos Açores».

Em 21 de Dezembro de 1837 D. Tereza, com 21 anos, casou com o seu meio-sobrinho Francisco Machado de Faria e Maya (filho do Morgado José Ignacio, primógenito do primeiro casamento de D. Helena Victoria). Francisco e Tereza vieram a ser os 1.os Viscondes de Faria e Maya e tiveram 5 filhos e 4 filhas que lhes sobreviveram e dedicaram sempre a maior veneração e o máximo respeito: os filhos tratavam a mãe por «Vossa Excelencia».

Depois de casada, D. Tereza fez com o marido diversas viagens pelos principais países da Europa e prolongadas estadias em Lisboa onde tinham casa e frequentavam a primeira sociedade. Deste período são testemunho os «diários» que ela redigia assim como numerosas cartas de e para ela. Por esses documentos se conhecem o teor de vida, os seus gostos e maneira de ser e as pessoas de suas relações, e se pode reconstituir muito do ambiente social em Lisboa e em S. Miguel nessa época. Em S. Miguel, (ora em Ponta Delgada, ora no Cabouco, ora nas Furnas) além da vida sem história de uma Mãe e Avó afectuosa, sensivel e interessada, devotava-se às habituais convivencias sociais, a acompanhar e apreciar os arranjos das matas e dos jardins da Casa, e aos cuidados e problemas e entretenimentos familiares em que se destacavam as «horas de leitura» (tal como fazia sua Mãe) com os filhos e netos, pois três das suas preferidas distracções eram os passeios a pé pelo campo, a leitura e a conversa. Entretanto, apesar de muito distraída, dedicava-se a actos de beneficência pública e particular (foi uma das primeiras directoras do «Asilo de Infancia Desvalida» de Ponta Delgada), preocupava-se com os infortúnios alheios (o seu diário no-lo revela) e comprazia-se em acolher e agradar aos numerosissimos membros da sua família que dela ficaram conservando a mais terna e grata recordação. São estas as impressões e reminescencias colhidas daqueles que ainda felizmente vivos e abeirando os 90 anos, (especialmente os seus netos e outros parentes) a conheceram de perto.

Enviuvou com quáse 75 anos, em 1892 e faleceu em Ponta Delgada em 21 de Março de 1901 com 85 anos, ao fim de uma vida que todos dizem ter sido das mais felizes e interessantes, mercê do seu feitio, das suas posses e dos carinhos e atenções

que quáse todos lhe prodigalizavam. Uma das suas netas que bem a conheceram (minha Tia D. Maria Evelina de Faria e Maya Aguiar) escreveu-me um dia a seu respeito: «*Considero-a como uma das pessoas que conheci que tiveram a vida mais feliz neste mundo*».

*

Logo que o Conde de Vargas de Bedemar deixou S. Miguel para visitar as outras ilhas do arquipélago começou a enviar notícias às suas «amigas da Arquinha»: D. Teresa e sua irmã Helena e as sobrinhas destas, Helena Machado, Leopoldina e Carlota Joaquina, todas entre os 17 e 21 anos. Mas foi a primeira que preferiu para endereçar correspondência assídua sob a forma de um *diário* em que registava o que ia fazendo e vendo.

Como visitou Santa Maria antes de ter chegado a S. Miguel ou num interregno da sua estadia nesta ilha, o *diário* não se refere áquela. Como tivesse estado na Graciosa na volta das ilhas de oeste e imediatamente antes da sua nova e última passagem por S. Miguel, também deixou de escrever sobre essa ilha. Consequentemente, o *diário* trata da Terceira, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo. Uma vez chegado a Lisboa retomou a redacção das suas cartas, a qual continuou durante os mêses que ainda ali se demorou e durante a sua segunda estadia na Madeira (a caminho das Canárias, de onde ainda escreveu,) pois deve tê-la visitado também antes da sua ida aos Açores.

A parte relativa a Lisboa é consideràvelmente extensa e, sob certos aspectos, porventura a mais interessante para um maior número de pessoas, dada a categoria dos factos e das figuras a que se reporta. Portanto, os *diários* referentes à Terceira constituem, no conjunto desta correspondência do Conde de Vargas, apenas uma pequena parcela.

Como se verá, o cortezão dinamarquês ia anotando quási todos os dias (por vezes há interrupções) as suas descrições e impressões e quando surgia barco para S. Miguel reunia as folhas escritas e enviáva-as, às vezes acompanhadas de uma simples

carta de remessa. Quando sucedia ter passado alguns dias sem escrever, no primeiro seguinte em que o fazia relatava o que se passára naqueles.

Para encurtar a extensão do texto e não torná-lo enfadonho, suprimi por inuteis algumas passagens : as que contêm simples e banais fórmulas de cortezia no princípio e fim de quaisquer cartas vulgares, e as que repetem dizeres já de outras constantes,

*

Informam os biógrafos de Vargas que, além do dinamarquês, ele falava e escrevia correntemente o francês, o inglês e o alemão, e conhecia suficientemente o italiano e o espanhol. O presente *diário* foi escrito em francês. Embora várias vezes as frases nele se encontrem redigidas em estilo quási telegráfico (com algumas supressões de artigos, pronomes ou proposições) e no contexto se note a repetição frequente das mesmas expressões e dos mesmos termos, pode no entanto reconhecer-se que o autor conhecia bem (dominava mesmo) a elocução francesa e até os particularismos e especiais matizes daquela língua.

Em muitos passos, o Conde emprega palavras inglesas e até mesmo frases inteiras escritas em inglês. Nas notas que ajunto ao texto, vão indicadas na altura própria as expressões inglesas que naquele se encontram traduzidas.

Vargas chegou a conhecer um pouco da língua portuguesa. Pode-se deduzi-lo de alguns trechos do *diário* em que ele se refere a breves conversas que teve no nosso idioma (se bem que lamentando-se da escassês dos seus conhecimentos) ou em que ele alude ao facto de ter-se esquecido já de certas palavras ou fórmulas portuguesas, e conclue-se ainda da circunstância de ele mesmo ter escrito, com alguma frequência, termos e expressões portugueses com que ele, parece, estava familiarisado. Quando este último caso se dá, as palavras vão grifadas no próprio texto da tradução.

Deduz-se do teor das cartas-diário do Conde que ele nutriu, como ficou dito, pela jovem e insinuante Tereza uma predilecção especial e por isso, embora revelando-se admirador e muito amigo das outras «meninas da Arquinha», a escolheu para principal destinatária das suas notícias. Algumas frases e expressões de particular afecto e admiração poderão denotar um terno interesse de certo modo excepcional num nórdico quási septagenário. Devemos, porém, entendê-las tendo em conta também que, sendo menos comuns e habituais na linguagem e na epistolografia portuguesas, elas são correntes e vulgares na trivial conversação oral e escrita em outros países, sobretudo na França, onde Vargas foi educado e de que recebeu grande influência. Esta, a origem espanhola do pai e a demorada estadia em Itália explicam a exuberância e o sentimentalismo lírico ou romântico com qne ele por vezes descreve e aprecia pessoas, episódios e paisagens, por um modo que é mais próprio da gente fácilmente sensivel e expansiva das terras mediterrânicas. No entanto, o *diário* revela-nos que a destinatária dele não correspondia nos mesmos diapasão e ritmo à frequência e ao interesse com que o seu correspondente lhe escrevia, pois são numerosos os trechos em que este a acusa de silenciosa e indiferente, o que aliaz não seria de estranhar numa jovem de 19 anos perante um homem que, com 66 anos, lhe pareceria um velho.

O facto é que o conhecimento feito entre o Conde e a família da Arquinha, e sobretudo com D. Tereza, assentou num plano de mútua confiança que permitiu até que a ele tivesse sido dada uma alcunha com que nalgumas cartas a si próprio se designa: a de «*Periquito*», a qual julgo (com base numa referência constante do «*diário*» de 20 de Março de 1836 e a que aludo na nota N.º 59) ter sido sugerida por um pormenor do sinete ou brazão d'armas de Vargas. Essa mesma atmosfera de confiança ou quási familiaridade denuncia-se nas manifestações de mau humor ou irritação que D. Tereza parece ter tido em face possivelmente

de algumas caturrices ou observações do Conde, conforme se pode deduzir de várias cartas em que este alude a discussões e zangas dela. Uma das coisas que a irritavam (como se vê, por exemplo, dos *diários* de 20 de Janeiro a 9 de Novembro de 1836) era a frivolidade ou puerilidade de que Vargas às vezes dava mostras.

Efectivamente, e sobretudo na descrição ou apreciação de certos pormenores de cenas da vida mundana, ele parece-nos algumas vezes de certo modo fútil, não obstante no conjunto das suas narrativas se nos revelar assaz bom observador e anotador do que realmente mereceria referência.

*

De uma maneira geral, não se encontram no *diário* do Conde de Vargas de Bedemar revelações ou simples apontamentos de factos importantes que interessem à «grande história» ou relativos a figuras e acontecimentos de extraordinária relevância. Por outro lado, e como acontece frequentemente a estrangeiros de visita a meios diferentes dos deles e que não chegam a conhecer cabalmente, pode porventura notar-se nele alguns exagêros ou deficiências na visão e entendimento de coisas e pessoas em que o autor atentou. Mas a verdade é que êsse *diário* dá-nos uma apreciável cópia de *quadros* e comentários nada despiciendos para o conhecimento e inteligencia da «pequena história» e da vida e meio sociais (citadinos e rurais) da época, e interessa-nos pelo pitoresco, minuciosidade e pertinencia de muitos dos seus passos concernentes ou à paisagem, ou aos costumes, ou às peripécias que lhe foi dado presencear. Não é, porém, apenas pelo *diário* escrito na Terceira (que, como foi dito já, constitue uma pequena parte do que ele redigiu) que o podemos verificar e apreciar.

Uma das facetas que se destacam na personalidade de Vargas é o seu pronunciado gosto pela vida de acção e o seu amôr pela natureza, que o levam a calcurriar, quasi sempre a pé, por campos e caminhos mesmo os mais ingratos de atravessar e em

quaisquer condições de tempo, num constante desejo de surpreender os aspectos naturais das terras que visitava e as suas lindas paisagens que se deleita em descrever desenvolvida e admirativamente e na procura das quais provou a sua resistência física, notável num homem de já avançada idade. Era desportivo activo e grandemente apreciador das belezas naturais.

Outros dois *fracos* que se lhe notam : — a música e o belo sexo. Sempre que encontra alguém que mal ou bem cultiva aquela arte, não deixa de lhe dedicar uma atenção e uma referência especiais. O mesmo sucede quanto às senhoras : está sempre atento às perfeições ou imperfeições dos seus dotes físicos e aos seus encantos pessoais e isso o leva a descrições, por vezes pormenorizadas, das pessoas delas, dos seus vestidos e até a sua maneira de ser.

Vê-se ainda que, habituado e interessado pela vida mundana em grandes meios civilizados, se compraz em narrar e comentar nos seus diversos aspectos as festas, reuniões, etc., da boa sociedade, e das quais participava. Contudo, tal não impede que com o mesmo interesse e espírito de observação descreva e aprecie os tipos e teor de vida das gentes humildes e campesinas.

Pelo que particularmente respeita à primeira sociedade açoreana, e se atendermos a que o Conde de Vargas de Bedemar devia ser um autorizado depoente, (quer pela sua cultura e pela sua vocação de bom observador, quer pela experiência que tinha de refinados centros europeus) deduz-se do que explicita ou implicitamente diz no *diário* que, de uma maneira geral e guardadas as proporções e considerado o condicionalismo local, o nível e ambiente daquela sociedade não eram, na época, tão insípidos, atrazados ou falhos de interesse como alguns poderiam imaginar, antes revelavam hábitos, gostos e educação que, sendo similhares ou comparáveis aos da generalidade dos meios continentais, não levavam aquele culto e viajado visitante de alguns mêses a sentir-se ali deslocado ou descontente.

PARIS, Março de 1959.

Martim de Faria e Maya.

Onze semanas na Ilha Terceira

(15 de Janeiro a 9 de Abril de 1836)

Recepção em Angra — Reunião da primeira sociedade — Primeiros conhecimentos, impressões e visitas — Caçadas e excursões — Baile no Palácio do Governo para celebrar o 2.º casamento da Rainha D. Maria II — Uma curiosa representação teatral — Aspectos da Vila da Praia — Passeio aos Biscoitos — O carnaval em Angra — Casamento da filha do Morgado José Leite Botelho de Teive — Novas excursões — Dois «casos do dia» — Impressões a respeito de D. Teresa — Doença do Conde de Vargas — Sua partida para S. Jorge.

Angra, 18 de Janeiro (1)

Não fui ver-vos no dia da minha partida para que a despedida não me fôsse ainda mais penosa. Recebi os preciosos presentes das minhas amáveis amigas, mas como teria ficado reconhecido se elas os tivessem acompanhado de umas palavrinhas suas!

Antes de chegar a bordo já eu estava enjoado. Vasconcellos (2) veiu encontrar-me muito incomodado. Espero que ele vos tivesse levado os meus últimos cumprimentos de despedida.

Permaneci num estado lastimoso durante toda a viagem que felizmente não durou senão 24 horas. Mas o mar esteve tão agitado que não pude desembarcar. Passei mais uma noite numa espécie de delírio. (3)

De manhã, às 8 horas, veio buscar-me um soberbo barco do Governador Civil (4). Este, em pessoa e em grande uniforme, tendo a seu lado várias autoridades e a tropa em posição de sentido, recebeu-me no cais e, com metade da gente da cidade nas ruas e nas janelas e um brilhante acompanhamento, levou-me para o Palácio do Governo onde ocupo agora, com o Sr. Mahrens (5), quatro ou cinco quartos.

O General, (6) as autoridades e os militares vieram cumprimentar-me. Eu estava mais morto que vivo por causa do enjôo, não me recordando já de uma só palavra em português.

Enfim, ontem à noite houve um grande baile (por ocasião de uma espécie de reunião que se realiza aqui todos os domingos) aonde afluíu a flôr da mocidade e da beleza locais, com os encantos da elegância e dos vestidos. Naturalmente, fiz poucos conhecimentos, mas vou dar-vos alguns pormenores. A este respeito, porém, recomendo-vos a maior discrição pois compreendereis bem que ser-me-ia muito desagradável se alguma observação minha chegasse aos ouvidos de alguem de Angra, onde tanto fazem por ser amáveis comigo.

1. — A primeira figura desse quadro foi a Visondessa de Bruges (7), muito jovem ainda (mas já mãe de 4 creanças), portuguesa nascida na América, falando perfeitamente o francês e inglês, de cara comprida e muito córada onde os olhos são dois carvões ardentes como os da minha sorridente Princesa. (8) Dança mal e veste-se vistosamente e sem gosto.

2. — Sua irmã tem uma fisionomia esperta, fala bem francês e dança maravilhosamente. Encanta a tocar piano. Veste-se com simplicidade mas com gosto. Parece ser muito metida consigo ocupando-se sobretudo em apresentar-se bem e estar à sua vontade. Tem um belo movimento de braços.

3. — A terceira, uma francesa, Madame Campos (9), conhecida de Vasconcellos, é ainda muito bonita e é desta sociedade a senhora que melhor se veste. Dança perfeitamente, com naturali-

dade e sobriedade. E' muito viva e dada a observações finas e mesmo desconcertantes. Deseja agradar e que os outros se lhe cativem.

4 e 5 — Duas filhas de um Morgado (Snr. Fournier) cujo primeiro nome esqueci. (10) A mais velha, com um semblante o mais espiritual possivel, tem um sorriso encantador, uns olhos muito inquietos e galantes e um corpo bastante bem feito mas pequeno. A mais nova, de rosto regular e um ar sério e de indiferença, tem momentos de um abandono singular como o de uma creança profundamente absorvida na brincadeira com as bonecas e deixa-se cair às vezes em posições e movimentos à margem da etiqueta e das convenções sociais, o que lhe dá um aspecto bastante picante.

6 — Uma Vasconcellos, Rosa (se me não engano) e que ainda não conheço pessoalmente, é branca, muito córada e loira. e tem um ar doce e amável.

Mas em pessoa alguma encontrei os encantos naturais e inocentes que vos são próprios e a tocante doçura dos vossos olhos que nos falam ao coração, nem a atraente mobilidade fisionómica e o olhar espiritual da minha querida Helena. (11)

Com poucas excepções, os homens carecem das maneiras distintas que eu vi, em geral, na vossa família e principalmente no vosso irmão Agostinho Machado. (12)

Dança-se aqui com menos «passos» que em Ponta Delgada mas com muito mais animação. Como se dançaram duas grandes quadrilhas num exiguo espaço diverti-me muito a ver a ligeireza e flexibilidade com que dançarinas e dançarinos entravam e saíam das «marcas» complicadas. O pior é que, como não levantam bastante os pés e se movem fóra do compasso, produz-se um muito desagradavel e deselegante (13) arrastar de sapatos sobre o soalho. Eu prefiro os «passos discretos e sóbrios», como os da Tereza e de suas irmãs ou mesmo as pernadas no ar como vi uma vez em casa de.... (14)

A' medida que novas observações se me forem proporcionando, continuarei este Diário que vos é dedicado, o qual poderá agradar-vos e divertir-vos, até que algum barco parta para S. Miguel e assim ele possa chegar às vossas mãos que eu beijo mil

vezes. Mas lembrai-vos de que se eu vos conto o que faço e penso desejo ser igualmente informado do que se passa convosco e à vossa volta.

19 de Janeiro

O tempo está tão excessivamente húmido e o terreno tão alagado que não se pode sair da cidade. Esta está confusamente edificada sobre as encostas de 2 ou 3 colinas; as ruas são calcetadas junto e ao longo das casas de grandes vidraças, mas no meio são abomináveis.

Passei o serão de ontem em casa da Senhora Campos (15) que estava só com a sua familia. Não houve música mas tagarelou-se muito agradavelmente a respeito de Paris e da bela França.

Saúdo todas as minhas encantadoras amigas.

20 de Janeiro

Devo reconhecer que me interesso muito mais pela minha querida Tereza do que ela por mim. Todos os dias penso nela e dou-lhe conta do que fiz e vi. E vós, preguiçosinha, que fazeis? A toilette absorve uma parte da vossa manhã, depois pensais um momento sobre as visitas a fazer e nas outras ocupações do vosso dia, de tarde chegam as Senhoras e os Senhores, e por fim o ultimo pensamento será talvez para Periquito: «Onde estará ele? Que fará ele? Já não gosto dele. E' um fútil e um insignificante. Fez-me zangar».

Ontem à noite fui a casa dos Vasconcellos. A mãe dele é muito cortez e amável. Vi seis meninas de todas as idades e de todos os tamanhos. Rosa, de todas a mais bonita, é uma autêntica beleza na côr do rosto, no sorriso, nas maneiras, no olhar dôce mas um pouco distraido como o da Tereza. As outras: *Nada.* Grandes intervalos de silencio por causa do meu mau português. Parece-me ouvir a *Mana* dizer: «Sir, que dizeis? Não vos compreendo».

Depois, fui a casa dos Leite. (16) O pai necessitou de uma hora e da ajuda dos óculos para ler a carta do vosso irmão (17), e uma vez ciente do que a bondade deste nela escreveu (que eu era

d'alta estirpe, extremamente amável, etc., etc., etc.), chegaram as 4 senhoras muito negligentemente vestidas. A mãe, ainda muito fresca, tem uma expressão de grande bondade mas é hirta como um varapau, tal como a filha mais velha; a segunda filha, muito bonita, apareceu com um morgadinho ao lado, ao qual exclusivamente dirigia olhares e palavras; e uma terceira, quási creança ainda, a princípio mostrou-se indiferente e tomou uma atitude pitoresca mas depois começou a distribuir olhadelas com parcimónia e prudência. Esta pareceu-me capaz de um bom namorico. ([18]) No fim de contas: *Nada.* O jovem noivo ([19]) de Ponta Delgada é certamente o que há de melhor nesta família. Não aconselho a Leopoldina ([20]) preferir uma estadia em Angra a uma em Ponta Delgada.

21 de Janeiro

Ontem foi um dia de grandes acontecimentos. Comecei-o com uma excursão ao campo. A' volta, encontrei o Presidente da Camara, Silveira ([21]) que quiz levar-me a sua casa para me apresentar à mulher, senhora escoceza, de uma família Stewart, do Ayrshire, que conheci bem: que prazer foi para esta pobre senhora poder falar um pouco dos seus irmãos e primos!

De tarde, fui ver o dr. Rocha Vasconcellos. ([22]) A mulher, ainda jovem e bem córada, de feições finas num redondo rosto de monja, possui a expressão ingénua e cândida de uma inglesa puritana ([23]) mas tem um olhar de quem inquire e calcula. Parece-me ser profunda no conhecimento da economia da casa assim como da vida e da sociedade de Angra.

A' noite, visitei a família Fournier: ([24]) seis raparigas das quais já vos apresentei as duas mais velhas (nos N.os 4 e 5 da minha carta de 18). Todas as minhas suspeitas se confirmaram: estas últimas são as duas «joias» de Angra. Uma: viva, esperta, provocante; a outra: serena, um tanto bizarra, abandonando-se por vezes a pensamentos vagos mas com um meneio d'olhos expressivo e de uma grande sensibilidade.

Acabei o serão em casa das meninas Monteiro, ([25]) irmãs da Viscondessa de Bruges. Num quarto de hora e inesperadamente,

ali se reuniu um grande grupo. Tocou-se piano, dansou-se, tomou-se chá e tudo se passou como em Ponta Delgada.

Esta manhã, com a minha espingarda e Mahrens, fiz uma caminhada de 6 horas pelo interior desta ilha. A' volta, faltou-me qualquer coisa : uma certa emoção à vista de uma certa casa, um certo balcão, uma certa pessoa apoiada à janela, um certo sorriso encantador, ouvir um «bom dia» de que se poderia viver um dia inteiro.

23 de Janeiro

Passei todo o dia de ontem a retribuir visitas. Entre outras pessoas, vi a irmã e a filha do Dr. Rocha de Vasconcellos. *Muito mau.* Os Vasconcellos, ao contrário do que me havieis dito deles, têm todos uns modos de merceeiros e de pequenos burgueses.

O serão decorreu calmamente em casa de um capitão cujo nome, como de costume, esqueci.

Esta manhã fui à caça com o melhor tempo deste mundo. Estou convidado para passar o serão em casa dos Fournier onde verei e ouvirei a minha «joia musical».

Amanhã jantarei em casa do General Póvoas ([26]). A' noite, reunião mundana.

Na quinta-feira próxima, dia 28, o Governador dará um grande jantar oficial e um baile de gala celebrando o aniversário do Rei da Dinamarca. ([27]) Far-se-ão muitos brindes aos quais no meu íntimo ajuntarei um que vos será dirigido. Duvido muito que fiqueis sensibilizada e reconhecida por isso.

25 de Janeiro

Regresso neste instante de uma longa excursão ao Monte Brasil, montanha nos arredores. Hoje tive a primeira noite em que a minha tosse diminuíu um pouco. Estivera bem atormentado.

A minha visita à «joia musical» teve um desfecho que eu não esperava Cinco minutos antes de ali chegar veiu-me à lem-

brança o serão que, na véspera de ir às Sete Cidades, passámos em casa da tia, e fiquei de um humor mais negro que o carvão; a «joia» pareceu-me tocar mal; Mariana [28] com frieiras nos pés e nas mãos, estava de uma estupidez crassa e o tédio estendeu sobre toda a gente as suas negras asas de corvo. Felizmente dei «pernas para que vos quero» e deitei-me às 9 horas.

26 de Janeiro

Ontem à noite houve reunião em casa do Visconde de Bruges. Pouca gente, apenas o suficiente para se organizar uma contradança com as senhoras e os homens de que já vos falei. Trombetas e timbales. «Periquito», indisposto por causa do jantar [29] do General, esteve estupido, sensaborão, triste e morto de enfado.

Esta manhã fui à caça com Mahrens. Uma chuva constante molhou-me até aos ossos.

27 de Janeiro

Esta manhã, às 6 horas, fiz uma grande excursão à Encumiada [30], de onde se vê toda a ilha a nossos pés. Regressei às 3 horas. A's 4 chegou um navio de S. Miguel que me trouxe uma carta do Sr. .... [31] e uma outra de Vasconcellos que teve a ideia luminosa de fazer apôr-lhe três assinaturas que tanto apreciei ver.

Tambem está a chegar o paquete que partirá para S. Miguel. Acabo, pois, esta longa carta. Possa ela dar-vos alguns momentos de distracção sobretudo convencer-vos dos sentimentos de eterno afecto que vos dedico. Junto envio a gazeta que noticia a minha chegada.

Mil e mil cumprimentos dos mais afectuosos para a Senhora Vossa Mãe [32], Carlota [33], vossos irmãos e irmãs, sobrinhos e primas, etc. Escreva-me quanto antes e longamente. Confio no que me haveis prometido: parece que o esqueceis mas espero que de tal vos recordareis ainda.

30 de Janeiro ([34])

Vou agora, querida Tereza, dar-vos uma ideia do baile dado no Palácio do Governador.

Ele havia sido previsto para celebrar o aniversário do Rei da Dinamarca mas, felizmente para as autoridades, o paquete trouxera na véspera a notícia do casamento da Rainha ([35]) e consequentemente teve-se uma excelente oportunidade de matar dois coelhos de uma cajadada só.

Primeiro houve um jantar que deu lugar a vários brindes e eu bebi em silêncio à vossa saude.

Uma grande sala, que tem espaço para 3 quadrilhas de 8 pares cada, estava profusamente iluminada, assim como 3 quartos que lhe dão acesso. No primeiro, um grupo de tocadores de oboé anunciava a chegada das senhoras para dar tempo ao Governador e a alguns ajudantes de as irem receber. Na sala principal estava a Baronesa de Cacela que as acolhia. Uma orquestra completa tocava ao fundo da mesma sala.

Assistiram 54 senhoras com as mais esmeradas toiletes que puderam preparar no tempo de que dispuseram. Pelo menos 40 vestidos eram novos. O côr-de-rosa e o azul predominaram. As damas tinham os cabelos penteados para traz (como Miss Helena os apresentou uma vez) e enfeitados com muitas flores. As meninas Fournier estavam ambas igualmente trajadas; vestidos brancos com guarnições roseas tendo uma rosa pregada à frente e uma outra no lado esquerdo do penteado.

Maria Fournier foi a rainha da festa. Os seus grandes olhos negros fixavam serenamente toda a gente com uma expressão de profunda melancolia. Mal sorria com a displicencia que lhe é habitual. Ao dançar, mais parecia passeiar, mas fazia-o com aquele vagar e aquela distinção de movimentos que tem a minha querida Carlota. Estava encantadora, mas não exijam mais dela: não estou certo se ela sabe ler e escrever.

Depois dela, as senhoras e as toiletes mais notáveis foram: sua irmã Mariana, duas meninas Leite e algumas filhas de oficiais. Muita mocidade e frescura. Faltou a minha bela escocesa (Rosa

Vasconcellos) porque o seu irmão fôra prêso não sei por que suspeitas.

A festa durou até à 1 meia e «Periquito» deitou-se meio morto de fadiga.

31 de Janeiro

Ontem houve um «Te-Deum» e grandes cerimónias na Catedral. Os oficiais envergavam uniforme de gala, as tropas estavam em posição de sentido e todos os sinos tocaram. Troaram três salvas. Nenhuma senhora assistiu.

A' noite, representou-se uma comédia numa sala de espectáculos muito menor que a de Ponta Delgada. Em cima, numa galaria, estavam as senhoras, e na plateia os homens. O pano de boca da cena apresentava (pintadas) umas figuras absolutamente irreconhecíveis : 4 padres que estavam à minha frente não sabiam se elas representavam Apolo ou o Arcanjo S. Miguel. A peça intitulava-se «O casamento de Pedro, o Grande». Catarina, a noiva, quási tão alta como Mahrens e calçando botinas tão vermelhas como as patas de um lagostim, trajava de hussardo, com barrete de lanceiros e um saiote branco que chegava um pouco abaixo do joelho. Todos os restantes figurantes, no mesmo estilo. Um general em chefe desmaia ao ver o Imperador aos pés de Catarina. A protagonista, figura principal da peça, foi o que mais agradou a Mahrens : este acreditou firmemente que ela era de facto uma mulher ; a ilusão foi perfeita. ([36])

2 de Fevereiro

Visto que o tempo começa a melhorar, fiz ontem a minha primeira grande excursão e voltei aos meus antigos hábitos. Fui às Furnas ([37]), a 3 léguas daqui, as quais são muito menos consideráveis que as de S. Miguel. Mas a chuva acompanhou-nos durante quási toda a jornada e molhou-nos bastante. Em todo o caso, recolhi uma grande quantidade de minerais.

Agora é-me necessário renunciar por algum tempo às festas e suas descrições e a minha Tereza vai seguir o seu amigo pelas montanhas, com o martelo na mão, sob as chuvas e os nevoeiro

4 de Fevereiro

Como amanhã partirei para a Praia e de lá irei fazer a volta toda da ilha, o que durará 5 ou 6 dias, concluo agora esta carta e deixo-a aqui em Angra afim-de poder seguir para S. Miguel na primeira oportunidade. Tambem vos envio a gazeta que fala do baile.

Adeus, minha querida Tereza. Pensai algumas vezes no vosso Periquito. Os meus afectuosos cumprimentos para a minha querida Helena Cardoso, (38) Carlota, (39) D. Mariana, (40) Helena Machado, (41) Maria (42) Leopoldina, (43) etc., etc., etc., e sobretudo para vossa Mãe.

5 de Fevereiro (44)

Continuo o meu jornal enquanto tal vos agrade. Podereis reunir as suas folhas e assim fazer um livrinho que ficará como uma lembrança que vos deixo da minha estadia no vosso país e das minhas aventuras e observações sobre pessoas e sentimentos.

Hoje, viagem para a Praia — bonita vilasinha, horrivelmente pavimentada. Há vestígios do último tremor de terra. (45) Todos os conventos, de péssima reputação e agora extintos, (46) estão arruinados.

Apresentaram-se-me o comandante militar, o juiz, o presidente da Camara, etc. Serão e chá em casa do capitão médico inglês, com o vice-cônsul britânico, o vigário, etc. Aborreci-me bocejando sem parar.

6 de Fevereiro

Visitei a vila e todas as igrejas, a principal das quais está caiada, marmoreada e dourada como uma sala de baile.

Fiz pesquizas nas massas vulcânicas ao longo do litoral e nas conchas da praia. Subi às colinas dos arredores. Vi um barco inglês naufragado.

A' noite, grande e aparatoso baile em casa do comandante 5 raparigas que não sabiam bem andar nem ter-se de pé, nem sentar-se, experimentaram valsar, não o conseguindo. Periquito

retirou-se às 9 horas com grande admiração dos morgados e senhores da vila que ali tinham vindo expressamente para verem um animal dinamarquês que anda passavelmente bem com dois pés.

7 de Fevereiro

Passeio até aos Biscoitos, na costa norte da ilha. No caminho, grande almoço em Vila Nova, oferecido pelo comandante. Muitos brindes: «A todos de quem gostamos». Sabeis bem quem aqui foi compreendida.

Esta é uma bela região, bem cultivada. Mulheres de expressão franca, risonhas e bem dispostas. As creanças aqui são as mais belas que é possivel.

Nos Biscoitos haviam-me preparado um quarto de cama com 9 colchas fazendo de cortinas, pendentes em festões, tal como na Dinamarca as fazem de sanefas de seda ou de chales de cachemira.

8 de Fevereiro

Subi ao Pico de Martim Simões (Matias Simão), antigo vulcão, de onde se gosa uma lindíssima vista sobre uma região muito fértil, densamente povoada e de onde se enxergam as ilhas da Graciosa, S. Jorge e Pico. Depois do jantar subi ao Pico Vermelho e às suas «caldeiras».

9 de Fevereiro

Regressei a Angra depois de 10 horas de marcha ao longo da costa, atravez de belas paisagens. Nada de extraordinário se passou, a não ser o encontro com um padre que nada nos ofereceu e com um outro que mandou fazer uma excelente omolete com linguiças de que comi tanto que me custou a terminar a última légua até à cidade. Aliaz, estou de perfeita saúde e tenho uma boa disposição de que não gozava há muito tempo.

16 de Fevereiro

Nestes últimos dias, desde a última vez em que vos escrevi,

nada se passou digno de vos ocupar um momento: excursões pelas montanhas, caçadas, as costumadas reuniões dos domingos, alguns bailaricos e os divertimentos do Carnaval. As senhoras usam seringas com que molham de água (algumas vezes perfumada, outras ao contrário) as pessoas conhecidas que passam sob os seus balcões ou janelas. Toda a gente escolhe uma «comadre» ou um «compadre» aos quais é preciso dedicar certos dias do ano.

Ontem, enfim, realizou-se o casamento da menina Leite (irmã do noivo de Leopoldina) com o seu morgadinho. (47) Foi um casamento de amor. A' noite, houve um baile em que estiveram, em grande toilete, as mais flamantes belezas da terra. Não poderá dizer-se que as jovens portuguesas não sabem vestir-se. Os noivos pareciam muito bem, sobretudo ela, ele estava menos ridículo do que antes me parecera.

Serviram uma grande quantidade de refrescos e a festa, no conjunto, foi muito bonita. Várias senhoras tocaram piano. Maria Fournier foi, como de costume, a pérola da festa, mas a Leite mais nova, que já vos descrevi quando fiz a minha primeira visita a casa dela, estava formosa a valer: branca, *gordinha*, dansando com entusiasmo e com muitos meneios, e foi a grande preferida de todos os homens um pouco sensuais. Ontem dirigi-lhe pela primeira vez duas palavras, ela arregalou os olhos e a conversa cêdo acabou: o meu português esgotara-se.

Envio-vos uma nota sobre a Dinamarca que acaba de se imprimir. (48)

A's 10 horas: Neste momento anunciam-me que um barco vai partir para S. Miguel e compreendereis bem que me apresso a aproveitar a oportunidade para fazer-me lembrar à minha boa amiga, se é que ela não me esqueceu já.

Deus vos abençôe, querida Tereza, e vos cumule de todas as graças e da mais completa felicidade.

21 de Fevereiro (49)

Ante-ontem chegou um navio de S. Miguel e nem uma carta vossa me trouxe. Compreendereis o que representa um tal desa-

pontamento. Diz-se que um homem pode passar a sua vida perfeitamente e sem grandes amarguras, tudo lhe sorrindo e todas as circunstâncias se prestando à sua fantasia ; mas logo que ele se afeiçôe a alguem ver-se-á que todas as penas e atribulações choverão sobre ele e que o destino, o céu e os homens parecerão conjurados contra ele. Compreendereis, pois, que faço mal em me afeiçoar por vós ; procurarei, portanto, corrigir-me disso, sobretudo se continuardes a ser tão pouco assìdua na vossa correspondência. Vereis que «Periquito» saberá quebrar as algemas e procurar uma outra dona que se lembre dele e seja menos preguiçosa.

Zangado convosco, fui naquele mesmo dia a Santa Barbara para subir à montanha mais alta da ilha. Na véspera bebera vinho da Terceira, muito novo, e paguei esta imprudência com uma forte cólica durante a noite. Mas, não tendo outra solução arrostei com ela e subi até ao cume. O remédio foi bom : regressei restabelecido. Porém o nevoeiro impediu-me de ver qualquer coisa e a única recompensa que tive foi a insípida glória de ter sido o primeiro estrangeiro que atingiu aquele cume.

26 de Fevereiro

Ontem, enfim, um navio inglês trouxe-me uma carta : não a da minha boa amiga e que eu tanto desejava, mas do Snr. Henrique ([50]). Esta carta é certamente a mais interessante que o Cônsul escreveu até hoje : acho-a cheia de muito espírito, só me fala de vós, das vossas reacções ao receberdes as minhas cartas, das vossas contrariedades, dos vossos divertimentos de Carnaval, do vosso desejo de me batisar ([51]) como sois adorável ! Se a carta mente, tanto pior para vós e para o Cônsul.

Junto vos envio algumas pedrinhas preciosas («chrisolites») que encontrei aqui. A que está lapidada podeis empregar num anel.

Fala-se muito de um novo casamento : o do Snr. Dart (irmão do Dart de Ponta Delgada) com uma menina Bettencourt que não conheço mas de quem vos falarei quando lhe fôr apresen-

tado. O rapaz, muito activo, é um dos mais perfeitos cavalheiros que conheço. (52)

A seguir a este trêcho faltam algumas folhas na colecção das cartas e da primeira que se encontra depois (que deve ser já de Março) consta a continuação da descrição de uma representação teatral, nestes termos: (53)

...As mesmas incongruencias no vestuário, tal como na peça antecedente. Eram dinamarqueses do tempo de Carlos XII. As senhoras à moda parisiense, com as saias bastante curtas fazendo ver as *pernas* de homens com pés de elefante. «Aquela» que encantou Mahrens representou muito bem... (54)

Uma tempestade terrivel impede sem duvida a chegada do paquete. Calculareis bem quanto isto me contraria e impacienta.

6 de Março

Aqui vai a nota impressa sobre a Terceira, de que vos falei. O autor fala também das festas realizadas na Praia. Vêde o que lá está. E' assim que se escreve a história. (55)

8 de Março

Neste momento anunciam-me que um navio inglês vai partir dentro de 2 horas para S. Miguel. Apresso-me, pois, a enviar-vos o meu diário que já tinha preparado. Não chegou barco daí e desde a minha partida de Ponta Delgada ainda não vi uma linha sequer, por pequena que fôsse, escrita pela minha Tereza. Calcule quanta pena isto me causa. Adeus! Beijo-vos as queridas mãos. Estou terrivelmente constipado e não passo nada bem.

13 de Março (56)

Disse-vos, no final da minha última carta, que estava passando muito mal e que sentia a aproximação desta terrivel *constipação* que aqui nos deitou todos abaixo como a galinhas molhadas. Creia, minha querida Tereza, que tive-a boa: dores

de cabeça, zumbido nos ouvidos, febre, tosse, má disposição, mesmo um pouco de desespero — foi o menos que me passou. Hoje estou um pouco melhor, mas sinto-me ainda muito doente. Todavia, quero dar-vos os «bons dias», Tereza do meu coração.

No entretanto, tivemos aqui um bocadinho de tragi-comédia. A minha «joia musical», a formosissima Maria Fournier, estava, sem que ninguém o suspeitasse, apaixonada por um jovem valdevinos (de que ela era, pelo menos, a quinta conquista) o qual nada tem e nada poderá vir a ter. O caso soube-se e o rapaz deve partir, se não para o fim do mundo, pelo menos para o Faial. Os Amores e as Graças choraram muito e houve suspiros que faziam mover um moinho de vento. Uma neblina espessa cobria com um véu impenetrável toda aquela encantadora eloquência do olhar!

Direis que sou um bocadinho maldoso, mas apenas estou de bom humor porque posso, se bem que com mão fraca, tagarelar convosco. Se estivesseis aqui contar-vos-ia mais algumas boas históriasinhas que não se pode n confiar ao papel. No entanto, uma ainda: é (mas não o repita, pelo amor de Deus!) o casamento de uma menina Vasconcellos com o criado do Governador. E' o caso do dia. Mas o público já não toma por ele um interesse excessivo.

O amôr pelas artes levou vantagem e na mesma noite em que adoeci ouvi ainda algumas variações executadas por mão de mestre. E' que, enfim, houve um pouco de novas músicas vindas de Lisboa. Não há casos tão desesperados a que a fortuna não possa acudir com algum emplastrosinho de reserva.

16 de Março

Estou ainda muito combalido, minha doce amiga. Uma dieta rigorosa, purgantes, banhos de pés e todos os aborrecimentos da doença — quási me esgotaram.

Acabo de receber uma carta muito amável do Snr. Dabney, Cônsul Geral da América no Faial, que, tendo sabido que eu lá irei, me oferece hospedagem na sua casa e o acolhimento da sua família. Segundo me dizem, é graças a esta que se reunem todas

as mulheres bonitas e bem educadas, se faz música e se canta e se organizam bailes elegantes e passeios ao campo.

18 de Março

Graças a Deus! Eis, enfim, o dia feliz e glorioso em que pude pelos meus próprios olhos convencer-me de que a minha Tereza sabe ler, escrever e assinar o seu nome. Ajoelho-me e peço humildemente perdão dos meus pensamentos temerários àcerca da vossa indiferença, apatia, distracção e ingratidão. De tudo devo ser absolvido. Tenho agora deante dos olhos as cartas das minhas boas amigas da Arquinha, incluindo o pequeno bilhete que acompanhava o ananaz. São outras tantas provas de sentimentos de amizade e interesse que me encantam. Como vos estou obrigado!

A respeito do vosso baile, (37) creio que posso fazer dele uma ideia muito aproximada da realidade. Vejamos se consigo reconstituir alguns episódios dele: Primeiro, anuncia-se a chegada das Senhoras da Arquinha. Depois, o Snr. Vasconcellos, filho, desce a escada para as receber: veste, com gosto, tem boa presença, cabelo frizado de um lado e cabeça um pouco inclinada do outro, exprimindo nos olhos, na boca e nas mãos a comoção de que a sua alma está penetrada. Dona Tereza, vestida de branco, entra na sala com passo fácil, natural, com graciosa indiferença, mostrando um leve sorriso nos lábios, os olhos semi-cerrados como se estivesse ofuscada pelo excesso de luzes, um belo colar de topázios meio escondido sob o fichú de gaze. «Ela está arreliada: chegou atrazada!, (pois a carruagem não estava pronta a tempo e alguns contratempos surgiram pelo caminho) mas ela espera não ter causado transtorno». (38) Então, eis que, sem esperar que lh'o digam, ela se senta, não sem que dê antes uma vista d'olhos pelo vestido.

(A seguir a este passo faltam, lamentavelmente, alguns períodos onde certamente o autor continuava a reconstituição que fazia do baile).

20 de Março

Continuo doente, com defluxo e uma tosse terrivel. Mas confesso-vos francamente que desde que recebi as vossas cartas, que leio e releio, o meu mal parece-me uma bagatela: ou ele passa ou passo eu.

O mesmo navio que trouxe noticias das minhas amigas trouxe tambem o meu barómetro para medir a altura das montanhas. Logo que as minhas pernas o permitam, subirei ao Pico da Bagacina cuja altitude me proponho determinar. Depois disto aproveitarei a primeira ocasião para ir a S. Jorge, Graciosa e Faial. Neste caso deixarei aqui uma carta que vos avisará da minha partida e depois todas as vossas cartas deverão ser dirigidas para o Faial, ao cuidado do Sn'. Dabney. Se me estimais não deveis perder ocasião de me escrever, mais que não seja duas linhas dizendo: «Estou bem, toda a gente vai bem e gosto de si», pois sabeis agora quantos cuidados sofro quando não recebo noticias vossas.

Vós, que a Natureza dotou com feitio doce, calmo e ponderado, não podeis aperceber-vos das reações de um temperamento afectivo e impaciente como o meu e que, se a fortuna e a educação não me tivessem dado serenidade e presença de espírito, já me teria aniquilado há muito tempo.

Escreva-me em inglês, francês ou português, como vos agradar mais: reconhecerei sempre em cada frase a vossa alma pura, afectuosa e serena

Helena (vossa irmã), Mariana e Helena Machado nas suas cartas em português revelam com tanto espirito e tacto uma familiaridade doce e carinhosa que eu não supunha que a língua portuguesa admitisse no estilo epistolar. Este «Vós» vai perfeitamente bem e nada deixa a desejar.

Ser-me-á muito desagradavel se não puder voltar a S. Miguel antes do mês de Abril porque, depois, estando a Tereza na casa de campo, serão muito raros os momentos em que poderei vê-la. Mas talvez eu possa prolongar a minha estadia até ao fim de Outubro.

Creia, Tereza, que «Periquito» adora a sua dona. Veja no sinete ([59]) como ele se sentou tranquilamente, com as asas fechadas.

21 de Março

Neste momento chega o enfadonho Snr. Dart que volta a Ponta Delgada e pede as minhas cartas. Tenho de escrever ainda à Helena, Mariana, etc. Não me resta mais, pois, que beijar as vossas mãos. Mil cumprimentos para a vossa respeitável Mãe (a quem estou ternamente afeiçoado) e para Carlota, Ana, Maria – a prudente, etc. e para vós.

25 de Março ([60])

Tive uma recaida da minha doença. Tenho uma tosse que me sufoca noite e dia, e um pouco de febre. Se se puder ter alguma consolação nisso (o que não me parece) direi que toda a gente aqui se encontra no mesmo estado.

Vejo na vossa carta que estais em plena correspondencia com o vosso sobrinho. ([61]) Está bem. Até há pouco não lhe havieis dado muita atenção. Mas como lhe estais destinada e devereis ser sua esposa é prudente que não percais de vista a influencia que a civilização francesa terá exercido no seu caracter, pois deste dependerá a vossa felicidade. Ele deve conhecer e apreciar devidamente as vossas boas qualidades que eu tanto admiro.

Esta noite haverá um grande baile em casa de um Coronel Barbosa, ao qual infelizmente não me é possivel assistir. Os convites foram feitos há 3 semanas e as senhoras da cidade falam com entusiasmo dos bailes que ele deu em tempos passados. O Barbosa esteve em Africa onde fez uma grande fortuna. Quando regressou comprou aqui um convento e há 8 mêses desposou uma religiosa. Segundo os nossos velhos principios, ele deveria arder eternamente como uma tocha em enxofre .

26 de Março

O baile de ontem à noite foi extraordinàriamente brilhante, mas a Senhora Barbosa adoeceu de tal forma que teve de ser sangrada.

1 de Abril

Todos estes dias até hoje tenho estado adoentado, mal disposto, com tosse, impaciente, não podendo mecher-me. Experimentei hoje dar um pequeno passeio. O tempo começa a urgir, o vento está mais favorável e vou tentar, dentro de 2 ou 3 dias, a aventura de passar às outras ilhas.

Surge agora uma ocasião de mandar noticias para S. Miguel e que aproveito para vos dizer adeus. Lembrai-vos, Tereza, de que onde quer que eu venha a estar e seja qual fôr a distancia que nos separe, não vos olvidarei. «Periquito», ainda que muito longe da sua dona, ser-lhe-á completamente fiel e dedicado e ficará muito reconhecido se alguma vez ela se dignar pensar nele.

Logo que chegue ao Faial tereis imediatamente o meu jornal e as minhas cartas. Espero lá receber as vossas. Até lá, adeus! Beijo as vossas queridas mãos. As mais carinhosas saudações para a minha querida Carlota, mil cumprimentos calorosos para D. Ana, Maria, etc., e sobretudo para a vossa respeitavel Mãe. (62)

Notas

(1) – Os «diários» de 18 a 27 de Janeiro foram remetidos neste último dia, conforme se lê na carta desta mesma data.

(2) — *Antonio José de Vasconcellos*. De família da Ilha Terceira onde foi Vice-Consul da Dinamarca e de Espanha. Estabeleceu-se na Ilha de S. Miguel como negociante e ali fez fortuna com um estanco de tabaco. Veiu a ser importante proprietário e comerciante com situação de relêvo nos meios económicos micaelenses. Era muito das relações da «Casa da Arquinha».

(3) — O Conde de Vargas de Bedemar embarcou em Ponta Delgada na 4.ª feira, 13 de Janeiro de 1836, à noite, no paquete «*Isabel Maria*» que entrou na baía de Angra no fim do dia seguinte. O desembarque, porém, sómente se realizou na manhã de 6.ª feira, 15 daquele mês.

Uma noticia desse mesmo dia e publicada no n.º 44 do semanário angrense «*A Sentinella*», de sábado, de 16 de Janeiro, diz: — «*O paquete Maria Isabel (sic) chegado hoje conduz a seu bordo vindo da Ilha de S. Miguel o Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Vargas de Bedemar, Camarista de Sua Magestade Dinamarqueza, Director da Academia Real das Sciencias de Copenhagen*».

Outro semanário terceirense, «*O Liberal*», no seu n.º 42, de 3.ª feira, de 19 de Janeiro, publicou o seguinte: — «*O Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Edward Romes*, (aliaz: Romeo) *Conde de Vargas de Bedemar, Camarista de Sua Magestade Dinamarqueza, Director da Academia Real das*

Sciencias de Copenhagen, acaba de chegar a esta cidade vindo de S. Miguel no Paquete Isabel Maria, e acha-se hospedado no Palacio do Governo, sendo acolhido com todo o respeito e aceitação que a sua reputação e o seu distinto caracter reclamavão. Nós nos congratulamos como Terceirenses por possuir-mos entre nós algum tempo um cavalheiro tão crédor à simpatia geral, pelos seus esforços em promover os conhecimentos cientificos, e os mineralogicos especialmente — e confiadamente nos lisongeamos de que a sua visita, proporcionando-nos inapreciaveis vantagens, tornará de hoje em diante o Conde de Vargas de Bedemar tão credor ao nosso reconhecimento, quanto é já a nossa admiração.»

O mesmo jornal, noutra local sobre navios chegados, informou que no dia 15 de Janeiro de 1836 entrou em Angra *«De Lisboa pela Madeira e S. Miguel em 28 dias — o Paquete Isabel Maria»*.

(4) — *Luis Pinto de Mendonça Arraes* (1787-1858) a quem, em 1842, foi conferido o título de *Visconde de Vallongo*. Oficial distinto que combateu na Guerra Peninsular. Comandou o Corpo de Voluntários da Rainha que tomou parte na expedição liberal que se organizou nos Açores e desembarcou no Mindêlo, depois do que foi promovido a Brigadeiro. Foi Prefeito da Provincia Ocidental dos Açores (com séde em Angra) ao suceder, em 15 de Junho de 1833, ao primeiro Prefeito, Brigadeiro Francisco Saraiva da Costa Refoios, passando mais tarde a ser o primeiro Chefe do Distrito Central dos Açores (com séde também em Angra), em 1836, quando foram extintas as Prefeituras e criados os três Distritos Administrativos açoreanos.

(5) — *Mahrens* foi o dinamarquez que, como criado particular do Conde de Vargas, o acompanhou durante toda a sua viagem em Portugal.

(6) — *General Antonio Pedro de Brito (Barão de Cacela)*. Fôra Coronel do Regimento de Infantaria N.° 20 e Comandante da Força Armada, na Terceira, em 1829. Em 6 de Dezembro de 1834 foi nomeado Governador Militar dos Açores cargo de que tomou posse em 26 de Janeiro de 1835 e ocupou

até 10 de Maio de 1836. Sua mulher, a Baronesa de Cacela, foi D. Mariana Victoria Damasceno Rosado.

(7) — *D. Elvira Monteiro*, primeira mulher do 1.º Visconde de Bruges e mais tarde 1.º Conde da Praia da Vitória, o ilustre terceirense Theotonio de Ornellas Bruges Paim da Camara d'Avila e Noronha Ponce de Leão, com quem casou em 16-3-1833. Nasceu em Nova York em 16-6-1804 e faleceu em Angra em 26-1-1838.

Era filha de Joaquim Monteiro, que foi Consul Geral de Portugal nos Estados Unidos da América, e da esposa deste D. Ana Favila Esmeraldo, da Madeira. Além de D. Elvira, que foi a 5.ª filha, estes tiveram: — D. Maria da Piedade que casou com o oficial do exército americano Offmann; D. Josefa que casou com o oficial de marinha Francisco Antonio de Sampaio de Melo e Castro; D. Emilia que casou a 1.ª vez com Francisco Borel (1.º Barão de Palença) e a 2.ª com o Conde Donnorgo, capitão de cavalaria em Napoles; D. Luiza que casou com Carlos Radevitscht, Consul da Russia em Lisboa; Dr. Antonio José Monteiro; e D. Maria Monteiro.

Os avós paternos de D. Elvira foram: Pedro Jorge Monteiro, nascido em Santa Maria dos Olivais e falecido na Madeira, onde foi administrador do tabaco, e D. Maria Tereza de Gusmão, os quais casaram no Recife onde nasceu o filho Joaquim.

Um irmão deste, e portanto tio de D. Elvira, Luis, que viveu e faleceu em Angra, teve um filho, tambem Luis, que casou em Lisboa, em 1849, com D. Emilia Fournier de quem teve Augusto Fournier Monteiro (nascido na Terceira em 7-10-1862) que foi o representante da família «*Monteiro*» e casou com D. Maria do Carmo Sieuve de Seguier e Campos (cf. «Nobiliário da Ilha Terceira», de Eduardo de Campos, Vol. II, págs. 178 e 230).

(8) — Em inglês, no texto: — *smilling Princess*. Refere-se a *D. Helena Cardoso Machado de Faria e Maya*, filha de D. Helena Victoria Machado de Faria e Maya e do seu segundo marido o Desembargador Doutor Vicente José Ferreira

Cardoso da Costa, (vid. nota N.º 32) e, portanto, irmã da destinatária destas cartas. Pelo seu casamento, em 1844, com seu primo (pelo lado do pai) Dr. João Cardoso Vasques da Cunha Araujo e Castro Porto Carrero, que foi alto Magistrado, Deputado pelo Distrito de Ponta Delgada e Ministro da Justiça, veiu a ser Viscondessa de Porto Carrero. Em vários passos do seu «diário» o Conde de Vargas de Bedemar refere-se a esta senhora, então jovem de 18 anos, sob outros designativos: «noiva elegante», «mana elegante», «bela Princesa» ou simplesmente: «Princesa» ou «Helena» ou «Helena Cardoso». Quando o mesmo Conde fala de «Helena Machado» refere-se à filha primogénita do Comendador José Ignacio Machado de Faria e Maya. (Vid. notas N.º 17 e N.º 41).

(69) — *D. Emilia Rouxe Auffdiner*, da família Rouxe que da Flandres passou a Portugal nos principios do Século XVII na pessoa de Guilherme de Rouxe que residiu em Lisboa. Casou com João Ferreira Campos, Bacharel formado em Matematica, lente da Escola Politecnica, Deputado, Marechal de Campo, etc. Foram os pais da 2.ª Viscondessa de Vila Maior. (Cf. «Nobiliário da ilha Terceira», de Eduardo de Campos, Vol. I, pág. 224),

(70) *Antonio Fournier Tavares de Lemos Borges Cabral*, que foi vereador da Camara Municipal de Angra em 1828 e tomou parte na expedição do Mindelo. Nasceu em Lisboa mas viveu na Terceira onde possuia a casa de seus maiores no Caminho do Meio. Casou com D. Mariana Josefa de Carvalhal de quem teve vários filhos: — D. Mariana, que faleceu solteira; D. Maria Adelaide, que também não casou; D. Candida Elisa (herdeira da casa do Caminho do Meio) que casou com José Joaquim da Costa Franco; D. Emilia que casou em Lisboa com Luis Monteiro (vid. final da nota N.º 7); D. Leopoldina que morreu solteira; e D. Maria Amélia que casou com Pedro de Menezes Parreira (cf. «Nobiliário da Ilha Terceira», de E. de Campos, Vol. II, pág. 44). E' provavel que a «mais velha» e a «mais nova» a

que se refere o Conde de Vargas sejam a primeira e a segunda das filhas indicadas nesta nota.

(11) — Em inglês, no texto : *my dear Helene.* (Vid. nota n.º 8).

(12) — *Dr. Agostinho Machado de Faria e Maya,* filho da Morgada D. Helena Victoria Machado de Faria e Maya e do 1.º marido desta Bernardo Antonio Cymbron ou Bernardo António de Faria Machado. Tinha então quási 26 anos. Formado em Leis Magistrado (Juiz de Fóra e Corregedor). Vogal da Junta Geral de Ponta Delgada em cuja qualidade interveiu nas resoluções acêrca da construção da doca daquela cidade. Casou com D. Francisca de Medeiros Costa Canto e Albuquerque Taveira.

(13) — Em inglês, no texto : — *unfashionable.*

(14) — Nome ininteligivel, no texto.

(15) — Vid. nota n.º 9.

(16) — Do *Morgado José Leite Botelho de Teive* que nasceu em Angra e que residia ora nesta cidade, ora em Ponta Delgada (no seu solar de Sant'Ana), onde faleceu em 19-4-1836, em idade avançada. Tinha fortuna na Terceira e em S. Miguel. Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e figura proeminente durante as lutas liberais nas duas ilhas. Casou com D. Genoveva Jacinta de Lacerda Borges de quem teve, além de outros filhos, as seguintes filhas : — D. Genoveva que casou com João de Sieuve de Seguier Camelo Borges, e D. Maria Candi da que casou com José Teodósio de Bettencourt Vasconcellos e Lemos, (Cf. cit. «Nobiliário da Ilha Terceira», Vol. II, págs. 82-83).

(17) — *José Ignacio Machado de Faria e Maya,* conhecido por «Morgado José Ignacio», (1792-1881), filho primogénito da Morgada D. Helena Victoria Machado de Faria e Maya e de seu 1.º marido Bernardo Antonio Cymbron Borges de Sousa que, depois do seu casamento, adotou o nome de Bernardo Antonio de Faria Machado. Por sua mãe, era meio-irmão da destinatária destas cartas. Em 1812 foi nomeado Coronel de Milicias e em 1830 foi promovido pelo Rei D. Miguel a Brigadeiro, pôsto em que então foi reformado.

Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem Militar de Cristo e incumbido de comissões e cargos públicos, entre os quais o de Conselheiro de Prefeitura. Viveu na Côrte do Rio de Janeiro (onde casou com a Açafata de D. Garlota Joaquina, D. Maria do Carmo de Mendonça Valadares de Mattos e Goes Caupers), em Lisboa, no estrangeiro e em S. Miguel. A vária correspondência existente no Arquivo de Família testemunha a qualidade e alta categoria das individualidades com quem manteve amistosas relações e tratou dos mais diversos assuntos. Foi amigo pessoal dos Reis D. João VI e D. Carlota Joaquina (padrinhos de baptismo do seu primogénito, Francisco, que veiu a ser Visconde de Faria e Maya e marido de D. Tereza Clara), e dos Principes D. Pedro e D. Miguel que foram padrinhos de duas filhas suas.

([18]) — Em inglês, no texto : «*flirtation*».

([19]) — *José Leite Botelho de Teive*, segundo dos filhos do Morgado do mesmo nome referido na nota n.º 16. Era então noivo de D. Maria Leopoldina Machado de Faria e Maya (filha do Morgado José Ignacio mencionado na nota N.º 17) com quem veiu a casar em 2-3-1838, não tendo tido geração.

([20]) — *D. Maria Leopoldina Machado de Faria e Maya*, citada na nota anterior. Nasceu no Rio de Janeiro em 20-12-1817 e seus padrinhos foram os então Principes Reaes D. Pedro e sua mulher D. Maria Leopoldina.

([21]) — Ignoramos verdadeiramente quem seja o cidadão de apelido Silveira, que o autor identifica como presidente da Camara de Angra. Quem ocupava de facto este cargo, naquela data, era o Visconde de Bruges, Teotónio de Ornelas Bruges Avila Paim da Camara Ponce de Leão que vinha exercendo aquelas funções havia alguns anos e se conservou ainda no seu exercício até 8 de Fevereiro de 1836, tendo-lhe sucedido o cidadão Luís Antonio da Silva e Carvalho.

De apelido Silveira era um dos Vereadores da Camara de então, João de Carvalhal da Silveira, que ocupou vários

postos na tropa de milícias desta cidade, de cuja Alfandega foi mais tarde funcionário superior.

Além deste desempenhava também, na mesma época, funções oficiais de relêvo um outro cidadão do mesmo apelido, o Prevedor do Concelho, Antonio Silveira, antigo Vereador.

A qual dos dois se pretenderia referir o Conde de Vargas de Bedemar ao falar no «presidente da Camara Silveira» ?

(22) — Dentro do tempo de que dispuzemos, nada nos foi possível encontrar sobre a Família e actividade do Dr. Rocha Vasconcelos na cidade de Angra.

(23) — Em inglês, no texto : — *quaqueresse.*

(24) — Vid. nota n.° 10.

(25) — Vid. 2.° parágrafo da nota n.° 7.

(26) — *Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas.* General e Marechal de Campo falecido em 1852. Tomou parte nas Guerras Peninsulares e foi deputado ao Congresso Constituinte de 1821. Adepto da causa legitimista, comandou a vanguarda das tropas que em 1828 marcharam contra as fôrças revolucionárias no Porto. Exerceu depois vários comandos durante a guerra civil. Após a Convenção de Evora Monte abandonou a vida pública mas em 1846 ressurgiu na política como defensor da religião católica e dos direitos da nação portuguesa tentando impedir que Saldanha e suas fôrças avançassem de Lisboa até ao Porto em perseguição do Conde das Antas. Vencido, retirou-se definitivamente para a sua casa de Vella, cêrca da Guarda.

(27) — *Frederico VI.* Nasceu em 28 de Janeiro de 1768. Assumiu a regência em 1784 e, tendo ocupado o trono em 1808, foi coroado Rei da Dinamarca em 31 de Julho de 1815. Faleceu em 1839. Favoreceu o progresso das Ciências assim como o desenvolvimento do comércio e da agricultura.

(28) — Vid. nota n.° 10.

(29) — E' o jantar em casa do General Povoas que não chegou a descrever mas que anunciou no diário de 23 de Janeiro.

(30) — «*Encumiada do Mato*». Serra acima da pequena povoação da Pateira, da freguesia de Santa Luzia, de Angra.

(31) — Nome ininteligivel, no texto.

(32) — *D. Helena Victoria Machado de Faria e Maya* (1778-1867). Décima e última administradora do vinculo em 1583 instituido por António Lopes de Faria, (Cavaleiro-Fidalgo e Professo na Ordem de S. Tiago), que em meados do Século XVI, vindo de Barcelos, se estabeleceu em S. Miguel onde foi Memposteiro-Mór dos Cativos, Juiz da Alfandega e Mar, Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e, conforme diz Fructuoso, pessoa muito querida e respeitada por suas virtudes e caridades. D. Helena foi filha única do Mestre de Campo José Ignacio Machado de Faria e Maya, 1.º do nome, (1744-1796), aluno da Academia Militar de Chelsea (Inglaterra), em 1773 e 1774 e voluntário de 1774 a 1776 a bordo da fragata «*N.ª Snr.ª da Graça*» na *Guerra do Sul* (Brasil) contra os espanhois. Foi sua mãe D. Jacinta Flora de Montojos Paim da Camara Noronha Marramaque Pamplona Corte Real Casou em primeiras núpcias com Bernardo António Symbron Borges de Sousa (ou Bernardo António de Faria Machado) de quem teve 14 filhos, o primogénito dos quais foi o Comendador José Ignacio referido na nota n.º 17. Em segundas núpcias casou com o Desembargador Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, Lente de Direito em Coimbra e afamado jurisconsulto e letrado que teve notável acção na vida pública e social no arquipélago, especialmente em S. Miguel, de 1810 a 1834. Deste segundo casamento teve as duas filhas já citadas: D. Tereza (a destinatária das cartas do Conde de Vargas de Bedemar) e D. Helena (que veiu a ser Viscondessa do Porto Carrero) a que se refere a nota n.º 8 e mais um filho que morreu creança. Dos 17 filhos que teve, 8 sobreviveram-lhe.

(33) — *D. Carlota Joaquina Machado de Faria e Maya* filha do «Morgado José Ignacio» e de D. Maria do Carmo Caupers. Afilhada do Infante D. Miguel. Casou mais tarde com seu primo-irmão (por parte de sua mãe) José de Sousa Canavarro.

(34) — Os diários de 30 de Janeiro a 4 de Fevereiro foram remetidos para S. Miguel com a carta desta última data.

(35) — *D. Maria II.* (1819-1853). Tendo enviuvado em Março de 1835 (após apenas dois mêses de casada) do Principe Augusto de Leuchtemberg, contraíu segundas núpcias com o Principe Fernando de Saxe-Coburgo Gotha, tendo-se realizado duas cerimónias matrimoniais: a primeira, na Sé de Lisboa, em 1 de Janeiro de 1836, em que D. Fernando se fez representar pelo Duque da Terceira, e a segunda, também em Lisboa, em 9 de Abril seguinte, dia em que aquele Principe chegou a Lisboa. A notícia chegada a Angra em 27 de Janeiro respeitava, pois, à primeira daquelas cerimónias. Tanto à Rainha como ao Rei D. Fernando referir-se-á o Conde de Vargas de Bedemar nos seus diários de 1837 escritos em Lisboa.

(36) Neste passo o Conde de Vargas alude à antiga prática, em representações teatrais, de os homens interpretarem também os papeis femininos.

(37) — Deve tratar-se da «*Furna do Enxofre*», concavidade («caldeira» vulcânica) no centro da Ilha Terceira, a um dos lados da estrada que vai de Angra para a freguesia dos Biscoitos, e da qual se exalam fumos e gazes sulfúricos.

(38) — Vid. nota n.º 8.

(39) — Vid. nota n.º 33.

(40) — *D. Mariana Luiza Machado de Faria e Maya,* filha do «Morgado José Ignacio» e de sua 2.ª mulher (irmã da 1.ª) D. Mariana Caupers. Casou com o Dr. Jacinto Soares de Albergaria.

(41) — *D. Helena Machado de Faria e Maya,* filha mais velha do Comendador e Brigadeiro José Ignacio Machado (vid. nota n.º 17) e de sua 1.ª mulher D. Maria do Carmo Caupers Tinha, ao tempo, 21 anos. Foi esta a senhora com quem D. Pedro, Duque de Bragança e 1.º Imperador do Brasil, dançou ao abrir o baile que a Camara de Ponta Delgada ofereceu em sua honra em 27 de Fevereiro de 1832 (tinha ela 18 anos). Casou com André Alvares Cabral, mais conhecido por «Morgado das Capelas».

(42) — *D. Maria*, uma das filhas do primeiro casamento de D. Helena Victoria (nota n.º 32) e que morreu solteira.

(43) — Vid. nota n.º 20.

(44) — Os diários de 5 a 16 de Fevereiro foram enviados nesta última data.

(45) — Deve referir-se ao terramoto que se sentiu fortemente na Praia da Vitória em 24 de Junho de 1801.

(46) — Foi o decreto (de Joaquim António de Aguiar), de 28 de Maio de 1834, que extinguiu em Portugal os conventos e casas religiosas das ordens regulares.

(47) — Vid. parte final da nota n.º 16.

(48) — Deve referir-se a um artigo descritivo, àcerca da Dinamarca, e não assinado, inserto no n.º 46 do semanário angrense *O Liberal* de 4.ª feira, 10 de Fevereiro de 1836, o qual terminava assim: «*já o amor das sciencias impelle o Governo de Frederico VI a enviar aos diversos pontos do globo sábios abalisados, para enriquecerem o país com o fructo das suas experiencias — e nós acreditamos que nossos leitores cada um se possuirão de mais sympathia para com um povo tão illustre, e do qual temos entre nós, o Ex.mo Conde de Bedemar uma tão insinuante como respeitavel recomendação*».

(49) — Os diários de 21 de Fevereiro a 8 de Março foram remetidos por um navio inglês nesta última data, como se lê na carta daquele dia.

(50) — *Henrique Scholtz*, comerciante alemão que se estabeleceu em S. Miguel e nesta ilha, era então vice-consul da Russia. Um irmão, João Carlos Scholtz, também comerciante, foi na mesma Ilha vice-consul da Dinamarca. Este último foi quem comprou à Morgada D. Helena Victoria Machado de Faria e Maya a casa do Largo da Matriz de Ponta Delgada que ela depois vendeu à família Berquó e onde se instalou e ainda se encontra o «Club Micaelense».

(51) — Desta frase parece poder deduzir-se que D. Tereza pretendêra converter o Conde de Vargas ao catolicismo. No entanto, um biógrafo diz que o Conde se batisou numa Igreja Católica.

(52) — Em inglês, no texto: — é um dos *the most accomplished gentlemen* que conheço. *George Philips Dart*, comerciante de origem inglesa estabelecido na Terceira onde foi vice-consul da Austria. Naquela Ilha casou com D. Francisca de Bettencourt de Vasconcellos e Lemos (cf. «Nobiliário da Ilha Terceira», de Eduardo de Campos, Vol. I. pág. 353). Um irmão, José Henrique Dart, vivia e negociava em S. Miguel.

(53) — Nota de João Machado de Faria e Maya na cópia por ele feita.

(54) — Vid. nota n.º 36.

(55) — O Conde, em algumas das cartas que faltam entre 26 de Fevereiro e 6 de Março, deveria ter-se referido a que estava anotando as verificações que em matéria geológica fazia na Ilha Terceira. A «Nota impressa» de que fala no «diário» de 6 de Março é o artigo que, sob o título «*Observações geológicas*», efectivamente publicou o semanário angrense «*O Liberal*» no seu n.º 50, daquela mesma data, e que muito mais tarde foi reproduzido no Vol. II do «*Arquivo dos Açores*» (pág. 338). Com menor desenvolvimento, esse artigo faz parte do folheto «*Resumo das Observações geológicas feitas em uma viagem às Ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores*» a que foi feita referência na *Introdução* ao presente «diário».

Ao publicar em 6 de Março aquelas «*Observações geológicas*» sobre a Ilha Terceira, «*O Liberal*» faz uma apresentação delas e do autor começando por dizer: *S. Ex.ª o Snr. Conde Vargas Bedemar acaba de terminar a sua excursão scientifica ao interior desta Ilha. Por toda a parte onde transitou as suas affaveis maneiras, as suas instructivas observações, e as provas que deu à classe indigente do seu caracter beneficente, lhe ganharão todos os corações. Na Vila da Praia, onde S. Ex.ª se demorou mais tempo, foi obsequiado, segundo era possivel, com vários bailes e banquetes.* E a mesma apresentação termina assim: — *Guiados pelo desejo de concorrer com a nossa publicação semanal para a diffusão do conhecimento das investigações de S. Ex.ª o Snr. Conde Vargas, nós nos apressamos em dar à*

luz um resumo das suas observações geológicas, traduzindo do Francês, em cujo idioma nos foi elle comunicado — e que esperamos interessará, sobre tudo, aquelles triturados na sciencia de que elle tracta.

(56) — Os diários de 13 a 21 de Março foram enviados em mão do Snr. Dart, como se lê no daquela última data.

(57) — Deve referir-se a algum baile, em Ponta Delgada, mencionado nas cartas que o Conde acabára de receber.

(58) — Toda a frase reproduzida entre aspas foi escrita, no texto original, em inglês.

(59) — Desta referência deduz-se que o motivo ou um dos motivos do sinete (brasão d'armas ?) do Conde de Vargas de Bedemar era uma ave que poderia assemelhar-se a um «periquito» ou, por brincadeira, assim chamada. Neste pormenor estaria a origem da alcunha também por brincadeira dada (talvez pela própria D. Tereza) ao possuidor do sinete.

(60) — Os diários de 22, 25 e 26 de Março e de 1 de Abril foram remetidos neste último dia conforme consta do da mesma data.

(61) — *Francisco Machado de Faria e Maya* (1815 - 1892). Primogénito do irmão (por parte da respectiva mãe) de D. Tereza, o «Morgado José Ignacio», e de sua primeira mulher D Maria do Carmo de Mendonça Valadares de Mattos Goes Caupers. Tendo feito os seus primeiros estudos em Lisboa, no «Real Colegio de Nobres», seguiu depois, em 1833, com seu pai, para Londres e Paris, permanecendo em França durante cêrca de 4 anos (até meados de 1837). Ali tirou o curso de agronomia na «Ecole Impériale d'Agriculture de Grignon». Estava portanto em Paris na altura da correspondência a que se refere o Conde de Vargas, a qual deve ter marcado o comêço ou reatamento do namôro entre sobrinho e tia, esta mais nova um ano do que aquele. Vieram a casar, no Oratório da Casa da Arquinha, em 21 de Dezembro de 1837.

Francisco Machado de Faria e Maya logo que regressou a S. Miguel começou a dedicar-se a vários empreendi-

mentos relacionados com os estudos que fizera em França primeiros ensaios que ali se promoveram da cultura da beterraba sacarina, plantações florestais, etc., e, com especiais carinho e habilidade, ao arranjo de jardins e matas ajardinadas de que foram exemplo o chamado «Pico Francisco Machado» (nas Furnas), o prédio do «Tanque» (no Cabouco) e um comêço de formação de um parque e de construção de um palacete na propriedade da «Victoria», sita no lugar onde hoje é o bairro do mesmo nome (em Ponta Delgada). Ocupou-se também de assuntos de carácter público ou político (como consta da correspondência existente no Arquivo de Família) e fez parte de corporações, comissões e iniciativas destinadas à realização de obras de interesse colectivo tendo sido, por exemplo, um dos fundadores da «Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense» e do «Asilo de Mendicidade» de Ponta Delgada, e membro da «Junta Administrativa» que iniciou as obras da doca daquela cidade. Viveu durante largos períodos em Lisboa e fez diversas viagens pelos principais países da Europa.

Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Comendador da Ordem de N.ª S.ª da Conceição. Por Carta Real de D. Carlos I, de 16 de Abril de 1891, foi-lhe conferido o título de «Visconde de Faria e Maya»: — *«attendendo aos merecimentos e qualidades que concorrem na pessoa de Francisco Machado de Faria e Maia, proprietário na Ilha de S. Miguel, e aos bons serviços que alli tem prestado não só à agricultura, concorrendo para o seu desenvolvimento, mas tambem no desempenho de várias comissões de interesse público»*.

(62) — E' este o último «diário» escrito na Ilha Terceira de onde Conde de Vargas de Bedemar partiu para S. Jorge em 9 de Abril. O N.º 55, de Domingo, 17 daquele mês, do semanário angrense *«O Liberal»*, noticiou: — *«Sua Excellencia o Snr. Conde de Vargas de Bedemar partio deste porto em 9 de Abril a bordo do Brigue Escuna Port. Divino Imperador para a Ilha de S. Jorge em seguimento dos seus trabalhos scientificos.»*

O Conde chegou às Velas em 12 daquele mês pois no diário escrito naquela vila em 13 de Abril de 1836 diz : — *cheguei aqui ontem de manhã, depois de 4 dias de viagem. Pouco vento e este mesmo contrário. Cálcule o meu aborrecimento e a minha impaciencia. No entanto, estou bem e pela primeira vez na minha vida não enjoei.*

VIDA DO INSTITUTO

PRIMEIRA REUNIÃO ORDINARIA DO ANO DE 1958.

No dia 11 de Março do ano de 1958, realizou-se no Salão da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, a primeira reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Não tendo comparecido maioria de sócios às 19h30, hora para a qual fora convocada a reunião, foi aberta a sessão pelas 20 horas, com os sócios presentes, nos termos do artigo 5.º do Regulamento, assumindo a presidência o Senhor Tenente Coronel José Agostinho e achando-se presentes os seguintes sócios, Senhores Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, Cónego José Augusto Pereira, Dr. Teotónio Machado Pires e Governador do Castelo de São João Baptista, Tenente Coronel Joaquim de Sousa Xavier. Achava-se também presente o Snr. Dr. José Leal Armas, Presidente da Junta Geral do Distrito.

Pelo Snr. Tenente Coronel José Agostinho, Presidente da Mesa cessante, foi elucidado que a eleição da Mesa eleita para o biénio

de 1958-1959, só foi sansionada por Sua Ex.ª o Subsecretário da Educação Nacional por despacho de 30 de Janeiro findo, transmitido em ofício da Inspecção Superior do Ensino Particular, n.º B,P.º 142, de 31-1-1958, recebido na passada semana, motivo pelo qual só agora pode entrar em exercício a mesa eleita, tendo tambem sido, pelo mesmo motivo, adiada a reunião para apresentação do relatório e contas da gerência de 1957, prolongada até esta data.

Em seguida, convidou para assumir a presidência, o Senhor Dr. Teotónio Machado Pires, ficando igualmente empossados os Senhores Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, ausente em Paris, no cargo de Secretário e Francisco Coelho Maduro Dias no de Tesoureiro.

Usou da palavra o Senhor Tenente Coronel José Agostinho para saudar a nova Mesa e em particular o novo Presidente Sr. Dr. Teotónio Machado Pires, de cuja alta inteligência, cultura e dedicação por tudo o que interessa às três ilhas do Distrito, muito tem o Instituto a esperar para prosseguir na missão que lhe incumbe. As palavras do Snr. Tenente Coronel José Agostinho foram unanimemente aplaudidas pelos presentes.

O Senhor Presidente agradeceu os cumprimentos que lhe foram dirigidos e prometeu empregar todos os esforços para levar a cabo com êxito a sua missão. Fez o elogio do Presidente cessante e propôs que na acta ficasse exarado que o Instituto se associava às homenagens prestadas no Observatório Meteorológico e na Junta Geral, ao Senhor Tenente Coronel José Agostinho, por motivo da sua retirada do serviço activo como Chefe do Serviço Meteorológico nos Açores. Concretizando as suas palavras, disse que sendo esta a primeira sessão do Instituto Histórico, após as manifestações oficiais de consideração e apreço pelo Senhor Tenente Coronel José Agostinho, Presidente cessante deste organismo, que no dia 1 do corrente mês atingiu o limite de idade, em nome do Instituto Histórico, propôs que nesta acta se consignasse a afirmativa da nossa mais alta consideração, admiração e respeito pelo homem que à Ciência, consagrou o melhor da sua vida, operosa e honrada; e ao mesmo tempo significar-lhe a nossa confiança e esperança de que à Ciência e à Terra Açoreana, con-

tinue a dar o brilho do seu espírito e o fulgor da sua vasta cultura. Este voto foi por unanimidade aprovado.

Passou-se em seguida à leitura do Relatório da actividade do Instituto no ano de 1957 e bem assim à apresentação das contas da gerência, o que foi tudo aprovado.

Antes de se encerrarem os trabalhos, foi presente um ofício do Sr. Director do Distrito Escolar, pedindo o patrocínio do Instituto para uma proposta que pretende submeter à Comissão Nacional do Centenário Henriquino, para que na frontaria da Escola Central Primária «Infante D. Henrique», seja colocada um baixo relevo de bronze com a figura do Infante e mais dois baixos relevos alegóricos das viagens pelo Infante ordenadas e no interior seja posta uma reprodução em azulejos da carta das explorações de portugueses no Atlantico Norte, de João Freire, com anotações respeitantes às datas das mesmas e aos navegadores que as empreenderam, o que foi aprovado.

O Senhor Dr. Corte Real e Amaral usou da palavra para rectificar algumas passagens do oficio do Snr. Director Escolar na parte em que se refere à iniciativa da construção da referida Escola nos seus moldes actuais e localização definitiva. – As suas palavras foram as seguintes:

Declaração de Voto:

«Aprovo a proposta apresentada, se bem que entenda que um busto do Infante D. Henrique à entrada do mencionado edifício, vincaria melhor a homenagem devida à memória de tão gloriosa figura da nossa História, a quem os Açores devem a sua integração na comunidade nacional.

Todavia, quanto aos considerandos que precedem a aludida proposta, cumpre-me esclarecer que nos termos em que se acham redigidos, conduzem a ideias erróneas e assim não podem passar em julgado, por ofensivas da verdade. Deste modo me pronuncio, com perfeito conhecimento da causa, porquanto fui o Presidente da Câmara e da Comissão Promotora das Construções Escolares, em 1933, e, seguidamente, o Governador do Distrito, que tomou a iniciativa, conseguiu o projecto e promoveu a

execução dêsse monumental edifício, *tal qual ali se encontra.*

E' certo que a referida Comissão Promotora de Construções Escolares, instituída por acordo de 27 de Junho de 1931, entre a Câmara Municipal, Junta Geral e Caixa Económica de Angra, resolveu construir vários edifícios escolares, e entre êles um para as três escolas da Sé, Santa Luzia e São Pedro, no Alto das Covas, mas, note-se bem, ao lado do velho convento da Graça, e no mesmo alinhamento da frontaria dele, até à antiga rua Queimada, no encontro desta com a rua do Rego. Este velho convento pertencia à «Sociedade Recreio dos Artistas», que nele se achava instalada e ninguém pensava em adquiri-lo, desalojando dali essa sociedade.

Em 1932, foi elaborado, por um professor de desenho desta cidade, o respectivo projecto, tendo sido lançada solenemente a primeira pedra nos alicerces dessa projectada construção — cerimónia a que, como Reitor do Liceu, assisti em Maio desse ano. Porém, tendo sido enviado êsse projecto ao Ministério das Obras Públicas, também para o efeito de comparticipação do Estado, foi ele completamente rejeitado por Sua Excelência o Ministro, que logo ordenou fosse solicitada da aludida Comissão a informação de que quantia podia dispôr para tal melhoramento e bem assim a indicação de outro local mais amplo, visto o terreno escolhido ser manifestamente acanhado para o que se pretendia. Prestadas essas informações e indicado outro terreno disponível, isto é, o que, dentro da cerca do dito convento, ficava ao norte dêle, e deitava para a rua da Boa Vista, ordenou então o mesmo Ex.^{mo} Ministro que fosse elaborado na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais um novo projecto para a construção dessa Escola, no citado terreno, mas de harmonia a satisfazer todas as condições impostas a edificações daquela natureza. Esse projecto, como disse, elaborado na Direcção Geral referida, e para ser o edifício implantado com a frontaria voltada para a Rua da Boa Vista — era o único terreno disponível, diga-se,

— foi enviado à dita Comissão Promotora de Construções Escolares, para ser executado, conforme o respectivo despacho ministerial.

Acontece, porém, que inesperadamente fui nomeado Presidente da Câmara e da referida Comissão, cargo de que tomei posse em 4 de Janeiro de 1933, e logo me foi presente o mencionado projecto para providenciar no sentido da sua execução.

Logo de entrada este tão importante e melindroso problema!... Sobre êle, contudo, me debrucei detidamente, reconhecendo, em suma, que este momentoso assunto não fora devidamente tratado e esclarecido superiormente, com o necessário espírito de decisão, com objectivos mais altos, como as circunstâncias reclamavam. Então, decididamente, resolvi, não só obstar à execução dessas obras, como levar, devidamente fundamentada, a minha discordância às instâncias superiores.

Aqui é que tremeu Troia!

É que entendia que um edifício desta grandeza devia ser aproveitado tambem para embelezar a cidade, e não ficar com a frontaria voltada para a Rua da Boa Vista, e as trazeiras para o Largo 11 de Agosto, como fora projectado e mandado executar. Para tanto, todavia, o caso só tinha uma solução conveniente, embora arrojada — especialmente naquele tempo - , mas a única : a aquisição do velho convento da Graça, de resto em estado ruinoso e cercado de altos e denegridos muros que ali muito desfeavam a cidade - , a sua demolição imediata, e nesses terrenos então, que constituiam um quarteirão completo, se implantar o novo edifício escolar, com a frontaria voltada para o Largo, com amplos campos de recreio, etc., em suma, uma escola moderna e em tudo digna do Estado Novo. Além disso, o melhoramento assim executado, originaria, pelo alinhamento a dar ao novo edifício, não só a ampliação do citado Largo, como ainda o também indispensável alargamento e alinhamento das ruas da Madre Deus e Queimada, rua esta então que constituía, no centro da

cidade, uma verdadeira vergonha, pois, por ser tortuosa e muito estreita, se prestava inevitàvelmente a depósito de todas as imundícies, etc.. Contribuia-se, deste modo, também, para a indispensável urbanização daquela zona da cidade.

Nestas condições, tinha que ficar sem efeito, tudo quanto se projectara antes de 1933 !

Não obstante este nosso plano ter sido considerado, por muitos, como um sonho irrealizável, metemos, decidida e corajosamente, ombros a esse grande empreendimento e com o apoio de Sua Ex.ª o Ministro das Obras Públicas, com quem tratamos pessoalmente do assunto, em várias conferências em Lisboa, nos anos de 1933 a 1935, como Presidente da Câmara e Governador do Distrito, e com as comparticipações do Estado, concedidas a nossas instâncias, comprou-se, finalmente, o mencionado velho convento da Graça à «Recreio dos Artistas», e foi organizado na Direcção-Geral referida, um outro projecto da obra, agora ainda mais amplo, até, em virtude de maior espaço conseguido.

Porque a «Recreio dos Artistas» não queria abandonar essa sua propriedade, fez toda a resistência possível para ali se manter, protelando as negociações, etc., etc., e, em geral, não se compreendia então um melhoramento de tal envergadura, a empresa em que nos metemos foi complicada e algo torturante mesmo. Tivemos que lutar, mas com prudência, firmeza, sem excluir o desassombro, aqui, contra tudo e quase contra todos, desprezando relutâncias, despeitos, hostilidades mesmo, mas venceu-se, e eis ali agora o grandioso edifício com o Largo e as ruas confinantes alargadas, a atestar eloquentemente a política construtiva do Estado Novo e bem assim o interesse, o carinho, de que a Instrução Primária também merece. Ao referir essa grande luta em que nos metemos, recordamos gratamente algumas pessoas que nos deram o seu apoio, entre elas, sobretudo, o Senhor Tenente Coronel José Agostinho que, como Presidente da referida Comissão, nomeado em 1935, a nosso

pedido, tão valiosos serviços prestou nessa difícil emergência.

Lavrada, finalmente, a escritura de compra do convento da Graça e seus terrenos à citada «Recreio dos Artistas», em 4 de Fevereiro de 1935, começou-se imediatamente a sua demolição e, em Maio seguinte, iniciaram-se as obras de construção do actual edifício, desde os alicerces, e de tal modo prosseguiram os trabalhos que, em fins desse ano, já as paredes estavam em condições de receber o tecto. Data, pois, a construção de 1935.

Eis, nas suas linhas gerais, e no que interessa ao assunto em causa, a história dessa construção, e pela qual se verifica que o que foi realizado nada é, nem em grandeza, nem em condições, nem em implantação, do que foi resolvido em 1932: tudo, tudo fora completamente alterado!

Ora, o que fica narrado, só é desconhecido por quem tem carência de memória, pois são factos quase do presente e a êles a imprensa, e muitas vezes, se referiu circunstanciadamente, e assim também consta das actas da Câmara Municipal e da Junta Ceral de 1936 e 1937, cujas cópias me foram enviadas para conhecimento da justiça que esses corpos administrativos, então, se dignaram prestar-me, pela realização de tal obra, actas essas que a imprensa também transcreveu, como ainda pelo que foi publicado também na imprensa, nos devidos termos, por quem por dever de ofício todos os trabalhos acompanhou — o Director do Distrito Escolar.

Acresce que, a quando da inauguração do Largo, a que se deu o nome «Doutor Salazar», em 28 de Maio de 1937, o Presidente da Câmara de então, em desenvolvido discurso, que foi publicado, na íntegra, na Imprensa, fez também, nos precisos termos, e como fica referida, a história dessa construção, perante quase toda a cidade.

De tudo se conclue, claramente, que a data de 1932 e respectiva alusão, constante do início da proposta em referência, não tem, de forma alguma, o significado que, julgo

por imperfeito conhecimento dos factos, se pretende atribuir-lhe, na construção do actual edifício da Escola do Infante D. Henrique».

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão pelas 21 horas.

(assinados) — *Teotónio Machado Pires*
Francisco Coelho Maduro Dias

SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1958

Aos quinze dias do mês de Maio do ano de 1958, realizou-se no Salão da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo, a segunda reunião ordinária dos sócios efectivos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Aberta a reunião por 20 horas e 30 minutos, assumiu a presidência o Senhor Dr. Teotónio Machado Pires, achando-se presentes os seguintes Senhores ; sócios, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, Major Miguel Cristovão de Araujo, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior e Tenente Coronel José Agostinho, que serviu de Secretário.

Usando da palavra o Senhor Presidente leu o seguinte voto de pesar, que foi por unanimidade aprovado :

«É esta a primeira sessão do Instituto Histórico da Ilha Terceira, após o falecimento, em 30 de Março do corrente ano, do Senhor Dr. Manuel de Sousa Menezes, membro ilustre que foi desta agremiação Cultural.

Em quase todos os números do Boletim, e êles são já em número de catorze, o prestigioso terceirense falecido, deixou provas do interêsse que lhe merecia a história das Terras Açoreanas no conjunto glorioso da vida nacional.

O seu interêsse e devoção pelas coisas dos tempos idos dos Açores, fizeram dele um investigador conscencio-

so e probo. Se podemos discordar de uma ou outra das conclusões que tirou dos factos históricos que, com rara intuição, seleccionou, não poderemos nunca deixar de reconhecer o seu imenso labor e a sua incontestável e permanente preocupação de achar a verdade histórica, valorizando e exaltando o imenso esforço do homem dos Açores atravez destes cinco séculos de permanência nas ilhas, afirmando e dignificando a missão histórica e colonizadora da alma de Portugal, que aqui se tem mantido pura e incontaminada.

Ao Instituto Histórico deu, desde a primeira hora, o melhor da sua valia intelectual e da sua influência social, protegendo-o e engrandecendo-o com vultosos auxílios financeiros quando exerceu, ao longo de quatro anos e pela segunda vez, o alto e espinhoso cargo de Presidente da Junta Geral.

No cargo de Governador, que a seguir exerceu num quadriénio, não esqueceu o Instituto Histórico, que continuou a acarinhar, para êle chamando o patrocínio de meritórias iniciativas, no número das quais se deve mencionar a da recolha do folclore musical da Ilha Terceira, atravez dos notaveis trabalhos do Professor Artur Santos, do Conservatório Nacional de Música.

Ainda agora e já no seu leito de morte, com uma notavel clarividência, com uma tenacidade sem par e com uma calma digna de memória, reviu e emendou as primeiras provas do seu último trabalho a sair no número XV do Boletim em impressão.

Homens como êste merecem a nossa respeitosa admiração e que do seu nome conservemos uma profunda veneração, pelo seu honesto esforço a bem do engrandecimento do nome açoreano.

Estas palavras, in memoriam, modestas no seu contexto, encerram, na sua essência, uma sincera admiração pelo homem honrado e honesto trabalhador intelectual que desapareceu no túmulo e viverá na eternidade».

A seguir e referindo-se à erupção vulcânica dos Capelinhos, apresentou o seguinte voto que tambem foi por unanimidade aprovado:

«As horas dolorosas e trágicas que vem vivendo a simpática e bela Ilha do Faial, não nos podem ser indiferentes, por atingirem duramente irmãos nossos açoreanos, muitos dos quais são nossos amigos e prestigiosos trabalhadores intelectuais.

Assim e procurando de algum modo dar testemunho da nossa solidariedade e sentida compreensão, para com os povos do Faial, tenho a honra de propôr que à Direcção do Núcleo Cultural da Horta se envie um telegrama, exprimindo a nossa sincera mágua pela dor que aflige as gentes do Faial e ao mesmo tempo oferecer-lhes o nosso, embora diminuto, valimento, em tudo que possa minorar as imensas aflições do momento dramático que atravessam».

Em execução desta última proposta e independentemente da cópia da parte da acta que será enviada ao Presidente do Núcleo Cultural da Horta, vai ser enviado aquela entidade um telegrama de solidariedade moral.

Presente um ofício da Comissão de Festas da Cidade, pedindo a colaboração deste Instituto para a efectivação de uma sessão, cultural no Salão Nobre dos Paços do Concelho e depois de terem sido ouvidos por escrito todos os Senhores Sócios efectivos do Instituto, que opinaram que o assunto fosse resolvido em sessão, foi o sócio Senhor Tenente Coronel Frederico Lopes, convidado para, em nome e representação do Instituto, usar da palavra naquela solenidade, com tema à sua escolha.

Informou depois o Senhor Presidente que se achava em impressão o XV volume do Boletim do Instituto para o que já havia diversos trabalhos de alguns dos confrades, bem como um do Senhor Dr. João Cunha da Silveira, intitulado «Os Açores no Isolário de Vicenso Coronelli» (Sec. XVII).

Centenário de Ferreira Drumond — Foi presente uma carta

do consócio Snr. Dr. Corte Real e Amaral, enviando o parecer escrito da Comissão a que preside, referente à comemoração em 11 de Setembro próximo futuro, do I Centenário da morte do insigne historiador terceirense, Francisco Ferreira Drumond. O Instituto, de acordo com as suas deliberações anteriores e tendo em consideração a envergadura histórica do facto que se pretende comemorar e ainda certas dificuldades surgidas por escassês de tempo para que as solenidades a tal centenário inerentes possam ser realizadas na data prefixa, delibera não esquecer, de modo algum, o Centenário em causa, realizando-se, oportunamente, as manifestações por parte deste Instituto, com o devido e merecido relevo.

Presente um ofício n.º 367, do Ex.mo Governador do Distrito Autónomo, transcrevendo um ofício que recebera de Sua Ex.ª o Senhor Ministro das Obras Públicas, que é do teor seguinte:

«Os trabalhos de restauro da Igreja de S. Sebastião da Ilha Terceira tiveram que suspender-se temporariamente, em face dos novos elementos arqueológicos que surgiram na altura das pesquisas efectuadas, elementos êsses que, por si, só, implicaram a revisão total da orientação dos trabalhos estabelecida para este momento

Os estudos estão em elaboração, devendo a obra recomeçar dentro de breve praso, com base no plano de trabalhos elaborado para o corrente ano, deslocando-se para êsse efeito, ao local, um arquitecto desta Direcção Geral, que ali vai directamente orientar sobre o caminho a seguir.

Os trabalhos previstos para esta Igreja concluir-se-ão até ao fim do ano em curso».

O Instituto verifica com o maior agrado a acção e intervenção do Senhor Governador no restauro da histórica Igreja de S. Sebastião, deliberando que se agradeça a S. Ex.ª todas as diligências feitas.

Reedição dos Anais da Ilha Terceira: — Foi presente a cópia

de um ofício do Sr. Presidente do Instituto, pessoalmente entregue ao Sr. Secretário do Instituto de Alta Cultura, em Lisboa, em 22 de Fevereiro do corrente ano. O ofício é do teor seguinte:

«Passa no corrente ano de 1958 o Centenário da morte do erudito historiador açoreano Francisco Ferreira Drumond, autor dos «Anais da Ilha Terceira», obra de raro mérito, pela sua preocupação de seriedade e abundante documentação comprovativa do imenso esforço de adaptação, valorização e sobrevivência das gentes insulanas.

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, a que tenho a honra de presidir, não podia deixar de recordar e de algum modo perpectuar o nome deste insigne açoreano e por isso deliberou fazer uma reedição dos «Anais da Ilha Terceira» (4 volumes), pois esta obra se acha esgotada há muitos anos.

Porém, para que tal iniciativa possa ser levada a bom termo, necessário se torna poder contar com o auxílio financeiro do Instituto de Alta Cultura que, certamente, no-lo não negará.

Nesta conformidade e em nome do Instituto Histórico da Ilha Terceira, tenho a subida honra de vir rogar e confiadamente esperar que pelo I. A. C., a que V. Ex.ª tão distintamente preside, nos seja concedido um subsídio ou auxílio para a reedição da obra histórica de Francisco Ferreira Drumond.

Com antecipados agradecimentos pela aquiescência do I. A. C. ao nosso pedido, apresento a V. Ex.ª os protestos da minha mais alta consideração».

A êle respondeu o Instituto de Alta Cultura, pedindo uma estimativa da despesa com a reedição dos «Anais da Ilha Terceira», da autoria de Francisco Ferreira Drumond. As informações pedidas foram enviadas ao Instituto de Alta Cultura a coberto do ofício sob n.º 9, de 3 do corrente, aguardando-se a resolução definitiva do Instituto de Alta Cultura.

Informou o Senhor Presidente ter recebido um pedido do Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Paris, solicitando-lhe o envio da co-

lecção dos Volumes editados do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Essa colecção foi enviada por oferta, tendo o Director do Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros de Paris agradecido calorosamente a oferta feita por este Instituto Histórico.

Presente o ofício n.º 581, do Director Escolar, referente a uma declaração de voto do consócio Senhor Dr. Corte Real e Amaral, constante da última acta. Este oficio é do ter seguinte :

«Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. Ex.ª em que se digna transmitir-me a declaração de voto do Ex.mo sócio desse Instituto, Senhor Dr. Corte Real e Amaral e me informa que o mesmo Instituto patrocinará o pedido que ousei fazer-lhe. — Tudo muito reconhecidamente agradeço.

Sem prejuizo da importante influência posterior que o Sr. Dr. Amaral aponta na sua douta declaração de voto, devo manter e mantenho porque em nada é ofensivo da verdade, o que consta da acta da Comissão Promotora das Construções Escolares, de 10 de Maio de 1932 e do ofício de 1 de Julho do mesmo ano do Senhor Presidente da Junta Geral, Domingos Augusto Borges, à mesma Comissão e para estes documentos que enviei a V. Ex.ª, tomo a liberdade de chamar a atenção de todos os Ex.mos Sócios.

Como esclarecimento da referida acta e ofício, e sempre sem prejuizo do que se diz na declaração de voto e do mais que se poderia dizer da boa vontade de sucessivas Juntas Gerais, desejo frisar a acção do falecido Senhor Amadeu Monjardino, Presidente da Câmara e da Comissão de Construções Escolares que promoveu as Comemorações do V Centenário do descobrimento dos Açores e propôs que se construisse uma Escola nos terrenos do Convento da Graça e que a ela se desse o nome de «Escola Primária Infante Dom Henrique», procedendo-se a 29 de Agosto de 1932 ao lançamento, embora simbólico, da primeira pedra da mesma Escola, com a comparencia das Autoridades e muito povo e de crianças.

O mesmo Senhor Amadeu Monjardino, cujo retrato o diário a «A União» publicou nessa altura, falou, como do mesmo jornal consta, sobre o significado daquela festa e dos esforços dispendidos pelas entidades que na alta compreensão das condições em que deve ser ministrado o ensino, se haviam entendido para levarem a cabo aquele benemérito empreendimento.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os protestos da minha mais elevada consideração».

O Instituto tomou conhecimento.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião por 21 horas e 30 minutos.

(assinados) — *Teotónio Machado Pires*
José Agostinho

Publicações Recebidas

Por oferta e por troca com o «Boletim» do Instituto receberam-se no ano de 1958 e muito se agradecem, as seguintes publicações :

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto — Vol. XX — Fas. 1, 2, 3 e 4 — 1957.

H. A. Bulletin — Vol. 3 — N.^{os} 2, 3 e 4 — 1957 — Vol. 4 — N.^{os} 1, 2 e 3 — 1958.

O Instituto — Vol. 112 — 1949.

Catalogue of Publicationes — 1957 — Instituto Italiano per il Médio ed Estremo Oriente — Roma.

El Museo Canário — N.^{os} 45 e 48 - 1953

Trabalhos de Antropologia e Enologia — Vol. XV — Fas. 3 e 4 1955/57.

Salvador Correia de Sá e Benevides, por João Afonso Corte-Real — 1957.

Report of Investigationes — N.° 13 — 1957.

Pesquisas — Instituto Anchietano de Pesquisas — Porto Alegre — N.° 1 — 1957.

Das Artes e da História da Madeira — N.º 27 — Ano 1957 — N.º 3.

Boletim da Comissão de Etnografia e História — Junta de Província do Douro Litoral — Oitava Série — V, VI, VII, VIII e IX — 1957/58.

Boletim do Arquivo Histórico Colonial — Vol. I — 1950.

Agronomia Lusitana — Vol. 19 — N.ºs 2, 3 e 4 — Vol. 20 — 1957/58.

Indice Cultural Espanhol — N.º 143 — 1957 — N.ºs 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150 e 151 — 1958.

Atlantida — Vol II — N.º 1 — 1957 — Vol. II — N.ºs 2, 3, 4 e 5 — 1958.

Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares — Tomo XIII — 3.º e 4.º — 1957 — Tomo XIV — 3.º — 1958.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.ºs 4-6, 7-9, 10-12 — 1957 — N.ºs 1-3-4-6 — 1958.

Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul — N.º 7 — 1957 — Ano VI

Meddelanden Fran Lunds Universítet Historiska Museum — 1956

Relação dos Discos Gravados no Estado de Minas Gerais — 1944

Hospitalidade — N.º 88 — 1957 — 6.º do Tomo XI

Revista de Guimarães — Sociedade Martins Sarmento — N.ºs 3-4 — 1957 — N.ºs 1-2 — 1958

Guia del Indice Cultural Espanhol — Ano de 1957

Anales del Instituto de Linguistica — Tomo VI — 1957

Boletim de Trabalhos Históricos — Arquivo de Guimarães — Vol. XIX — 1-4 — 1957

Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga — Vol. III — N.º 3 — 1957

Revista de História — S. Paulo — Brasil — N.º 32 — Ano VIII — 1957 — N.ºs 33, 34 e 35 — 1958

Arquivo do Distrito de Aveiro — N.ºs 90 e 91 — 1957 — N.º 93 — 1958

Annual Report — Harvard University Library — 1957

Boletim Bibliográfico e Informativo — Universidade de S. Paulo — N.ºs 3 e 4 — Ano I — 1957 — N.º 5-6 — Ano II — 1958

Boletim do Núcleo Filatélico de Angra do Heroismo — N.º 2 — 1958

Insulana — Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. XIII — 1.ª e 2.ª Série — 1957/58
L'histoire et la geografie — Paris
Lares — Orgão da Sociedade de Etnografia Italiana — Ano XXIII — F. III-IV — 1957 — Ano XXIV — 1958 — F. I-II
O Instituto — Revista Científica e Literária — Vol. 118.º — 1956
Relatório e Contas da Gerência de 1957 da Casa dos Açores — Lisboa
O Livro do Caçador — C. N. E. A. — 1957
Historical Abstracts — Vol. 3 — 1957
Bom Humor, por J. S. da Costa — 1958
Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — N.º 26 — 2.º Semestre de 1957
A Visita Presidencial aos Açores — Separata do n.º 26 do Boletim da C. R. C. A. A.
Leo S. Olschki — Editore — Catálogo Generale
Boletim do Núcleo Cultural da Horta — Vol. I — N.º 2 — 1957
Revista de Ensino — N.º 13 — 1957
Dois vultos da História Gaucha: Xavier Ferreira e Onofre Pires
University of Kentuckg — Special Publication — N.º 11 — 1957
Boletim Cultural — O concelho de Santo Tirso — Vol. VI — N.º 1 — 1958
Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matozinhos — N.º 5 — 1958
Boletim da Junta de Província da Estremadura—N.ºs 44/46—1957
Homenaje de los Estudiantes Universitários al Generalíssimo Trujillo — 3 Dic. — 1956 — Vol. CVIII
Trujillo — Benefactor de la Iglesia — 1955
Trujillo y la Pacification de la Linea Noroeste — 1955
El Noroeste Dominicano — 1957
Homenage a Menendez y Pelayo — Série IX — Vol. CIX —N.º 4 — 1957
Anales — Universidade de Santo Domingo — N.ºs 77, 78, 79, 80 — 1956 — N.ºs 81 - 84 — 1957
Esta Luz... Esta Côr..., por A. Borges dos Santos — 1958
Vocabulário Regional das Ilhas do Faial e Pico — Marcelino Lima — 1957

Vestimenta Punessa — Fronterizos y Meleros — e Salténos y Vallistos, por Maria Delia Millan de Palavecino — 1957
Report of Investigations — University of Kentuckg — N.os 14 e 15
Boletim da Casa dos Açores — Rio de Janeiro — Julho de 1958
El Museo de Pontevedra — IX — 1955
O Ensino Primário em Moçambique — 1957
Revista Genealógica Latina — Vol. 9/10 — 1957/58.
Arquivo de Beja — Volume XIV — 1957.
Como alguns artistas viram Viana do Castelo — 1957.
Tapeçarias de João Tavares — 1958.
Primeira exposição de pintura moderna em Viana do Castelo — 1858
Boletim Pecuário — N.º 1 — 1958 — Ano XXVI.
Bendito é o Fruto — Como Construir — Colecção Educativa — Série I — 3/4.
Saudade de Portugal — Colecção Educativa — Série E — N,º 6.
O Pomar — Colecção Educativa — Série N — N.º 11.
Vamos Jogar Voleibol — Colecção Educativa — Série J — N.º 7.
Assim se faz o Presépio — Colecção Educativa — Série R — N.º 7.
Versos de Camões — Colecção Educativa — Série G — N.º 6.
Porandura Paulista — Tomo I-Festas, por Alem Maynard Araujo.
Revista Genealógica Latina — Vol. 8 — 1956
Indice General de los Anales de la Universidad de S. Domingos (anos de 1948 a 1957) — N.º 3
Calendário para el ano académico 1957-1958 — Vol. CXI
Primeira Notícia da Erupcção dos Capelinhos na Ilha do Faial, por Orlando Ribeiro e Raquel Soeiro de Brito — 1958
Elogio Histórico do Senhor Rei D. Pedro IV
Da autoria do Prof. Doutor A. Quintanilha :
— O Problema das plantas carnívoras — 1926
— O Problema Algodoeiro — 1954
— O Problema da Delimitação e origem das espécies do ponto de vista da biologia experimental — 1943
— Etude Genetique des Phenomenes de Nanisene Chez les Hymenomycetes — 1940
— Richard B. Goldschmidt — 1951
— D. António Pereira Coutinho — 1951

VARIA

GIORGIO MARINI NOS AÇORES

No século XIX, a arte de pintura, que havia marcado lugar dum certo relevo nos Açores, com apreciaveis produções deixadas em conventos, mosteiros e capelas particulares, passou do âmbito desses edifícios religiosos para as casas solarengas, na decoração de salas e em estimaveis retratos das figuras mais salientes da fidalguia dessa época, que foi, sem dúvida, a época em que começou a subir o nível económico e cultural destas Ilhas.

Dentre os pintores que por aqui apareceram neste período, houve alguns nacionais, um mesmo micaelense de origem — Marciano Henriques da Silva — e outros estrangeiros.

Ao número dos que eram de nacionalidade estrangeira pertencia o italiano **Giorgio Marini** que se salientou na pintura de numerosos retratos, nas ilhas de S. Miguel e Terceira.

Afirma o Dr. Luís Bernardo de Ataíde, que foi um verdadeiro cultor da pintura, e doutras artes, no seu livro «*Notas sobre Arte*» (pág. 144) que «Marini parece ter pintado mais forçado pela necessidade de ganhar a vida do que por amor à Arte.» (1) Todavia, no dizer do mesmo autorizado Crítico, os seus retratos «são notaveis, pela semelhança dos modelos e mesmo reveladores de elevada aptidão artistica... um bom desenho aliado a uma técnica muito cuidadosa e minuciosa».

Os seus trabalhos são de ordinário, lançados em fundo escuro e neles prevalece tambem a côr escura dos vestuários.

Entre os retratos que existem nas salas das principais familias daquela época, conhecem-se, como sendo da sua autoria :

Em Ponta Delgada : —

—O retrato de Nicolau A. Borges, que está na sala do Consistório da St.ª Casa da Misericórdia, da qual ele fôra dedicado Provedor.

—O painel que constitue o retábulo do altar das Almas, existente na Capela do Baptistério da Igreja Matriz e no qual, o Pintor se colocou a si próprio na figura que ali se salienta de pé, e de barba alourada.

—Um auto-retrato em que ele se representa de bigode e pera — apreciado trabalho, hoje na posse da Familia do referido sr. Dr. Luís Bernardo.

É provável que ainda haja outros, mas não se conhecem, tanto mais que ele, segundo o uso do seu tempo, não punha assinatura nos seus trabalhos.

Em 1871, (2) *Giorgio Marini* foi convidado pelo Cabido da Catedral d'Angra a ir, de Ponta Delgada áquela cidade, afim de fazer uma

(1) É facto verificado que quase todos os artistas, quando não teem algum Mecenas que os proteja, vivem sempre na miséria !

(2) O falecido sr. Dr. Luís Bernardo, baseado em noticia do *Diario dos Açores*, diz, no seu citado livro, que Marini retirou de S. Miguel por 1870. Há confusão de datas, como se depreende deste convite para ir a Angra.

tela com o retrato do Bispo D. Fr. Estevam, que pouco antes havia falecido.

Fez um trabalho primoroso e é, sem dúvida, um dos melhores retratos da galeria dos numerosos Bispos desta Diocese.

Este retrato foi inaugurado, na sala nobre do Cabido, em sessão grandiosamente solene, realizada a 21 de Setembro de 1876.

Em Angra: —

—O retrato do 1.º Conde da Praia que está no salão nobre da Camara Municipal d'Angra.

—O retrato da 2.ª Condessa da Praia e de cada um dos filhos (pequenos) Teotonio, Jácome e João.

—Os retratos dos Avós do sr. Ilidio Mourato — Joaquim A. de Mendonça Menezes Pamplona e D. Inez de Mendonça M. Pamplona.

—O retrato do pai do sr. Alvaro de Castro Menezes.

Ainda se encontram em Angra algumas litografias feitas sobre desenhos com a assinatura «Marini», tais como o retrato do P.e Jeronimo E. d'Andrade, de Miguel Angelo Buanarrotti e de Rafael Sanzio.

Embora ele não costumasse assinar os seus trabalhos, estes teem as caracteristicas dos desenhos de Marini.

*

Para decoração do palacete do sr. Marquez da Praia e Monforte, nas Furnas, pintou Marini uma paisagem, na qual, em conexão pouco feliz, traçou um trecho do Vale das Furnas e outro do das Sete Cidades.

Na exposição de 1895, em Ponta Delgada, apenas apareceram deste Pintor, *uma cena mortuária* e *um galo!*

Compreende-se que os possuidores dos Retratos de familia os não quizessem levar á Exposição.

C. PEREIRA.

CANTIGAS DOS FOLIÕES DA ILHA GRACIOSA

Colhidas por Manuel Machado A'vila

Da *Fonte do Mato:*

Em nome de Deus, «*amene*»,
Começemos a cantar,
A Virgem Nossa Senhora
Há-de nos vir ajudar.

Divino Espirito Santo,
Divino consolador,
Consolai as nossas almas
Quando dêste mundo *for*.

Senhor Espirito Santo,
A vossa capela cheira,
Cheira a cravos, cheira a rosas,
Cheira a flor de Laranjeira.

Pombinha que vais voando
Por cima do chafariz,
Vai levar-nos esta oferta
Á senhora «Imperatriz». (1)

Divino Espírito Santo,
Á' vossa casa hei-de ir,
Debaixo do vosso altar
Um sono hei-de dormir.

Divino Espírito Santo,
Olhai para o Céu direito,
Olha uma pomba doirada
Que Vos vem beijar o peito.

(1) Imperatriz é, como na Terceira, a dona da casa que tem o Espirito Santo.

Divino Espírito Santo,
Ele lá vem às laginhas.
Vem com a sua gente tôda
Vindimar as suas vinhas.

Divino Espírito Santo,
Ele lá vem às ladeiras.
Vem com a sua gente toda
Para ver suas bandeiras.

Divino Espírito Santo
Que estais na vossa capela,
Deitai-nos a vossa benção
Que daqui não vou sem ela.

Divino Espírito Santo,
Ele lá vem ao lilhéu.
Com a sua c'roa à cabeça
Fingindo que é um chapéu.

Deus te salve, casa santa,
Mãe de Deus a acompanhar.
Aonde está o calix bento
Mais a hóstia no altar.

Nossa Senhora da Pena
Que andais co'a pena na mão,
Vai levá-la ao teu Jesus
Para ser teu escrivão.

Oh! Que festas vão no Céu,
Quem me dera estar a ver,
Nossa Senhora a cantar
E os anjinhos a aprender.

Começa-se a dar as varas
Lá em São João de Deus.
Quem quizer que venha ver
Antes que perca de seu.

Pombinha que vai voando
Por cima daquele paúl,
Vai levar-me esta oferta
A' Senhora da *Saúde*.

Nossa Senhora da Ajuda,
Vizinha de São João,
Ao subir esta ladeira
Descansai meu coração.

Pombinha que vais voando,
Leva-me nêsse teu bico,
Deixa-me no cais da América,
Ou no Faial ou no Pico.

Pombinha que vais voando,
Nem que minha mãe não queira,
Leva-me nêsse teu bico
E deixa-me na Terceira.

Pombinha que vais voando,
Voando vais à porfia,
A ver quem chega primeiro
Aos pés da Virgem Maria.

Meu Divino Espírito Santo,
Que estais debaixo da telha,
Todo vestido de branco
Com uma fita vermelha.

Debaixo do altar-mor
Está um Senhor deitado.
Será o menino Jesus
Ou o Senhor Crucificado?

A pombinha foi ao céu
Num fiinho de retroz,
Foi buscar a salvação
Para mim e para vós.

Está c'roado e bem c'roado,
O nobre Imperador,
Pela mão de Jesus Cristo,
Pela de Nosso Senhor.

Da *Praia da Graciosa*:

Lá vem a barquinha nova,
Que hoje se deitou ao mar,
Nossa Senhora vem dentro
E os anjinhos a remar.

Nossa Senhora da Pena,
Que estais com a pena na mão,

Chamando por São João
Para ser seu escrivão.

E' um altar bem armado,
Quem seria que o armou?
Foi a nobre imperatriz
Mais o nobre imperador.

Da *Luz*:

O' minha Virgem da Luz,
Muito cheira o vosso adro:
Cheira a cravos, cheira a rosas,
E a alecrim cherminado. (1)

Meu Divino Espirito Santo,
Vós dais a quem vos vem ver:
Aos solteiros boa sorte
E aos casados, bom viver.

Nossa Senhora da Pena,
Que estais com a pena na mão.
Eu hei-de pedir a Deus
Para ser vosso escrivão.

Pombinha que vais voando
Por cima daquele ramo,
Vai levar esta oferta
Ao Divino Espirito Santo.

Pombinha que vais voando
Por cima do chafariz,
Viva o nobre imperador
Mais a nobre imperatriz.

Nossa Senhora da Luz
Veio a oito de Setembro.
Ele se lembre da gente
Que a gente vai esquecendo.

Olhei para o Céu e vi
Sete estrêlas numa flor,
Todas sete de joelhos
A adorar Nosso Senhor.

A' roda que andas à roda
A' roda de Nosso Senhor.
Viva a nobre imperatriz
Mais o nobre imperador.

Muito gosto da pombinha
Do Divino Espirito Santo,
Tem os pèsinhos dourados
E o biquinho todo branco.

Sete estrelas vão no Céu
Todas sete a par da «Lûa» (2)
Nossa Senhora no meio
Brilha mais do que nenhûa.

Da *Esperança Velha — Ribeirinha — Guadalupe*:

O' minha Mãe da Esperança,
Virai para cá o rôsto:
Minha mãe pôs-me à soldada,
E eu queria estar convôsco.

Ó querida mãe da Ajuda,
Vinde-me aqui ajudar,
Estou muito cansadinho,
Já não posso mais remar.

Nossa Senhora da Ajuda
Vinde abaixo dar-me a mão,
Já que nasci sem candeia
Não morra sem confissão.

Nossa Senhora da Guia
Quando passou p'rá Rochela
Todas as suas vizinhas
Fizeram pranto por Ela.

Hoje sai todas as bandeiras,
Hoje sai por toda a Vila,
Quem será mordomo delas,
Nossa Senhora da Guia.

(1) «Cherminado» — Orvalhado.

(2) «Lûa» por Lua.

O Espírito Santo é Deus,
Deus é Espírito Santo,
Tem os pésinhos vermelhos
E o mais corpinho é branco.

Divino Espírito Santo
Hoje é que é o vosso dia,
A todos dais do jantar
Na hora do meio dia.

São João baptizou Cristo,
Cristo baptizou João;
Ambos foram baptizados
No domingo da «sarreição».

O' minha mãe da Vitória
Aonde vos foram botar,
Naquêle Calhau Miudo
Na arrociada do mar.

Estas mesas são de pinho
Estas, pois, de pinho são,
E nelas nunca faltaram
A carne, o vinho, nem o pão.

Alvorada, alvorada,
Alvorada, alvoradinha,
Viva a Senhora princeza
Mais a Senhora rainha.

Não há festa mais bonita
Que a Festa do Espírito Santo,
Tocam-se os tambores todos
Saem bandeiras a campo.

O' minha Mãe da Esperança
O vosso nome é Maria,
Vossa saia de tristeza,
Vosso manto de alegria.

Muito me quer a pombinha
Do Senhor Espírito Santo,
Ela me poasou no colo
No lugar onde me «*assanto*».

O' que altar tão bem armado,
Quem seria o armador ?
Foi um anjinho do Céu,
Filho de Nosso Senhor.

Meu nobre imperador
Quanto mais veste mais brilha,
Viva a sua nobre casa
Mais toda a sua «*familha*».

Viva quem nos pós a mesa
Para nos dar de jantar,
Deus lhe dê muita saude
E vontadinha de dar.

Coroado, está coroado
O nosso imperador,
Coroado já está dos anjos,
Da mão de Nosso Senhor.

A nossa imperatriz
Vestida de sêda branca
Quando vai para a igreja
Nem a rainha a desbanca.

Ficai-vos com Deus que eu vou-me,
Não me posso mais deter.
Cá ficam saudades,
Domingo vos virei ver.

Das *Fontes—freguesia de Santa Cruz*

Ao sair o Espírito Santo da casa para a Igreja:

Ora saia, ora saia,
Cá estamos à espera,
Quem de alma e coração,
Vos adora e venera.

Ora saia, ora saia,
Já estais a demorar,
Todos nós, cheios de Fé,
Vos queremos acompanhar.

Já saistes, já cá estais,
Haja paz e harmonia,
Vamos todos, vamos todos
Já na vossa companhia.

Divino Espírito Santo
Quem sois vós e quem sou eu ?
— Eu sou um criado vosso
E vós sois o Senhor meu.

São João batisou Cristo
Naquele rio sagrado.
Sem padrinho nem madrinha,
Ficou Cristo batisado.

ão Pedro quere-se casar
Com a rainha da Glória
E convida p'ra madrinha
A Senhora da Vitória.

Acompanhamos a coroa
Do Divino Espirito Santo,
Pedindo a sua mãe
Que nos cubra com o seu manto.

Queridinha Mãe do Céu,
Ó minha Mãe do Rosário
O vosso Bendito Filho
Ressurgiu no Sacrário.

Ao voltar da Igreja para casa :

Já viestes, já chegastes,
Já esta casa está cheia ;
Brilha no vosso altar
A Luz que nos «*alumeia*».

Alegrai-vos, Mãe de Deus,
Chegada temos a hora ;
Ele é o Senhor São Pedro
Mais a Rainha da Glória.

Divino Espírito Santo
Muito estais a cheirar,
Com flores, cravos e rosas,
Que estão no vosso altar.

Divino Espirito Santo,
Mil graças queremos dar
E a quem nos pôs a mesa
Para nos dar o jantar.

Viva o nosso mordomo
Que tão abundantemente
Mandou fazer o jantar
Para toda esta gente.

Viva o nosso «imperador»
Mais a nobre «imperatriz».
Que fizeram esta bôda
Como o Espírito Santo quiz.

Não posso deixar atraz,
Nem mesmo isso era direito,
As senhoras cozinheiras
Pelo muito que teem feito.

Viva então as cozinheiras
Que estiveram a cozinhar,
Que tão belo e saboroso
Fizeram este jantar.

Vinde a nós, Espírito Santo,
Com prazer e alegria,
Alegrai toda esta gente
Viva toda a «bizarria».

MANUEL MACHADO D'AVILA

O TÚMULO DE D. ANTÓNIO, PRIOR DO CRATO

Há tempos foi-me facultado, por pessoa amiga, a leitura dum velho livro, editado em França em 172 com o seguinte título :

Nouvelle
Description de la Ville de Paris
et
De tout ce qu'elle contien de plus remarcable
Par
Germain Brice
Enrichi dun nouveau Plan et de nouvelles
Figures déssinés et gravées correctement
Revue et aumentée de nouveau
Tome Troisième

A Paris
Chez François Fourinier, Rue
Saint - Jaques, Aux armes de
la Ville
M. D C C X X V
1725
Aves aprobacion et Privilege du
Roy

Na página 228 encontra-se a descrição do Convento «Des Cordeliers» nos seguintes termos:

«Este Convento, que é muito pouco afastado dos lugares cuja descrição acabo de fazer, foi fundado pelo ano de 1217 sob o pontificado do papa Honório III, quando São Francisco vivia ainda em Assis donde a sua reputação se expandia com grande brilho por toda a Europa».

Faz o autor uma descrição do convento e acrescenta: «Em 19 de novembro de 1580 deu-se um grande incêndio na Igreja parece que provocado inadvertidamente por um padre franciscano do próprio convento que confessou a sua falta antes de morrer em Pontoise.

O altar mór foi reparado em 1703».

Depois de enumerar várias sepulturas de pessoas ilustres, existentes na Igreja, pela sua ciência, feitos militares ou nobreza, refere-se à de D. António, Prior do Crato, nos seguintes termos: «Na Capela Gondy repousa D. António de Portugal que tomou o título de Rei depois da famosa derrota de D. Sebastião pelos mouros, sucedida em África no mês de Agosto do ano de 1578. Usava, antes o título de Prior do Crato, mas Filipe II expulsou-o dos seus estados em 1581. Este Principe privado de todo o socorro depois de ter tentado tudo para voltar a subir ao trono dos seus antepassados, retirou-se para França, desde tempos imemoriais abrigo seguro de Principes desgraçados.

Redusido, emfim, à última miséria, morreu em 1595, com 64 anos de idade. Teve no entanto a rara consolação no seu extremo infortunio, de encontrar um vassalo fiel e um amigo sincero na mesma pessoa, que nunca o abandonou apesar das suas infelizes aventuras. Este amigo chamava-se D. Diogo Botelho, da casa dos antigos reis da Boémia e dos maiores senhores da Côrte de Portugal.

Num opusculo editado pela Câmara Municipal de Angra, em 1941, e da autoria do Dr. Côrte Real e Amaral, dedicado a Ciprião de Figueiredo—«Ciprião de Figueiredo—Exemplo de honra e de lealdade—faz-se referência a êste Diogo Botelho como tendo assístido à morte de D. António bem como Ciprião de Figueiredo, ambos nomeados testamenteiros.

Em nota posterior se fará referência de um livro duma sobrinha neta de Ciprião de Figueiredo que confirma o que acima se diz: «Por ordem do rei Henrique IV D. António foi embalsamado e o seu corpo depositado no convento Des Grands Cordeliers de Paris».

MIGUEL C. ARAUJO.

INDICE

Autores

Anglin (Dr. João H.)

——— Um Verão nos Açores e a Madeira de relance 142

Araujo (Major Miguel Cristóvam de)

——— Um enviado do Rei de França a Angra em 1581 99

Bettencourt (D. Maria Francisca)

——— Festas Velhas - Festas Novas 198

Cardoso (Dr. Manuel Silveira)

——— A Presença de Portugal nos Estados Unidos 9

Drumond (Cap. Luís Ferreira Machado)

——— Tradições e Costumes Terceirenses 104

Giese (Dr. Wilhelm)

——— A casa rural na Ilha do Faial 214

Lopes (Ten.-Cor. Frederico)

—— Moinhos de Vento 182

Maya (Dr. Martim de Faria e)

—— Diário do Conde de Vargas de Bedemar na Terceira (1836)..... 224

Menezes (Dr. Manuel de Sousa)

—— A Fidelidade da Ilha Terceira..... 20

Piazza (Walter F.)

A vitória da cultura popular açoreana em Santa Catarina ... 129

Valadão (Dr. Francisco Lourenço)

—— Um Fidalgo e um Alfaiate agitadores políticos na Cidade de Angra em 1821 a 1823! 36
—— Um «Juiz de Fora» em Angra, no 1.º quartel do Século XIX..... 68

Assuntos

Artigos

A presença de Portugal nos Estados Unidos, pelo Prof. Dr. Manuel da Silveira Cardoso e apresentação pelo Dr. Teotónio Machado Pires..... 5
A Fidelidade da Ilha Terceira, pelo Dr. Manuel de Sousa Menezes 2
Um Fidalgo e um Alfaiate, agitadores políticos na Cidade de Angra em 1821 a 1823! pelo Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr..... 39
Um «Juiz de Fora» em Angra no 1.º quartel do Século XIX, pelo Dr. Francisco Lourenço Valadão Jr. 68
Um enviado do Rei de França a Angra em 1581, pelo Major Miguel Cristóvam Araujo..... 99
Tradições e Costumes Terceirenses, pelo Capitão Luís Ferreira Machado Drumond..... 104
A vitória da cultura popular açoreana em Santa Catarina, por Walter F. Piazza..... 129
Um Verão nos Açores e a Madeira de relance, por C. Alice Baker e traduzido pelo Dr. João H. Anglin 142

Moinhos de Vento, pelo Ten.-Cor. Frederico Lopes ... 182
Festas Velhas - Festas Novas, por D. Maria Francisca Bettencourt (Maria do Céu) ... 198
A casa rural da Ilha do Faial, pelo Dr. Wilhelm Giese ... 214
Diário do Conde de Vargas de Bedemar na Terceira, pelo Dr. Martim de Faria e Maya ... 224
Onze semanas na Ilha Terceira (Cartas) ... 238

Vida do Instituto (Actas) ... 271
Publicações recebidas ... 285

Vária

Giorgio Marini nos Açores, pelo C. Pereira ... 289
Cantigas dos Foliões na Ilha Graciosa, por Manuel Machado Avila ... 290
O Túmulo de D. António Prior do Crato, pelo Major Miguel Cristóvam Araujo ... 294

ERRATAS

(comunicadas pelos autores)

Pág.	Linha	Onde se lê	Leia-se
147	9	convocou a tripulação e soltaram todas nove vezes a aclamação	convocou a tripulação e soltaram todos nove vezes a aclamação
155	9	São bastantes divertidas	São bastante divertidas
165	22	Não parece haver sequên- cia regular na alteração das danças	Não parece haver sequên- cia regular na alternação das danças
200	3	E Senhora da Graça é que as conduz	E a Senhora da Graça é que os conduz...
200	26	Leva dentro da Tua gente,	Leva dentro a Tua gente,
201	2	Rica de selva e verdura	Rica de seiva e verdura
208	17	Das aparições de então,	Das raparigas de então,

Este número, que é o décimo sexto do «Boletim» do Instituto Histórico da Ilha Terceira, acabou de se imprimir na oficina da Tipografia Andrade aos trinta e um de Dezembro de 1959.